

**EXPRESSÃO DA CONCESSIVIDADE EM CONSTRUÇÕES DO
PORTUGUÊS DO BRASIL**

Ivo da Costa do Rosário

UFRJ/2012

**EXPRESSÃO DA CONCESSIVIDADE EM CONSTRUÇÕES DO
PORTUGUÊS DO BRASIL**

por

Ivo da Costa do Rosário

Departamento de Letras Vernáculas

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Doutor em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Orientadora: Prof^a Dr^a Violeta Virginia Rodrigues

**Rio de Janeiro
Fevereiro de 2012**

R789e Rosário, Ivo da Costa do.
Expressão da concessividade em construções do português do Brasil / Ivo da Costa do Rosário. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
271 f. ; 30 cm.

Orientador: Profª Drª Violeta Virginia Rodrigues.
Tese (Doutorado em Línguas Vernáculas) – Departamento de Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
Bibliografia: f. 241-258.

1. Língua portuguesa. 2. Gramaticalização. 3. Funcionalismo (Linguística). 4. Gramática comparada e geral - Orações. I. Título. II. Rodrigues, Violeta Virginia.

CDD 401.9

Ficha elaborada pela Biblioteca José de Alencar – Faculdade de Letras/UFRJ

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^a VIOLETA VIRGINIA RODRIGUES (UFRJ) – Orientadora

Prof. Dr. JOSÉ CARLOS DE AZEREDO (UERJ)

Prof^ª Dr^a EDILA VIANNA DA SILVA (UFF)

Prof^ª Dr^a MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA ROXO (UFRRJ)

Prof^ª. Dr^a LÚCIA HELENA MARTINS GOUVÊA (UFRJ)

Prof^ª Dr^a VICTÓRIA WILSON (UERJ-FFP) - Suplente

Prof^ª Dr^a MARIA JUSSARA ABRAÇADO DE ALMEIDA (UFF) - Suplente

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. Expressão da concessividade em construções do Português do Brasil. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2012. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa, 273 p.

RESUMO

Esta pesquisa insere-se no Projeto *Uso(s) de conjunções e combinação hipotática de cláusulas*, coordenado pela Prof^a Violeta Rodrigues (UFRJ), cujo objetivo é investigar a articulação de orações na língua portuguesa, especialmente no âmbito da tradicional subordinação adverbial. As chamadas orações subordinadas adverbiais concessivas, como tradicionalmente são denominadas, já foram estudadas por muitos autores tanto no âmbito da tradição gramatical quanto no interior das diversas teorias linguísticas (Almeida, 2004; Azeredo, 2000, 2008; Luft, 2000; Maciel, 1931; Neves 2000; Mateus et al., 2003, entre outros). Aliás, para sermos mais precisos, de acordo com Salgado (2006, p. 1), “a concessão vem sendo estudada desde a Antiguidade”. Por outro lado, detectamos na abordagem desse assunto alguns aspectos que reclamam maior atenção. Dessa forma, a pesquisa que desenvolvemos intenta responder às seguintes questões principais: (i) *Quais são as propriedades morfossintáticas e funcionais que caracterizam as construções concessivas?* (ii) *Quais são as possíveis inovações no que concerne à lista dos conectivos responsáveis pela noção de concessividade e quais são suas principais propriedades?* (iii) *Que construções do português do Brasil veiculam hoje a noção de concessividade, fora do esquema prototípico stricto sensu das adverbiais concessivas?* Para nossa investigação, utilizamos os pressupostos teórico-metodológicos do Funcionalismo linguístico de vertente norte-americana, aliados a aportes de outras teorias, com destaque especial para a Gramática das Construções. A análise tem por base amostras de língua escrita, coletadas a partir dos 1275 discursos políticos selecionados do *site* oficial da ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2009.

Palavras-chave: concessividade – construções – hipotaxe – conectivos.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. Expressão da concessividade em construções do Português do Brasil. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2012. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa, 273 p.

ABSTRACT

This research is part of the Project *Conjunction use (s) and hypotactic combination of clauses*, coordinated by Prof. Violeta Rodrigues (UFRJ), whose objective is to investigate the articulation of clauses in Portuguese, especially in the traditional adverbial subordination. The so-called concessive adverbial subordinate clauses, as they traditionally are called, have been studied by many authors both within the grammatical tradition and within the different linguistic theories (Almeida, 2004; Azeredo, 2000, 2008, Luft, 2000; Maciel, 1931; Neves 2000, Mateus et al., 2003, among others). In fact, to be more precise, according to Salgado (2006, p. 1), "the concessive clauses has been studied since ancient times." On the other hand, we detected in the approach some aspects claiming more attention. Thus, we developed the research attempting to answer the following questions: (i) What are the morphosyntactic and functional properties that characterize the concessive constructions? (ii) What are the possible innovations as regards the list of connective responsible for the notion of concessivity and what are its main properties? (iii) What constructions of the Brazilian Portuguese today convey the notion of concessivity, outside the strict sense of the prototypical concessive adverbial? For our investigation, we use the theoretical and methodological aspects of north-american linguistic functionalism along with contributions from other theories, with special emphasis on Construction Grammar. The analysis is based on written language samples, collected from the 1275 political speeches selected from the official *site* of ALERJ - Legislative Assembly of the State of Rio de Janeiro, in 2009.

Kew-words: concessivity – constructions – hypotaxis - connective

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. Expressão da concessividade em construções do Português do Brasil. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2012. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa, 273 p.

RESUMEN

Esta investigación en el Proyecto *Uso(s) de conjunciones y combinación hipotática de cláusulas*, coordinado por la Profª Violeta Rodrigues (UFRJ), cuyo objetivo es investigar la articulación de oraciones en la lengua portuguesa, en especial en el ámbito de la tradicional subordinación adverbial. Las nombradas oraciones subordinadas adverbiales concesivas, así llamadas tradicionalmente, ya han sido estudiadas por algunos autores, sea en el campo de la tradición gramatical, sea en el interior de las distintas teorías lingüísticas (Almeida, 2004; Azeredo, 2000, 2008; Luft, 2000; Maciel, 1931; Neves 2000; Mateus et al., 2003, entre otros más). Mejor dicho, para decírcelo con más precisión, de acuerdo con Salgado (2006, p. 1), “la concesión ha sido estudiada desde la Antigüedad”. Por otro lado, hemos detectado en el abordaje del dicho asunto algunos aspectos que demandan más atención. Por consiguiente, la encuesta que desarrollamos intenta contestar a las cuestiones principales que siguen: (ii) *¿Cuáles son las propiedades morfosintácticas y funcionales que caracterizan las construcciones concesivas?* (ii) *¿Cuáles son las posibles innovaciones en lo que concierne el rol de los conectivos responsables por la noción de concesibilidad y cuáles son las principales propiedades?* (iii) *¿Qué construcciones del portugués de Brasil vehiculan hoy la noción de concesibilidad fuera del esquema prototípico stricto sensu de las adverbiales concesivas?* Para nuestra investigación utilizamos los presupuestos teórico-metodológicos del Funcionalismo lingüístico de vertiente norteamericana aliados a aportes de otras teorías, con relieve especial hacia la Gramática de las Construcciones. El análisis tiene por base muestras de lengua escrita, recolectadas a partir de los 1275 discursos políticos seleccionados del sitio informático oficial de la ALERJ – *Asamblea Legislativa del Estado de Rio de Janeiro*, en el año de 2009.

Palabras-clave: concesividad – construcciones – hipotaxis - conectivos

Aos meus pais e à minha amada esposa.
Essas foram, são e serão a razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus, princípio e fim de todas as coisas visíveis e invisíveis.

De modo especial, à Prof^a Dr^a Violeta Virginia Rodrigues, pelos anos de convivência, pelo seu didatismo, pela sua amizade e pelo seu seguro trabalho de orientação.

Aos membros titulares e suplentes desta banca, que gentilmente aceitaram participar deste momento tão importante de minha vida acadêmica, bem como a todos os meus professores de Mestrado e Doutorado.

Aos colegas de Doutorado, especialmente ao Anderson, companheiro de congressos e de outros eventos científicos.

À minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*), por desde cedo terem me ensinado como é importante a dedicação aos estudos, a honestidade e a perseverança.

À minha amada esposa, Anelise, que desempenha o papel fundamental de dar sentido à minha vida e de me completar em todos os sentidos.

Finalmente, a todos os amigos e amigas que acreditaram em mim, compreenderam minhas ausências em função deste ideal e, principalmente, creram neste sonho.

A todos vocês, meu muito obrigado!

SINOPSE

Análise funcional das construções concessivas do português do Brasil, com base em discursos políticos proferidos pelos deputados estaduais da ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Revisão dos conceitos de subordinação e hipotaxe. Adoção, para fins analíticos, da atual sincronia da língua portuguesa. Aplicação dos pressupostos teóricos do funcionalismo linguístico de vertente norte-americana e aportes teóricos de outras correntes de investigação.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. Expressão da concessividade em construções do Português do Brasil. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2012. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa, 273 p.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	01
2	PROCESSOS DE LIGAÇÃO DE CLÁUSULAS	06
2.1	Subordinação e coordenação – uma breve (re)visão	06
2.2	Orações adverbiais	12
3	CONCEITO DE CONCESSÃO	21
3.1	Origem do pensamento concessivo	28
3.2	Concessão e outros matizes semânticos	35
3.2.1.	<i>Concessão versus Adversatividade</i>	37
3.2.2.	<i>Concessão versus Adição</i>	44
3.2.3.	<i>Concessão versus Condição versus Causa</i>	45
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	53
4.1	Gramaticalização	56
4.1.1.	<i>Concepções teóricas e perspectivas</i>	56
4.1.2.	<i>Gramaticalização de construções</i>	62
4.2	Prototipicidade	74
4.3	Teoria dos gêneros	77
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	83
5.1	Caracterização do <i>corpus</i>	83
5.2	Discurso político	87
6	CARACTERIZAÇÃO DAS CONCESSIVAS	92
6.1	Conectivos concessivos	92
6.1.1	<i>Rol dos conectivos concessivos</i>	98
6.1.2	<i>Rotas de gramaticalização de conectivos concessivos</i>	122
6.2	Forma de conexão das concessivas	153
6.3	Posição das concessivas	204
7	CONCLUSÃO	231
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	241

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de orações subordinadas, segundo a NGB	10
Quadro 2 – Definições de orações adverbiais	14
Quadro 3 – Conceitos de concessão, segundo teóricos de língua portuguesa	21
Quadro 4 – Conceitos de concessão, segundo teóricos estrangeiros	24
Quadro 5 – Causa, condição, concessão e outros matizes semânticos	36
Quadro 6 – Esquema de concessivas, em termos lógicos	39
Quadro 7 – Relações condicionais e causais <i>lato sensu</i>	48
Quadro 8 – Dependência e encaixamento	66
Quadro 9 – Subordinação adverbial	68
Quadro 10 – <i>Continua</i> de vinculação sintática entre orações, segundo Lehmann (1988)	69
Quadro 11 – Traços da coordenação e da subordinação, segundo Barreto (1992)	71
Quadro 12 – Graus de integração de cláusulas, segundo Abreu (1997)	73
Quadro 13 – Distribuição de quatro gêneros textuais, segundo o meio de produção e a concepção discursiva	80
Quadro 14 – Diferenças entre língua falada e língua escrita	89
Quadro 15 – Conectivos concessivos nas obras pesquisadas	95
Quadro 16 – Conectivos concessivos mais citados nas obras pesquisadas	97
Quadro 17 – Aspectos dos estágios de gramaticalização, segundo Lehmann (1988)	124
Quadro 18 – Categorias básicas, intermediárias e secundárias.....	137
Quadro 19 – Conectivos causais, condicionais e concessivos	138
Quadro 20 – Origem histórica dos conectivos concessivos	139
Quadro 21 – Conectivos concessivos e suas bases	140
Quadro 22 – Formas de conexão das orações concessivas	157
Quadro 23 – Construções concessivas <i>versus</i> construções adversativas	234

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura do pensamento concessivo.	26
Figura 2 – Relações entre concessivas, condicionais e causais.	48
Figura 3 – Distribuição das concessivas quanto à forma	70
Figura 4 – Fala e escrita no <i>continuum</i> dos gêneros textuais	80
Figura 5 - Discurso político no <i>continuum</i> fala-escrita	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência de ocorrência e de tipo de conectivos concessivos	99
Tabela 2 – Conectivos concessivos, segundo Salgado (2007)	105
Tabela 3 – Conectivos, quanto à forma de conexão	159
Tabela 4 – Conectivos que perfilam verbos flexionados	170
Tabela 5 – Conectivos concessivos quanto ao uso modo-temporal	172
Tabela 6 – Padrões meso-construcionais das concessivas justapostas	186
Tabela 7 – Relação entre conectivo e posição da sentença concessiva, segundo Neves (2002)	207
Tabela 8 – Posição das concessivas <i>versus</i> forma de conexão	207
Tabela 9 – Padrões construcionais das concessivas justapostas <i>versus</i> posição	210
Tabela 10 – Concessivas antepostas não-justapostas	214
Tabela 11 – Concessivas pospostas não-justapostas	219
Tabela 12 – Concessivas intercaladas não-justapostas	225

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Concessivas conectivas e não-conectivas	98
Gráfico 2 – Frequência de ocorrência dos conectivos concessivos	100
Gráfico 3 – Formas de conexão das concessivas (desenvolvidas, nominalizadas e reduzidas)	160
Gráfico 4 – Concessivas por grupos tipológicos	164
Gráfico 5 – Conectivos que perfilam verbos flexionados	171
Gráfico 6 – Formas de conexão das concessivas (desenvolvidas, nominalizadas, reduzidas e justapostas)	185
Gráfico 7 – Produtividade dos padrões meso-construcionais	188
Gráfico 8 – Posição das concessivas conectivas	208
Gráfico 9 – Padrões meso-construcionais das concessivas justapostas <i>versus</i> posição	210
Gráfico 10 - Concessivas antepostas não-justapostas	214
Gráfico 11 - Concessivas pospostas não-justapostas	219
Gráfico 12 – Concessivas intercaladas não-justapostas	225

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se no Projeto *Uso(s) de conjunções e combinação hipotática de cláusulas*, coordenado pela Prof^a Dr^a Violeta Rodrigues (UFRJ), cujo objetivo é investigar a articulação de orações na língua portuguesa, especialmente no âmbito da tradicional subordinação adverbial. Representa, portanto, parte de uma agenda de investigações, cujo objetivo central é assomar contribuições para a descrição da sintaxe da língua portuguesa.

O assunto de nossa pesquisa certamente evocará à mente do leitor uma série de outros trabalhos já produzidos sobre o mesmo tema. Afinal, a noção de concessividade apresenta-se como um assunto ainda muito latente, principalmente no bojo das pesquisas que lidam com as teorias discursivas. Aliás, para sermos mais precisos, de acordo com Salgado (2006, p. 1), “a concessão vem sendo estudada desde a Antiguidade”.

Por outro lado, suspeitamos que esse assunto ainda careça de um estudo em profundidade em língua portuguesa, afinal, esse é um processo argumentativo por excelência, utilizado por todos (cf. Gouvêa, 2002, p. 10). Além disso, as abordagens já realizadas sobre o tema repousam mormente em linhas teóricas e em procedimentos analíticos distintos dos utilizados em nossa pesquisa.

A começar pelo conceito, os próprios estudiosos afirmam que *concessão* é um termo difícil de ser delimitado (cf. Jiménez, 1989, p. 107). Por esse motivo, em diversos momentos de nosso trabalho, inclusive em seu título, optamos pelo termo *concessividade*, que apresenta um espectro de possibilidades e análises bem mais amplo, inclusive abarcando estruturas que não são prototipicamente concessivas, mas, ao contrário, apresentam pontos de contato com outras construções da língua portuguesa.

Desde já, cabe definirmos o nosso objeto de estudo. Estamos considerando uma *construção concessiva* como uma *estrutura contrastiva em que se combinam uma base e uma cláusula concessiva (ou sintagma concessivo), a qual expressa um fato real ou suposto que não impede ou modifica a realização do fato principal. Assim, esse fato presente no segmento concessivo seria oposto à realização da informação da base, mas inoperante*.

A noção de *concessividade*, por sua vez, emerge desse conceito anterior e aponta para uma ideia contrastiva em que há um jogo opositivo entre um argumento mais forte, prototipicamente veiculado pelo segmento base, e um argumento mais fraco, prototipicamente veiculado pelo segmento concessivo.

Tomamos o termo *construção* em acepção similar a Goldberg (2003), Goldberg e Casenhiser (2010) e Schönefeld (2010), para quem *construções* são pareamentos de forma-significado, que funcionam como unidades básicas da língua, e que operam em diferentes níveis da gramática. Para sermos mais precisos, reportamos a definição de Goldberg (2003, p. 219) para o termo *construção*: “*Construções são pareamentos de forma e significado, incluindo morfemas, palavras, expressões idiomáticas, padrões parcialmente preenchidos e também totalmente preenchidos lexicalmente*”.

A pesquisa que empreendemos é essencialmente de base sincrônica. Além disso, tanto a teoria quanto a empiria estão focalizadas e têm o mesmo grau de importância, por isso o grande número de autores pesquisados e de linhas teóricas consultadas acerca do assunto, tais como a semântica argumentativa e as gramáticas de inspiração gerativista.

Nosso trabalho está organizado em 8 capítulos que visam a responder às seguintes questões centrais: (i) *Quais são as propriedades morfossintáticas e funcionais que caracterizam as construções concessivas?* (ii) *Quais são as possíveis inovações no que concerne à lista dos conectivos responsáveis pela expressão da concessividade?* (iii) *Que construções do português do Brasil veiculam hoje a noção de concessividade, fora do esquema prototípico stricto sensu das adverbiais concessivas?*

Com a intenção de perseguirmos os objetivos transformados em questões, traçaremos um percurso por diversas obras já escritas sobre o assunto e sobre temas afins. Paralelamente a essa bibliografia, também proveremos nossa pesquisa com ampla exemplificação, ao longo de todos os capítulos, que contam com dados não só do nosso *corpus* mas também de obras constantes em nossa bibliografia.

Em linhas gerais, podemos sumarizar nossa tese na seguinte afirmação: *a concessividade é uma noção complexa e exhibe propriedades bastante singulares, devido à sua multifuncionalidade pragmático-discursiva e à sua configuração morfossintática*. Assim, focalizamos o estudo da concessividade dentro do âmbito das relações sintáticas, pragmáticas, funcionais e discursivas, e não só no espectro semântico, como tem sido feito por grande parte dos autores.

As hipóteses centrais que norteiam esse trabalho podem ser sintetizadas da seguinte maneira: *em primeiro lugar, acreditamos que as construções concessivas, por serem pouco gramaticalizadas, ainda estão em processo de mudança e de estabilização no sistema linguístico; em segundo lugar, essa instabilidade faz com que as suas propriedades*

semântico-pragmáticas, bem como funcionais, ainda estejam se delineando na estrutura da língua portuguesa.

Para que possamos abordar devidamente esse assunto, percorreremos alguns capítulos de revisão teórica. Acreditamos que os postulados de alguns pesquisadores, gramáticos, linguistas e outros estudiosos já nos ajudarão a responder algumas das questões antes formuladas, bem como verificar nossas hipóteses.

No capítulo 2, que trata dos processos de estruturação sintática, traçaremos um estudo comparativo da subordinação e da coordenação sob a ótica de diversos autores brasileiros e estrangeiros. Nosso objetivo consiste em investigar com que bases esses assuntos são tratados. O conceito de (in)dependência; os critérios semântico, sintático e pragmático que intentam diferenciar a subordinação da coordenação; e a abordagem de autores como Abreu (1994), Azeredo (1990) e Castilho (2002) permeiam esse capítulo.

Normalmente a concessão é estudada no âmbito dos processos de estruturação sintática, nos capítulos destinados às orações adverbiais. Essa é a razão para incluirmos em nosso trabalho uma seção que trata exclusivamente das orações adverbiais. Nesse ponto, discutimos a validade da tripartição das subordinadas (substantivas, adjetivas, adverbiais), bem como a própria definição de *subordinação adverbial*. Além disso, tratamos de algumas diferentes classificações que são dadas a essas orações, já que esse trabalho costuma revelar concepções teóricas subjacentes ao assunto.

Desde já, é necessário afirmar que estamos tomando os termos *oração* e *cláusula* como conceitos intercambiáveis, bem próximos ao sentido dado pela tradição para o primeiro. Também procedemos da mesma forma com os termos *sentença* e *frase*, bem como com os conceitos de *conectivo* e *conector*. Certamente há diferenças importantes entre esses rótulos; por outro lado, ao tomá-los como termos sinônimos dentro deste estudo, acreditamos que estamos simplificando a descrição linguística, sem nos embrenharmos em discussões que não contribuem, em imediato, para os nossos propósitos.

No capítulo 3, que trata exclusivamente da noção de *concessão*, discutimos algumas definições dadas ao conceito, bem como algumas questões levantadas pelos autores para a descrição e análise das construções concessivas, tais como polidez e proteção de face. Esse capítulo está dividido em duas seções.

Na seção 3.1, abordamos sucintamente a origem das conjunções nas línguas do mundo, as principais estratégias de concessividade utilizadas na língua latina e a origem do

pensamento concessivo propriamente dito, principalmente por meio da obra de Bechara (1954), que desde então se tornou um marco na área.

Na seção 3.2., discutimos as relações que se estabelecem entre a concessão e outros matizes semânticos, como a adversatividade, a adição, a condição e a causa. Essa parte da investigação nos instrumentalizará na tarefa de definirmos os traços da concessão com maior exatidão.

No capítulo 4, focalizamos os pressupostos teóricos de nosso trabalho, que partem mormente do funcionalismo linguístico de vertente norte-americana. Investigamos, com base em diversos autores, como se deu a emergência de novas construções, o nascimento do funcionalismo e o percurso histórico dos estudos de gramaticalização.

O funcionalismo linguístico de vertente norte-americana é adotado em nosso estudo como linha teórica central e preponderante, tendo em vista sua íntima relação com a pesquisa empírica, que se baseia em dados de língua real. O funcionalismo revela-se, então, como uma corrente teórica eficaz na descrição de fenômenos cuja gênese e propagação são atestadas no uso das diversas comunidades linguísticas.

Natureza da mudança, efeitos da gramaticalização, frequência, cognição, uso, pancronia, questões socioculturais e comunicativas também permeiam esse capítulo, que tem uma seção destinada exclusivamente ao estudo da gramaticalização de construções. Esse assunto, aliás, é estudado sob a ótica de muitos teóricos do funcionalismo, entre eles Hopper e Traugott (1997), Traugott (2004), Heine (2003), Hopper (1991), Traugott e Dasher (2002), Lehmann (1988), Givón (1979; 1990; 1993; 1994; 1995), Heine e Kuteva (2007), entre outros; e no Brasil, por Decat (1999; 2001), Abreu (1997), Votre et al. (2004), Gonçalves et al. (2007), entre outros. Nosso objetivo é desvelar os trabalhos e postulados teóricos já desenvolvidos por esses autores de forma a nos auxiliar em nossa descrição.

Na seção 4.2, analisamos o conceito de prototipicidade à luz das contribuições de Taylor (1992) e Cuenca e Hilferty (1999). Além disso, discutimos como a gramaticalização e a prototipicidade podem auxiliar na análise das construções concessivas, tendo em vista o princípio de que há exemplares mais centrais e outros mais periféricos dentro de quaisquer categorias.

Na seção 4.3, abordamos a teoria dos gêneros, cujas categorias analíticas de cunho essencialmente textual-discursivo embasam a análise das sequências argumentativas focalizadas nesta tese.

O capítulo 5 tem como objetivo caracterizar o nosso *corpus*, que é do domínio discursivo político, mais especificamente, composto por discursos de deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). Como explicitaremos melhor, esse gênero foi escolhido, tendo em vista a alta carga de argumentatividade presente no discurso. Esse capítulo está dividido em duas partes: a caracterização do *corpus* e o discurso político.

O capítulo 6 tratará da caracterização das concessivas, tendo em vista três aspectos centrais: a) *conectivos concessivos*; b) *forma de conexão das concessivas*; c) *posição das concessivas*. Todas as três seções aliarão teoria e análise de dados, segundo os procedimentos metodológicos enunciados no capítulo anterior.

No item 6.1.1, abordaremos o rol dos conectivos concessivos encontrados no *corpus* desta tese, e no item 6.1.2., traçaremos as rotas de gramaticalização desses conectivos. Esta última subseção constitui um importante material de divulgação de pesquisas diacrônicas já realizadas por outros autores acerca do assunto. Sem dúvida, a inclusão desse aporte diacrônico facilitará nossa análise e ajudará a comprovar nossas afirmações.

Assim, esperamos, quando na chegada ao epílogo desse trabalho, ter contribuído um pouco mais com a descrição morfossintática de nossa língua e, conseqüentemente, também ter cooperado com a didática e metodologia da língua portuguesa, que se ocupam do ensino do nosso vernáculo. Afinal, é dever dos estudiosos fazer com que o fruto das pesquisas acadêmicas seja transformado também em conhecimento a ser socializado e construído nas atividades diretamente ligadas ao ensino, nas salas de aula.

Por fim, esperamos que outros trabalhos se juntem a esse de forma a traçarmos um quadro cada vez mais atualizado e coerente da estrutura do nosso idioma, sempre tendo em vista suas motivações funcionais e o princípio geral da instabilidade do sistema linguístico.

2 PROCESSOS DE LIGAÇÃO DE CLÁUSULAS

Neste capítulo, nosso objetivo é analisar brevemente os conceitos de coordenação e subordinação em suas bases sintáticas, semânticas e pragmáticas. Essa seção justifica-se pelo fato de que a expressão da concessividade não está associada apenas à subordinação, mas também a algumas zonas de interseção com a coordenação. Em seguida, focalizaremos as orações adverbiais, desde abordagens tradicionais até contribuições mais modernas de numerosos estudiosos de nosso vernáculo.

Como nosso trabalho é de base essencialmente funcionalista, aqui cabe uma explicação para o motivo pelo qual estamos partindo de uma análise tradicional. Carvalho (2004, p. 10) justifica esse tipo de postura teórica:

A inclusão do tratamento concedido a esses processos pela abordagem tradicional [...] se faz necessária uma vez que as propostas de descrição e tipologização de sentenças complexas que têm sido apresentadas na literatura linguística, independentemente das correntes teóricas em que se inserem, fazem, de algum modo, referência a essa abordagem: ou a questionam, demonstrando suas incoerências, e/ou ampliam os seus conceitos.

Dessa forma, a despeito das reservas de vários teóricos modernos que se debruçam sobre o estudo da sintaxe de língua portuguesa, muitas delas legítimas, sob diversas correntes teóricas, as contribuições da gramática tradicional serão basilares para nossa investigação.

2.1 Subordinação e coordenação – uma breve (re)visão

Como sabemos, a Nomenclatura Gramatical Brasileira, doravante chamada NGB, só admitiu a existência de dois processos de ligação sintática: a subordinação e a coordenação, comumente associados às noções de dependência e independência, respectivamente. Entretanto, sabemos que há outros processos de ligação sentencial não contemplados pela NGB. Assim, poderíamos citar a justaposição e a correlação (cf. Dias; Rodrigues, 2010; Rosário, 2009; Rosário; Rodrigues, 2010), além de outros processos menos prototípicos como as serializações verbais, entre outros.

A proposta binária de organização dos processos de ligação de sentenças tem suas origens na Antiguidade. Por outro lado, sua propagação deve-se provavelmente à forte onda estruturalista vigente ao longo de décadas do século XX, que, na esteira de Ferdinand de Saussure, propunha uma visão dicotômica dos fatos linguísticos. Dessa forma, não haveria espaço para um terceiro processo de ligação de orações, já que a dicotomia se baseia sempre em dois conceitos excludentes entre si.

Contudo, a questão não é tão simples. Há diversos conceitos subjacentes às noções de coordenação e subordinação bastante díspares entre si. Por exemplo, para Rocha Lima (1999) e Ribeiro (2004), a subordinação exibe uma relação de *dependência sintática*. Para Almeida (2004) e Bueno (1963), por outro lado, trata-se de uma relação de *dependência semântica*. Para Cunha e Cintra (2001) e Kury (2003), na coordenação há *independência semântica*. Já para Rocha Lima (1999) e Ribeiro (2004), trata-se de um caso de *independência sintática*.

Camara Jr. é um crítico desse critério da (in)dependência. Vejamos como o autor aborda essa questão, em obra organizada por Uchôa (2004, p. 109):

O fato de cada oração coordenada manter a sua individualidade não quer dizer que cada uma seja independente das outras. Ou melhor: uma oração coordenada não forma sentido ‘completo’, como se costuma dizer erroneamente por força de uma tradução falsa da definição de Dionísio da Trácia – ‘autotele’, que no velho gramático alexandrino significa ‘autonomamente’, isto é, com sua individualidade. [...] Mesmo nas orações assindéticas, cada uma não dá o sentido completo, pois cada uma prepara a compreensão da seguinte.

O critério da (in)dependência, portanto, precisa ser refinado a partir de outras bases, porque sempre há conexão da cláusula com a situação discursiva, com o contexto precedente ou com o conhecimento de mundo dos falantes. Assim, sempre há dependência, pelo menos semântico-pragmática, em maior ou menor grau. Seria mais acertado falarmos, portanto, em diferentes graus de dependência ou integração.

De acordo com Rosário (2007a), os critérios semântico e sintático estão presentes na maioria das definições apresentadas, juntamente com o conceito de dependência, mas não são bem definidos, gerando incompreensões e falta de clareza nas exposições teóricas. Os problemas, assim, começam desde as definições, apresentadas introdutoriamente nos compêndios tradicionais.

Essa heterogeneidade evidencia a carência de uma posição precisa por parte dos gramáticos de orientação tradicional e dificulta uma análise gramatical criteriosa. Aliás, essa postura inadequada é adotada, inclusive, por muitos estudiosos contemporâneos, como Henriques (2003, p. 94), que apresenta definições lacônicas e sem profundidade: “As orações se relacionam (duas a duas) por dependência ou independência sintática. São independentes as coordenadas e dependentes as subordinadas”.

Alguns autores, como Monteiro (1991, p. 48-50), ainda, advogam a ideia de que a diferença entre subordinação e coordenação poderia ser fixada com base semântica e/ou pragmática. Entretanto, sabemos que a questão não é tão simples assim. Aliás, a distinção apresentada pelas gramáticas tradicionais revela incongruências, confunde critérios e é contestada por alguns especialistas de postura menos ortodoxa como Garcia (1967, p. 22-23), que demonstra haver entre coordenação e subordinação limites muito tênues. Vejamos:

Dependência semântica mais que do que sintática observa-se também na coordenação, salvo, apenas, talvez, no que diz respeito às conjunções ‘e’, ‘ou’ e ‘nem’. Que independência existe, por exemplo, nas orações ‘portanto, não sairemos?’ e ‘mas ninguém o encontrou?’ Independência significa autonomia, autonomia não apenas de função mas também de sentido. [...] Quando se diz que as orações coordenadas são da mesma natureza, cumpre indagar: que natureza? Lógica ou gramatical? As conjunções coordenativas que expressam motivo, consequência e conclusão (pois, porque, portanto) legitimamente não ligam orações de mesma natureza, tanto é certo que a que vem por qualquer delas encabeçada não goza de autonomia sintática. O máximo que se poderá dizer é que essas orações de ‘pois’, ‘porque’ (dita explicativa) e ‘portanto’ são limítrofes da subordinação. Em suma: coordenação gramatical mas subordinação psicológica.

Apesar de Garcia (1967) também não definir claramente os conceitos de coordenação e subordinação, tratando-os de forma relativamente subjetiva, lança questionamentos muito válidos no que tange a esse dois processos de estruturação sintática, uma vez que reconhece a existência de uma zona de interseção difícil de ser definida entre eles.

Azeredo (1990, p. 50-51), ao abordar os conceitos de subordinação e coordenação, também corrobora a posição de Garcia (1967) ao focar a sutileza muitas vezes existente na diferença entre esses dois processos. Além disso, o autor enfatiza a necessidade de diferenciarmos uma conceituação de base semântica de outra de base sintática. Vejamos:

Subordinação e coordenação não correspondem sempre a conceitos muito claros e inconfundíveis. Tradicionalmente, é comum identificar unidades coordenadas com unidades independentes e unidades subordinadas com unidades dependentes. Esta identificação nada esclarece até que se defina a natureza dessa dependência, que para uns é puramente sintática, mas para outros deve dizer respeito antes ao sentido.

Assim sendo, podemos concluir que identificar coordenação como independência de elementos e subordinação como dependência de um elemento a outro – como tradicionalmente se faz – gera equívocos e imprecisões de ordem teórica, já que o conceito de dependência é complexo e ainda muito mal definido. Talvez uma saída para essa imprecisão esteja em enearizar esses conceitos, tal como tem feito o funcionalismo linguístico de vertente norte-americana, que tende a analisar os processos de ligação de sentenças dentro de *continua* de integração oracional, tal como veremos adiante. A proposta de gradientes de ligação de orações minimiza a preocupação em definir limites claros entre subordinação e coordenação, que, como vimos, é algo bastante complexo de ser feito.

Quanto à tipologia das chamadas orações subordinadas, há uma identificação quase total entre os teóricos, com algumas poucas exceções. Por ora, limitamo-nos a apresentar as classificações das orações segundo a NGB, que serve de matriz para a produção de nossas gramáticas normativas:

Quadro 1 – Relação de orações subordinadas, segundo a NGB

PERÍODO COMPOSTO POR SUBORDINAÇÃO	
SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	Subjetivas Predicativas Objetivas diretas Objetivas indiretas Completivas nominais Apositivas
SUBORDINADAS ADJETIVAS	Restritivas Explicativas
SUBORDINADAS ADVERBIAIS	Finais Concessivas Comparativas Proporcionais Temporais Condicionais Concessivas Causais Consecutivas

Como vemos, a NGB, que pode ser considerada a “alma” de toda gramática de orientação tradicional, não contemplou a justaposição e a correlação como processos distintos de estruturação sintática. Também não arrolou a existência de uma série de outras orações produtivas em língua portuguesa, postura seguida por quase todos os teóricos de base tradicional.

Abreu (1994) opta pela não distinção entre subordinação e coordenação em seus trabalhos. Segundo o autor, é mais prática a adoção do termo *articulação sintática*, para nos referirmos aos mecanismos que ligam sintaticamente as sentenças umas às outras. Esse

termo, de base genérica, evitaria uma possível classificação inadequada para os casos em que a diferença entre subordinação e coordenação é difícil de ser estabelecida. O autor acrescenta que a articulação sintática pode ser de cinco tipos: causa, condição, fim, conclusão e oposição. Pelo foco de nosso trabalho, é preciso dar destaque a esse último grupo.

Segundo o autor, a articulação sintática de oposição inclui a coordenação adversativa e a subordinação concessiva. Para ele, as conjunções concessivas exigem o modo subjuntivo nas orações que introduzem, e as locuções prepositivas reduzem as orações que introduzem à forma infinitiva. Esse tipo de articulação sintática, conforme destaca o autor utilizando a subordinação concessiva, produz um efeito de modalização do discurso.

Assim, Abreu (1994) expressa maior preocupação com as relações semânticas que se estabelecem entre as orações, e não com a difícil diferenciação entre subordinação e coordenação. Segundo proposta do autor, em um mesmo bloco, como o da articulação sintática de oposição, por exemplo, haveria ocorrência de coordenação (adversativas) e subordinação (concessivas), devido às suas semelhanças em termos semânticos.

Azeredo (1990, p. 98), no âmbito da subordinação adverbial, também propõe conjuntos diferentes de conteúdos semânticos. A relação a seguir parece ser mais completa que a de Abreu (1994), por incluir as orações modais¹. Vejamos²:

- a) **situação/movimento** – orações temporais, proporcionais e locativas;
- b) **causa** – orações causais e condicionais;
- c) **modo** – orações modais e conformativas;
- d) **contraste** – orações concessivas e contrastivas;
- e) **resultado** – orações finais.

Azeredo (1990, p. 97-98) explica as razões que o levaram a propor esse agrupamento em cinco categoriais. Vejamos:

¹ As orações adverbiais modais não constam na Nomenclatura Gramatical Brasileira. Modernamente, contudo, esse assunto tem sido alvo de muitas discussões. Por exemplo, destacamos Silva (2007) e Silva (2011), respectivamente dissertação de mestrado e tese de doutorado sobre o assunto.

² Azeredo (1990), analogamente a Mateus et al. (2003), como se verá, opta por não relacionar entre as orações acima as construções comparativas e as intensivas, pois estas teriam comportamento sintático bem diverso das demais.

A apresentação das orações adverbiais nas gramáticas tradicionais ressentem-se [...] da falta de um critério que leve em conta propriedades formais, distribucionais ou semânticas. Formalmente, não se tem ido além da distinção entre *desenvolvidas* e *reduzidas*, *conectivas* e *justapostas*. [...] Nenhum gramático as agrupou em função de suas propriedades semânticas. Normalmente elas são distribuídas em ordem alfabética, o que – é óbvio – nada esclarece sobre suas propriedades linguisticamente relevantes.

Castilho (2002, p. 131) reforça a ideia de que “não é pacífica, na literatura especializada, a forma de tratar as sentenças complexas”. Há, portanto, várias abordagens alternativas à classificação tradicional, como já vimos definindo e ilustrando ao longo deste capítulo.

Ao investigar os três tipos de relação intersentencial (estruturas independentes ou coordenadas, estruturas dependentes ou subordinadas e estruturas interdependentes ou correlatas), Castilho (2002)³ classifica as sentenças complexas a partir de cinco parâmetros: justapostas, coordenadas, encaixadas, não-encaixadas e interdependentes (ou correlatas).

Até o presente momento, entre os citados neste trabalho, Castilho (2002) é o primeiro a reconhecer a existência das sentenças correlatas em um grupo à parte dos demais. Além disso, o autor decide deslocar as adverbiais das substantivas e adjetivas, já que estas últimas estruturam-se por encaixamento, bem diferente das adverbiais, que não são normalmente encaixadas.

No âmbito da subordinação adverbial, os problemas avolumam-se ainda mais. Afinal, a proposta da NGB de reservar um grupo único para englobar construções sintáticas tão diferentes não se sustenta em termos teóricos, como veremos na seção seguinte.

2.2 Orações adverbiais

A proposta de tripartir a subordinação em *substantiva*, *adjetiva* e *adverbial* revela inúmeras incongruências. Por exemplo, tanto sintática como semanticamente, sabemos que as adjetivas restritivas comportam-se de maneira bastante distinta das adjetivas explicativas.

³ Vale ressaltar que essa proposta é muito semelhante à verificada em Melo (1978, p. 145): “O período composto pode ser constituído de: 1. orações independentes, cada qual representando um pensamento autônomo, e coordenadas entre si; 2. uma oração denominada *oração principal*, que teve um ou mais de um de seus termos desdobrados em outras orações, as quais recebem o nome de *orações subordinadas*; 3. uma oração principal acompanhada de várias orações subordinadas, que nela desempenham a mesma função, estando, portanto, coordenadas entre si; 4. orações interdependentes (correlação); 5. um misto de dois, ou mesmo de três processos sintáticos (coordenação, subordinação, correlação).”

Estas funcionam como adendos acessórios, o que até mesmo a gramática tradicional reconhece; aquelas, por outro lado, são muito mais integradas ao termo precedente a que se prendem⁴.

Contudo, essa divisão tripartite tem suas origens desde a organização da gramática latina. Talvez seja essa a causa para essa abordagem ser tão arraigada na descrição da língua portuguesa⁵. Assim:

Uma consulta a qualquer gramática do latim clássico fornecerá o seguinte tipo de informação: em oposição a uma sentença regente (isto é, a uma oração principal), as orações subordinadas podem se engajar em três tipos de relação de dependência, a saber: 1) como substantiva, subdivididas em três: infinitivas, interrogativas indiretas, e conjuncionais; 2) como adjetivas; 3) como adverbiais, subdivididas em seis: finais, comparativas, condicionais, causais, concessivas, e um último subtipo, denominado na gramática do latim clássico de ‘ablativo absoluto’” (Tarallo, 1990, p. 162)

Vejamos como os estudiosos, de uma forma geral, caracterizam as chamadas orações adverbiais, no âmbito do período composto:

⁴ Vale destacar dois importantes trabalhos que investigam esse fenômeno linguístico: Souza (1996) e Souza (2009).

⁵ Essa perspectiva tripartite é utilizada, inclusive, por autores renomados no âmbito do funcionalismo linguístico, como Thompson e Longacre (1985, p. 172), para quem “nós podemos distinguir três tipos de orações subordinadas: aquelas que funcionam como sintagmas nominais (chamadas completivas), aquelas que funcionam como modificadores de nomes (chamadas orações relativas), e aquelas que funcionam como modificadores do verbo ou de proposições inteiras (chamadas orações adverbiais)” – “(we can distinguish three types of subordinate clauses: those with function as noun phrases (called complements), those with function as modifiers of nouns (called relative clauses), and those which function as modifiers of verb phrases or entire propositions (called adverbial clauses).”

Quadro 2 – Definições de orações adverbiais

ORAÇÕES ADVERBIAIS	
Almeida (2004, p. 529)	É a que, em relação à oração principal, equivale a um <i>advérbio</i> .
Azeredo (2000, p.212)	Desempenham funções próprias dos advérbios.
Luft (2000, p. 53)	Funcionam como advérbio (adjuntos adverbiais) da respectiva oração principal.
Maciel (1931, p. 362)	Sempre que valha logicamente por um advérbio ou expressão adverbial.
Rocha Lima (1999, p. 274)	Assim se denominam porque, equivalentes a um <i>advérbio</i> , figuram como adjunto adverbial da oração a que se subordinam.
Henriques (2003, p. 119)	Desempenham, em relação à principal, uma única função sintática (de natureza adverbial): adjunto adverbial.
Cunha e Cintra (2001, p. 604-605)	Funcionam como adjunto adverbial de outras orações e vêm, normalmente, introduzidas por uma das conjunções subordinativas (com exclusão das integrantes que [...] iniciam orações substantivas).
Kury (2003, p. 62)	As orações subordinadas adverbiais, que funcionam sempre como adjunto ou complemento adverbial da oração principal de que dependem, podem apresentar-se desenvolvidas (conexas ou justapostas) e reduzidas (de infinitivo, de gerúndio, de particípio).
Pereira (1943, p. 289)	Exerce sempre as funções de um advérbio, o qual é, em geral, conversível em substantivo regido de preposição, pode ser convertida em uma locução adverbial, isto é, em um substantivo regido de preposição.
Bueno (1963, p. 383)	São assim chamadas as orações subordinadas que correspondem a circunstâncias e são tantas quantas as espécies de advérbios.

Alguns autores como Ribeiro (2004) e Melo (1978) preferem não definir as adverbiais; restringem-se apenas a relacionar os diversos tipos, em conformidade com a NGB, acompanhados de exemplos geralmente extraídos de obras da literatura brasileira e/ou portuguesa.

A análise do quadro 2 aponta para um fato bastante pertinente: todos os autores, com exceção apenas de Bueno (1963), definem orações adverbiais como estruturas que

correspondem a advérbios ou a adjuntos adverbiais. Essa orientação é acatada, inclusive, por autores de gramáticas de outras línguas, como Quirk et al. (1985, p. 987), para quem as sentenças complexas são como as sentenças simples, com a diferença de que as primeiras possuem uma ou mais cláusulas subordinadas funcionando como elementos do período.

Para essa mesma questão, Bechara (1999, p. 471) opta por uma solução diversa:

Refletindo a classe heterogênea dos advérbios, também as orações transpostas que exercem funções de natureza do advérbio se repartem por dois grupos: a) as subordinadas adverbiais propriamente ditas, porque exercem função própria de advérbio ou locução adverbial e podem ser substituídas por um destes (advérbio ou locução adverbial): estão neste caso as que exprimem as noções de *tempo*, *lugar*, *modo* (substituíveis por advérbio), *causa*, *concessão*, *condição* e *fim* (substituíveis por locuções adverbiais formadas por substantivo e grupos nominais equivalentes introduzidos pelas respectivas preposições); b) as subordinadas *comparativas* e *consecutivas*.

Assim, para o autor, há orações (como as concessivas) que podem ser vistas como termos equivalentes de orações adverbiais, e há orações que não mantêm essa equivalência, como normalmente acontece com as comparativas e as consecutivas. Llorach (1999) defende o mesmo critério apresentado por Bechara (1999), mas difere quanto à lista de *adverbiais próprias* e *adverbiais impróprias*. Para Bechara (1999), por exemplo, as concessivas são adverbiais propriamente ditas (ou seja, *próprias*); já para o autor espanhol, elas seriam adverbiais impróprias. Vejamos o que diz Llorach (1999, p. 358):

No conjunto dos tipos oracionais, tem-se separado as estruturas chamadas adverbiais próprias e as impróprias, tendo em conta este critério: seriam próprias as que podem funcionalmente serem substituídas por um advérbio, e impróprias as que carecem de um substituto adverbial. Dessa forma, são adverbiais próprias as orações que manifestam noções temporais, locativas e modais, posto que para todas elas existem advérbios substitutos. [...] As demais adverbiais são impróprias, porque no inventário dos advérbios não existe nenhum que denote as noções de causa, fim, concessão, condição⁶.

⁶ “En el conjunto de estos tipos oracionales se han separado las estructuras llamadas *adverbiales propias* y las *impropias*, teniendo en cuenta este criterio: serían propias las degradadas que pueden funcionalmente ser sustituidas por un advérbio, e impropias las que carecen de sustituto adverbial. Según esto, son adverbiales propias las oraciones que manifiestan nociones temporales, locativas y modales, puesto que para todas ellas existen adverbios sustitutos. [...] Las demás adverbiales serán impropias, porque en el inventario de los adverbios no existe ninguno que denote las nociones de causa, fin, concesión, condición.”

Os autores divergem porque Bechara (1999) admite a possibilidade de uma locução adverbial também ser o termo substituto de uma oração subordinada adverbial própria. Llorach (1999), por sua vez, denomina *próprias* somente as orações subordinadas adverbiais substituíveis por advérbios (e não locuções).

Thompson e Longacre (1985, p. 177), após abrangente pesquisa, também optaram por classificar as orações adverbiais em dois tipos básicos. Em um primeiro grupo, os autores reúnem as cláusulas substituíveis por uma única palavra⁷ (cláusulas de tempo, lugar e modo); em outro grupo, Thompson e Longacre (1985) reúnem as cláusulas não-substituíveis por uma única palavra (cláusulas de motivo, razão, circunstância, simultaneidade, condição, *concessão*, substituição, adição, absolutas). Adotam, portanto, postura semelhante à de Llorach (1999).

Feigenbaum (1985, p. 211), estudioso da língua inglesa, afirma que uma cláusula adverbial é aquela que responde a perguntas do tipo *como, por quanto tempo, com que frequência, quando, onde, por que etc.* Dessa forma, o autor assume uma perspectiva de ordem eminentemente semântica, que reconhece um quadro de subordinação adverbial com quatro relações: *causa; contraste; motivo ou razão; tempo ou sequência*. As concessivas estão inseridas no grupo de *contraste*.

Marín e Ramírez (2001, p. 206), no tocante à língua espanhola, optam por uma divisão bem diferente das já apresentadas. Segundo os autores, as orações complexas, de uma forma geral, consideradas proposições dependentes sintaticamente, são divididas em seis grupos: *substantivas, adjetivas, adverbiais, circunstanciais, comparativas e consecutivas*. As adverbiais são subdivididas em orações de *lugar, tempo e modo*; as circunstanciais, por sua vez, englobam as de *companhia, finalidade, causa, condição e concessão*. Dessa forma, em vez de considerar dois blocos de adverbiais (próprias e impróprias), os autores optam por deslocar as chamadas adverbiais impróprias do grupo das adverbiais e criar um outro bloco, denominado *orações circunstanciais*.

Gili y Gaya (1955, p. 286), por sua vez, classifica as adverbiais em três grandes blocos: orações de caráter circunstancial (expressam as relações fundamentais de *espaço, tempo e modo*), orações subordinadas que expressam relações quantitativas (*comparativas e*

⁷ De acordo com Thompson e Longacre (1985, p. 177), essas orações, por serem mais básicas, também tendem a ser introduzidas iconicamente por conectivos mais básicos, ou seja, por advérbios monomorfêmicos não-anafóricos.

consecutivas) e orações de relação causativa (vêm unidas à principal por meio de conjunções ou frases conjuntivas – *condicionais* e *concessivas*).

Segundo essa perspectiva, as *orações circunstanciais* tomam uma conotação exatamente oposta à classificação dada por Marín e Ramírez (2001), já que passam a denotar as noções de espaço, tempo e modo. As concessivas, nesta classificação, ocupam um lugar à parte, junto com as condicionais e causais. Essa proposta é bastante interessante para os propósitos de nosso trabalho, como se verá mais a frente, devido às propriedades comuns dessas três últimas orações.

Ribeiro [1890, p. 352], que representa uma antiga linha de estudos normativistas em língua portuguesa, dividia as subordinadas adverbiais em cinco grupos: *circunstanciais*, *causais* (ou *causativas*), *condicionais*, *concessivas* e *subjuntivas*. Mais uma vez, deparamo-nos com uma proposta diferente, já que as concessivas, por si sós, constituem um bloco à parte, tal como acontece com as condicionais e causais.

Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008, p. 937) discordam de grande parte das orientações de base descritiva e apresentam uma nova proposta para a definição de subordinação adverbial, que rompe com a tradição normativista vigente:

A abordagem gramatical tradicional inclui entre as subordinadas as sentenças ‘adverbiais’, ou seja, as sentenças de tempo, causa, condição, concessão e comparação. Esta classificação, ‘subordinada adverbial’, é explicada pela hipótese de que as chamadas *subordinadas adverbiais* funcionam como um constituinte da sentença matriz ou nuclear, isto é, podem ser vistas simplesmente como um ‘adjunto’ de sua ‘sentença principal’. Esse tipo de classificação vem sendo questionado, indicando-se [...] que sentenças desse tipo são mais bem caracterizadas por meio de outras propriedades, especialmente seu modo de articulação com a sentença principal (que distingue as justapostas das conectivas), e sua forma (que distingue as desenvolvidas das reduzidas). Quanto ao critério de classificação das diferentes adverbiais, a base tradicional é o conectivo que as introduz, havendo por vezes remissão a critérios semânticos.

García (2004a, p. 3517) também assume postura análoga à de Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008), ao afirmar que é inadequado o termo ‘subordinação adverbial’ para fazer referência às orações condicionais, concessivas, causais etc. Tais orações, segundo o autor, não seriam nem subordinadas nem propriamente adverbiais. Para García (2004a), não podemos equiparar, por exemplo, uma oração condicional ou causal a um advérbio, sob o argumento de que ocupam o mesmo espaço funcional. O advérbio é um elemento periférico

que pode ligar-se livremente a uma estrutura oracional determinada por um verbo, mas que, ao mesmo tempo, afeta semanticamente de forma muito estreita o seu significado. Assim, a liberdade de adjunção é um critério demasiadamente amplo para que consideremos essas orações como *adverbiais*, afinal, qualquer oração pode ser ampliada com orações relativas e outros artifícios sintáticos.

No que diz respeito à estreita relação semântica dos advérbios com o verbo, García (2004a, p. 3517) afirma que é evidente o fato de as orações adverbiais afetarem semanticamente não somente o verbo, mas a chamada ‘oração principal’ em seu conjunto. Dessa forma, é pouco conveniente falarmos em oração subordinada a uma principal, quando, na verdade, ela pode estar ligada a porções bem maiores do texto.

Talvez sejam Quirk et al. (1985, p. 613-632) quem ofereçam os melhores subsídios para investigarmos essa questão referente à carga equivalente de advérbios e orações adverbiais. Para os autores ingleses, os sintagmas adverbiais podem ser classificados em quatro grandes tipos: adjuntos (*adjuncts*), subjuntos (*subjuncts*), disjuntos (*disjuncts*) e conjuntos (*conjuncts*), cada qual com particularidades bem distintas entre si.

Adjuntos e *subjuntos* seriam relativamente mais integrados à estrutura da cláusula; por outro lado, *disjuntos* e *conjuntos* ocupariam um lugar mais periférico na construção da sentença. Os sintagmas adverbiais concessivos, segundo proposta dos autores, seriam mormente conjuntos (*conjuncts*), já que teriam mais a função de unir unidades independentes do que compor uma unidade de sentido, além de expressar a avaliação do que está sendo dito com respeito à união das duas formas linguísticas.

Em outras palavras, Quirk et al. (1985) estabelecem um *continuum* para a metaclasses dos advérbios e propõem algumas características morfossintático-semânticas que os distinguiriam entre si. Essa proposta, de certa forma, ajuda a perceber o comportamento distinto desses elementos na gramática.

Para os autores ingleses, somente *conjuntos* e *subjuntos* poderiam se converter em orações adverbiais. Quanto às orações originárias de *conjuntos*, que são as que mais nos interessam, Quirk et al. (1985, p. 1069) afirmam: “Elas são periféricas às cláusulas às quais estão ligadas. Somente algumas orações adverbiais funcionam como *conjuntos*. Elas são estereotipadas, e podem ser abrangentemente listadas⁸”.

⁸ “They are peripheral to the clause to which they are attached. Only a few adverbial clauses **may** function as conjuncts. They are stereotyped or virtually stereotyped, and be comprehensively listed”.

Para Mateus et al. (2003), a subordinação, de uma forma geral, é caracterizada como mais complexa do que a coordenação, já que envolve quatro relações distintas (1. *subordinação completiva*, 2. *subordinação relativa*, 3. *subordinação adverbial* e 4. *construções de graduação e comparação*). A proposta das autoras, de inspiração gerativista, é bastante inovadora em relação às dos nossos gramáticos brasileiros que, com raras exceções, seguem a NGB irrestritamente.

Como podemos verificar, Mateus et al. (2003) desdobram a tradicional subordinação adverbial em dois grandes blocos, denominados *subordinação adverbial* e *construções de graduação e comparação*⁹. Afinal, tais construções comportam-se de maneira bastante diferente, do ponto de vista morfossintático, para ficarem em um mesmo grupo.

Diante dessas constatações, concluímos que a relação de orações apresentada pela NGB, além de revelar incongruências devido a substanciais diferenças entre algumas orações consideradas pela tradição como *subordinadas adverbiais*, também não permite verificar que muitas vezes essas orações apresentam conteúdos que não se distinguem com clareza, já que alguns matizes semânticos podem ser “entendidos como variações de um significado mais fundamental, ou até como conteúdos mistos” (cf. Azeredo, 2000, p. 223).

É por esse motivo que Azeredo (2000, p. 224) aprimora a sua proposta anterior e reagrupa os conteúdos semânticos expressos pelas construções adverbiais, levando em conta as afinidades de sentido:

- *Grupo 1: Causalidade (causais, condicionais, finais, consecutivas)*
- *Grupo 2: Situação (temporais, locativas, proporcionais)*
- *Grupo 3: Comparação (comparativas, conformativas)*
- *Grupo 4: Contraste (contrastivas e concessivas)*

Há, ainda, diversas outras propostas de descrição e categorização das chamadas orações adverbiais, principalmente se considerarmos outras línguas do mundo, com especial destaque para as exóticas. Em *nəmmande*, por exemplo, língua bantu da região central da República de Camarões, Wilkendorf (1998, p. 1) propõe uma classificação com base em seis

⁹ Di Tullio (2005, p. 320-321) confere tratamento semelhante ao de Mateus et al. (2003) às orações tradicionalmente consideradas subordinadas adverbiais. Para a autora, há três grupos: as adverbiais próprias, as adverbiais impróprias e as construções quantificativas. Da mesma forma, Bechara (1999) adota tipologia semelhante às autoras anteriormente citadas.

tipos de orações adverbiais: *cláusulas sequenciais temporais*, *cláusulas de causatividade*, *cláusulas circunstanciais*, *cláusulas de simultaneidade*, *cláusulas condicionais* e *cláusulas concessivas*.

De uma forma geral, é difícil relacionar todas as noções semânticas que as cláusulas adverbiais podem veicular. Segundo a Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais e Comportamentais [19--., p. 163], há um grande espectro de possibilidades circunstanciais, o que faz com que as cláusulas adverbiais sejam as mais desafiadoras em termos de análise. Além disso, estão presentes em todas as línguas do mundo, codificadas sob diversas formas, já que participam essencialmente na formação da coerência discursiva. Ainda segundo essa fonte de pesquisa, apesar da grande diversidade tipológica, três relações estão sempre presentes em todas as línguas europeias, por meio de subordinadores: as *causais*, as *condicionais* e as *concessivas*. Novamente chamamos a atenção para esse grupo especial dentro das chamadas subordinadas adverbiais.

Além das propostas que vimos ao longo deste capítulo, destacamos principalmente as de cunho funcionalista. Entretanto, antes de explorá-las, vejamos como podemos caracterizar o conceito de *concessão*, que é o foco do nosso trabalho.

3 CONCEITO DE CONCESSÃO

Com o objetivo de precisarmos melhor o nosso objeto de estudo, faremos algumas incursões pelas gramáticas de língua portuguesa e estrangeira. Nosso objetivo será cotejar as definições de *concessão* e verificarmos em que diferem e em que convergem.

De uma forma geral, a definição ou caracterização do que se entende por *concessão*, nas obras pesquisadas, advém dos capítulos destinados à tipologia oracional no âmbito da subordinação adverbial e das conjunções subordinativas. Vejamos:

Quadro 3 – Conceitos de concessão, segundo teóricos de língua portuguesa

CONCESSÃO	
Luft (2000, p. 60)	Indicam concessão.
Torres (1973, p. 137)	Exprimem concessão.
Cunha; Cintra (2001, p. 605)	A conjunção é subordinativa concessiva.
Almeida (2004, p. 357)	São as que ligam indicando <i>concessão</i> . Suponhamos que alguém nos diga: “ <i>Embora vá de avião, você não alcançará o vapor</i> ”. – A pessoa que assim nos diz <i>concede-nos</i> a possibilidade de tomar um avião, para dizer que, mesmo com essa concessão, não conseguiríamos alcançar o vapor.
Rocha Lima (1999, p. 276)	A oração concessiva expressa um fato – real, ou suposto – que poderia opor-se à realização de outro fato principal, porém não frustrará o cumprimento deste.
Bechara (1999, p. 327)	Quando iniciam oração que exprime que um obstáculo – real ou suposto – não impedirá ou modificará a declaração da oração principal.
Kury (2003, p. 92)	Equivalem a um adjunto adverbial de concessão; indicam ‘que um obstáculo – real ou suposto – não impedirá ou modificará, de modo algum, a declaração da oração principal’ (Bechara).
Lima (1937, p. 223)	Exprimem um sentido que, embora contrário ao da oração precedente, não impede a realização deste.
Freitas (1960, p. 52)	As (conjunções) concessivas indicam que um determinado fato se realizará ainda que aconteça um outro que lhe é contrário.

Said Ali (1966, p. 138)	A oração CONCESSIVA exprime um fato que, podendo determinar ou contrariar a realização de outro fato principal, deixa entretanto de produzir o esperado ou possível efeito.
Ribeiro ([1890], p. 358)	<i>Concessivas</i> dizem-se as conjunções que exprimem uma ideia de concessão, que é contida numa proposição que se ajunta a outra de caracter adversativo, que traz claras ou subentendidas algumas das conjunções <i>contudo, todavia, não obstante, apesar disso</i> , que se contrapõem às <i>concessivas</i> .
Azeredo (2000, p.237)	Chamamos de concessão à relação de sentido em que um fato ou idéia é representado como um dado irrelevante para o conteúdo do restante do enunciado, e de concessiva à oração que expressa o dado irrelevante.
Azeredo (2008, p. 333)	Na variante concessiva da expressão contrastiva, um certo fato ou ideia é representado como um dado irrelevante para o conteúdo do restante do enunciado.
Mateus et al. (2003, p. 718)	As orações concessivas exprimem um conteúdo semântico que contrasta com aquilo que, dado o nosso conhecimento do mundo, se esperaria a partir do conteúdo semântico da proposição com a qual se combina.
Neves (2000, p. 865)	As construções concessivas têm sido enquadradas, juntamente com as adversativas , entre as conexões contrastivas , cujo significado básico é ‘contrário à expectativa’, um significado que se origina não apenas do conteúdo do que está sendo dito, mas, ainda, do processo comunicativo e da relação falante-ouvinte. Em muitos dos enunciados concessivos pode-se tornar evidente essa noção fazendo-se uma comparação com enunciados adversativos paralelos: Embora fosse sempre um homem silencioso, o seu silêncio, agora, era mais denso e triste.

Uma rápida análise do quadro 3 já revela quão diferentes são as abordagens dadas ao tópico *concessão*. Por exemplo, Luft (2000), Torres (1973), Almeida (2004) e Cunha e Cintra (2001) restringem-se a definir orações concessivas como aquelas que exprimem concessão ou possuem conjunção subordinativa concessiva. Obviamente essas definições são circulares e, portanto, não fornecem subsídios teóricos suficientes para a caracterização dessas construções.

Rocha Lima (1999), Bechara (1999), Kury (2003), Lima (1937), Freitas (1960) e Said Ali (1966) afinam-se substancialmente e traçam uma caracterização de viés pragmático-

semântico, que define a concessão como um obstáculo ou fato, de caráter real ou suposto¹⁰, que não impede ou modifica a declaração da chamada oração principal.

Ribeiro ([1890]), que representa uma linha de estudos descritivos mais antiga, bastante influente no século XIX, diverge dos autores citados e associa o conceito de *concessão* ao de adversatividade. Segundo o autor, nas proposições concessivas, haveria a presença clara ou subentendida de uma declaração adversativa. Devemos asseverar que essa observação do autor é bastante pertinente, haja vista a forte ligação existente entre construções adversativas e construções concessivas.

Mateus et al (2003) e Neves (2000), por fim, apresentam dados inovadores para a caracterização das construções concessivas. Afinal, são descrições mais atualizadas do nosso idioma, representantes respectivamente da variedade lusitana e brasileira da língua portuguesa. Para Mateus et al. (2003), as construções concessivas são definidas tendo em vista o conhecimento de mundo dos falantes. Para Neves (2000), de forma semelhante a Ribeiro [1890], concessivas e adversativas devem ser analisadas sob um mesmo bojo, o das relações contrastivas. Além disso, para o estudo das concessivas, é necessária a análise da relação falante-ouvinte e do processo comunicativo, o que nos qualifica a encontrar fortes semelhanças entre sua definição e a de Mateus et al. (2003), como já apontamos.

Diversos outros autores fortemente influentes em nossos estudos do vernáculo optaram por não definir as orações concessivas, como Henriques (2003, p. 123), Ribeiro (2004, p. 318) e Melo (1978, p. 151) que se restringem a oferecer apenas alguns exemplos que ilustram o uso de conjunções concessivas mais prototípicas como *embora* e *ainda que*.

Assim, no âmbito da literatura linguística de língua portuguesa, podemos afirmar que há diferentes definições para *concessão*. Vale ressaltar, contudo, que, apesar haver muitas divergências entre os autores, não há forte contradição entre eles. De certa forma, podemos asseverar que os teóricos buscam diferentes vieses para o mesmo tópico: alguns privilegiam aspectos sintáticos, outros preferem abordar aspectos semânticos e pragmáticos.

Salgado (2007, p. 27) sintetiza as características das concessivas, a partir das contribuições da tradição gramatical. Assim, a concessão:

- a) antecipa uma quebra de expectativa;
- b) é caracterizada pelo uso das conjunções subordinativas concessivas;

¹⁰ Marín e Martinez (2001, p. 253) também afirmam o mesmo ao asseverar que o modo indicativo proporciona o valor de obstáculo real; já o modo subjuntivo, expressaria um impedimento hipotético.

- c) aparece com verbos no modo subjuntivo;
- d) permite a inversão de orações;
- e) permite a forma de reduzidas de infinitivo, particípio e gerúndio.

Essas observações nos impeliram a verificar como a concessão é analisada em outras línguas. Para isso, servimo-nos especialmente da descrição de dois idiomas mais próximos de nossa realidade (espanhol e inglês), seja pelo interesse dos nossos pesquisadores, seja pela influência de tais estudos em nossas investigações:

Quadro 4 – Conceitos de concessão, segundo teóricos estrangeiros

CONCESSÃO	
Gili y Gaya (1955, p. 296)	É como uma condição que se considera desdenhável e inoperante para a realização de um fato ¹¹ .
Saldanya (2004, p. 3299)	É bem conhecido o fato de que as orações concessivas estabelecem relações semânticas complexas, relações que vão de uma tese realizada pelo conector a uma antítese; ou, se se quer, de uma causa verdadeira ou hipotética, mas ineficaz a um efeito contrário ao que, em princípio, se poderia prever ¹² .
Quirk et al. (1985, p. 1098)	Orações concessivas indicam que a situação na oração matriz é contrária à expectativa à luz do que é dito na oração concessiva. [...] Geralmente elas também implicam contraste entre as situações descritas pelas duas orações ¹³ .
Berndt et al. (1983, p. 253.332)	A principal característica da relação concessiva é que, a partir da lei da causa e do efeito, um certo tipo de relação pode ser esperada de acontecer entre estados de coisas descritos nas duas sentenças. Porém, de modo diferente do que ocorre com as orações complexas causais, o efeito é inadequado ou inesperado e, diferentemente das sentenças adversativas complexas, nenhuma parte da combinação é excluída da asserção, ao contrário, uma relação de dependência ou continuação pode ser detectada. [...] Em uma sentença concessiva complexa, a sentença 2 expressa o contraste de uma precondição inadequada ou uma consequência inesperada ou surpreendente (anti-causa) com relação ao conteúdo da sentença ¹⁴ .

¹¹ “Es como una condición que se considera desdeñable e inoperante para la realización del hecho”.

¹² “Es bien conocido el hecho de que las oraciones concesivas establecen relaciones semânticas complejas, relaciones que van de una tesis realzada por el conector a una antítesis, o, si se quiere, de una causa verdadera o hipotética pero ineficaz a un efecto contrario al que, en principio, se podría prever.”

¹³ “Concessive clauses indicate that the situation in the matrix clause is contrary to expectation in the light of what is said in the concessive clause. [...] Often they also imply contrast between the situations described by the two clauses”.

¹⁴ The main feature of concessive relation is that from the law of cause and effect a certain kind of relation can be expected to hold between the states-of-affairs described in the two sentences, but unlike causal complex sentences, the effect is inadequate or unexpected and, unlike adversity complex sentences, no part of the combination is excluded from the statement, but rather a dependency and continuation can be found. [...] In a concessive complex sentence, sentence 2 expresses a contrast by way of an inadequate precondition for or an unexpected or surprising consequence (anti-cause) to the content of sentence 1.

As duas primeiras definições aplicam-se à língua espanhola e são formuladas por teóricos daquela língua. Tanto Gili y Gaya (1955, p. 296) como Saldanya (2004, p. 3299) apresentam uma definição muito semelhante à de Rocha Lima (1999), Bechara (1999), Kury (2003), Lima (1937), Freitas (1960) e Said Ali (1966). Para os autores espanhóis, a concessão pode ser definida em termos semântico-pragmáticos.

Para Quirk et al (1985) e Berndt et al. (1983), gramáticos ingleses, a concessão lida com relações de contra-expectativa e contraste. Dessa forma, a descrição dos autores assemelha-se mais à de Mateus et al (2003) e Neves (2000).

Assim, a partir das definições apresentadas pelos vários autores analisados, tanto brasileiros quanto estrangeiros, podemos concluir que a tarefa de traçar um conceito para *concessão* não é simples; contudo, como esse é o nosso objeto de estudo, achamos por bem cunhar um conceito de *construção*¹⁵ *concessiva* de caráter o mais prático e funcional possíveis. Dessa forma, assim a definimos:

Construção concessiva - estrutura contrastiva em que se combinam uma base e uma cláusula concessiva (ou sintagma concessivo), a qual expressa um fato real ou suposto que não impede ou modifica a realização do fato principal. Assim, esse fato presente no segmento concessivo seria oposto à realização da informação da base, mas inoperante.

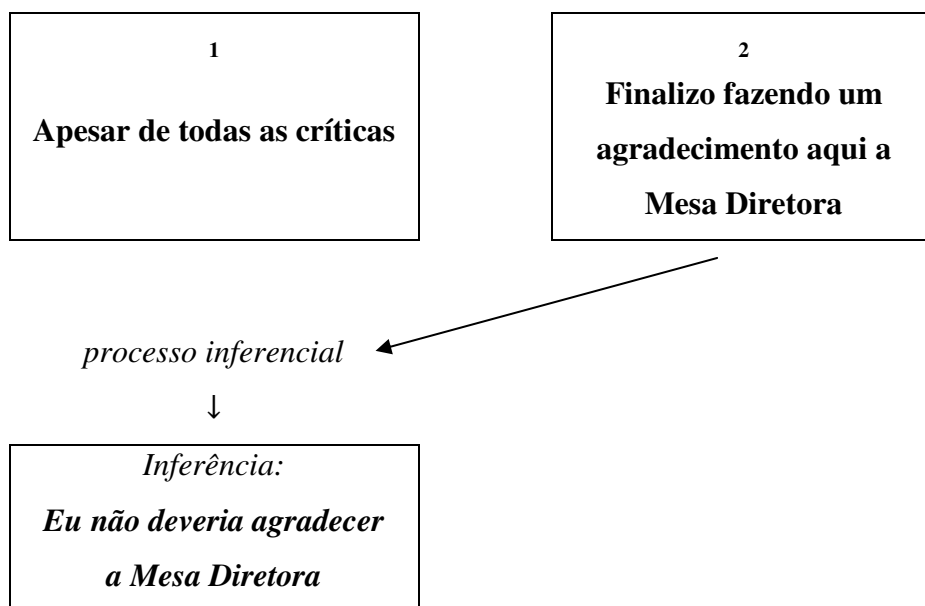
Em linhas gerais, portanto, isso equivale a dizer que, em uma construção concessiva, o fato (ou noção) expresso no núcleo é asseverado, a despeito da proposição contida na cláusula concessiva. É, sem dúvida, uma construção bastante complexa do ponto de vista cognitivo e funcional. Por outro lado, é recorrente em diversas línguas do mundo.

Dessa forma, com base em uma simples sentença da língua portuguesa, como “Finalizo fazendo um agradecimento aqui a Mesa da Casa, apesar de todas as críticas¹⁶”, em termos esquemáticos, poderíamos representar o pensamento concessivo da seguinte maneira:

¹⁵ Estamos tomando o conceito de *construção*, segundo a ótica de Goldberg (1995). Esse conceito será explorado com mais detalhes no capítulo 4 desta tese.

¹⁶ Exemplo extraído de nosso *corpus*. Trecho de discurso proferido na ALERJ, em 08/09/2009.

Figura 1 – Estrutura do pensamento concessivo



Esse esquema, inspirado nos pressupostos teóricos da linguística cognitiva, expressa bem todo o mecanismo subjacente à construção da concessividade, visto que do segmento concessivo emerge uma inferência possível (“Eu não deveria agradecer a Mesa Diretora”) contrária ao conteúdo do segmento nuclear (“Finalizo fazendo um agradecimento aqui a Mesa Diretora”). Nesse jogo argumentativo, as críticas a que o deputado faz referência tornam-se inoperantes, já que não é algo impeditivo para que ele agradeça. Revela-se, portanto, a busca pelo equilíbrio de um jogo de forças, instaurado de forma marcadamente argumentativa.

Segundo Vergaro (2008, p. 97), que pesquisou a concessão em cartas comerciais, esse jogo de forças que emerge do efeito retórico típico das construções concessivas também está ligado a estratégias de proteção de face ou de polidez. Afinal, o uso de concessivas pode fazer com que os interlocutores cooperem na construção conjunta do sentido de um texto.

Em seus estudos, após definir *concessão*, Neves (2000, p. 865) formula um esquema lógico que expressa a ideia de concessividade, em termos prototípicos. Vejamos:

Numa construção concessiva, vista a partir do esquema lógico, pode-se chamar **p** à **oração concessiva** e **q** à principal. Trata-se de uma construção **concessiva** quando **p** não constitui razão suficiente para **não q**. [...] Em outras palavras, pode-se dizer que, apesar de o fato (ou o evento) expresso em **p** constituir uma condição suficiente para

a não-realização do fato (ou evento) expresso em **q**, **q** se realiza; e, nesse sentido, se pode dizer que a afirmação de **q** independe do que quer que esteja afirmado em **p**.

Essa formulação pode ser sintetizada por meio do seguinte esquema:

embora **p**, **q** $\rightarrow$ **p** verdadeiro e **q** independente da verdade de **p**

Assim, em um sentido geral, ocorre o seguinte em uma construção concessiva: uma pretensa causa (ou condição) é expressa no segmento concessivo, mas aquilo que dela se pode esperar é negado no segmento nuclear. Com fins ilustrativos, vejamos a análise de uma prototípica construção concessiva, segundo o esquema lógico proposto por Neves (2000, p. 868), que também é autora da frase:

a) Embora a febre começasse a ceder, Dulce permanecia debilitada.

Podemos situar a construção acima no seguinte esquema básico:

<i>Embora</i>	<i>a febre começava a ceder</i>	<i>Dulce permanecia debilitada</i>
Conjunção concessiva	Fato A (p)	Fato B (q)

A partir desse esquema básico, ainda sob a égide de termos lógicos, podemos assertar o seguinte:

- **Não A** (a febre não começava a ceder) é condição necessária para **B** (Dulce permanecer debilitada);
- **A** (a febre começar a ceder) é condição suficiente para **não B** (Dulce não permanecer debilitada);
- Ocorre **B** (Dulce permanece debilitada), isto é, **A** (a febre começar a ceder) não consegue ser causa de **não B** (Dulce não permanecer debilitada).

Diante do jogo argumentativo instaurado pela noção de concessividade, que emerge da interação de um segmento matriz com um sintagma concessivo, é oportuno abordarmos um conceito bem mais prático e funcional do que o frágil conceito de *(in)dependência*, que, como vimos, não atende aos nossos propósitos.

Consideramos as construções concessivas, assim como outras construções da língua portuguesa (causais, condicionais etc.), marcadas pela propriedade da *bipolaridade* (cf. García, 2004a, p. 3539), que significa uma integração mútua entre os segmentos que as formam, uma relação de interordenação entre as cláusulas.

De fato, uma cláusula concessiva não pode ser vista sem ligação com uma base. Esta última representa justamente a proposição que se mantém, apesar da concessão que é inoperante. A bipolaridade supõe, portanto, a complementaridade de ambos os elementos, e não a dependência unidirecional de um em relação a outro, em hierarquia.

Por fim, ainda dentro deste tópico, cabe uma última palavra quanto ao papel da entoação, nas concessivas¹⁷. Para Salgado (2006, p. 5), que investigou as propriedades do conectivo *se bem que*, geralmente o limite entre a matriz e a concessiva é marcado por uma força entoacional distinta. Assim, em termos gerais, “numa entoação neutra, tais sequências apresentam-se divididas em duas unidades – a primeira terminando com uma entoação ‘suspensiva’ (que indica que há uma continuação), e a segunda com uma entoação típica das assertivas”.

Na próxima seção, investigaremos, principalmente com bases históricas, as hipóteses que explicam como se deu a origem do pensamento concessivo. Logo em seguida, será a vez de analisarmos as intrínsecas relações entre concessividade e outros matizes semânticos.

3.1 Origem do pensamento concessivo

Neste tópico do nosso trabalho, que diz respeito à origem do pensamento concessivo, é importante destacarmos quatro assuntos fundamentais inter-relacionados: a origem das conjunções nas línguas do mundo, as estratégias de concessividade presentes na língua latina, algumas considerações quanto ao termo *concessão* e a origem propriamente dita do pensamento concessivo em língua portuguesa.

¹⁷ Dancygier (1988, p. 117) também se ocupa dessa questão e afirma que a análise das concessivas só pode ser feita, se levarmos em conta essa importante propriedade prosódica.

Quanto à origem das conjunções, Gili y Gaya (1955, p. 239) afirma que, em espanhol, assim como nas demais línguas românicas, o número de conjunções verdadeiramente primitivas era muito escasso. Aliás, com respeito aos dados da língua portuguesa, no tocante à subordinação, poucas conjunções do latim clássico permaneceram: “*que* < *quid*, *como* < *quomodo*, *quando* < *quando*, *se* < *si*, *ca* < *quia*. Esta última é corrente na documentação escrita até o século XVI” (cf. Mattos e Silva, 2006, p. 182).

As conjunções que hoje conhecemos, de uma forma geral, são oriundas de diversas outras classes de palavras, habilitadas como conjunções em época românica, depois de ter-se perdido a maioria delas que se usavam no latim. Sua origem histórica tardia, portanto, ajuda a explicar por que muitas conjunções são tão pouco frequentes e até mesmo desconhecidas na fala popular ou infantil (cf. García, 2004a, p. 3518).

Gili y Gaya (1955, p. 249) afirma que:

As conjunções subordinativas são as últimas que aparecem na linguagem infantil, com exceção da “incolor” *que*, simples nexos copulativos que nada dizem sobre a qualidade da relação. Fora esta, as demais subordinativas se apresentam com grande lentidão, à medida que a cultura individual vai fazendo com que sejam necessárias; e se a instrução literária é nula ou escassa, muitas delas seguirão sendo desconhecidas durante toda a vida¹⁸.

Recuando a períodos históricos anteriores à própria gênese da língua portuguesa, Ragon (1926), Comba (2009) e Faria (1995) nos dão os subsídios teóricos necessários para investigarmos como o pensamento concessivo era expresso na língua latina.

Segundo Ragon (1926, p. 120) e Faria (1995, p. 380), as principais conjunções concessivas latinas eram *quamvis*, *licet*, *cum* (com sentido semelhante a *embora* ou *dado que*, utilizadas com o verbo no subjuntivo) e *quamquam* (também com sentido semelhante a *embora*, mas utilizada com o verbo no indicativo), além de *etsi*, *etiamsi*, *tametsi*, equivalentes respectivamente a *ainda que*, *mesmo se*, *se bem que*, também utilizadas no modo indicativo.

¹⁸ “Las conjunciones subordinantes son las últimas que aparecen en el lenguaje infantil, con excepción de la incolora *que*, simple nexos copulativos que nada dicen sobre la cualidad de la relación. Fuera de ésta, las demás subordinantes se presentan con gran lentitud, en la medida que la cultura individual las va haciendo necesarias; y si la instrucción literaria es nula o escasa, muchas de ellas seguirán siendo desconocidas durante toda la vida”.

Faria (1995, p. 233.381) nos dá a conhecer a origem histórica de diversas conjunções concessivas latinas¹⁹. Para o autor, *licet* tem origem na 3ª pessoa do indicativo presente do verbo *licere*, que significa *ser permitido, poder, ter o direito*, conforme atestam as obras de Cícero. Como conjunção, essa partícula era muito pouco frequente no período clássico, pois, aí, de forma geral, conservava o seu valor verbal. Na língua imperial, porém, seu emprego como conjunção concessiva significando *embora* é frequente.

Quamuis, por sua vez, tem origem na aglutinação de *quam* (*quão grande, quão, quanto*)+ *uis*, que é 2ª pessoa do indicativo presente do verbo *uolo* (*querer, desejar*). Já a conjunção concessiva *quamquam*²⁰ representaria um antigo acusativo feminino singular do relativo-indefinido, que talvez seja também o primeiro elemento que aparece na conjunção *quando*.

Além das conjunções anteriores, para expressar a noção de concessividade, segundo Bechara (1954, p. 20), o latim clássico também se servia de pronomes e advérbios relativos indefinidos (*quisquis, quicumque, quotquot, quocumque, utut, utcumque, ubiub*) ou pelo emprego do simples subjuntivo, que era uma estratégia rara no antigo latim e frequente a partir do período clássico.

Já com relação ao período românico, Bechara (1954, p. 25-31) apresenta uma série de estratégias ou meios de expressão do pensamento concessivo. Vejamos:

- o reforço do subjuntivo pela partícula *jam*, principalmente em galo-românico;
- o reforço das conjunções condicionais *quando* e *si* por um advérbio concessivo;
- à maneira do latino *utinam*, acompanhando um subjuntivo desiderativo, desenvolveu-se, pelos países românicos do sul, o emprego da interjeição grega *μακάριε* na ideia concessiva;
- desde cedo, uma oração iniciada por elemento relativo, precedida de *pro* e em referência a um adjetivo ou substantivo de natureza atributiva passou a denotar a ideia concessiva em românico;
- adjetivos, pronomes e advérbios relativo-interrogativos de valor indefinido, presos a uma forma verbal de *esse (re), velle, volere* ou *quarere* e acompanhados ou não de relativo, podem exprimir a ideia concessiva em românico;

¹⁹ Harris (1985, p. 78) afirma que nenhuma conjunção concessiva do latim clássico sobreviveu para servir como étimo para formas atuais, com exceção da forma *si*. Além disso, o autor assevera também que não havia conjunção concessiva no Inglês Antigo.

²⁰ “Por vezes, **quamquam** não introduz propriamente uma oração concessiva, servindo unicamente para fazer voltar sobre uma afirmação já feita antes, para acrescentar-lhe uma retificação, caso em que se traduz por ‘mas’”. (Faria, 1995, p. 380 – grifo nosso)

- uma oração iniciada por partícula alternativa e com verbo no subjuntivo serviu também para expressar o pensamento concessivo, desde que encerrasse a possibilidade de diversas ações que não obstruiriam a ação indicada na principal. Mais uma vez, ao subjuntivo românico corresponde o indicativo latino;
- a migração de advérbios – colocados na oração principal para que ressaltem a ideia expressa na subordinada – é responsável por uma série de novas criações conjuncionais.

Dias (1970, p. 282) apresenta como conjunções e locuções conjuntivas concessivas arcaicas as seguintes partículas: *pero que, pero, empero, se, em como quer que, como quer que*. Assim, podemos brevemente sintetizar essa trajetória da seguinte maneira: o latim clássico possuía um rico acervo de conjunções; posteriormente, no latim vulgar, esse acervo é drasticamente reduzido, a ponto de o português ter herdado poucas conjunções da língua latina.

A trajetória da língua portuguesa revela que houve uso de estratégias diversas para a formação de conjunções em língua portuguesa. Barreto (1999) e Longhin-Thomazi (2004a, p. 217) atestam que duas principais estratégias foram privilegiadas: a) tomar palavras de diferentes classes e transformá-las em conjunções; b) combinar uma partícula *que* com palavras de diferentes categorias, para formar perífrases conjuncionais.

Segundo Mattos e Silva (2006), tal como nas completivas e nas relativas, é o *que* o conector primário na subordinação circunstancial, no período arcaico. Aliás, Tarallo (1990, p. 166) afirma o mesmo em um período de tempo maior, que vai do latim ao português. Segundo o autor, o *que* é o preenchedor básico da subordinação, única forma sobrevivente de épocas remotas de nossa língua. Assim se dá o seu surgimento (cf. Tarallo, 1990, p. 167):

O advento da conjunção subordinativa *que* resultou primordialmente de um esvaziamento da significação pronominal da forma neutra *quid* do pronome indefinido-interrogativo e sua coalescência com a outra forma neutra *quod*, reservada ao pronome relativo. Secundariamente, houve a convergência da evolução fonética da partícula de conexão comparativa *quam* e da conjunção causal *quod*. De tudo isso, resultou uma partícula multifuncional *que* para os mais variados padrões frasais. Ou seja, processos de reorganização morfológica (a coalescência entre *quid* e *quod*) e alterações de ordem fonética (*quam* e *quod*) desencadearam uma mudança fundamental nos mecanismos de conexão sentencial no português (e, por extensão, nas línguas românicas).

Houve, portanto, um desaparecimento quase total das conjunções latinas na fase do romance. No extenso *corpus* dos *Diálogos de São Gregório*, as concessivas usuais são *ainda que* e *como quer que*. *Embora*, que figura atualmente entre as concessivas mais usuais, não está documentada no período arcaico.

Com relação ao termo *concessão*, Bomfim (2009, p. 1) afirma que ele tem sido alvo de restrições por parte de estudiosos da atualidade porque não daria conta da complexidade do fenômeno a que se aplica. Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattnher (2008, p. 973) também apresentam reservas quanto ao termo *concessão*, por considerá-lo impróprio. Vejamos as próprias palavras das autoras:

Embora o termo *concessiva* remeta à ideia de *concessão* (evocado porque o locutor ‘aceita’ o que se diz na sentença concessiva e, nesse sentido, estaria fazendo uma ‘concessão’ ao interlocutor), nas chamadas construções concessivas não existe uma concessão propriamente dita. O que ocorre mais evidentemente é a negação explícita de uma relação usualmente reconhecida entre as duas sentenças. Mas a confusão entre o conceito não-técnico, cotidiano, de *concessão* e o uso metalinguístico de palavra está presente em muitos estudos tradicionais, que simplesmente transferem o rótulo da linguagem comum (‘fazer concessão a alguém’) para a análise linguística.

Outros autores também abordaram essa questão. Entre eles, destacamos Bechara (1954) que, após longo estudo sobre o assunto, também concluiu o mesmo, mas optou pelo comedimento. Também Neves (2002) discutiu esse conceito, mas, diferentemente de Bechara (1954), optou por uma perspectiva distinta. Vejamos as contribuições de ambos os autores:

Longe de nós a ousadia de propor que se altere qualquer ponto da terminologia gramatical, geralmente aceita. Mas nem por isso deixaremos de assinalar uma ou outra designação inadequada que possa desencaminhar os estudiosos. Está neste caso o qualificativo *concessiva*, dado a certa espécie de conjunção. (Bechara, 1954, p. 55)

[...] numa evidente assimilação entre construções concessivas e construções causais sob a noção mais geral de *causatividade*, propõe Hermodsson [...] que o termo *concessiva* seja substituído por *não-causal*, entendendo que [...] a construção concessiva pode ser qualificada como uma negação da relação normal suposta entre as proposições citadas na premissa maior e na menor, uma negação, por assim dizer, de nível sintagmático. (Neves, 2002, p. 546)

Assim, verificamos a imbricação dos conceitos de causatividade e concessividade. Neves (2002, p. 546) propõe que as concessivas sejam consideradas não-causais, o que aponta para uma íntima relação entre os conceitos já descritos.

Quanto à noção semântica propriamente dita de concessividade, é consenso entre os teóricos afirmar que ela surgiu bem tarde na história das línguas. Sobre esse tópico, Bechara (1954) elaborou um importante trabalho até hoje muito acessado pelos pesquisadores que se debruçam sobre a origem do pensamento concessivo, e que já vimos citando ao longo desta pesquisa. Trata-se de *Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português*, publicado em 1954, como tese de concurso para professor catedrático de português do Colégio Pedro II. Assim se expressa o autor quanto à origem dessas construções:

Se a hipotaxe representa uma fase adiantada dos meios de expressão do pensamento humano, a ideia concessiva, dada a complexa situação psicológica do falante, marca um dos últimos estágios da estrutura subordinativa. [...] A concessão deve ter nascido no momento em que as declarações do falante sentiram o peso da argumentação contrária do interlocutor. A experiência do ouvinte nem sempre recebia de modo passivo tudo o que lhe narravam e com réplicas inteligentes esbarravam muitas afirmações que lhe chegavam ao conhecimento. [...] A prática cotidiana habilitou o homem a pressupor, no correr de suas asserções, a objeção iminente. Enunciar o pensamento contando e obstruindo os obstáculos que o interlocutor ou interlocutores apresentariam era o propósito da ideia concessiva. (Bechara, 1954, p. 6)

Segundo o autor, portanto, a concessividade teria nascido de uma relação intersubjetiva ou dialógica em contextos de alta argumentatividade²¹. As construções concessivas, em sua origem, evidenciam um jogo de objeção e concordância parcial com o argumento contrário do interlocutor, que é desprestigiado parcialmente, em uma situação discursiva.

Vale lembrar que só ocorre argumentatividade onde não há consenso. Afinal, ninguém argumenta para provar ou comprovar algo que já seja do conhecimento generalizado de todos

²¹ Gouvêa (2002, p. 16) define *argumentação* sob dois pontos de vista: a) para a retórica e a dialética gregas e b) para a semântica argumentativa. Segundo o primeiro ponto de vista, *argumentação* pode ser definida como “o ato de provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento”. Para a semântica argumentativa, “é uma atividade discursiva que, encarada do ponto de vista do sujeito argumentante, participa de uma dupla busca: 1º) uma busca de racionalidade que tende a um ideal de verdade quanto à explicação de fenômenos do universo; 2º) uma busca de influência que tende a um ideal de persuasão, o qual consiste em fazer dividir com outro (interlocutor ou destinatário) um certo universo do discurso, a ponto de levá-lo a ter as mesmas propostas”. Acreditamos que as visões, antes de serem antagônicas, são complementares. Sendo assim, não há conflito entre elas.

ou de muitos. É nesses contextos, portanto, que se insere a concessividade, em especial, nos contextos em que a relação é simétrica, já que não é conveniente, nesse tipo de relação, desprezar o argumento contrário; em vez disso, utilizam-se argumentos contrários atenuados ou esmaecidos.

Gouvêa (2001) também se ocupou dessa questão e sua abordagem merece relevo. Filiada a teorias do discurso, defende tese semelhante à de Bechara (1954), com outros termos: “É possível compreender o que significa dizer que a *concessão* pode implicar um diálogo em *nível virtual*. [...] Trata-se, na verdade, do **fenômeno da polifonia** (Ducrot, 1980, 1987)”. Dessa forma, reiteramos que a noção de concessividade apresenta uma íntima relação com questões de intersubjetividade e relações polifônicas.

García (2004a, p. 3811, grifo nosso) explora outra vertente do pensamento concessivo, ao investigar o gradiente que engloba construções temporais, causais, condicionais e concessivas. O autor defende a tardia aquisição e desenvolvimento histórico das concessivas:

[...] é no extremo final do dito contínuo semântico onde há que situar, pois, as orações concessivas, as quais, por sua relação negativa implícita que estabelece entre ambas as orações, representam para o falante uma maior complexidade de processamento cognitivo que as anteriores, o que explicaria ademais sua tardia aquisição e desenvolvimento histórico²².

Como passaremos a analisar detidamente, há uma forte ligação entre concessividade, condicionalidade e temporalidade. Vários teóricos afirmam que esse forte parentesco é explicável pelo fato de conectivos temporais e condicionais serem prototipicamente fontes primárias para o surgimento de conectores concessivos.

O forte parentesco entre concessividade e adversatividade será explorado com maiores detalhes na seção seguinte de nosso trabalho. Por ora, devemos asseverar que essa questão é muito relevante e ocupa os estudiosos que se debruçam sobre a história das línguas. Afinal, muitas pesquisas tentam responder quais seriam os motivos para o aparecimento de diversas formas linguísticas, inclusive quando já há estruturas equivalentes nos idiomas. Neves (2006,

²² [...] és en el extremo final de dicho continuo semántico donde hay que situar, pues, a las oraciones concesivas, las cuales, por la relación negativa implícita que se establece entre ambas cláusulas, representan para el hablante una mayor complejidad de procesamiento cognitivo que las anteriores, lo cual explicaría además su tardía adquisición y desarrollo histórico.

p.258), no bojo dos estudos funcionalistas, aventa possibilidades para esse fenômeno, identificado com a gramaticalização:

O processo [de gramaticalização] tem motivação nas necessidades comunicativas não satisfeitas pelas formas existentes, bem como na existência de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações linguísticas adequadas. O fato significativo é que, para satisfazer a essas necessidades, novas formas gramaticais podem desenvolver-se ao lado de estruturas equivalentes disponíveis, sendo possível que ocorrências diversas de um item exibam características de diferentes categorias, mas não se podendo dizer, sem simplificação, que um elemento seja, ao mesmo tempo, membro de duas categorias gramaticais diferentes.

Essas são as motivações para o aparecimento das diversas construções linguísticas ao longo do tempo: necessidades comunicativas não satisfeitas ou existência de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações linguísticas adequadas.

Na verdade, portanto, geralmente não há surgimento de formas, mas o recrutamento de antigas formas já existentes para novas funções. Bechara (1954, p. 11) percebeu esse fenômeno e explica-o da seguinte forma: “novos modos de dizer muitas vezes representam enfraquecimentos de expressões antigas que, invariavelmente, não perdem de todo a força primitiva e passam a servir de relação estreita entre o conceito de ontem e o de hoje”. Em outras palavras, Bechara (1954) descreve princípios estreitamente ligados ao processo de gramaticalização, e que são responsáveis pelo surgimento de diversos conectivos concessivos.

Os processos de gramaticalização de alguns conectivos concessivos estão descritos na subseção 6.1.1 de nossa pesquisa. Por ora, vale lembrar a asserção de Neves (2006, p. 262) de que “as conjunções concessivas são tardias, nas línguas em geral”. Aliás, segundo a autora, o próprio termo *concessão* (do substantivo latino *concessio*) surgiu no século XVII, conforme atesta Hermodsson (1994) *apud* Neves (2002, p. 546).

3.2 Concessão e outros matizes semânticos

Assumimos uma perspectiva não-aristotélica e funcional que organiza as categorias gramaticais segundo núcleos conceptuais prototípicos dos quais podem emergir diversas

relações radiais. No que diz respeito à concessão, verificamos que há uma série de outros conteúdos semânticos que com ela mantêm relações bastante estreitas.

Para fins ilustrativos, vejamos o quadro de conectivos a seguir (cf. Neves, 2006, p. 261), que explora as relações das causais, condicionais e concessivas com outros matizes semânticos:

Quadro 5 – Causa, condição, concessão e outros matizes semânticos

	Consequência / resultado	Tempo	Modo	Intensificação
causais	dado que visto que por isso que por causa que	já que desde que uma vez que	-	tanto mais que
condicionais	dado que	desde que uma vez que	sem que	a menos que contanto que
concessivas	dado que posto que	ainda que	apesar (de) que mesmo que nem que	por mais que por muito que por menos que

Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008, p. 974) dão conta desse fenômeno e explicam-no da seguinte maneira:

Ligadas, por um lado, às contrastivas, e, por outro lado, às condicionais e às causais, as construções concessivas diferem dessas outras construções porque juntam eventos que contrariam a expectativa acerca do funcionamento normal do mundo. Mas não instauram contrastes entre ‘mundos’, pois requerem o compartilhamento de conhecimentos, a plausibilidade de aceitar certas argumentações como plausíveis e de admitir objeções. Em outras palavras, só podem ser equacionadas a partir da inclusão da relação falante-ouvinte.

Essa variedade de modos de expressão que se constata nas línguas, que permite, por exemplo, que expressões tão diferentes veiculem contextualmente a noção de concessividade,

levou alguns autores, como García (2004a, p. 3811-3812), a propor uma distinção entre *concessivas próprias* e *concessivas impróprias*:

- *Concessivas próprias* – são aquelas construções em que aparece, de forma estável, um significado concessivo;
- *Concessivas impróprias* – não só construções híbridas concessivo-condicionais, mas também quaisquer outras expressões que possam adquirir contextualmente um valor concessivo.

Entre esses diversos matizes adjacentes que caracterizam as concessivas impróprias, podemos citar a *adversatividade*, a *adição*, a *condição* e a *causa*, a seguir analisados.

3.2.1 *Concessão versus Adversatividade*

Um dos pontos mais discutidos em nossos compêndios gramaticais diz respeito às relações entre as noções de concessividade e adversatividade. Aliás, mesmo em outros campos, como o da semântica argumentativa, esse é um tópico bastante explorado. Evidentemente, as semelhanças em termos semânticos são óbvias, já que ambos denotam a ideia básica de contraste²³, cf. Azeredo (1990, p. 98). Essa é a razão central para alguns autores, como Abreu (1994), reunirem orações adversativas e concessivas em um único grupo²⁴.

Aliás, essa tendência também se verifica na descrição sintática de outras línguas, como o espanhol. Para Mazzoleni (1991) *apud* García (2004a, p. 3810), por exemplo, os nexos tipicamente caracterizadores da concessividade e da adversatividade são completamente equivalentes do ponto de vista semântico, o que levou o autor a reunir a concessão e a adversatividade em uma única categoria funcional denominada *contrajunção*, utilizada como uma noção bastante funcional dentro do campo da linguística textual.

²³ De acordo com Azeredo (2000, p. 236-237), “um conectivo de contraste contribui sempre para que se afirme o contrário daquilo que seria mais plausível ou previsível para a relação entre dois segmentos de um enunciado.”

²⁴ Fazendo referência às relações opositivas em geral, Gryner (2008, p. 217) afirma que “o contraste interoracional pode ser marcado por diversas expressões contrastivas (e, já, porém, entretanto, no entanto, por outro lado, ao contrário, entre outras)”. Thompson e Longacre (1985, p. 176) também afirmam que um mesmo morfema possa ser tanto coordenativo quanto subordinativo: “[...] it must be mentioned that in some languages the same morpheme can be used for both co-ordination and subordination”.

García (2004a, p. 3811) dá conta desse parentesco entre adversativas e concessivas nos seguintes termos:

A adversatividade, de um ponto de visto genético, é uma noção mais básica e geral que a concessividade, tanto na evolução histórica das línguas como no processo de aquisição da linguagem. Isso explica que a propriedade mais característica de uma relação adversativa – o contraste – faça parte da definição semântica de qualquer expressão concessiva²⁵.

Como temos visto, as noções de concessividade e adversatividade fazem referência a domínios nocionais muito próximos. Essa semelhança ou parentesco lógico, aliás, como assinala a tradição gramatical, faz com que muitos autores proponham a possibilidade de se parafrasear uma concessiva por uma adversativa e vice-versa, como se uma fosse o correlato natural de outra, apenas com uma roupagem diferenciada. Vejamos como Neves (2000, p. 864-865) trata essa questão, com alguns exemplos fornecidos pela própria autora:

As construções concessivas têm sido enquadradas, juntamente com as adversativas, entre as conexões contrastivas, cujo significado básico é ‘contrário à expectativa’, um significado que se origina não apenas do conteúdo do que está sendo dito, mas, ainda, do processo comunicativo e da relação falante-ouvinte. Em muitos dos enunciados concessivos pode-se tornar evidente essa noção fazendo-se uma comparação com enunciados adversativos paralelos.

a) Embora ninguém prestasse atenção, alisou de novo a saia.

a') Ninguém prestava atenção, mas alisou de novo a saia.

b) As duas acabam brigando, mas a amizade não termina.

b') Embora as duas acabem brigando, a amizade não termina.

²⁵ La adversatividad, desde un punto de vista genético, es una noción más básica y general que la concesividad, tanto en la evolución histórica de las lenguas como en el proceso de adquisición del lenguaje. Ello explica que la propiedad más característica de una relación adversativa – el contraste – entre a formar parte también de la definición semántica de cualquier expresión concesiva.

Apesar de haver correspondência entre adversativas (a' e b) e concessivas (a e b'), essa equivalência semântica é apenas aparente (cf. García, 2004a, p. 3810), visto que entre ambas as construções há importantes diferenças. Por exemplo, percebemos a existência de uma informação “implícita” que contradiz o conteúdo proposicional na cláusula concessiva, o que geralmente não se verifica nas construções adversativas. Isso aponta também para a maior argumentatividade das concessivas.

Em outras palavras, uma construção concessiva impõe um processamento do primeiro membro como causa inoperante, introduzindo um conteúdo que podemos chamar *pressuposto*. As construções adversativas, por sua vez, não geram uma inferência de imediato, mas a partir do segundo membro encabeçado pela partícula coordenativa, introduzindo-se, neste caso, um conteúdo asseverado. Assim, a cláusula concessiva, ao mesmo tempo que expressa uma refutação a uma possível objeção (do interlocutor, ou de qualquer pessoa), expressa também o assentimento referente a alguma validade dessa objeção. Não há, portanto, nas concessivas, contraste explícito, como ocorre com as adversativas.

De um ponto de vista pragmático, as construções concessivas, segundo Neves (2000, p. 874), “indicam que o falante pressupõe uma objeção à sua asserção, mas que a objeção é por ele refutada, prevalecendo a sua asserção”. Esse jogo de informações depõe a favor da alta carga de argumentatividade das concessivas. Como já tivemos a oportunidade de apontar, nas construções concessivas, existem dois argumentos que conduzem a conclusões implícitas contrárias: a cláusula ou segmento concessivo argumenta em favor de uma conclusão; a base, por sua vez, argumenta a favor da não consumação dessa mesma conclusão. Isso pode ser esquematizado, em termos lógicos, da seguinte forma (cf. Neves, 2000, p. 875):

Quadro 6 – Esquema de concessivas, em termos lógicos

Oração concessiva (p)	→	r
Oração principal (q)	=	$\sim r$
Oração principal (q)	=	argumento mais forte para $\sim r$ do que p é para r

Pelo esquema anterior, a oração concessiva (p) argumenta em favor da conclusão (r); a oração principal (q), por sua vez, argumenta a favor de *não- r* .

Em alguns casos, a impossibilidade de paráfrase alcança graus de agramaticalidade. Assim, quando o primeiro membro de um segmento se articula sobre uma expressão apelativa, as concessivas ficam excluídas ou resultam anômalas (cf. García, 2004a, p. 3820). Nas expressões adversativas, a segunda asserção esmaece a primeira porque enuncia que a condição requerida para cumprir a ação asseverada pela primeira não está satisfeita. Ao contrário, o segmento concessivo não é admissível porque manifesta um ato apelativo ou volitivo enquanto que a condição prévia a este ato ou é negada ou é inconsistente com ele a partir de um ponto de vista temporal. Vejamos:

- a) Tome o livro, mas não o estrague.
- a') *Embora tome o livro, não o estrague.
- a'') *Embora não o estrague, tome o livro.

Também podemos destacar outra diferença entre *a*, *a'* e *a''*, que diz respeito à estrutura informativa e a fatores de ordem contextual. Nas concessivas, destaca-se a origem nocional da relação enquanto que com as adversativas, destaca-se o resultado. Assim, podemos afirmar que há uma diferença de caráter nocional. Vejamos:

- a) Embora Pedro estivesse muito doente, foi trabalhar. → Destaque na origem nocional.
- a') Pedro estava muito doente, mas foi trabalhar. → Destaque no resultado da ação.

Muitos autores enfatizam que os nexos coordenativos tendem a expressar informação nova ou remática; os nexos concessivos, por sua vez, expressariam com maior vigor informação dada ou temática. A impossibilidade de construções adversativas veicularem informação velha está também no fato de tais construções não poderem ficar antepostas no período.

Ainda com relação ao *status* informacional das concessivas, García (2004a, p. 3813) assera que a posposição da prótase concessiva – ocupando o lugar característico da informação remática – favorece uma certa neutralização entre os nexos concessivo e adversativo, e a existência de uma zona de indefinição entre essas construções²⁶.

²⁶ Essa assertiva pode ser constatada no exemplo a seguir, extraído do *corpus* desta pesquisa: “O Estado do Rio tem um baixo consumo per capita de aço inox, apesar de o próprio Estado ter uma demanda potencial

García (2004, p. 3811) vai além e aprofunda as diferenças entre concessivas e adversativas, vistas como duas estratégias complementares de que dispõem os falantes no processo de comunicação:

[...] cabe entender a concessividade e a adversatividade como duas estratégias complementares de que dispõem os falantes na comunicação, as quais conformam, por sua vez, um tipo especial de instrução pragmática ou de ato de fala. Assim, pois, se existe alguma diferença entre elas, terá a ver com a distinta estratégia que decide usar o falante em seu intercâmbio comunicativo, seja opondo-se a um determinado estado de coisas ou ao ato linguístico do interlocutor – estratégia adversativa – seja assumindo-o aparentemente e opondo-se ao mesmo tempo – estratégia concessiva. Os mecanismos que regulam a eleição, por parte do falante, de um ou outro tipo de estratégia ficam fora, claro está, de um estudo estritamente gramatical²⁷.

Assim, o ato de opor-se a um determinado estado de coisas ou ao ato linguístico do interlocutor estaria ligado a uma estratégia adversativa; por outro lado, quando se assume aparentemente um ponto de vista para logo em seguida negá-lo, estamos assumindo uma estratégia concessiva.

A distinção entre adversativas e concessivas pode ser atestada, inclusive, pelo fato de elas poderem coocorrer na oração. Se elas tivessem a mesma função gramatical, qual seria a razão para a sua coocorrência em uma mesma cláusula? Said Ali (1966, p. 138) e Rocha Lima (1999, p. 277), por exemplo, atestam que esse fenômeno é muito comum na anteposição de concessivas. A partícula adversativa em tais construções, por sua vez, teria a função de “realçar o contraste de ideias”.

Bechara (2003, p. 367; 1999, p. 497) também confirma essa particularidade de algumas construções concessivas. Para o autor, nesses casos, “a expressão adverbial (*contudo, todavia, ainda assim, não obstante*, ou equivalente) [...], no nível do texto, serve como resumo do pensamento anterior, avivando ao ouvinte a ideia concessiva da subordinada”. Vejamos alguns exemplos do autor:

significativa”. A posposição da concessiva, como vemos, de fato, traz informação remática ou nova no discurso. A substituição do conectivo concessivo por um adversativo não traria prejuízo semântico ao texto.

²⁷ [...] cabe entender la concesividad y la adversatividad como dos estrategias complementarias de que disponen los hablantes en la comunicaci3n, las cuales conforman a su vez un tipo especial de instrucci3n pragmática o de acto de habla. Así, pues, si existe alguna diferencia entre ellas, esta tendrá que ver con la distinta estrategia que decida utilizar el hablante en su intercambio comunicativo, ya sea oponiéndose a un determinado estado de cosas o al acto lingüístico del interlocutor – estrategia adversativa –, ya sea asumiéndolo aparentemente y oponiéndose a la vez – estrategia concesiva. Los mecanismos que regulan la elecci3n por parte del hablante de uno u otro tipo de estrategia caen fuera, claro está, de un estudio estrictamente gramatical.

a) Ainda que todos saiam, **todavia** ficarei.

b) Embora não me queiram acompanhar, **ainda assim** não deixarei de ir à festa.

Essa coocorrência de conectivos pode ser explicada também pelo princípio da quantidade de Givón (1990, p. 969), segundo o qual uma maior carga de informação demandaria também uma maior codificação. Como as concessivas são construções bastante complexas do ponto de vista formal e cognitivo, elas demandariam uma espécie de reforço para que a percepção do leitor/ouvinte seja facilitada no processamento da informação.

Em termos sintáticos, Echaide (1974) *apud* González (2004, p. 3553) afirma que um dos argumentos mais sólidos para considerar as adversativas como paratáticas e as concessivas como hipotáticas reside no fato de ser possível a combinação *e embora* (conjunção paratática + conjunção hipotática), ao passo que a combinação **e mas* (conjunção paratática + conjunção paratática)²⁸ seria impossível.

Partindo do princípio de que as adversativas são construções paratáticas, podemos afirmar que elas relacionam dois termos situados no mesmo nível de estruturação sintática, em uma relação equidistante entre um e outro membro; por outro lado, as concessivas, sendo construções hipotáticas, se situariam em um nível sintático inferior ao da cláusula matriz, em uma verdadeira relação hierarquizante.

A análise realizada até esse ponto da pesquisa nos embasa suficientemente para comprovarmos que, no bojo das relações contrastivas, as concessivas são construções marcadas em relação às adversativas.

Por marcação, entendemos não só a complexidade formal e a distribuição de frequência, mas também suas bases substantivas, que podem ser comunicativas, sócio-culturais, cognitivas e neurobiológicas. A noção de marcação, de uma forma ou de outra, está presente nos estudos linguísticos desde a Antiguidade Clássica (cf. Givón, 1995, p. 25), porém é comum afirmar-se que ela é herdada da Escola Linguística de Praga, inicialmente como um refinamento do conceito saussuriano de *valor linguístico* (cf. Givón, 1990, p. 945), em um jogo de presença e ausência de uma determinada propriedade.

²⁸ González (2004, p. 3553) admite a possibilidade de haver coocorrência de duas orações coordenadas em situações muito especiais e bastante residuais, como no exemplo a seguir: Fique calado e ou fica quieto ou sai agora! Nesse caso, é visível uma pausa entre os dois conectivos coordenativos.

Basicamente, existem três grandes critérios que podem ser utilizados para a distinção da estrutura marcada em relação à não-marcada. São eles (cf. Givón, 1990, p. 947):

- a) **Complexidade estrutural** – a estrutura marcada tende a ser mais complexa ou maior que a corresponde não-marcada.
- b) **Distribuição de frequência** – a categoria marcada tende a ser menos frequente, portanto, cognitivamente mais saliente que o seu correspondente não-marcado.
- c) **Complexidade cognitiva** – a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa em termos de atenção, esforço mental e tempo de processamento.

No tocante às concessivas, podemos afirmar que elas são marcadas porque 1) são estruturalmente mais complexas, tanto com relação ao processo de estruturação sintática (hipotaxe adverbial), como com relação aos conectivos, se comparados ao prototípico adversativo *mas*; 2) são bem menos frequentes do que as adversativas, tal como têm comprovado inúmeras pesquisas de base empírica²⁹; 3) envolvem maior complexidade cognitiva, tendo em vista o fato de que são adquiridas tanto filogeneticamente quanto ontogeneticamente mais tarde. Além disso, demandam maior esforço de processamento, por envolver relações de contra-expectativa e objeção bastante complexas.

Dessa forma, podemos apenas advogar a existência de um nexos semântico semelhante entre ambas, ou seja, em alguns aspectos, concessivas e adversativas apresentam propriedades de sentido similares (cf. Llorach, 1999, p. 373). Afinal, a despeito da asserção de alguns autores que preveem uma relação de base sinonímica entre concessivas e adversativas, verificamos, com base em diversos argumentos e exemplos, que essa relação nem sempre é válida, pois a concessividade está a serviço de estratégias pragmáticas, discursivas e funcionais, marcadas fortemente pela argumentatividade, com motivações distintas da adversatividade.

²⁹ Novaes (2000) produziu uma dissertação de mestrado que buscou analisar a incidência de conectores oracionais no português do Brasil atual. A autora utilizou 235 textos jornalísticos dos quatro jornais de maior tiragem no país (*Folha de São Paulo*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *O Dia*), que somados, correspondem a 6415 períodos (entre simples e compostos) analisados. A autora encontrou 5150 ocorrências de conectores oracionais, sendo 1659 coordenativos e 3491 subordinativos. De todo esse universo de conectivos coordenativos, as conjunções adversativas, de acordo com Novaes (2000, p. 110), ocorreram 438 vezes, com destaque especial para o conectivo *mas*, que ocorreu 370 vezes. Os conectivos concessivos, por sua vez, somaram apenas 51 ocorrências, sendo o conectivo *embora* o mais frequente, com 34 ocorrências. Isso comprova, sem dúvida, a grande prototipicidade e frequência dos conectivos adversativos na expressão da noção de contraste, com dados do português contemporâneo à nossa época atual.

3.2.2 Concessão versus Adição

Como se sabe, a noção de adição está fortemente ligada ao processo de coordenação e é um dos matizes semânticos mais básicos no tocante aos mecanismos de expressão. Dessa forma, a adição pode carrear uma série de outros significados que podem se adjungir a esse sentido mais primário de aproximação.

Segundo palavras de Alárcon (2003, p. 1), com base em uma pesquisa com advérbios espanhóis, com relação ao e, haveria, na verdade, uma categoria central (adição) e extensões não-centrais possíveis (adversatividade, concessividade etc.), todas ligadas ao sentido mais prototípico, em relações radiais. A ocorrência do e com sentido concessivo seria propiciada pelos casos em que não é possível reversibilidade dos termos coordenados.

García (2004a, p. 3814) também explora essa questão. Segundo o autor, a interpretação contrastiva emergiria em algumas situações pelo fato de haver o desencadeamento de um processo inferencial produzido pelo contexto linguístico e situacional, que supriria as funções habitualmente exercidas pelas conjunções. Vejamos o exemplo a seguir:

a) Pedro não tinha muita cultura e passou no exame.

O exemplo anterior poderia ser parafraseado sem grande prejuízo de sentido por “Embora Pedro tivesse passado no concurso, não tinha muita cultura” (interpretação concessiva) ou por “Pedro não tinha muita cultura, mas passou no concurso” (interpretação adversativa). Dessa forma, de fato, o conectivo e pode carrear o sentido de concessividade.

Vale a pena ressaltar que o sentido concessivo que surge a partir de construções formalmente classificadas como aditivas nem sempre se processa com facilidade. Vejamos o exemplo a seguir:

a) Mora no Rio de Janeiro e é um bom cardiologista.

Difícilmente poderíamos parafrasear o exemplo anterior por uma construção concessiva, como “Embora more no Rio de Janeiro, é um bom cardiologista” ou “Embora seja um bom cardiologista, mora no Rio de Janeiro”. Esse tipo de inferência é pouco provável

pelo fato de não haver a ideia de contraste de um modo evidente entre as orações, a não ser que hipoteticamente o Rio de Janeiro fosse conhecido como tendo maus cardiologistas. Assim, para sermos mais específicos e precisos, parece ficar claro que a noção semântica de concessividade não emerge exatamente da conjunção, mas do contexto linguístico e extralinguístico em que é processada, ou seja, da situação comunicativa e interacional.

Outra condição favorável para a obtenção de uma interpretação concessiva a partir de orações formalmente classificadas como copulativas é a presença de uma oração afirmativa seguida de uma oração negativa:

a) Maria toca piano estupendamente e não sabe uma nota de partitura.

A segunda parte do segmento, introduzido pela partícula e, constitui uma oração negativa, o que é possível pela presença do advérbio não. O segmento negativo “não sabe uma nota de partitura” está em clara oposição ao primeiro segmento “Maria toca piano estupendamente”. Afinal, se toca estupendamente, é de se esperar que saiba notas de partitura, segundo nosso conhecimento de mundo, o que, no caso analisado, não se processa. Estamos, assim, diante de um contexto de contrastividade justamente por constataremos a oposição de ideias entre a primeira oração e a segunda.

Dessa forma, podemos afirmar que também há fatores não só de ordem discursiva ou funcional, mas também de ordem morfossintática que podem colaborar para a emergência do sentido concessivo em conectivos aditivos.

3.2.3 Concessão versus Condição versus Causa

Como já salientamos, a Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais e Comportamentais [19-- , p. 163] afirma que, apesar da grande diversidade tipológica, três relações estão sempre presentes em todas as línguas europeias, por meio de subordinadores: as causais, as condicionais e as concessivas.

Diversos autores, como Quirk et al. (1985, p. 1088) já apontaram as íntimas relações entre essas noções, que são muito próximas do ponto de vista semântico-funcional³⁰. García

³⁰ Bechara (1954, p. 11) afirma que “a lógica popular não faz separação rigorosa entre o pensamento condicional, o temporal e o causal”, confundindo-os constantemente com a noção de concessão. Talvez isso ocorra devido ao

(2004a, p. 3811, grifos do autor), após uma longa e detida análise sobre as relações concessivas, assevera o seguinte:

[...] este carácter derivado da concessividade também se aprecia em relação a outros domínios nocionais, particularmente com a subordinação adverbial. A esse respeito, vem-se observando que a maioria das categorias que se utilizam para a classificação das orações adverbiais não são discretas, mas costumam apresentar-se nas línguas como um *continuum* ou **progressão semântica**. Trata-se, pois, de uma espécie de rede conceptual que, partindo da noção de temporalidade, se estende pelas de causalidade, condicionalidade e concessividade, ou seja, ora se assevera (causais), ora se hipotetiza (condicionais), ora se nega (concessivas) a relação implicativa que se estabelece entre os dois membros que constam. Neste *continuum* semântico, é possível apreciar zonas prototípicas de cada um dos ditos valores, mas também outras em que se superpõem. Assim ocorre, por exemplo, com as construções concessivo-condicionais. [...] É no extremo final desse *continuum* semântico que devemos situar, pois, as orações concessivas, as quais, pela relação negativa implícita que se estabelece entre ambas as orações, representam para o falante uma maior complexidade de processamento cognitivo que as anteriores, o que explicaria também sua tardia aquisição e desenvolvimento histórico. [...] As construções concessivas [...] se têm alimentado ao longo da história de domínios nocionais como a temporalidade ou a condicionalidade³¹.

O *continuum* ou progressão semântica a que García (2004a) se refere é amplamente analisado no âmbito do funcionalismo linguístico. Assim, temporalidade, causalidade, condicionalidade e concessividade se estenderiam em uma mesma rede conceptual. A relação implicativa é asseverada nas causais, é hipotetizada nas condicionais e negada nas concessivas (cf. Neves, 2000, p. 867)³². Aliás, a concessividade é alocada de maneira adequada no final

fato de esses matizes semânticos apresentarem semelhanças entre si, como exploraremos nesse tópico de nosso trabalho.

³¹ [...] este carácter derivado de la concesividad también se aprecia en relación con otros dominios nocionales, particularmente con la subordinación adverbial. A este respecto, se ha venido observando que la mayoría de las categorías que se utilizan para la clasificación de las oraciones adverbiales no son discretas, sino que suelen presentarse en las lenguas como un **continuo o progresión semántica**. Se trata, pues, de una especie de red conceptual que, partiendo de la noción de temporalidad, se extiende por las de causalidad, condicionalidad y concesividad, es decir, ya se asevere (causales), hipotetice (condicionales) o se niegue (concesivas) la relación implicativa que se establece entre los dos miembros de que consta. En este continuo semântico, se pueden apreciar zonas prototípicas de cada uno de dichos valores, pero también otras en que estos se superponen. Así ocurre, por ejemplo, con las construcciones concessivo-condicionais [...] Es en el extremo final de dicho continuo semântico donde hay que situar, pues, a las oraciones concesivas, las cuales, por la relación negativa implícita que se establece entre ambas cláusulas, representan para el hablante una mayor complejidad de procesamiento cognitivo que las anteriores, lo cual explicaría además su tardía adquisición y desarrollo histórico. [...] Las construcciones concesivas (...) se han nutrido a lo largo de la historia de dominios nocionales como la temporalidad o la condicionalidad.

³² A mesma concepção de concessividade está presente também em Bechara (1954, p. 12), para quem “a estrutura do pensamento concessivo pressupõe uma condição cuja consequência será negada na proposição complementar. Esta operação mental aproxima os dois tipos de expressão que se confundem na análise subjetiva da linguagem, realizada pelo falante”.

desse gradiente, justamente por ser uma noção mais complexa em termos cognitivos e por também ser mais tardia em termos de aquisição e trajetória histórica.

Neves (2000, p. 865) também analisou essas relações entre concessivas, causais e condicionais. Assim a autora se expressa:

[...] Se, de um lado, as construções **concessivas** podem ser vistas na sua relação com as construções **adversativas**, de outro lado é necessário verificar também sua relação com as construções **causais** e **condicionais**. Tanto as construções **concessivas** como as **causais** e **condicionais** expressam, de um certo modo, uma conexão ‘causal’ entendida num sentido amplo. Por outro lado, essas construções expressam, também, uma conexão **condicional**, já que são explicáveis em dependência de satisfação (ou não-satisfação) de necessidade, ou de suficiência, de determinadas condições. (grifos da autora)

Dessa forma, tanto Neves (2000) como García (2004a) preveem, entre condicionais, causais e concessivas, uma forte ligação de cunho semântico, justamente pelas relações intrínsecas que se observam entre elas, a ponto de se propor um verdadeiro espectro causal com diversos matizes adjacentes.

Ainda segundo Neves (2000, p. 869), podemos verificar que a concessão, via de regra, “se liga com a não-satisfação de condições e com a frustração de causalidades possíveis. Uma construção concessiva, ao mesmo tempo em que subentende uma condicional, pode ser negada por ela”. Assim, existe, de fato, uma forte ligação entre concessivas e condicionais, de tal sorte que para cada construção concessiva seria possível apresentar uma condicional contraditória respectiva. Vejamos:

a) Embora Paulino Duarte falasse alto, Elisa não o ouviu.

a') Se Paulino Duarte falava alto, Elisa o ouvia.

b) Tem mania de comprar discos, embora não tenha vitrola.

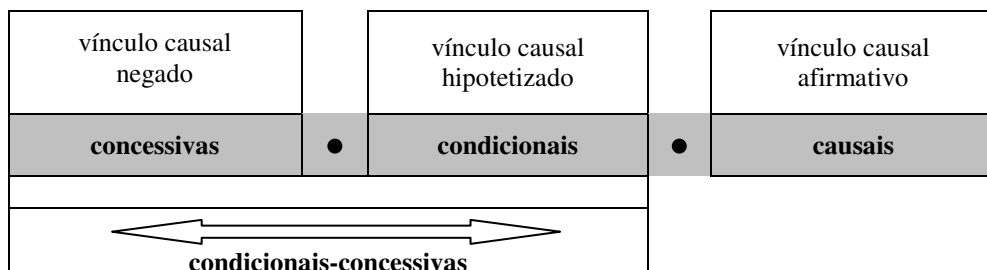
b') Não tem mania de comprar discos, se não tem vitrola.

De um ponto de vista semântico, podemos assertar que as concessivas situam-se em um extremo e as causais em outro³³. Assim, poderíamos propor o seguinte *continuum*,

³³ Bechara (1954, p. 13) afirma: “A concessão – di-lo Ginneken – é o oposto lógico do conceito causal, porque ela dá a razão do contrário da principal”.

extraído de Neves (2000, p. 867), que expressa bem as relações entre essas construções. Vejamos:

Figura 2 – Relações entre concessivas, condicionais e causais



Em obra mais recente, Neves (2006, p. 260), baseando-se em Traugott e König (1991), amplia esse quadro anterior e inclui uma outra mescla entre matizes, que diz respeito à relação *condicional-causal*. Vejamos uma adaptação do quadro da autora:

Quadro 7 – Relações condicionais e causais *lato sensu*

CONCESSIVA	CONDICIONAL	CAUSAL
EMBORA faça E EMBORA não faça	SE fizer OU SE não fizer	PORQUE faz
• escolha irrelevante • relação causal negada	• relação causal proposta como base para escolha (vínculo causal hipotetizado)	• escolha já feita • relação causal afirmada

CONDICIONAL-CONCESSIVA	CONDICIONAL-CAUSAL
MESMO SE fizer QUER faça QUER não faça POR MAIS QUE faça	SE fez DESDE QUE fez
[= se E embora]	[= se E porque]

Podemos compreender as relações antes estabelecidas da seguinte maneira:

- a) nas **condicionais** propriamente ditas, há dois disjuntos, e um deles tem de ser escolhido (*se fizer* ou *se não fizer*);
- b) nas **concessivas**, essa escolha é irrelevante: o que se confirma na apódose independe do preenchimento de qualquer uma das condições (*embora faça* e *embora não faça*);
- c) nas **causais**, um dos disjuntos já é posto como escolhido, como condição preenchida (*se / desde que fez*).

Como podemos verificar, além das *condicionais-causais*, podemos postular entre as concessivas e as condicionais algumas construções que mesclam características ou propriedades de ambas as construções. A tais estruturas chamaremos construções *condicionais-concessivas* ou *concessivo-condicionais* (Cf. Givón, 1994, p. 297). Além dessas duas denominações, alguns autores preferem chamá-las de *condicionais com matiz concessivo* (cf. Neves, 2000, p. 867). García (2004a, p. 3842) também se ocupa de tais construções:

De um ponto de vista lógico-semântico, elas apresentam um *status* híbrido, já que combinam características concessivas com características condicionais. De um lado, compartilham com as concessivas próprias sua propriedade mais característica: o contraste que se estabelece entre seus dois membros. Também nestas orações, a subordinada desencadeia uma inferência contrária ao cumprimento da principal, apesar do qual ela se assevera. Contudo, diferenciam-se das concessivas próprias pelo fato de apresentarem o antecedente em termos de suposição, deixando-o aberto ou suspenso. O conteúdo proposicional da prótase faz referência, pois, a situações não-factuais ou de carácter hipotético. É precisamente esta característica o que as aproxima das condicionais típicas. Contudo, diferenciam-se delas, já que relacionam não só uma condição, mas também um conjunto de condições do antecedente com um consequente³⁴.

³⁴ Desde un punto de vista lógico-semântico, estas presentan un estatus híbrido, ya que combinan características concesivas con características condicionales. Por una parte, comparten con las concesivas propias su propiedad más característica: el contraste que se establece entre sus dos miembros. Por otra, también en estas oraciones la subordinada desencadena una inferencia contraria al cumplimiento de la principal, a pesar de lo cual esta se asevera. Sin embargo, se diferencian de las concesivas propias en que presentan el antecedente en términos de suposición, dejándolo abierto o suspendido. El contenido proposicional de la prótasis hace referencia, pues, a situaciones no factuales o de carácter hipotético. Es precisamente esta característica lo que las aproxima a las condicionales típicas. Sin embargo, se diferencian de ellas en que relacionan no una sola condición, sino más bien un conjunto de condiciones del antecedente con un consecuente.

Segundo o autor, essas construções são híbridas, já que combinam características concessivas com características condicionais, o que é possível, neste caso, pela proximidade desses dois matizes semânticos. Da mesma forma como ocorre com as concessivas tradicionais, nas concessivo-condicionais, o contraste é estabelecido entre as duas partes da construção, e a subordinada desencadeia uma inferência contrária ao cumprimento da base. A diferença entre elas (concessivas e concessivo-condicionais) é que o conteúdo proposicional da concessiva baseia-se em uma suposição ou situação não-factual, hipotética.

König e Auwera (1985, p. 107) estabelecem as características dessas construções:

Como as condicionais-concessivas assertam uma relação condicional entre um consequente e todo um grupo de condições antecedentes, que esvazia todo o espectro de possibilidades, as condições antecedentes são frequentemente irrelevantes para o consequente, e este é requerido como ocorre nas concessivas. Uma segunda propriedade **que** concessivas e condicionais-concessivas **têm** em comum **é** uma relação de ‘incompatibilidade normal’ ou dissonância entre as duas proposições componentes no caso das concessivas, e entre, no mínimo, uma das condições antecedentes e o consequente no caso das condicionais-concessivas³⁵.

Mateus et al. (2003, p. 719) também abordam as construções concessivo-condicionais sob o rótulo de *concessivas hipotéticas*. Segundo as autoras, os conectivos prototípicos para veicular essa noção são *mesmo que* e *mesmo se*, pois possuem sentido simultaneamente contrastivo e condicional.

Em *mesmo se*, a focalização da conjunção condicional *se* pelo elemento *mesmo* explicita a irrelevância da escolha das duas condições disjuntas. Assim, temos a ideia de concessão permeada pela ideia de hipótese, e não de certeza. Thompson e Longacre (1985, p. 197) esquematizam as relações que se instauram entre matrizes e condicionais-concessivas. Vejamos um caso em que X é a cláusula condicional-concessiva e Y é a cláusula base:

a) Mesmo se chover (X) /, nós faremos o piquenique (Y).

³⁵ Since concessive conditionals assert a conditional relationship between a consequent and a whole set of antecedent conditions, which exhaust the whole spectrum of possibilities, the antecedent conditions are often irrelevant for the consequent, and the latter is entailed just as in concessives. A second property of that concessives and concessive conditionals have in common is a relationship of ‘normal incompatibility’ or dissonance between the two component propositions in the case of concessives, and between at least one of the antecedent conditions and the consequent in the case of concessive conditionals.

Asserção: Y (nós faremos o piquenique)

Pressuposto 1: há uma expectativa de que a proposição [Se X, então Y] não seria verdadeira; em outras palavras, há uma expectativa de que a proposição [Se chover, então nós faremos o piquenique] não seria verdadeira.

Pressuposto 2: existe uma crença de que a proposição [Se não X, então Y] é provável; em outras palavras, existe uma crença de que a proposição [Se não chover, nós faremos o piquenique] é provável.

Quirk et al. (1985, p. 1100) também reconhecem a possibilidade de sobreposição de dois matizes semânticos como condição e concessão. Para esse fenômeno, os autores propõem uma abordagem bastante original, pois definem a existência de *condicionais-concessivas universais* e *condicionais-concessivas alternativas*.

As chamadas *condicionais-concessivas alternativas* expressam uma condição alternativa que combina um sentido condicional com um sentido disjuntivo. Nesse caso, o sentido concessivo emerge de uma implicação inesperada que se aplica a duas condições contrastivas. Vejamos alguns exemplos:

- a) Ele vai se casar, se achar trabalho ou não.
- b) Você terá de publicar isso, youê queira ou não.
- c) Com ou sem o empréstimo bancário, você comprará a casa.
- d) Treinado ou não, Marilyn está fazendo um excelente trabalho.

Como vimos, as *condicionais-concessivas alternativas* oferecem uma escolha entre duas (ou ocasionalmente mais) condições, normalmente opostas; por sua vez, as *condicionais-concessivas universais* indicam uma livre escolha entre um número livre de condições várias. Vejamos:

- a) Esteja sempre solícito, em qualquer lugar que você esteja.
- b) Por mais que eu diga para eles, eu não consigo mantê-los quietos.

Em por mais que, a quantificação (*mais*), junto da preposição *por*, cumpre o papel de desencadear um sentido condicional-concessivo. Com a quantificação, diz-se que não importa

o fato de o peso do que vem na prótase ser grande, porque, de qualquer modo, a condição é insuficiente para evitar a frustração da expectativa.

Ainda no tocante às *condicionais-concessivas alternativas*, a disjunção pode ser efetuada por correlatores do tipo *quer...quer*, entre outros, em combinação ou não com pronomes relativos ou interrogativos de valor indefinido (cf. Neves, 2000, p. 871). Vejamos alguns exemplos:

- a) Quer queiram, quer não queiram, eu sou um grande escritor.
- b) Como quer que fosse, valia a pena ter tido uma noite assim.
- c) Onde quer que se encontrasse, o que quer que estivesse fazendo, não o largava.
- d) Pois então telefonemos para alguém, quem quer que seja.

Assim, de certa forma, podemos asseverar que construções coordenativas alternativas também podem veicular subsidiariamente a noção secundária de concessividade, já que em alguns momentos elas abrigam eventos cujo curso e cujas propriedades contrariam as expectativas acerca daquilo que é possivelmente normal. Também pode ser observado, especialmente em construções como os três últimos exemplos anteriores, que o caráter concessivo dessas orações está justamente na expressão da ausência absoluta de restrições ao conteúdo da matriz. Em outras palavras, a construção alternativa indica que a escolha de qualquer um dos elementos disjuntos não influi no conteúdo da matriz. Aí está o gérmen do pensamento concessivo.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gramática de uma língua natural não pode ser considerada totalmente estática ou acabada. Ao mesmo tempo em que constatamos parâmetros mais rígidos, também encontramos tantos outros diversos totalmente fluidos e maleáveis. Assim, coexistem aspectos estáticos com aspectos dinâmicos na estrutura das línguas.

Sendo assim, a gramática deve ser vista como o produto instável (gramática emergente, cf. Hopper, 1991) ou ainda como um sistema de regularidades decorrentes das pressões de uso, que estão ligadas a diversos interesses e necessidades comunicativas e pragmáticas³⁶.

Por *uso*, termo tão caro ao funcionalismo de vertente norte-americana, entendemos não só o registro da modalidade falada, como tradicionalmente se preferiu nas primeiras pesquisas de base funcionalista, mas também as fontes escritas, tanto em variedade padrão como não-padrão. Mesmo as intuições do analista modernamente podem ser levadas em consideração em uma análise tipicamente funcionalista. (cf. Oliveira; Votre, 2009, p. 105).

Partimos da premissa de que novas construções gramaticais emergem para suprir novas necessidades discursivas e passam a suprir lacunas nos paradigmas gramaticais e no universo dos conceitos mais abstratos (cf. Heine; Kuteva, 2007, p. 17). Essas perquirições são agasalhadas pelo que chamamos *funcionalismo linguístico*, que, de certa forma, é uma reação ao descaso das teorias formalistas até então em voga, que não davam o devido valor a questões pragmático-discursivas.

O funcionalismo, de acordo com Macedo (1998), surge na antropologia como uma reação ao evolucionismo, nos trabalhos de Malinowski (1922) e Radcliff Brown (1952), que por sua vez foram influenciados por Durkheim (1884).

De acordo com Leech (1983) *apud* Macedo (1998, p. 75-76), podemos considerar a existência de cinco tipos de funcionalismo, quais sejam:

I. Formalismo extremado – a linguagem é um sistema formal abstrato e as considerações funcionais são irrelevantes à sua investigação.

³⁶ Não é nosso objetivo, com essa afirmação, reproduzir o pensamento radical dos primeiros trabalhos de Givón – mais tarde amenizados -, segundo o qual todas as propriedades sintáticas, como sujeito, voz, orações relativas, morfologia flexional etc. nascem do discurso (cf. Neves, 2006, p. 25).

II. Formalismo moderado – a linguagem é basicamente um sistema formal abstrato. As análises funcionais devem buscar a relação entre o sistema formal e o uso.

III. Funcionalismo formalista – a linguagem é constituída de gramática e retórica. A gramática é definida como um sistema abstrato de regras para produzir e interpretar mensagens, enquanto a retórica como um conjunto de máximas que vão propiciar o sucesso na comunicação.

IV. Funcionalismo moderado – a linguagem é basicamente um sistema de interação social; o seu estudo como sistema formal também é relevante, mas deve ser encarado em bases funcionais.

V. Funcionalismo extremado – a linguagem é um sistema de interação social; considerações formais são periféricas ou irrelevantes para a sua compreensão.

Nosso trabalho insere-se certamente na quarta concepção antes elucidada, que é a do *funcionalismo moderado*, tendo em vista que nosso trabalho utiliza-se, com maior intensidade dos pressupostos teóricos do funcionalismo de vertente norte-americana, mas sem olvidar das contribuições teóricas e empíricas de outras correntes de investigação linguística. Nessa corrente de investigação teórica, ocupam grande relevo as noções de gramática e discurso, afinal, comumente este é tomado como o motor gerador daquela.

De acordo com Oliveira e Votre (2009, p. 99), os conceitos de discurso e gramática sofreram algumas alterações desde quando começaram a ser utilizados no âmbito do funcionalismo linguístico de vertente norte-americana. Inicialmente, o termo *discurso* fazia referência “às estratégias criativas dos usuários na organização de sua produção linguística, aos modos individuais com que cada membro da comunidade elabora suas formas de expressão”. Por outro lado, o termo *gramática* era concebido como o “conjunto das regularidades linguísticas, como o modo ritualizado ou comunitário do uso”. Dessa forma, as ideias de liberdade e autonomia eram atreladas ao discurso; as noções de sistematização e regularização, por sua vez, eram ligadas à noção de gramática.

Modernamente, diversas questões ainda se colocam no terreno das pesquisas linguísticas, entre elas, “questiona-se se a regularidade da gramática emergiria diretamente de um suposto *caos* discursivo, no qual os usuários, livres e autônomos, elaboram sua expressão para os distintos propósitos e situações cotidianas” (Oliveira; Votre, 2009, p. 103). Se assim o for, ainda perguntam os autores: “o que molda e como se organiza esta instância maior? Ao plano discursivo pertence somente a criatividade, a potencialidade e a individualidade dos

usos?” Por ora, coerentes com a perspectiva funcionalista que estamos adotando neste estudo, podemos adotar os conceitos de *discurso* e *gramática* utilizados por Tavares (2003, p. 116):

Discurso – “cadeia de fluxo linear contínuo composta por um conjunto de estratégias diversificadas de concatenação e encaixamento de fórmulas lexicais e gramaticais, organizadas de modo criativo pelo falante com o intuito de adaptar funcionalmente seu texto para um determinado ouvinte em uma determinada situação de comunicação”.

Gramática – “repertório de estratégias rotinizadas de construção de discursos: fórmulas linguísticas e recursos retóricos envolvendo itens lexicais e/ou gramaticais, inicialmente criativos e expressivos, tornam-se habituais por recorrerem em certo tipo de contexto interacional. [...] A gramática, portanto, é aberta, fortemente suscetível à mudança e intensamente afetada pelo uso que lhe é dado no dia-a-dia, respondendo a pressões diversas – cognitivas, comunicativas, estruturais e sociais, que continuamente interagem e se confrontam”.

Acreditamos que esses conceitos são mais abrangentes e dão conta do ponto de vista adotado nesta tese. Assim, após termos fixados os conceitos de *uso*, *discurso* e *gramática*, que são basilares na teoria funcionalista, podemos acrescentar que constituem as bases teóricas desse trabalho, além do paradigma da gramaticalização, o conceito de prototipicidade e a teoria dos gêneros. De certa forma, todos esses aspectos relacionam-se intimamente com uma gramática funcional, embasando-a ou tomando-a como auxiliar nos trabalhos de descrição das línguas naturais.

Assim, podemos definir uma moderna visão funcionalista de linguagem a partir do que propõe Neves (2006, p. 25):

Uma visão funcionalista da linguagem pode depreender-se do próprio tratamento de discurso de Schriffrin (1987), que assenta que a língua ocorre sempre em um contexto (cognitivo, cultural, social), é sensível ao contexto (domínios culturais, sociais, psicológicos e textuais que penetram em todos os níveis da linguagem), é sempre comunicativa (sempre endereçada a um receptor) e é projetada para a comunicação (a própria redundância é projetada para facilitar o processo de comunicação). Fica assentado que a língua é usada (e, portanto, organiza estruturas) a serviço das metas e intenções do falante (que são tomadas e realizadas em relação aos ouvintes), e é da organização dessas metas que emerge a ação (ou a realização de ações) discursiva.

Uma das mais fortes asserções no bojo dos estudos funcionalistas é justamente o processo de mudança unidirecional que caracteriza a trajetória de diversas construções linguísticas. A esse processo de mudança, denominamos *gramaticalização*. Vejamos como esse conceito tem sido tratado na literatura linguística.

4.1 Gramaticalização

A gramaticalização está no cerne dos estudos funcionalistas. Para que possamos abordá-la adequadamente, necessitamos precisá-la em termos conceituais, já que há na literatura especializada uma série de conceitos em competição. Primeiramente, portanto, na subseção 4.1.1., vejamos como a gramaticalização tem sido conceituada e que perspectivas têm sido adotadas em torno do seu estudo.

4.1.1. Concepções teóricas e perspectivas

Em primeiro lugar, concordarmos com Haspelmath (2002), quanto ao estatuto teórico da gramaticalização. Segundo o autor, não costuma fazer parte dos interesses dos linguistas sustentar o estatuto de teoria para esse processo de mudança. Os termos *teoria*, *fenômeno* ou *paradigma* são frequentemente tomados de forma intercambiável, conforme também o faremos em nossa pesquisa. Não queremos dizer que de fato o sejam, mas para nossos propósitos, essa diferenciação não é de maior importância.

Segundo Poggio (2003, p. 59), a gramaticalização tem aparecido intimamente relacionada com outros nomes. Alguns autores associam o termo gramaticalização a uma perspectiva histórica, e gramaticização a uma perspectiva sincrônica da mudança contínua de categorias e significados. Há, contudo, vários outros termos intercambiáveis ou não, que são os seguintes: gramatização, apagamento semântico, condensação, enfraquecimento semântico, morfologização, reanálise, redução, sintaticização etc.

Conforme afirmou Rosário (2007b), é necessário que tenhamos bastante cuidado, já que tais termos nem sempre são sinônimos de gramaticalização. Muitas vezes expressam uma de suas características sintáticas ou semânticas, ou ainda tomam o fenômeno sob outra perspectiva ou estágio.

O primeiro autor conhecido a empregar o termo gramaticalização, em uma acepção muito próxima à adotada pelo funcionalismo, foi Antoine Meillet (1912), que a entendia como a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma (processo diacrônico). Contudo, a história desse processo pode estar relacionada a épocas bem mais remotas. Assim, no século X, na China, um escritor chamado Zhou Bo-qi, da dinastia yuan, já falava na mudança de símbolos cheios para símbolos vazios.

Antoine Meillet insistiu na ideia de *continuum*, bastante utilizada até os nossos dias, para expressar a transição de itens lexicais (*mots principaux*) para auxiliares e outros morfemas com função gramatical (*mots accessoires*), também chamadas de “palavras vazias” (*mots vides*). Também é uma contribuição do autor francês a ideia de que o aumento de frequência de uso está em correlação inversa à perda do valor expressivo das palavras.

Após Meillet, a literatura linguística registra consideráveis contribuições de Sapir, Benveniste e Kurylowicz. Heine et al. (1991, p. 3) fornece-nos uma das mais clássicas definições para gramaticalização, que é a apresentada justamente por Jerzy Kurylowicz ([1965] 1975): “A gramaticalização consiste no aumento do percurso de um morfema que avança do léxico para a gramática ou de um estado menos gramatical para um estado mais gramatical.”³⁷

Traugott e König *apud* Heine et al. (1991, p. 4) refinam essa definição com outros termos e dão uma acepção ao conceito muito próxima da que muitos funcionalistas ainda adotam:

A gramaticalização refere-se principalmente a um processo histórico unidirecional e dinâmico por meio do qual itens lexicais, com o passar do tempo, adquirem um novo *status* como formas gramaticais ou morfossintáticas, e no processo começam a codificar relações que ou não foram codificadas antes ou foram codificadas diferentemente³⁸.

Essa definição acrescenta novos elementos à de Kurylowicz (1975). De acordo com Traugott e König *apud* Heine et al. (1991), a gramaticalização é um processo histórico de mudança unidirecional. Aqui reside um dos pontos fulcrais das pesquisas linguísticas na área do funcionalismo nas últimas décadas.

³⁷ “Grammaticalization consists in the increase of the range of a morpheme advancing from a lexical to a grammatical or from a less grammatical to a more grammatical status”.

³⁸ Grammaticalization refers primarily to the dynamic, unidirectional historical process whereby lexical items in the course of time acquire a new status as grammatical, morphosyntactic forms, and in the process come to code relations that either were not coded before or were coded differently.

A unidirecionalidade prevê que as mudanças linguísticas no escopo da gramaticalização ocorrem em um *continuum*, do “menos gramatical” para o “mais gramatical” e não vice-versa. Os contra-exemplos (Kahr 1976; Campbell, 1991) são incipientes se comparados à enorme gama de exemplos atestadores da unidirecionalidade.

Na visão de alguns autores, esse processo unidirecional de mudança levaria os elementos linguísticos a diferentes produtos. Para Nichols e Timberlake (1991), ocorre um processo de idiomatização ou ossificação; para Lehmann (1988) e para Heine e Reh (1984), origina-se uma degeneração morfológica. Contudo, parece que tais termos não expressam bem o que ocorre ao longo do processo de gramaticalização, visto que as mudanças são naturais e não de ordem degenerativa.

Assim, verificamos que há diversos pontos de vista concernentes à gramaticalização. Baseando-se em investigações mais modernas, Traugott (2008a), que intersecciona princípios funcionalistas com princípios da gramática construcional, assim define gramaticalização:

“A mudança pela qual, em certos contextos linguísticos, os falantes usam partes de uma construção com uma função gramatical. Ao longo do tempo, a construção gramatical resultante pode continuar a receber novas funções gramaticais³⁹”.

A gramaticalização, portanto, oferece uma explicação plausível que dá conta de como e por que as categorias gramaticais surgem e se desenvolvem ao longo do tempo. Sua principal motivação é a necessidade de comunicação ser efetivamente efetuada. Para alcançar esse objetivo, uma estratégia humana altamente utilizada e comprovada cientificamente consiste na utilização de formas linguísticas concretas para a expressão de formas linguísticas mais abstratas e esquemáticas, menos facilmente acessíveis e de cujos significados são menos claramente delineados.

Como vemos, os autores funcionalistas compreendem os estudos de gramaticalização como uma opção de enfrentamento a uma concepção de gramática estática. Inovam, portanto, com uma proposta de caráter dinâmico, rompendo com séculos de tradição normativista.

³⁹ “The change whereby in certain linguistic contexts speakers use parts of a construction with a grammatical function. Over time the resulting grammatical construction may continue to be assigned new grammatical functions”.

Devemos frisar que não são apenas as questões referentes à frequência que determinam o processo de gramaticalização. Os fatores, segundo Heine et al. (1991, p. 23), são de várias ordens e requerem, ainda, um estudo mais pormenorizado:

A gramaticalização pode ser influenciada por vários fatores, como nossa configuração física, nosso aparato neurofisiológico, nosso ambiente sociocultural, o contexto no qual nós agimos, o contato linguístico, a interferência entre a forma escrita e a forma falada de uma determinada língua, os desenvolvimentos tipológicos globais, etc.⁴⁰

A esses fatores supracitados, devemos acrescentar os aspectos cognitivos, cujos estudos modernamente se inserem cada vez mais nas pesquisas sobre gramaticalização. Assim, podemos dizer com Cunha, Oliveira e Martelotta (2003, p. 59), que o motor da gramaticalização baseia-se em fatores de ordem cognitiva, sociocultural e comunicativa, afirmação *de per se* genérica, mas imune a problemas.

Poggio (2003, p. 23) introduz outra questão de alta complexidade e que se revela como geradora de grande polêmica. A autora afirma que, nos estudos de gramaticalização, é fundamental rompermos com a dicotomia saussuriana sincronia *versus* diacronia. Se o objetivo é traçar uma trajetória desde as origens da forma gramatical, passando pelas suas mudanças até o seu estágio atual como um fenômeno discursivo-pragmático, deve-se adotar uma abordagem pancrônica. Nesse tipo de abordagem, combinam-se “a informação sincrônica e diacrônica para se ter uma ideia mais densa, dispondo de compreensão mais consistente dos fenômenos pesquisados”⁴¹.

Como vemos, a autora busca um modelo de gramaticalização de maior amplitude, uma vez que intenta descrever todo o processo de mudança das formas desde sua gênese até o momento atual. A visão pancrônica adotada por Poggio (2003) também foi acolhida por Pereira et al. (2004), para quem “a gramaticalização pode ser encarada como um processo pancrônico que apresenta uma perspectiva diacrônica, porque envolve mudança, e uma perspectiva sincrônica porque implica variação”.

⁴⁰ “Grammaticalization may be influenced by various factors, such as our physical configuration, our neurophysiological apparatus, our sociocultural environment, the context in which we act, language contact, interference between the written and the spoken form of a given language, overall typological developments, etc.”

⁴¹ Poggio (2003, p. 62) acrescenta que a gramaticalização, vista em uma perspectiva pancrônica, pode “ser descrita como um processo sem referência ao tempo”.

Hopper e Traugott (1997, p. 2) também abordaram as relações entre sincronia e diacronia em perspectiva similar à de Poggio (2003) e à de Pereira et al. (2004). Os autores optaram pela combinação de ambas as visões, o que gera uma proposta pancrônica:

A gramaticalização tem sido estudada de duas perspectivas. Uma dessas é a histórica, investigando as fontes das formas gramaticais e os caminhos típicos de mudança que os afetam. Dessa perspectiva, a gramaticalização é pensada normalmente como um subconjunto de mudanças linguísticas pelas quais um item lexical em certos usos se torna um item gramatical, ou pelo qual um item gramatical se torna mais gramatical. A outra perspectiva é mais sincrônica, vendo a gramaticalização principalmente como um fenômeno sintático ou discurso-pragmático, a ser estudado do ponto de vista de padrões fluidos de uso do idioma. Neste livro nós combinaremos estes dois pontos de vista.⁴².

Por outro lado, por questões de ordem metodológica, Heine et al. (1991, p. 4 e 11) admitem a possibilidade de a gramaticalização ser considerada um processo sincrônico, e criticam o fato de não haver maiores especificações dessa perspectiva de trabalho por parte de outros autores:

Um dos méritos principais dos estudos de gramaticalização após 1970 foi a atenção dada ao potencial que eles oferecem como um parâmetro explicativo para entender a gramática sincrônica. O descontentamento com modelos existentes de descrição gramatical funcionou como o incentivo principal para transformar a gramaticalização como um meio de sobrepujar as abordagens estáticas de análise gramatical, em particular o estruturalismo e a gramática gerativa-transformacional⁴³.

⁴² “Grammaticalization has been studied from two perspectives. One of these is historical, investigating the sources of grammatical forms and the typical pathways of change that affect them. From this perspective, grammaticalization is usually thought of as that subset of linguistic changes through which a lexical item in certain uses become a grammatical item, or through which a grammatical item becomes more grammatical. The other perspective is more synchronic, seeing grammaticalization as primarily a syntactic, discourse pragmatic phenomenon, to be studied from the point of view of fluid patterns of language use. In this book we will combine these two points of view.”

⁴³ “One of the main merits of grammaticalization studies after 1970 was that attention was drawn to the potential they offer as an explanatory parameter for understanding synchronic grammar. Dissatisfaction with existing models of grammatical description provided a major incentive for turning to grammaticalization as a means of surmounting ‘static’ approaches for analyzing grammar, in particular structuralism and generative transformational grammar.”

A perspectiva diacrônica (ou histórica) investiga as fontes das formas gramaticais e os típicos caminhos de mudança que os afetam. A partir dessa perspectiva, a gramaticalização é conhecida como um conjunto de mudanças linguísticas através das quais um item lexical, em certos usos, torna-se mais gramatical. A perspectiva sincrônica, por sua vez, vê a gramaticalização como primariamente um fenômeno sintático, discursivo-pragmático, a ser estudado do ponto de vista de modelos fluidos de uso linguístico.

Como temos visto até aqui, a literatura “clássica” sobre gramaticalização aborda uma perspectiva essencialmente centrada no léxico, visto que até mesmo as definições de gramaticalização tratam da mudança em termos do léxico para a gramática.

Modernamente, contudo, há um movimento cada vez mais forte de se estudar a gramaticalização pelo prisma das construções sintáticas, ou seja, há um deslocamento teórico e empírico que volta o olhar para segmentos mais amplos de análise. É sob essa perspectiva que nosso trabalho se constrói, já que nosso objetivo é analisar construções concessivas, desde o nível dos sintagmas até o das orações.

Segundo Gonçalves et al. (2007, p. 27), resumidamente, e em uma escala evolutiva dos estudos de gramaticalização, há:

- (i) a versão de Meillet (1912), que concebe a gramaticalização como a passagem do [lexical] > [gramatical];
- (ii) a oferecida por Kurilowicz (1975), que adiciona ao *cline* de Meillet (1912) a passagem do [-gramatical] > [+ gramatical];
- (iii) as versões dos estudos atuais: [qualquer material linguístico] > [+ gramatical].

Vale lembrar, contudo, que essa perspectiva não é totalmente nova. Aliás, o próprio Meillet (1912) já falava em questões concernentes à ordem das palavras. Além dele, Givón (1979) preferia o termo *sintatização* a gramaticalização, por focar aspectos mais ligados a unidades linguísticas além do léxico.

De qualquer forma, modernamente é mais acertado considerarmos a gramaticalização um fenômeno sintático, discursivo-pragmático, que deve ser estudado do ponto de vista de modelos fluidos de língua (cf. Traugott; Heine, 1991, p. 1; Heine; Kuteva, 2007, p. 346). Vejamos, portanto, como o funcionalismo linguístico de vertente norte-americana tem tratado esse assunto, no âmbito da construção.

4.1.2. Gramaticalização de construções

O conceito de CONSTRUÇÃO, no bojo dos estudos funcionalistas e cognitivistas, é desenvolvido exaustivamente por Goldberg (1995), Croft (2007), Traugott (2008a), Schönefeld (2010), Diwald (2010), entre outros.

De acordo com Goldberg e Casenhiser (2010, p. 1-7), a primeira aplicação do termo *construção* foi feita por Cícero, no 1º século da era cristã. Desde então, o termo foi tomado em diversas acepções até encontrar na Gramática das Construções um lugar privilegiado de estudo e análise (cf. Schönefeld, 2010, p. 1). Dessa forma, é possível encontrar esse termo tanto na gramática tradicional quanto no estruturalismo, gerativismo, cognitivismo, entre outras escolas e teorias.

Segundo os construcionistas, as construções são elementos centrais na língua e variam desde o morfema até grandes porções de texto. O objetivo dos construcionistas é descrever todas as construções das línguas humanas, entre elas, as construções morfológicas, sintáticas e gramaticais.

Sem dúvida, Goldberg (1995) é a grande referência no estudo da gramática das construções. Por outro lado, atualmente, constata-se grandes críticas ao seu trabalho, entre outros motivos, pelo fato de focalizar as construções apenas como pareamentos de forma e significado não-composicionais. A questão da composicionalidade, já abrandada pela autora em suas últimas publicações, tem sido alvo de muitas críticas, principalmente pelo fato de a autora descartar a análise de construções totalmente predizíveis (cf. Schönefeld, 2010, p. 13).

Dessa forma, achamos por bem adotar o conceito de Traugott (2008b, p. 223). Além de a autora representar uma importante voz nos estudos funcionalistas, também consegue o mérito de conjugar essa vertente às importantes investigações cognitivistas:

Gramática das construções - É uma abordagem holística, cognitiva, e (na visão de muitos proponentes) um modelo baseado no uso [...], em outras palavras, não há nenhum nível de gramática autônomo, ou "central". Em vez disso, semântica, morfossintaxe e fonologia, e, em alguns modelos, pragmática, trabalham juntos em uma construção. [...] Construções [na Gramática das Construções] são objetos multidimensionais que representam generalizações sobre o conhecimento linguístico de falantes. Como tal, elas permitem tanto a gestalt, visão holística da padronização linguística (ao contrário de teorias formais da língua) quanto a manutenção do

controle das propriedades internas de padrões maiores (como qualquer outra teoria gramatical).⁴⁴

Traugott (2008b), como podemos verificar, adota uma perspectiva que podemos chamar cognitivo-funcional. Segundo essa perspectiva, a noção de léxico é estendida, de forma a incluir não só palavras, mas também outros padrões frasais. A visão construcionista, portanto, prevê a inclusão de elementos gerais, mas também idiossincráticos, dos itens mais gerais aos itens mais específicos, do morfema a grandes porções textuais.

Os estudos de gramaticalização, aliando-se a essa corrente de estudos construcionistas, além de focalizarem fenômenos morfológicos, também compreendem outros processos que lidam com o desenvolvimento de estruturas gramaticais gerais, já que esse fenômeno está estreitamente ligado à dinamicidade dos processos linguísticos.

Desde já, precisamos reiterar que, segundo Hopper (1997) *apud* Gonçalves et al. (2007, p. 15),

A gramática das línguas (é) como (que) constituída de partes cujo estatuto vai sendo constantemente negociado na fala, não podendo em princípio ser separado das estratégias de construção do discurso. Subjazem a esse entendimento uma concepção de língua como atividade no tempo real e a postulação de que, a rigor, não há gramática como produto acabado, mas sim constante gramaticalização.

Assim, a gramática está num constante “fazer-se”, por meio de um processo dinâmico. A gramaticalização de construções, segundo Traugott (2008a), tem sido um assunto investigado por vários pesquisadores no bojo dos trabalhos funcionalistas:

A gramaticalização não envolve apenas uma palavra ou morfema... mas toda a construção formada pelas relações sintagmáticas do elemento em questão⁴⁵.
(Lehmann, 1992, p. 406 *apud* Traugott, 2008a)

⁴⁴ It is a cognitive, holistic, and (in most proponents' view) usage-based framework [...], in other words, no one level of grammar is autonomous, or “core”. Rather, semantics, morphosyntax, and phonology, and, in some models, pragmatics, work together in a construction. [...] Constructions in Construction Grammar are multidimensional objects that represent generalizations about speakers' linguistic knowledge. As such, they allow for both the gestalt, holistic view of linguistic patterning (unlike formal theories of language) and for keeping track of the internal properties of larger patterns (like any other grammatical theory)” (p. 223).

⁴⁵ “Grammaticalization does not merely seize a word or morpheme... but the whole construction formed by the syntagmatic relations of the element in question”.

É a construção inteira, e não simplesmente o significado lexical da base, que é o precursor e, por esta razão, a fonte do significado gramatical⁴⁶.

(Bybee; Perkins; Pagliuca, 1994, p. 11 *apud* Traugott, 2008a)

No âmbito do que consideramos *construção*, possuem especial destaque as orações. Segundo Hopper e Traugott (1997), “todas as línguas têm dispositivos para interligar as cláusulas no que chamamos de períodos complexos”. Entretanto, esses mecanismos de ligação intersentencial, de acordo com os autores, diferem radicalmente de uma língua para outra, desde construções justapostas razoavelmente independentes até construções retóricas dependentes e complexas.

Trazendo raízes dos primeiros trabalhos de Givón (1979), Hopper e Traugott (1997, p. 168) advogam a possibilidade de inclusão das combinações oracionais no bojo dos estudos de gramaticalização⁴⁷, entendida como processo de mudança unidirecional, em que fatores como tempo, uso e cognição são correlacionados com vistas a uma descrição linguística mais consistente. Assim afirmam os autores:

Se a gramaticalização for definida amplamente de forma a abranger as motivações e desenvolvimento das estruturas gramaticais em geral, então os processos de combinação de cláusulas claramente se enquadram no seu domínio, como Givón sugeriu.

(Hopper; Traugott, 1997, p. 168)

Segundo Heine et al. (1991, p. 20), as categorias verbais de tempo e aspecto surgiram de funções discursivas, e tanto a coordenação quanto a subordinação gramaticais teriam se desenvolvido a partir de estruturas discursivas que se convencionalizaram. Por isso, a combinação de cláusulas pode ser interpretada como uma gramaticalização da organização retórica do discurso (cf. Matthiessen; Thompson, 1988, p. 286). Afinal, as relações entre as cláusulas são as mesmas que se estabelecem entre as partes de um texto.

⁴⁶ “It is the entire construction, and not simply the lexical meaning of the stem, which is the precursor, and hence the source, of the grammatical meaning”.

⁴⁷ Traugott e Heine (1991, p. 3-4) afirmam que nem todo caso de mudança pode ser considerado um caso de gramaticalização. Segundo os autores, a gramaticalização envolve necessariamente sintaticização em estágios primários, e aumento na perda da independência morfossintática em estágios mais avançados, levando a entidade linguística ao zero, isto é, grande morfologização e fonologização.

Gonçalves et al. (2007, p. 134) exploram a questão da integração de orações, resgatando as primeiras intuições de Givón (1979) no tocante a esse assunto:

A integração sintática entre duas orações é explicada pelo subprincípio da proximidade, que, direcionado para os processos de combinação de sentenças, estipula que tal integração decorreria de uma vinculação semântica entre os dois eventos codificados pelas orações articuladas.

Dessa forma, há um certo isomorfismo entre integração sintática e integração semântica, já que “integração pode ser entendida como uma incorporação ou fusão de elementos morfossintáticos e semânticos de duas orações” (cf. Cezario, 2001, p. 11 *apud* Gonçalves et al., 2007, p. 134).

Os autores acrescentam que a tendência à proposição de uma forte distinção entre os clássicos processos de subordinação e coordenação advém, em parte, de evidências de estudos da modalidade escrita de línguas indo-europeias. Ao contrário, seria mais acertado afirmarmos que os períodos complexos hierarquizam-se de variadas formas, o que pode ser simplificado por meio de um declive com três “pontos de aglomeração”. Assim, Hopper e Traugott (1997, p. 170) advogam a existência dos seguintes processos:

- 1) **Parataxe** ou independência relativa. Pode apresentar cláusulas justapostas ou coordenadas. As primeiras se caracterizam pela adjacência de dois ou mais núcleos expressos em um único contorno entonacional sem o uso de elementos conectores. Já as coordenadas diferem das primeiras pelo fato de virem ligadas formalmente por um conector.
- 2) **Hipotaxe**, em que há um núcleo, e uma ou mais cláusulas que não podem ficar sozinhas e que são, por conseguinte, relativamente dependentes. Incluem as orações relativas apositivas e as adverbiais da gramática tradicional.
- 3) **Subordinação**, ou, em sua forma extrema, encaixamento; em outras palavras, dependência completa, em que uma margem está completamente incluída no

constituente de um núcleo. Abrangem as cláusulas completivas e as relativas restritivas.

A parataxe, segundo os autores, é menos integrada que a hipotaxe, que por sua vez, é menos integrada que a subordinação. Nos termos de Givón (1979), a maior integração semântica ou pragmática acarreta também maior integração sintática. Assim, a estruturação sintática estaria imbricada com a própria carga semântica veiculada pelas sentenças da língua.

Valendo-se da combinação dos traços [dependência] e [encaixamento], Hopper e Traugott (1997, p. 170) propõem o seguinte *continuum*, que esquematiza os três pontos do declive, representativos dos processos de ligação de cláusulas:

Quadro 8 – Dependência e encaixamento

	Parataxe	> Hipotaxe	> Subordinação
[Dependência]	-	+	+
[Encaixamento]	-	-	+

Hopper e Traugott (1997, p. 171), por meio desse gradiente, defendem a ideia de que a parataxe revelaria um grau mínimo de integração, o que gradualmente é fortalecido ao longo do declive, até a subordinação, em que a integração é máxima, inclusive no que diz respeito à explicitude da ligação, por meio de conectivos.

De certa forma, essa proposta está ligada à formulação givóniana que, no final da década de 70 do século passado, previa a existência de dois modos comunicativos diferentes – o pragmático e o sintático, havendo entre eles uma relação diacrônica. O modo pragmático estava caracterizado por conter ligações mais frouxas entre os elementos de uma construção e morfologia empobrecida, enquanto o modo sintático, pela presença de subordinação e uso elaborado de morfologia gramatical. Assim se expressa Braga (2001):

As construções mais compactadas e integradas, típicas do chamado modo sintático, teriam surgido por via de sintaticização das construções paratáticas, típicas do outro modo. A maior vinculação sintática entre as orações que formam a oração complexa, por sua vez, constituiria um reflexo da integração semântico-pragmática dos eventos codificados por elas.

Segundo a proposta de Hopper e Traugott (1997), a hipotaxe ocupa um lugar intermediário entre a parataxe e a subordinação, ou seja, é um ponto que se caracteriza por apresentar os traços de [+dependência] e [-encaixamento]. É no interior desse grupo, *a priori*, que situamos as cláusulas *concessivas*.

A abordagem tradicional, por outro lado, só distingue dois processos de ligação de cláusulas (coordenação e subordinação, conforme vimos no capítulo 2 desta tese), fazendo com que diferentes estruturas bem diversas do ponto de vista sintático ocupem o mesmo lugar em termos de categorização. König e Auwera (1985, p. 101-102) reforçam a fragilidade dessa divisão dicotômica:

O critério sobre o qual a distinção entre coordenação (ou parataxe) e subordinação (ou hipotaxe) é normalmente baseada é frequentemente inconsistente, e identifica diferentes classes de orações como subordinadas. Os estudiosos que têm dado atenção a esse dilema têm proposto várias soluções. Uma delas consiste em apelar para a teoria dos protótipos, e fazer uma distinção entre casos prototípicos e marginais de subordinação⁴⁸.

Para a tradição normativista, orações substantivas e orações adverbiais, por exemplo, estariam no mesmo plano sintático. Entretanto, sabemos que isso não é empiricamente verdadeiro, haja vista o comportamento sintático bastante dessemelhante entre elas.

Assim, é mais acertado considerarmos as diversas relações sintáticas entre as orações dentro de um *continuum*, como vimos insistindo. Esse *continuum* proposto por Hopper e Traugott (1997), inclusive, espelha a gramaticalização das orações de uma língua em geral, no sentido de que há três etapas graduais, que se sucedem ao longo do tempo. Em outras palavras, temporalmente, a coordenação precederia a hipotaxe que, por sua vez, precederia a subordinação.

Neves (2006, p. 230) apresenta vantagens para essa proposta:

⁴⁸ “The criteria upon which the distinction between coordination (or parataxis) and subordination (or hypotaxis) are normally based are often inconsistent, and identify different classes of clauses as subordinate. Those who have drawn attention to this dilemma have proposed various solutions. One consists in an appeal to prototype theory, and in making a distinction between prototypical and marginal cases of subordination”.

Essa organização – que integra os componentes sintático e semântico, além das relações retóricas – cruza duas tradições, a primeira entre parataxe e hipotaxe, a partir do parâmetro ‘dependência’ e a segunda entre coordenação e subordinação, a partir do parâmetro ‘integração’. Dos dois pares em cruzamento obtém-se uma escala tripartida, que não é simples substituição das escalas bipartidas, já que o princípio que está na base é outro, e a escala não é resolvida em termos discretos. Sem a manutenção do princípio de não-discretização de categorias, simplesmente se sairia de uma partição em dois para uma partição em três ou mais blocos de fronteiras rígidas, o que viria a dar na mesma.

Ainda no tocante a essas questões, Lehmann (1988, p. 1) apresenta-nos uma observação de grande importância: segundo o autor, precisamos ter cautela ao utilizarmos o rótulo *subordinação*, visto que este termo está sujeito a diversas interpretações a depender da escola linguística a que está ligado. Mesmo no funcionalismo, há divergências importantes. Aliás, o próprio autor afirma que, em seu trabalho, hipotaxe é tomada como sinônimo de subordinação. Por outro lado, o que Hopper e Traugott (1997) chamam de *subordinação*, o autor denomina *encaixamento* (*embedding*).

Adepta das contribuições de Halliday (1985) para os estudos morfossintáticos, Decat (1999, p. 5) chama as tradicionais subordinadas adverbiais e relativas explicativas de *hipotáticas*; por outro lado, as demais subordinadas da tradição, a autora chama de *encaixadas* (substantivas e relativas restritivas). Vemos, assim, que há grandes dissensões quanto aos termos utilizados para fazermos referência às tradicionais subordinadas adverbiais.

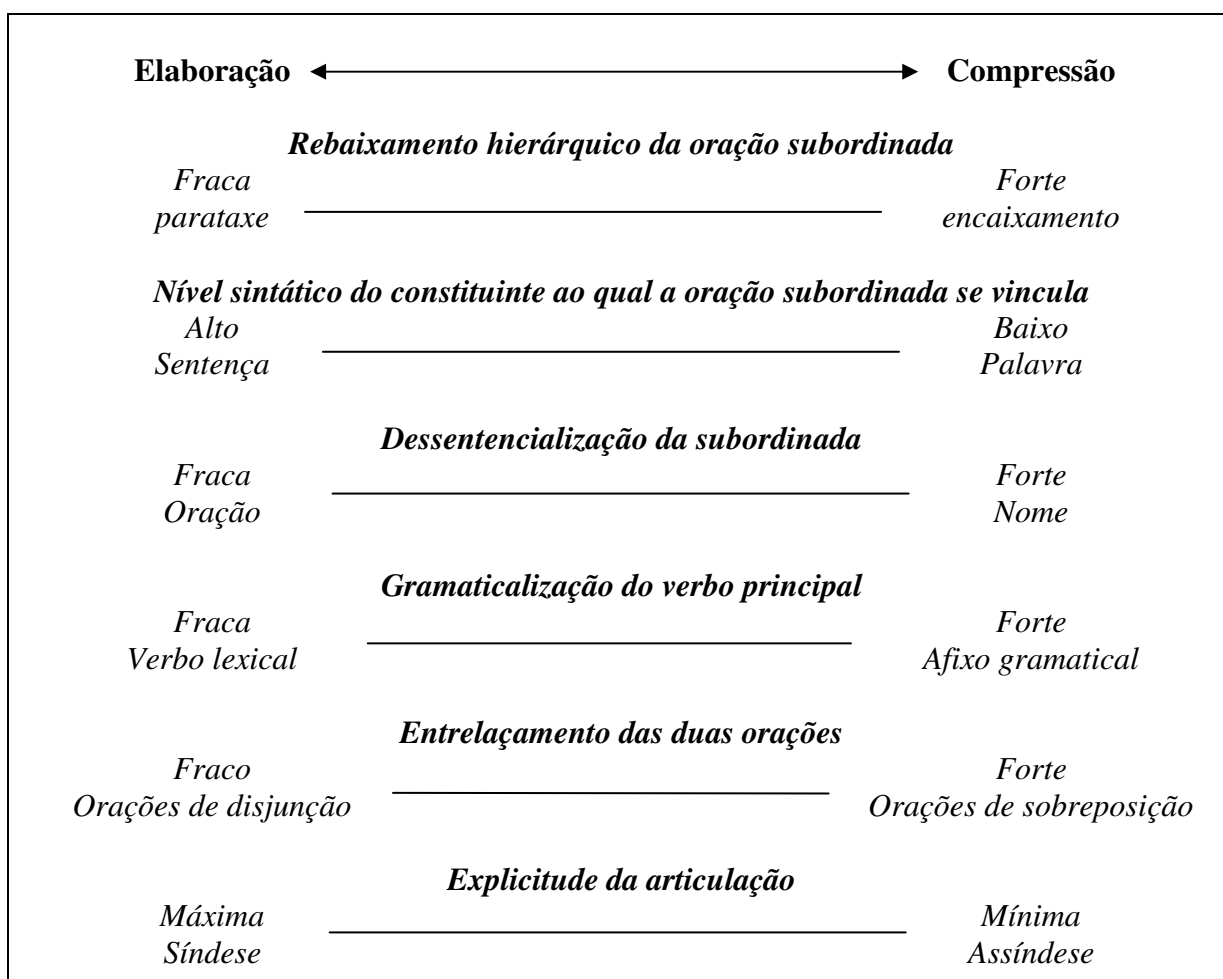
Dessa forma, poderíamos traçar as diferenças entre os autores da seguinte maneira:

Quadro 9 – Subordinação adverbial

Tradição gramatical	Hopper e Traugott (1997)	Lehmann (1988)	Decat (1999)
Subordinadas adverbiais	Hipotaxe	Subordinação	Hipotaxe
Subordinadas substantivas	Subordinação ou Encaixamento	Encaixamento	Encaixamento
Subordinadas adjetivas restritivas	Subordinação ou Encaixamento	Encaixamento	Encaixamento
Subordinadas adjetivas explicativas	Hipotaxe	Subordinação	Hipotaxe

Lehmann (1988), na esteira dos princípios fundamentais do funcionalismo, também rompe com as dicotomias apresentadas pelo estruturalismo e pelas gramáticas normativas. O autor sugere uma tipologização de sentenças complexas a partir de *continua* que levam em conta níveis de maior ou menor vinculação sintática entre orações. Essa tipologização parte de seis parâmetros semântico-sintáticos. Vejamos:

Quadro 10 – *Continua* de vinculação sintática entre orações, segundo Lehmann (1988)



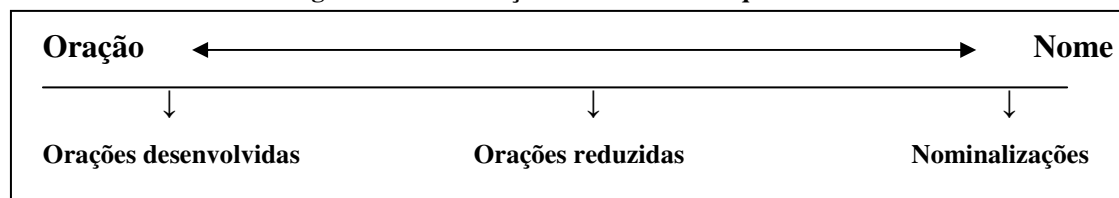
De acordo com Gonçalves et al. (2007, p. 86-87), a cada extremo desses *continua* corresponde um tipo de oração: o primeiro equivale a uma combinação de sentenças sintaticamente iguais e interligadas por um conectivo, ou seja, sentenças paratáticas; o segundo, a uma combinação de sentenças com um dos predicados reduzidos, encaixamento na oração principal em um constituinte de nível sintático baixo e nominalização (sentenças

encaixadas). Em outras palavras, os *continua* partem de um pólo em que o nível de vinculação é mais frouxo para outro em que o nível de integração é mais estreito.

A hipotaxe concessiva situa-se, como era de se esperar, entre esses pólos, visto que ela exhibe características intermediárias. Ela não se caracteriza nem por uma fraca parataxe nem por um forte encaixamento, ou seja, ocupa lugar intermédio entre esses dois pólos.

Quanto ao terceiro e último itens dos *continua*, verificamos a possibilidade de as concessivas sofrerem redução, já que constatamos a existência de concessivas reduzidas de infinitivo, gerúndio e particípio. Portanto, nem sempre a sínese é obrigatória, já que as reduzidas podem ser acompanhadas de conectivos ou não. No tocante ao terceiro *continuum* de Lehmann (1988), podemos distribuir as concessivas da seguinte maneira:

Figura 3 - Distribuição das concessivas quanto à forma



Existe, ainda, uma série de outros trabalhos funcionalistas que investigam as noções de hipotaxe, encaixamento e parataxe, tanto em língua estrangeira como em língua portuguesa. Constatamos que é ponto comum em todos eles o reconhecimento de que as hipotáticas e, portanto, as *concessivas*, são sempre vistas como construções intermediárias (em termos de integração sintática), ocorrem como satélites (ou seja, às margens), são de caráter optativo e servem para realçar ou caracterizar circunstancialmente a base a que estão ligadas.

Verificamos, na literatura linguística nacional, uma série de trabalhos que aplicam os conhecimentos do funcionalismo linguístico, no campo das relações morfossintáticas, aos dados da língua portuguesa. Barreto (1992, p. 291), por exemplo, criou um quadro de matrizes, que estabelece alguns critérios que diferenciam a coordenação da subordinação, após longo exame das diversas conjunções e demais conectivos que as instanciam:

Quadro 11 – Traços da coordenação e da subordinação, segundo Barreto (1992)

TRAÇOS	+ Coord	+ Coord - Sub	+ Sub - Coord			+ Sub
			1	2	3	
1. <i>Posição interfrástica</i>	+	+	+	+	+	+
2. <i>Posição intrafrástica</i>	+	-	-	-	-	-
3. <i>Emprego pós-encadeador</i>	-	+	+	+	+	-
4. <i>Modo indicativo</i>	+	+	+	+	+	+
5. <i>Modo subjuntivo</i>	-	-	-	-	+	+
6. <i>Permissão de elipse</i>	+	+	-	-	-	-
7. <i>Emprego como encadeador</i>	+	-	+	-	-	-
8. <i>Introdutor de S completiva</i>	-	-	-	-	-	+

Segundo análise da autora, seria possível estabelecer um *continuum* com seis pontos, que iriam de [+ coordenação] até [+ subordinação], passando por diversos graus intermediários de integração sintática, o que irremediavelmente nos conduz a uma perspectiva funcional de articulação de cláusulas. Os processos de coordenação e subordinação seriam vistos, assim, como partes de um único *continuum*.

Com base em tais matrizes e com base na exposição teórica da autora, podemos assim caracterizar cada ponto:

- [+ coordenação]

* Conjunções aditivas, disjuntiva *ou*, adversativa *mas* e correlações aditivas e disjuntivas.

- [+ coordenação – subordinação]

* Conjunções comparativas e correlações comparativas e modais.

- [+ subordinação – coordenação] – tipo 1

* Conjunções explicativas e causais.

- [+ subordinação – coordenação] – tipo 2

- * Conjunções adversativas e conclusivas

- [+ subordinação – coordenação] – tipo 3

- * Conjunções **concessivas**, condicionais, modais, finais, temporais e correlações consecutivas.

- [+ subordinação]

- * Conjunções integrantes.

A autora, com base nos traços escolhidos, situa as concessivas bem à direita do *continuum*, ou seja, bem próximas à subordinação. Ela observa, por outro lado, que tais matrizes não intentam englobar todas as conjunções possíveis, afinal, há características específicas de apenas determinados itens conjuncionais. Isso justificaria algumas exceções.

Outra proposta que busca um *continuum* entre coordenação e subordinação foi formulada por Abreu (1997). Segundo o autor, os processos de ligação de cláusulas estabelecem relações e atividades de construção textual realizadas por interlocutores por ocasião do processamento do texto, quer escrito, quer falado.

Por meio do uso de seis propriedades propostas por Haiman e Thompson, Abreu (1997) analisa as diversas orações da língua portuguesa em busca de um *continuum* de integração, tal como fez Barreto (1992). Entretanto, o autor utiliza diferentes parâmetros. Vejamos:

1. Identidade de tempo e/ou sujeito.
2. Redução de uma das orações por elipse ou “*opposition loss*”⁴⁹.
3. Incorporação marcada gramaticalmente de uma das orações.
4. Ligação entonacional.
5. Uma oração estar dentro do escopo de outra oração.
6. Ausência de iconicidade.

Após aplicação dos seis parâmetros, sob a perspectiva da teoria dos protótipos, que também abordaremos em nossa tese, Abreu (1997) traça um *continuum* com seis escalas em

⁴⁹ *Opposition loss* significa a perda do tempo finito.

que os membros estão classificados segundo um grau de semelhança ao protótipo. A proposta de Abreu (1997) apresenta vantagens sobre a de Barreto (1992), uma vez que o autor engloba, em sua análise, também as orações adjetivas (ou relativas). Eis as escalas:

Quadro 12 – Graus de integração de cláusulas, segundo Abreu (1997).⁵⁰

ESCALA	Tipo de oração	Identidade de tempo e/ou sujeito	Possibilidade de redução	Incorporação marcada	Ligação entonacional	2ª oração no escopo da 1ª	Ausência de iconicidade
6	Oração subordinada substantiva subjetiva	+	+	+	+	+	+
5	Oração subordinada substantiva objetiva direta	+	-	+	+	+	+
	Oração subordinada substantiva objetiva indireta	+	-	+	+	+	+
	Oração subordinada adverbial modal	+	+	+	-	+	+
4	Oração subordinada substantiva completiva nominal	-	+	+	+	+	-
	Oração subordinada substantiva predicativa ⁵¹	-	-	+	+	+	+
3	Oração subordinada substantiva apositiva “fact sentences” ⁵²	-	+	+	+	-	-
	Oração subordinada adjetiva restritiva	-	-	+	+	-	+
	Oração subordinada adverbial causal	-	+	+	-	-	+
	Oração subordinada adverbial condicional	-	+	+	-	-	+
	Oração subordinada adverbial concessiva	-	+	+	-	-	+
	Oração subordinada adverbial final	-	+	+	-	-	+
	Oração subordinada adverbial temporal	-	+	+	-	-	+
2	Oração subordinada adjetiva explicativa	-	-	+	-	-	+
	Oração subordinada adverbial comparativa	-	+	+	-	-	-
	Oração subordinada adverbial proporcional	-	-	+	-	-	+
1	Oração subordinada apositiva típica	-	-	+	-	-	-
	Oração subordinada adverbial consecutiva	-	-	+	-	-	-
	Oração coordenada sindética alternativa	-	-	-	-	-	+
	Oração coordenada sindética explicativa	-	-	+	-	-	-
0	Oração coordenada sindética aditiva	-	-	-	-	-	-
	Oração coordenada sindética adversativa	-	-	-	-	-	-
	Oração coordenada sindética conclusiva	-	-	-	-	-	-

⁵⁰ Incorporação marcada significa a propriedade de uma oração ser vista como parte de outra, por critérios gramaticais. A oração incorporada perde sua integridade como ato independente de fala. Baseando-se em Dik (1989), Abreu (1997) considera três graus de incorporação: 1º grau – incorporação de argumentos (Ex: Eu vi **que ele chegou**); 2º grau – incorporação de satélites (Ex: Eu comprei meu primeiro carro, **quando fiz dezoito anos**); incorporação de 3º grau – encaixe das adjetivas (Ex: O carro **que eu comprei** tem dois anos de garantia).

⁵¹ Em alguns casos, Abreu (1997) admite a possibilidade de redução nas predicativas. Nesse caso, elas seriam de grau 5. Exemplo: “A solução é **baixar os preços**”.

⁵² Para Abreu (1997), apositivas *fact sentences* são aquelas que apresentam ligação entonacional e podem ser reduzidas. Exemplo: “O fato de que a porta foi arrombada caracteriza furto qualificado”.

Por meio do quadro de Abreu (1997), é possível fixarmos como mais prototípicas da subordinação as orações substantivas subjetivas, e como mais prototípicas da coordenação as orações sindéticas aditivas, adversativas e conclusivas.

O autor percebe grande proximidade entre as substantivas apositivas típicas e as coordenadas. Também verifica maior proximidade entre adjetivas explicativas e as coordenadas do que entre aquelas e as adjetivas restritivas. Essas conclusões, sem dúvida, são bastante inovadoras e afastam suas asserções das propostas mais tradicionais, que intentam descrever e analisar as diversas orações da língua portuguesa.

As conclusões a que chegou Abreu (1997) diferem das de Barreto (1992), anteriormente analisadas. O foco da pesquisa foi diferente, visto que Barreto (1992) deu relevo ao estudo das conjunções, entretanto, achamos a correlação entre os autores válida.

Dependendo dos critérios utilizados, os graus de integração das diferentes cláusulas correlatas, coordenadas e subordinadas variam. Para os propósitos de nossa pesquisa, é muito importante atentarmos para o lugar que as concessivas ocupam. Para Abreu (1997), as concessivas ocupam grau 3 e estão no mesmo nível de integração das causais. Para Barreto (1992), por outro lado, as concessivas são consideradas mais integradas que as referidas causais, e estão localizadas mais à direita do *continuum*. Assim, concluímos que a integração das orações depende, em grande medida, dos critérios selecionados para a análise realizada, ou seja, de fato, é uma questão que precisa ser enearizada.

4.2 Prototipicidade

Cada vez mais a prototipicidade (ou prototíпия) vem ocupando lugar nos estudos descritivos da língua portuguesa. Considerado o “membro que ostenta o maior número de propriedades que bem caracterizam uma categoria” (cf. Neves, 2006, p. 22), o *protótipo* determina a classificação dos demais membros de uma categoria em função de sua semelhança com o núcleo conceptual desta mesma categoria. Neves (2006, p. 22) refina esse conceito, apresentando duas visões particulares:

A categoria decorre, pois, das relações associativas entre os diversos referentes, não sendo necessariamente postulada uma entidade central que a represente. Como mostra Kleiber (1988), essa é, na verdade, uma ‘versão ampliada’ da semântica do protótipo, a qual sucedeu a uma versão padrão, que apresentou duas fases: na primeira, o protótipo é entidade central em torno da qual se organiza a categoria, situando-se no centro aqueles exemplares que têm maior semelhança com o protótipo, e na periferia os que têm menor semelhança (o protótipo é o melhor exemplar da categoria, para o falante, e a análise semântica representa associar-se um vocábulo a um referente, na determinação do protótipo); na segunda fase, o protótipo é visto como uma entidade cognitivamente construída com base nas propriedades típicas da categoria (pode-se, ainda, falar de um melhor representante ou exemplar da categoria, mas apenas com base no conjunto das propriedades que representam da melhor forma a categoria).

Taylor (1992, p. 42), em abordagem semelhante à de Neves (2006), utiliza a noção de *protótipo*, que serve como ponto de referência para a categorização de exemplares não tão claros de uma determinada categoria. Diversas pesquisas foram realizadas em diferentes campos científicos. Por exemplo, comprovou-se, por meio de experimentos, que há exemplos focais (ou prototípicos) de cores, na área da psicologia. Isso aponta para o fato de que o grau de pertença a uma categoria, longe de ser algo insignificante, representa uma noção psicologicamente real.

Ao contrário da teoria dos protótipos, o modelo aristotélico de categorização assumia uma correlação perfeita entre os atributos das categorias. Segundo a visão aristotélica, ao saber a que categoria um determinado membro pertencia, seria possível afirmar com certeza total que determinados atributos co-ocorreriam. Entretanto, as diversas experiências empreendidas, inclusive a observação do nosso dia-a-dia, revelam que tais correlações são bastante raras. Afinal, existem xícaras sem asas (como as chinesas), pássaros que não voam (como os pinguins), gatos que não têm rabo (como os cotós), cadeiras que não foram feitas para nós nos sentarmos apenas (as dos dentistas) etc. Portanto, a teoria que se baseia em condições necessárias e suficientes não se sustenta empiricamente.

Dessa forma, Taylor (1992, p. 51) afirma:

As categorias tipicamente têm limites difusos e podem até mesmo fundir-se uma na outra; alguns atributos podem ser compartilhados por apenas alguns membros de uma categoria; pode haver categorias até mesmo sem atributos compartilhados por todos seus membros. Para manter nossas categorias maximamente distintas, e consequentemente maximamente informativas, nós precisamos focalizar no nível

básico de categorização, mais especificamente, nos membros mais centrais das categorias de nível básico.⁵³

Entre as várias vantagens da Teoria dos Protótipos devemos sublinhar a possibilidade de inclusão de dados não-prototípicos, antes deixados à margem por abordagens de cunho aristotélico. Os casos ambíguos e de difícil classificação não ficam marginalizados nessa abordagem. Ao contrário, também os membros periféricos podem ser associados às diversas categorias, já que não é necessário que todos os membros de uma determinada categoria apresentem os mesmos traços em comum. Aliás, segundo Neves (2006, p. 23), “eles podem, mesmo, pertencer a subcategorias diferentes, mas constituir uma mesma categoria, por meio de princípios de encadeamento e associação”.

Há um forte paralelismo entre a estrutura das categorias conceptuais e a estrutura das categorias linguísticas. Da mesma forma como há membros mais centrais e membros mais marginais entre as aves, também há membros mais centrais e membros mais marginais entre os substantivos, advérbios, sujeitos oracionais, orações subordinadas, coordenadas, correlatas etc.

Por exemplo, a ausência de um limite claro entre os afixos e as palavras propriamente ditas aponta para a necessidade de a gramática da palavra (morfologia) fundir-se com a gramática da oração (sintaxe). Afinal, as fronteiras entre afixo e palavra não são claras, da mesma forma como os limites entre o léxico e a gramática também não o são. Enfim, os conceitos de morfologia e sintaxe devem ser vistos como extremos de um *continuum*. A teoria dos protótipos, assim, reconhece um gradiente entre os membros de uma dada categoria.

A noção de protótipo encontrou amplo espaço para desenvolver-se no âmbito dos estudos de gramaticalização, conforme propuseram Hopper e Traugott (1997, p. 25), uma vez que este processo caracteriza-se justamente pela fluidez no *continuum* categorial: “Temos visto que a gramaticalização apresenta um desafio para abordagens de língua que assumem categorias discretas embutidas em sistemas fixos, estáveis.”⁵⁴

De fato, nosso ponto de vista aponta para uma concepção de categorias gramaticais como entidades difusas, e não como compartimentos estanques claramente definidos e

⁵³ “Categories typically have fuzzy edges and might even merge into each other; some attributes might be shared by only a few members of a category; there might even be categories with no attributes shared by all their members. In order to keep our categories maximally distinct, and hence maximally informative, we need to focus on the basic level of categorization, more specifically, on the more central members of basic level categories”.

⁵⁴ “We have seen that grammaticalization presents a challenge to approaches to language which assume discrete categories embedded in fixed, stable systems”.

delimitados. Afinal, as categorias que podem ser definidas por condições necessárias e suficientes não são mais do que um grupo, muito reduzido, das categorias existentes. (cf. Cuenca; Hilferty, 1999, p. 35).

A teoria dos protótipos, portanto, permite uma análise mais confortável dos dados, visto que os exemplos marginais ou de difícil classificação podem ser agasalhados pela investigação linguística, sem necessidade de afirmações *ad hoc* ou grandes elucubrações. Em vez disso, partimos do princípio de que as categorias são *fuzzy*, ou seja, não-discretas e, portanto, com limites fluidos. Essa, enfim, é a perspectiva de categorização que subjaz à nossa pesquisa.

4.3 Teoria dos Gêneros

De acordo com Oliveira e Votre (2009), as atuais pesquisas linguísticas no bojo do funcionalismo linguístico de vertente norte-americana tendem cada vez mais a associar os conhecimentos trazidos pela teoria dos gêneros à análise dos diversos fenômenos linguísticos. Essa é uma tendência constatada nas pesquisas mais recentes, o que revela também a notoriedade crescente das teorias que possuem o discurso como objeto privilegiado de análise.

Primeiramente, precisamos destacar três conceitos fundamentais: *gênero textual*, *domínio discursivo* e *sequência tipológica* (cf. Marcuschi, 2005). Comumente esses conceitos são tomados de forma intercambiável em diversas obras, mas precisamos afirmar que esse é um procedimento nocivo, tendo em vista as especificidades de cada conceito. Em primeiro lugar, vamos analisar o conceito de *gêneros textuais* e suas relações com a fala e a escrita; logo em seguida, será a vez dos outros dois conceitos já citados.

Gêneros textuais podem ser definidos como “fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social” (Marcuschi, 2005, p. 19). Assim, os gêneros textuais contribuem para estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. Caracterizam-se por sua maleabilidade, dinamicidade e plasticidade, o que faz com que os gêneros textuais sejam inúmeros e sujeitos a mudanças ao longo do tempo, à medida que são selecionados pelos falantes da língua.

De uma forma geral, podemos declarar que cada gênero corresponde a padrões textuais recorrentes e a contextos situacionais definidos. Isso significa afirmar que a produção dos discursos está estreitamente vinculada à situação de uso da linguagem, por meio das

experiências humanas. É nesse sentido que os gêneros textuais também podem ser caracterizados como formas culturais e cognitivas de ação social. Vejamos o que nos dizem Mari e Silveira (2004, p. 7) sobre essa questão, sob um viés cognitivista:

[...] gênero tem emergido, à primeira vista, como um *script* – onde algum esqueleto mental de percepção e de inferências está estruturado e/ou disponível – que visa a uma economia cognitiva drástica no processamento da informação, fim maior que vemos circunscrito à existência de tal categoria, como manifestação de uma racionalidade desejável para as práticas de linguagem.

Bakhtin (2003, p. 268) é um dos mais importantes precursores da chamada teoria dos gêneros. Daí, a importância de analisarmos a definição para *gêneros textuais* (ou *discursivos*) cunhada pelo autor:

Os gêneros discursivos são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode integrar o sistema da língua, sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos.

Assim, para Bakhtin (2003), os gêneros textuais estão ligados fortemente à organização da sociedade. Poderíamos acrescentar que é nesse sentido que são maleáveis, dinâmicos e plásticos, ou seja, surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem. É sob essa perspectiva que compreendemos os gêneros textuais também como entidades relativamente estáveis, no sentido de que, do ponto de vista enunciativo e do enquadre teórico-social da língua, apresentam fronteiras e características fluidas. Marcuschi (2005, p. 21) explora essa dinamicidade, sob o viés das relações simbióticas entre fala e escrita:

Aspecto central no caso desses e outros gêneros emergentes é a nova relação que instauram com os usos da linguagem como tal. Em certo sentido, possibilitam a redefinição de alguns aspectos centrais na observação da linguagem em uso, como por exemplo a relação entre a oralidade e a escrita, desfazendo ainda mais as suas fronteiras. Esses gêneros que emergiram no último século no contexto das mais diversas mídias criam formas comunicativas próprias com um certo *hibridismo* que

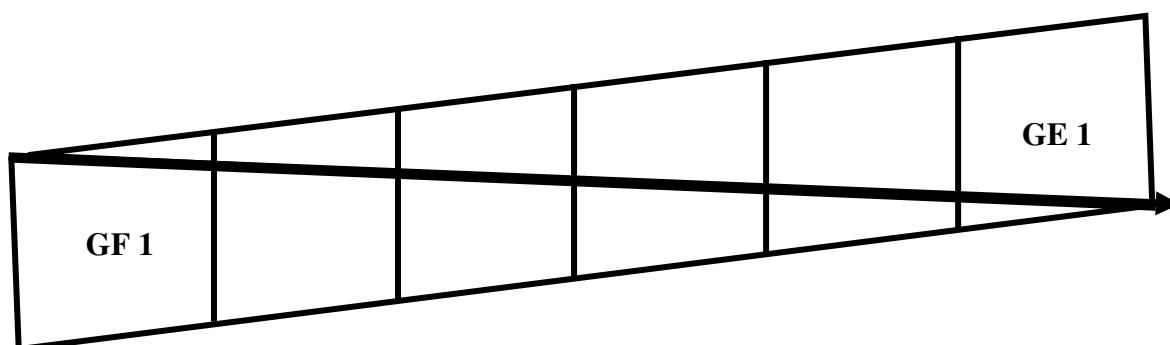
desafia as relações entre oralidade e escrita e inviabiliza de forma definitiva a velha visão dicotômica ainda presente em muitos manuais de ensino de língua. [...] A linguagem dos novos gêneros torna-se cada vez mais plástica, assemelhando-se a uma coreografia [...].

A clareza da exposição do autor dispensa grandes comentários. O *hibridismo* de que fala Marcuschi (2005) é um fato que pode ser observado em diversos usos linguísticos, materializados nos inúmeros gêneros textuais que povoam as relações sociais travadas pelos falantes. Fala e escrita imbricam-se profundamente, de tal sorte que, em muitos casos, fica bastante difícil definir e caracterizar cada conceito em particular. Uma possível solução para essa questão é considerar fala e escrita em um *continuum* que expressa o conjunto de práticas sociais de linguagem.

É verdade que a escrita ganhou bastante proeminência ao longo das últimas décadas, principalmente por conta das relações capitalistas cujo mote central prevê e exige a formalização escrita de diversas transações e práticas sociais. Além disso, devemos destacar as políticas de alfabetização e letramento instituídas pelas diversas esferas do governo que, de uma forma ou de outra, acabam privilegiando essa modalidade da linguagem em detrimento da fala. Por outro lado, é notório que a língua falada, em termos quantitativos, é muito mais utilizada do que a escrita, principalmente nas relações cotidianas, em situações pouco eivadas pela formalidade. Em suma, apesar de toda propalada evolução, continuamos povos orais (cf. Marcuschi, 2004, p. 36).

Discorrer sobre fala e escrita, na perspectiva da teoria dos gêneros textuais, não é tão simples, principalmente pelo fato de esses conceitos serem tomados comumente como tipos ideais. Em uma sociedade profundamente marcada pela diversidade, não é surpreendente a constatação de relações complexas entre a língua e as representações e formações sociais. Afinal, em uma perspectiva funcional e sociointerativa, a língua, em boa medida, reflete a organização da sociedade. É por esse motivo que o binômio fala e escrita também deve ser encarado de forma não-discreta, escalar. Marcuschi (2004, p. 38) propõe o seguinte gradiente para espelhar as relações entre fala e escrita:

Figura 4 – Fala e escrita no *continuum* dos gêneros textuais



À esquerda da figura, encontramos a sigla GF, que significa “gêneros da fala”; à direita, encontramos a sigla GE, que significa “gêneros da escrita”. Esses dois pólos seriam dois domínios linguísticos que marcam as extremidades de uma série de outras possibilidades de elaboração. Assim, poderíamos exemplificar a conversação espontânea e um tratado científico como um GF e um GE prototípicos, respectivamente. Por outro lado, no interior desse *continuum*, há certamente uma gama de possibilidades de uso de gêneros textuais que mesclam as modalidades falada e escrita da língua, de tal sorte que nem sempre seria fácil distinguir as marcas de uma modalidade em contraposição às marcas de outra. Acreditamos que os discursos políticos dos deputados encontram-se justamente em uma posição intermediária desse gradiente, visto que elementos da fala e da escrita são mesclados intensamente no planejamento textual-discursivo que conduz à elaboração desse gênero textual.

Marcuschi (2004, p. 40) refina alguns aspectos da teoria dos gêneros e cria uma distinção bastante interessante entre *meio de produção* e *concepção discursiva*. Partindo do princípio de que a fala é prototipicamente de concepção oral e meio sonoro, e, por sua vez, a escrita é prototipicamente de concepção escrita e meio gráfico, o autor propõe o seguinte quadro, adaptado para nossa pesquisa:

Quadro 13 – Distribuição de quatro gêneros textuais, segundo o meio de produção e a concepção discursiva

Gênero textual	Meio de produção		Concepção discursiva	
	sonoro	gráfico	oral	escrita
Conversação espontânea	X		X	
Artigo científico		X		X
Notícia de TV	X			X
Entrevista publicada na <i>Veja</i>		X	X	

Assim, poderíamos dizer que os gêneros textuais, além de poderem estar mais ligados à modalidade (ou concepção discursiva) oral ou escrita, também poderiam ser analisados segundo o meio de produção sonoro ou gráfico. Essa postura analítica corrobora toda proposta teórica de Marcuschi (2004, p. 43), que é formulada em termos de *hipótese forte*:

[...] as diferenças entre fala e escrita podem ser frutiferamente vistas e analisadas na perspectiva do *uso* e não do *sistema*. E, neste caso, a determinação da relação fala-escrita torna-se mais congruente levando-se em consideração não o código, mas os usos do código. Central, nesse caso, é a eliminação da dicotomia estrita e a sugestão de uma diferenciação gradual e escalar.

Consideramos, portanto, a proposta de Marcuschi (2004) bastante afinada com nosso referencial teórico funcionalista de vertente norte-americana. O acatamento de uma proposta escalar para a noção de gênero textual vai ao encontro das premissas básicas da corrente teórica adotada nesta tese.

Outra observação merece destaque: é costume afirmarmos que os textos são tipologicamente variados, visto que as sequências tipológicas, via de regra, ocorrem alternadamente. Dessa forma, rompemos com a visão mais tradicional de que essas entidades seriam classificadas como *tipos de texto*, o que conferia uma falsa autonomia a esse conceito. Em uma carta, por exemplo, sequências injuntivas, argumentativas, narrativas e descritivas alternam-se constantemente na tessitura dos fatos e argumentos abordados. A coesão, dessa forma, costuma ser construída ao passo que as sequências tipológicas vão sendo utilizadas. Assim, no máximo, poderíamos dizer que há textos predominantemente argumentativos, narrativos, descritivos etc.

Dentre as sequências tipológicas, havemos de destacar a argumentativa, afinal, segundo uma de nossas hipóteses, é nesse contexto linguístico que encontramos com maior vigor o nosso fenômeno: a expressão da concessividade.

A argumentação pode ser compreendida como uma ação que intenta levar um leitor ou interlocutor a aderir às teses e propostas defendidas por meio de recursos de natureza lógica e linguística. Em geral, as sequências argumentativas ocorrem em meio a exemplificações, explicitações, enumerações e comparações.

No jogo argumentativo, especialmente de caráter político, sobressai um viés de caráter ainda mais enfático, que é a persuasão, entendida como um conjunto de estratégias utilizadas com vistas ao convencimento por meio da emoção e da convicção. Tal é o objetivo dos oradores políticos, que muitas vezes beiram o esbravejamento e a comoção. Para tal, argumentos de diversas ordens são utilizados, muitas vezes até mesmo sem fundamentação confiável na realidade dos fatos e acontecimentos.

Por fim, podemos dizer que os diversos domínios discursivos nada mais são do que os enquadres sociais em que diariamente vivemos. E é justamente nesses enquadres que utilizamos diversos gêneros textuais materializados em sequências tipológicas distintas e complementares. Os gêneros textuais estão presentes em todas as circunstâncias de nossa vida, já que as ações humanas são correntemente mediadas pelo discurso. Daí a importância desse tópico para o nosso trabalho.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira parte, que corresponde ao item 5.1, procederemos à caracterização do *corpus* deste estudo. Na seção seguinte, ou seja, a 5.2, trataremos do discurso jornalístico, no âmbito do que conhecemos por teoria dos gêneros.

5.1 Caracterização do *corpus*

Como já vimos expondo ao longo de nosso trabalho, objetivamos desenvolver uma pesquisa com vistas à investigação das construções concessivas em situações reais de uso. Pretendemos, ao final da análise dos dados, além dos objetivos já propostos nas considerações iniciais deste estudo, contribuir para a descrição do português padrão contemporâneo, por meio da análise de discursos proferidos por deputados na ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Tais discursos objetivam apreciar os diversos projetos de lei bem como sugerem homenagens a personalidades que se destacam por algum motivo relevante.

Optamos pelo funcionalismo linguístico de vertente norte-americana pelo fato de propormos uma pesquisa com base em dados, e não em formulações teóricas abstratas e descontextualizadas. O arsenal teórico oferecido pelo funcionalismo linguístico ajuda a analisar a língua em uso sob uma perspectiva qualitativa e quantitativa, com rigor e apuro.

As relações de concessividade, como vimos apontando ao longo deste trabalho, apresentam-se mormente no discurso formal, como uma importante estratégia retórica direcionada à argumentatividade, já que em discursos mais informais, transparece com mais força as relações adversativas.

Os contextos linguísticos em que as relações de concessividade se apresentam com mais intensidade referem-se justamente a sequências argumentativas. Essa, pois, foi a motivação para selecionarmos discursos políticos de deputados, já que acreditamos encontrar nesse gênero textual, argumentativo por natureza, um maior número de ocorrências do fenômeno sob análise.

Desde já, em fidelidade aos pressupostos teóricos assumidos neste estudo, entendemos o discurso formal e o discurso informal como pólos de um *continuum* e não como dois pontos estanques, com características bem definidas e inequívocas. Em outras palavras, para esse ponto, também assumimos uma postura escalar, sob a égide da teoria dos protótipos.

De fato, em meio aos discursos analisados, encontramos diversas passagens em que o nível de formalidade não foi observado, principalmente quando se efetivavam debates mais acalorados sobre temas complexos. Porém, como já afirmamos, não consideramos tais fatos como problemas para a nossa análise; ao contrário, isso só revela o caráter dinâmico das línguas naturais, em especial da linguagem oral.

Considerando a natureza dos discursos políticos sob análise, reportamo-nos a Marcuschi (2004) que procurou explicar as hibridizações entre fala e escrita por meio dos conceitos de *meio de produção* e *concepção discursiva*. Para o autor, nem sempre o aspecto sonoro da produção era associado à concepção discursiva oral. O autor exemplificou esse fenômeno com as notícias de TV, que mesclam um meio de produção sonoro com uma concepção discursiva escrita, afinal, antes de serem oralizadas ao telespectador, são redigidas segundo a modalidade escrita da língua.

O discurso político é ainda mais complexo, por conta de suas características intrínsecas. Nossa análise apontou para o fato de que muitos deles são preparados previamente na modalidade escrita e são apenas oralizados, tal como acontece com as notícias de TV a que Marcuschi (2004) fez referência. Por outro lado, há diversas outras situações em que os deputados utilizam o *improviso* como estratégia retórica. É justamente nessas situações em que constatamos um maior número de sequências mais afeitas à informalidade. Essa constatação reforça a necessidade de rompermos definitivamente com a ideia dicotomizadora de fala e escrita como pólos estanques de produção linguística.

Com respeito ao registro do *corpus* sob análise, de acordo com a subdiretoria de comunicação social da ALERJ, em comunicação pessoal com o autor desta pesquisa, todos os discursos feitos em plenário, nas sessões ordinárias ou extraordinárias, são taquigrafados⁵⁵ por um conjunto de especialistas formado por aproximadamente 30 profissionais com nível superior, não necessariamente em carreiras mais afeitas ao estudo das línguas, como Letras, Linguística, Comunicação Social, Tradução etc. Os pronunciamentos são feitos e logo em seguida taquigrafados e convertidos em língua escrita. Em média, todo esse processo leva 1 hora, variando em função da extensão dos discursos.

Ainda segundo esse setor da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, os taquígrafos recebem orientação de que devem representar o mais fielmente possível a fala dos deputados,

⁵⁵ Segundo o Dicionário Houaiss (2002), a taquigrafia é a “técnica de escrita que utiliza caracteres abreviados especiais, permitindo que se anote as palavras com a mesma rapidez com que são pronunciadas”. Também é chamada de estenografia, logografia e pasistenografia.

mas tudo é supervisionado por um diretor geral. Por outro lado, sabemos que qualquer atividade de retextualização⁵⁶ faz com que o discurso original seja alterado, mesmo que minimamente. O próprio processo de converter um segmento falado em segmento escrito já alteraria a expressividade costumeira dos pronunciamentos orais. Dessa forma, podemos caracterizar o gênero textual sob nossa análise como sendo um *script* bastante complexo tanto do ponto de vista da produção quanto do ponto de vista da publicização.

Nossa fonte de pesquisa consta no *site* eletrônico <http://www.alerj.rj.gov.br>, mais especificamente no ícone *Discursos e Votações*, que apresenta os discursos políticos dos deputados da ALERJ, desde 2007 aos dias atuais. Os anos, por sua vez, estão subdivididos em meses (de janeiro a dezembro). Cada mês apresenta um número bastante variável de discursos, a depender da pauta do dia e das normas internas da Casa Legislativa.

Para esta tese, selecionamos 1275 discursos de diferentes extensões, de 02 de fevereiro de 2009 a 29 de outubro do mesmo ano. A amostra recortada para nossa análise representa, assim, um conjunto de textos de base sincrônica, que espelha os usos contemporâneos de nossa língua portuguesa, no interior do gênero textual selecionado.

Com relação à aferição da frequência dos dados de nosso estudo, utilizamos as contribuições de Bybee (2003, p. 604). A autora estabelece uma importante distinção entre **frequência de tipo** (*type frequency*) e **frequência de ocorrência** (*token frequency*). Segundo a autora, *frequência textual* ou *de ocorrência* é a frequência de aparecimento de uma unidade. A frequência de ocorrência diz respeito à unidade, geralmente palavra ou morfema no texto. Por exemplo, a forma *broke* ocorre 66 vezes em 1.000.000 de palavras em um determinado *corpus*, enquanto a forma *damaged* ocorre apenas 5 vezes. Por outro lado, *frequência de tipo* se refere à frequência no dicionário de um determinado modelo, tal como um modelo de tonicidade, um afixo etc. Refere-se a um tipo de estrutura em particular. Por exemplo, o sufixo *-inho* ocorre quantas vezes num *corpus* de 1.000.000 de palavras? A construção *caixote* (que utiliza uma forma diferente da mais prototípica para realizar o grau diminutivo, ou seja, utiliza o sufixo *-ote*) quantas vezes ocorre? Certamente é muito menos frequente do que o tipo *-inho*.

Quanto aos dados transcritos do *site*, procuramos prover o leitor deste trabalho de um contexto mínimo que pudesse oferecer as inferências necessárias à interpretação do dado.

⁵⁶ De acordo com Marcuschi et al. (2005, p. 46), o termo **retextualização** tem sido tomado sob diversos e variados sentidos. Nesta tese, entendemos *retextualização* como um conjunto de “mudanças de um texto no seu interior (uma escrita para outra, reescrevendo o mesmo texto)”.

Assim sendo, em muitos momentos, optamos por incluir na citação dos dados de nosso *corpus* um contexto maior do que aquele em que encontramos o fenômeno estudado em si. Além disso, cada discurso vem acompanhado da data em que foi proferido, que é a única marca extratextual que acompanha os nossos dados, por ser suficiente aos nossos propósitos. Com fins meramente ilustrativos, eis um exemplo de citação de nosso *corpus*:

(1) Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar, [**embora** já estejamos quase no horário de encerramento,] que a Comissão de Turismo recebeu a Sra. Secretária de Estado de Turismo, Esporte e Lazer, com os Srs. Deputados Glauco Lopes, Comte Bittencourt, V. Exa., Sr. Deputado Sabino, e o Sr. Deputado Nelson Gonçalves. – 05/05/2009

Também tivemos a preocupação, como pode ser visto no exemplo (1), de destacar os conectivos concessivos para uma facilitação maior do trabalho do leitor. Evidentemente, isso só ocorre quando estivermos lidando com construções conectivas, e não reduzidas ou justapostas. Evitamos o termo *conjunção* para nos referirmos a esses conectivos justamente pelo fato de esse termo envolver uma discussão teórica, quanto à sua conceituação, que excederia os propósitos desta pesquisa.

Os dados extraídos de nosso *corpus* estão dispostos em uma sequência numérica crescente, alinhados mais à direita, em espaço simples e em fonte mais reduzida do que o texto deste trabalho, para que o leitor não tenha dúvida quanto à sua origem e natureza.

Os exemplos extraídos das diversas gramáticas, compêndios e demais obras de referência são destacados com as letras do alfabeto latino, de forma que sua origem não se confunda com os dados propriamente ditos de nosso *corpus*, que virão com marcações diferentes, como já expusemos.

Nossa opção pela língua escrita, pelo menos como produto final para análise, é justificada pelos motivos que Traugott e Dasher (2002, p. 45) expõem: “Dados escritos podem refletir convenções de uso entre um grupo letrado que não são compartilhadas pelo discurso da comunidade em geral⁵⁷.” Aliás, essa visão é assumida por Givón (1993, p. 13), para quem construções complexas são sistematicamente mais frequentes em discursos cujo tempo de planejamento é maior.

⁵⁷ “Written data may reflect conventions of use among a literate group that are not shared by the speech community at large”.

De uma forma geral, os deputados estaduais possuem boa formação intelectual, pelo menos no que concerne à oratória. O falante com instrução formal, que em nossa sociedade é oferecida prioritariamente pela escola, tende a ter um domínio maior de gêneros tanto por meio da leitura quanto por meio da produção verbal escrita e/ou falada. Isso faz com que sua produção linguística seja mais ligada à formalidade e à complexidade estrutural.

Adotamos uma análise sob uma perspectiva de construções e não de itens, visto que o processo de gramaticalização, segundo a orientação teórica adotada em nosso estudo, ocorre no contexto de construções em particular. Afinal, é a construção com itens lexicais/gramaticais particulares que se gramaticaliza, e não o item isolado, conforme já expusemos em nossa fundamentação teórica.

O termo *construção* também permitiu que abrigássemos em nosso trabalho tanto estruturas oracionais como estruturas não-oracionais, visto que as relações de concessividade se materializam em ambas as formas, como fenômeno emergente na língua portuguesa. Por esse motivo, cabe esclarecer que nem sempre aplicamos todos os fatores selecionados ao *corpus* sob análise. Isso se justifica principalmente pela heterogeneidade de nossos dados. Assim, por conveniência metodológica, em alguns momentos, somente construções oracionais são analisadas, por exemplo.

Nossa análise consta de três grandes seções, que serão devidamente descritas ao longo de nossa tese:

1. *conectivos concessivos*;
2. *forma de conexão das concessivas*;
3. *posição das concessivas*.

Essas três grandes seções abrigarão outras subseções úteis à descrição das construções selecionadas para nossa análise, ou seja, as construções concessivas do português contemporâneo do Brasil.

5.2. Discurso político

Segundo a Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais e Comportamentais [19--, p. 165], as relações semânticas estão diretamente relacionadas com o tipo de discurso em que

estão inseridas. Sendo assim, *causa, condição e concessão* desempenham um papel muito mais importante na escrita acadêmica e no discurso formal, de uma maneira geral, do que nas narrativas de ficção ou em textos poéticos, por exemplo, em que outras relações semânticas provavelmente são predominantes.

Como já afirmamos, para nossa análise, optamos por um domínio discursivo específico: o discurso político. Dentro desse domínio, buscamos o discurso político dos deputados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, ou seja, da ALERJ. Acreditamos que a seleção desse gênero possa facilitar nosso trabalho na busca de ocorrências das diversas expressões que expressem a noção de concessividade em língua portuguesa.

Gouvêa (2002, p. 25) afirma que o modo argumentativo de organização do discurso efetivamente se configura quando existe um processo argumentativo, em cujo funcionamento se constata:

- a) uma *proposta* sobre o mundo que provoque um questionamento quanto à sua legitimidade;
- b) um *sujeito* que se engaje com relação a esse questionamento e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade sobre essa proposta;
- c) um *outro sujeito* que, relacionado a mesma proposta, questionamento e verdade, constitua-se no alvo da argumentação.

Esse esquema naturalmente se aplica ao discurso político, afinal, sempre há uma proposta ou item sob discussão previamente selecionado ou não, em torno do qual os deputados se debruçam em atividades de atuação discursiva.

Como costuma haver interesses antagônicos nesse domínio discursivo, o político, natural é que haja um alto teor de argumentatividade, já que os sujeitos argumentam tendo em vista a defesa de pontos de vista particulares ou que atendam aos desejos prévios de suas bancadas ou ainda a outras motivações de diversas ordens.

Com relação à distinção entre fala e escrita, Oesterreicher (2000, p. 4) *apud* Salgado (2007, p. 47) arrola as seguintes características:

Quadro 14 – Diferenças entre língua falada e língua escrita

	LÍNGUA FALADA	LÍNGUA ESCRITA
1	Comunicação privada	Comunicação pública
2	Interlocutor íntimo	Interlocutor desconhecido
3	Participação emocional forte	Participação emocional fraca
4	Ligação situacional e de ação	Desligamento situacional e de ação
5	Ligação referencial na situação	Desligamento referencial da situação
6	Presença espaço-temporal	Distância espaço-temporal
7	Cooperação comunicativa intensa	Cooperação comunicativa mínima
8	Diálogo	Monólogo
9	Comunicação espontânea	Comunicação planejada/monitorada
10	Liberdade temática	Tema fixo

De acordo com a autora, a combinação de todas as características da esquerda aponta para um grau máximo de *imediatez comunicativa*; por outro lado, a combinação das características da direita aponta para um grau máximo de *distância comunicativa*.

Evidentemente, é muito provável que haja poucos contextos em que todas essas características estejam combinadas. Seguindo, portanto, a orientação funcionalista de vertente norte-americana, defendemos que cada discurso pode ser caracterizado em virtude de uma gradação que resulta da combinação dos valores paramétricos do quadro.

Atribuindo ponto 1 aos quesitos da direita (cf. quadro 14, pág. 89), que caracterizam prototipicamente a escrita, e ponto 0 aos quesitos da esquerda, ou seja, os que caracterizam prototipicamente a fala, podemos caracterizar o discurso político da seguinte maneira⁵⁸:

1. *Comunicação pública* – Os discursos são proferidos publicamente, inclusive com possibilidade de acesso à população em geral. (grau 1)
2. *Interlocução* – Neste quesito, defendemos uma posição intermediária, visto que o discurso prototipicamente nem se dá entre íntimos (como amigos) nem entre

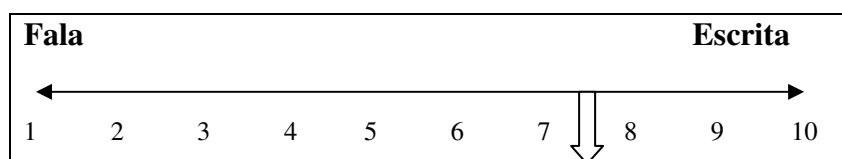
⁵⁸ Atribuiremos nota 0,5 aos casos em que o item não se enquadra prototipicamente nem na coluna da direita nem na coluna da esquerda.

desconhecidos. Os deputados são conhecidos uns dos outros, mas sem relações necessárias de grande familiaridade. (grau 0,5)

3. *Participação emocional forte* – Comumente os discursos se dão dentro de forte emoção, o que muitas vezes chega a obnubilar os argumentos de fundo puramente racional. (grau 0)
4. *Desligamento situacional e de ação* – As situações e as ações sobre as quais os discursos se referem estão ligados principalmente a questões de interesse público, e não do contexto imediato dos deputados no prédio da ALERJ. (grau 1)
5. *Desligamento referencial da situação* – Como já afirmamos anteriormente, a situação sobre a qual os deputados discursam não faz referência direta ao cenário espacial em que se encontram. (grau 1)
6. *Distância espaço-temporal* – Os deputados costumam tratar de questões que ocorrem não simultaneamente ao tempo do discurso. (grau 1)
7. *Cooperação comunicativa* – Nesse quesito, também podemos asseverar que a comunicação não é nem totalmente intensa nem totalmente inexpressiva, ou seja, a cooperação comunicativa ocorre esparsamente, mas não raramente. (grau 0,5)
8. *Diálogo versus monólogo* – Os discursos políticos na ALERJ variam entre o diálogo e o monólogo, a depender do tópico e dos rituais seguidos, dependendo da situação comunicativa. (grau 0,5)
9. *Comunicação preparada* – Em geral, os discursos são planejados (cf. Ochs, 1979), ou seja, são previamente organizados pelos deputados; contudo, em situações dialógicas, é comum que surjam sequências não-planejadas. (grau 1)
10. *Tema fixo* – Via de regra, os temas são fixos, visto que há sempre uma pauta sobre a qual os deputados discursam. (grau 1)

Em síntese, podemos afirmar que o discurso político, pelo menos o que costuma ser proferido prototipicamente pelos deputados da ALERJ, é de grau **7,5** (sete e meio), ou seja, apresenta mais características de língua escrita do que de língua falada. Poderíamos graficamente ilustrar esse dado, por meio do *continuum* abaixo. A seta indica o “lugar” do discurso político da ALERJ:

Figura 5 – Discurso político no *continuum* fala-escrita.



Sabemos, por meio de outras investigações, que as concessivas, de uma forma geral, não são tão comuns, afinal, elas representam construções bastante sofisticadas. Por outro lado, reiteramos que a escolha do *corpus* está bem sintonizada com o que declara Neves (2003, p. 148):

Outra observação interessante diz respeito ao fato de que, na língua falada, a frequência de concessivas é bastante baixa, em relação às demais relações aparentadas (causais propriamente ditas e condicionais). [...] Na língua escrita, sabe-se que a ocorrência de concessivas é um pouco maior, mas muito menos significativa do que a das outras relações referidas.

Após caracterizarmos o nosso *corpus* e também o discurso político, podemos avançar para a etapa seguinte de nosso trabalho, que consiste em analisar as construções concessivas segundo os pontos já destacados.

6. CARACTERIZAÇÃO DAS CONCESSIVAS

Neste capítulo de nossa tese, confrontaremos a análise de nossos dados com as asserções de diversos estudiosos, entre eles, gramáticos, linguistas e demais pesquisadores. Para efetivarmos essa tarefa, retomaremos diversos aspectos da fundamentação teórica deste estudo, além de nos servirmos de outros conhecimentos antes não apontados.

Nossa análise consta de três grandes seções, que aliarão teoria e empiria: 1. *conectivos concessivos*, 2. *forma de conexão das concessivas* e 3. *posição das concessivas*. Essas seções serão desenvolvidas com foco nos dados de nosso *corpus*, mas não desprezarão outros exemplos e contribuições que possam enriquecer a análise que propomos.

A primeira seção está dividida em duas subseções. Na primeira subseção, discutiremos que conectivos concessivos são mais prototípicos, bem como suas principais características. Ainda nessa seção, incluiremos uma segunda subseção, com viés histórico, baseada no estudo de teóricos dedicados a pesquisas de cunho diacrônico. Com isso, intentaremos traçar as rotas de gramaticalização dos conectivos encontrados em nossa análise.

Na segunda seção, investigaremos as formas de conexão das concessivas. Partindo de diversas tipologias teóricas apresentadas pelos estudiosos, chegaremos a uma proposta que classificará as concessivas em três grandes blocos: desenvolvidas, reduzidas (de infinitivo, de gerúndio e de particípio) e justapostas. Ainda nessa seção trataremos das relações modo-temporais dos verbos que perfilam as desenvolvidas, bem como proporemos uma tipologia calcada em padrões construcionais para as justapostas.

Por fim, a terceira seção tratará da posição das concessivas, visto que este é um fator bastante importante do ponto de vista discursivo-pragmático. A anteposição, a posposição e a intercalação serão analisadas e quantificadas com vistas a uma caracterização mais apurada das estratégias de concessividade.

6.1 Conectivos concessivos

Não foi surpreendente o fato de encontrarmos tão diversas listas de conectivos concessivos nas obras pesquisadas. Essa constatação ajudou a revelar ainda mais o aspecto dinâmico da língua, que está sempre em construção, sempre se renovando.

Barros (1985, p. 217) assevera que a conjunção tem a função de precisar melhor a relação semântica que se estabelece entre dois segmentos quaisquer. O autor, para comprovar seus argumentos, ilustra seu raciocínio com construções concessivas:

É [...] a conjunção uma partícula que explicita ou anuncia (por sua posição anteposta) a circunstância mentada. Num texto como ‘Maria chorava. Tinha tudo para ser feliz’, a segunda oração menta a concessão que poderia ser expressa com as partículas *embora*, *posto que*, *ainda que*. Assim: ‘Maria chorava e tinha tudo para ser feliz’ ou ‘Maria chorava, embora tivesse tudo para ser feliz’. Não há dúvida de que, na última frase, a concessão está mais explícita, mais denunciada. Mas isso não quer dizer que nas duas primeiras frases não estivesse presente o valor concessivo. Nestas, esse valor estava implícito, mentado. Na última, o mesmo valor se denunciou explicitamente, como um reforço.

De fato, conforme afirma García (2004a, p. 3524-3525), as conjunções não são totalmente fundamentais para a expressão dos diversos conteúdos semânticos que se estabelecem entre as orações, haja vista as inúmeras línguas do mundo em que não existem conectores específicos para marcar a hipotaxe ou a parataxe⁵⁹. Contudo, sem dúvida, elas servem para orientar melhor a força dos argumentos utilizados no discurso, conforme já exploramos com maior detalhamento nos capítulos anteriores.

No âmbito das pesquisas ligadas ao funcionalismo linguístico de vertente norte-americana, é consensual que os conectivos deixam a relação entre porções do texto mais claras. Fazendo referência aos trabalhos de Hopper e Traugott (1985) e Halliday e Hasan (1983), Lima-Hernandes (2004, p. 184) afirma:

Concordo com esses autores quanto a não ser a conjunção um elemento imprescindível para o estabelecimento da combinação de orações numa sentença complexa, ou seja, a relação sintática entre as orações pode ser estabelecida mesmo em orações justapostas. Por outro lado, a escolha do tipo do conectivo para expressar determinada relação pode ser crucial na gramaticalização da noção que carrega.

⁵⁹ Lapa (1998, p. 260) assevera que a falta de conjunções em determinados textos, especialmente orais, se deve ao fato de que “a língua usual, que se caracteriza pelo seu tom apressado e dinâmico, dispensa perfeitamente esses nexos lógicos que são as conjunções e substitui-os por outros a seu modo.” Em diversas situações discursivas, desaparece a ligação gramatical e, em vez dela, emprega-se um jeito expressivo de falar, baseado mormente na entonação.

Sabemos que outras palavras na gramática, além das conjunções, exercem a mesma função de ligar segmentos, sejam eles palavras, frases e orações. Por esse motivo, para não incorrerem em imprecisões terminológicas, lidaremos com os termos *conectivo*, *conector* e *articulador sintático* como termos sinônimos para nos referirmos a quaisquer elementos que exerçam a função de ligar termos no discurso. Evidentemente, sabemos que esses conceitos são distintos, a depender da escola teórica a que estão filiados, contudo, para os propósitos de nosso trabalho, serão tomados de forma intercambiável.

Para fins ilustrativos, vejamos quais são os conectivos citados pelos autores de 21 obras pesquisadas, por ordem cronológica de publicação. Com fins didáticos, excluímos da lista a seguir os conectivos que, segundo análise dos autores, compartilham a característica de também veicularem outro matiz semântico, tal como ocorre com as condicionais-concessivas.

Quadro 15 – Conectivos concessivos nas obras pesquisadas

	Ribeiro [1881]	Maciel ([1894] 1931)	Pereira ([1907] 1943)	Dias ([1918] 1970)	Said Ali ([1927] 1966)	Lima (1937)	Bueno ([1944] 1963)	Almeida ([1944] 2004)	Rocha Lima ([1957] 1999)	Freitas (1960)	Bechara ([1961] 1999)	Goes; Palhano (1965)	Torres (1973)	Luft ([1976] 2000)	Barros (1985)	Kury ([1985] 2003)	Neves (2000)	Vilela; Koch (2001)	Bechara (2003)	Henriques (2003)	Azeredo (2008)
<i>a despeito de</i>									X												
<i>ainda quando</i>					X				X							X	X				
<i>ainda que</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>ainda se</i>																					X
<i>apesar de</i>					X				X												X
<i>apesar de que</i>	X	X			X	X			X		X					X	X			X	
<i>bem que</i>	X	X		X	X	X										X					
<i>caso que</i>				X																	
<i>com + infinitivo</i>								X													
<i>com quanto</i>	X																				
<i>conquanto</i>		X	X	X	X			X	X			X		X		X	X		X	X	X
<i>conquanto que</i>															X						
<i>dado caso que</i>				X																	
<i>dado que</i>		X	X			X	X	X						X							
<i>dado que embora</i>				X																	
<i>de forma que</i>							X														
<i>de maneira que</i>							X														
<i>em que</i>		X	X	X		X	X	X													
<i>embora</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>inda que</i>				X																	
<i>mas que</i>	X			X	X	X															
<i>mesmo quando</i>																		X			
<i>mesmo que</i>		X	X			X	X	X	X					X	X	X	X	X			X
<i>mesmo se</i>																					X
<i>nada obstante</i>																					X
<i>não obstante</i>					X				X								X				X
<i>não obstante que</i>					X																
<i>nem que</i>		X				X										X	X				
<i>onde quer que</i>																					X
<i>por mais...que</i>		X	X		X		X	X	X			X	X	X			X	X	X		X
<i>por menos... que</i>		X	X				X	X						X			X		X		
<i>por muito... que</i>		X			X			X	X	X			X				X	X	X		X
<i>por pior...que</i>																					X
<i>por pouco... que</i>		X	X				X	X	X				X	X							X
<i>por... que</i>					X																
<i>posto</i>				X												X					
<i>posto que</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>qualquer que</i>																					X
<i>quando</i>								X													
<i>quando mesmo</i>			X				X	X						X							
<i>que</i>				X			X	X	X							X					
<i>quer...quer</i>		X	X					X													
<i>se bem</i>					X																
<i>se bem que</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X
<i>seja que</i>							X														
<i>seja que... seja que</i>			X					X													
<i>sem + infinitivo</i>								X													
<i>sem embargo de</i>					X				X												
<i>sem embargo de que</i>	X																				
<i>sem que</i>									X						X	X		X		X	
<i>sobre que</i>				X																	
<i>suposto</i>																				X	
<i>suposto que</i>		X				X															
<i>etc.</i>									X	X	X	X		X		X			X		

A análise do quadro 15 revela uma grande diversidade de conectivos responsáveis pela veiculação da noção de concessão. Afinal, foram registrados 53 diferentes articuladores sintáticos em 21 obras diferentes, além de um desconcertante *etc.* que não orienta o usuário do estudo em foco a obter uma descrição segura de tais conectivos. Aliás, pode, inclusive, levar o leitor à ideia de que essa lista poderia ser ainda mais ampliada, já que haveria alguns conectivos não previstos na lista de nenhuma das obras pesquisadas.

Certamente a constatação de tantos conectivos concessivos identificados nas obras pesquisadas é importante, visto que somos impelidos a verificar em nossos dados se essa diversidade também se verifica ou não. Afinal, a função precípua das gramáticas e de outras obras que se dedicam à descrição sincrônica da língua portuguesa deve ser a de espelhar a realidade linguística e servir como modelo para os usuários da língua. Porém, concordamos com Azeredo (2008, p. 232) quanto aos contextos de uso de tais partículas, afinal “algumas conjunções estão exclusivamente a serviço dos textos dissertativos de opinião; outras indicam basicamente relações circunstanciais próprias do discurso narrativo, mas podem assumir cumulativamente papéis relacionados à construção do discurso de opinião”. Em outras palavras, há contextos preferenciais para as ocorrências dos diversos conectivos.

Uma análise mais atenta do quadro 15 aponta para um importante detalhe: 26 conectivos aparecem somente uma única vez, ou seja, são citados por apenas um único autor, o que corresponde a praticamente 50% das ocorrências de conectivos concessivos. Se excetuássemos esses conectivos pouco comuns do quadro anterior, teríamos o seguinte quadro reformulado, bem mais reduzido, com 27 conectivos concessivos:

Quadro 16 – Conectivos concessivos mais citados nas obras pesquisadas

	Ribeiro [1881]	Maciel ([1894] 1931)	Pereira ([1907] 1943)	Dias ([1918] 1970)	Said Ali ([1927] 1966)	Lima (1937)	Bueno ([1944] 1963)	Almeida ([1944] 2004)	Rocha Lima ([1957] 1999)	Freitas (1960)	Bechara ([1961] 1999)	Goes; Palhano (1965)	Torres (1973)	Luft ([1976] 2000)	Barros (1985)	Kury ([1985] 2003)	Neves (2000)	Vilela; Koch (2001)	Bechara (2003)	Henriques (2003)	Azeredo (2008)
<i>ainda quando</i>					X				X							X	X				
<i>ainda que</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>apesar de</i>					X				X												X
<i>apesar de que</i>	X	X			X	X			X		X					X	X			X	
<i>bem que</i>	X	X		X	X	X										X					
<i>conquanto</i>		X	X	X	X			X	X			X		X		X	X		X	X	X
<i>dado que</i>		X	X			X	X	X						X							
<i>em que</i>		X	X	X		X	X	X													
<i>embora</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>mas que</i>	X			X	X	X															
<i>mesmo que</i>		X	X			X	X	X	X					X	X	X	X	X			X
<i>não obstante</i>					X				X								X				X
<i>nem que</i>		X				X										X	X				
<i>por mais...que</i>		X	X		X		X	X	X			X	X	X			X	X	X		X
<i>por menos... que</i>		X	X				X	X						X			X		X		
<i>por muito... que</i>		X			X			X	X	X			X				X	X	X		X
<i>por pouco... que</i>		X	X				X	X	X				X	X							X
<i>posto</i>				X												X					
<i>posto que</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>quando mesmo</i>			X				X	X						X							
<i>que</i>				X			X	X	X							X					
<i>quer...quer</i>		X	X					X													
<i>se bem que</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X
<i>seja que... seja que</i>			X					X													
<i>sem embargo de</i>					X				X												
<i>sem que</i>									X						X	X		X		X	
<i>suposto que</i>		X				X															
<i>etc.</i>									X	X	X	X		X		X			X		

A análise dos quadros 15 e 16 revela uma maior frequência de tipo de alguns conectores. Vejamos:

- *ainda que* – 21 ocorrências
- *posto que* – 20 ocorrências
- *se bem que* – 19 ocorrências
- *embora* – 19 ocorrências
- *por mais... que* – 13 ocorrências
- *conquanto* – 13 ocorrências

- *mesmo que* – 12 ocorrências
- *por muito.. que* – 10 ocorrências
- *apesar de que* – 9 ocorrências
- *por menos...que* – 7 ocorrências

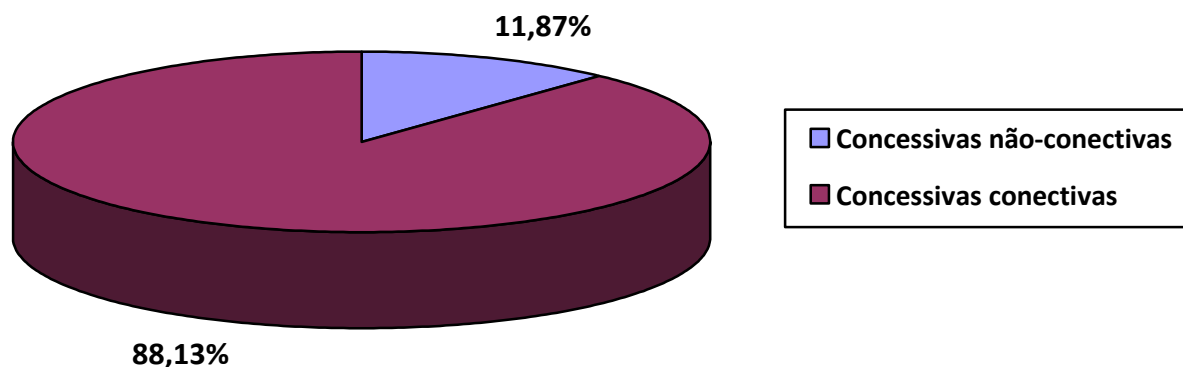
Assim, de acordo com o quadro 15, os conectivos *ainda que*, *posto que* e *embora* seriam os mais prototípicos, visto que são citados por todos os autores. Outros conectivos, por sua vez, apresentam frequência bem mais reduzida (por exemplo, o conectivo *mesmo que*), o que poderia revelar um uso mais restrito, em função de sua baixa produtividade. Feitas essas considerações, vejamos o rol dos conectivos concessivos encontrados em nosso *corpus*:

6.1.2. Rol de conectivos concessivos

No *corpus* de nossa pesquisa, encontramos 548 ocorrências de construções concessivas, em um universo de 1275 discursos analisados, de extensões diferentes. Das 548 construções concessivas localizadas, 483 são introduzidas por conectivos e 65 são não-conectivas.

As 483 construções conectivas estão na forma ou desenvolvida ou reduzida. Curiosamente, não encontramos um único caso de concessiva reduzida sem a presença de qualquer partícula conectiva. As não-conectivas, por sua vez, que somam 65 ocorrências, são casos de justaposições concessivas, que merecerão tratamento diferenciado em nossa tese, por conta de suas especificidades. Vejamos uma representação gráfica dessas ocorrências:

Gráfico 1 – Concessivas conectivas e não-conectivas



O gráfico 1 permite visualizar que 88,13% das construções concessivas analisadas são conectivas, enquanto que apenas 11,87% são não-conectivas. Essa primeira constatação corrobora a postura de Barros (1985) e Lima-Hernandes (2004), para quem os conectivos são frequentes, principalmente pelo fato de estarem a serviço de uma melhor expressividade linguística.

Nesta seção de nosso trabalho, trataremos apenas das concessivas conectivas, ou seja, todas aquelas que são introduzidas por algum tipo de conectivo, o que soma, como já vimos, 483 dados (88,13%). As frequências de ocorrência e de tipo de cada conectivo estão descritas na tabela a seguir, em ordem decrescente:

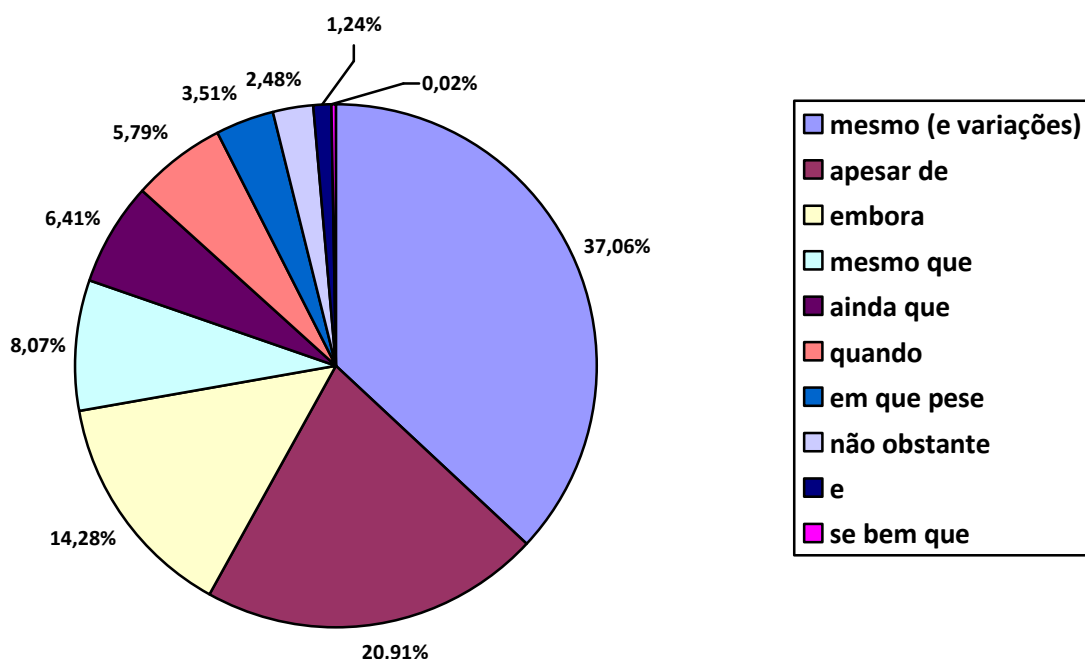
Tabela 1 – Frequências de ocorrência e de tipo de conectivos concessivos

Conectivo	Nº de ocorrências	%⁶⁰
<i>Mesmo (e variações)</i>	179	37,06%
<i>Apesar de</i>	101	20,91%
<i>Embora</i>	69	14,28%
<i>Mesmo que</i>	39	8,07%
<i>Ainda que</i>	31	6,41%
<i>Quando</i>	28	5,79%
<i>Em que pese</i>	17	3,51%
<i>Não obstante</i>	12	2,48%
<i>E</i>	6	1,24%
<i>Se bem que</i>	1	0,02%
TOTAL	483	100 %

A frequência de ocorrência desses conectivos (em termos de porcentagem) também pode ser aferida por meio do seguinte gráfico:

⁶⁰ Apesar de apontarmos um somatório de 100% nas tabelas referentes à totalidade dos dados, nem sempre esse dado é exato, visto que a porcentagem referente a cada linha da tabela representa, muitas vezes, dízimas periódicas que são simplificadas com índices que levam em conta apenas os centésimos. O mesmo se aplicará a todas as outras tabelas desta tese.

Gráfico 2 – Frequência de ocorrência dos conectivos concessivos



Tomando como referência os dados de nosso estudo, verificamos uma considerável quantidade de formas diversificadas para a expressão da concessividade. Afinal, as construções concessivas conectivas, que somam 483 ocorrências, são manifestadas por meio de 10 diferentes modos de expressão ou conectivos. Nesse grupo, é necessário destacar a grande frequência de ocorrência de mesmo (37,06%) e apesar de (20,91%), que juntos somam 57,97% de todas as ocorrências de conectivos concessivos, ou seja, 280 ocorrências.

A tabela 1 (cf. pág. 99) apresenta diversos pontos que merecem destaque. Em primeiro lugar, chamamos a atenção para o fato de que mesmo é o conectivo mais frequente para a expressão da concessividade em nosso *corpus*⁶¹. Por outro lado, esse conectivo sequer é citado pelos gramáticos analisados, muito provavelmente porque lhe é negado o estatuto de conjunção. Muitos o consideram apenas como advérbio.

Essa constatação contraria a declaração de diversos estudiosos, inclusive Castilho (2010, p. 379), para quem “de um ponto de vista quantitativo, a construção concessiva embora + subjuntivo é de longe a mais frequente”. Como vemos, essa afirmação precisa ser relativizada, pelo menos tendo em vista os dados de nossa pesquisa, que está calcada no

⁶¹ Na tabela 1 (cf. pág. 99) e no gráfico 2 (cf. pág. 100), o conectivo mesmo está congregando todos os seus usos simples e compostos. Dessa forma, ele está presente em 37,06% de todas as ocorrências de construções conectivas concessivas. Ainda que considerássemos apenas a sua forma simples, ou seja, mesmo sem outros elementos adjuntos, como ocorre em *mesmo se*, *mesmo quando*, *até mesmo*, etc., ainda assim ele seria o mais frequente, com 30,22% de frequência, ou seja, 149 ocorrências.

discurso político dos deputados da ALERJ. Em outras palavras, esse gênero certamente é o responsável por esses resultados.

Em nosso *corpus*, o conectivo mesmo aparece tanto em sua forma simples (mesmo), quanto em sua forma composta, ou seja, acompanhado de outras partículas (mesmo assim, mesmo quando, mesmo se, até mesmo, nem mesmo). A variação de formas com que se apresenta indica a maleabilidade da língua, no sentido de prover o discurso de construções mais expressivas. Segundo Chafe (1984, p. 21), essas formas diversificadas de empacotamento linguístico têm o objetivo de ser um esforço contínuo de tornar mais claro o que está acontecendo “nas mentes das pessoas quando manipulam informações dadas e novas, tópicos e comentários, sujeitos e predicados, etc.”.

Vale destacar que não consideramos o conectivo mesmo que como uma variação de mesmo. Assim procedemos porque detectamos entre ambos um comportamento sintático bastante distinto, como se verá com maiores detalhes ao longo da análise dos dados de nossa investigação. Da mesma forma, a partir desse momento, procuramos desmembrar a análise do conectivo mesmo das outras formas já apontadas (mesmo assim, mesmo quando, mesmo se, até mesmo, nem mesmo), pois, como se verá, cada um revela um comportamento morfossintático-semântico-discursivo bem distinto do outro.

Também nenhum gramático apontou o conectivo e como possível veiculador da noção de concessividade. Além disso, apenas Almeida (2004)⁶² considera o quando como conectivo passível de expressar essa noção semântica. Assim, podemos verificar que é muito possível que o espectro de conectivos concessivos esteja sendo ampliado gradativamente na contemporaneidade, haja vista os dados constantes em nosso *corpus*.

Esse fenômeno é abordado por Heine e Kuteva (2007, p. 17) como algo bastante normal em todas as línguas do mundo, visto que a emergência e o desenvolvimento das línguas humanas é, em grande parte, o resultado de uma estratégia pela qual itens já disponíveis na língua são utilizados para novos propósitos. Essa estratégia estaria a serviço, portanto, de uma melhor conceptualização da experiência, em termos cognitivo-funcionais. E eles acrescentam:

A estrutura sincrônica das línguas pode ser vista como produtos ‘congelados’ de processos cognitivos e comunicativos que aconteceram no passado. Dessa forma, nós sustentamos que subjacente à evolução da combinação de cláusulas, há uma

⁶² Modernamente há outras pesquisas que apontam o valor concessivo de *quando*. Vide, por exemplo, Ferreira (2008) e Ferreira (2010).

estratégia pela qual meios gramaticais existentes são recrutados para novas funções discursivas⁶³.

O inventário de conectores concessivos parece estar se ampliando, inclusive recrutando elementos em outros matizes prototipicamente mais básicos, como é o caso da adição (partícula *e*) e da temporalidade (partícula *quando*). De uma forma geral, portanto, constatamos um claro processo de *variabilidade paradigmática* (cf. Lehmann, 1988 *apud* Gonçalves et al., 2007, p. 71), segundo o qual a escolha entre os conectivos de um espectro torna-se mais livre e mais diversificada, a depender das intenções comunicativas dos falantes.

Givón (2002, p. 22) também se ocupou desse fenômeno ao afirmar que as línguas podem codificar um mesmo domínio funcional por meio de diversas estruturas diferentes, o que, também, de certa forma, é limitado por forças intrínsecas de economia linguística. Nesse aspecto, servimo-nos das contribuições de Goldberg (1995, p. 67-68), que propõe a existência de dois princípios aparentemente excludentes entre si: o *princípio do poder expressivo maximizado* e o *poder da economia maximizada*. O primeiro prevê que o inventário de construções de uma língua está sempre em expansão; o segundo, por sua vez, prevê que esse inventário também é, ao mesmo tempo, minimizado. É justamente esse equilíbrio de forças que dá forma ao sistema, conduzindo-o a um verdadeiro equilíbrio entre tradição e inovação.

O fenômeno da expansão, que dá conta do crescimento quantitativo e qualitativo das categorias linguísticas em geral, nas palavras de Traugott (2008a, p. 5) e Traugott (2008b, p. 222), segue três tendências bem marcadas: a *expansão semântico-pragmática*, a *expansão sintática* e a *expansão de classe*. Esses fenômenos, em geral, mantêm íntima relação com a negociação de significados entre os interlocutores no ato da comunicação.

Nossos dados comprovam essas três tendências de expansão, visto que a categoria semântico-pragmática das concessivas está em franco crescimento, não só no que diz respeito à quantidade de mecanismos para sua expressão, mas também no tocante ao recrutamento de itens já existentes na língua para novas funções, no caso, a serviço da expressão da concessividade.

Nos termos de Heine (2003, p. 579) e Heine e Kuteva (2007, p. 34), a *dessemantização* ou *desbotamento semântico* estaria fazendo com que itens já bastante

⁶³ Synchronic language structure can be viewed as the frozen product of cognitive and communicative processes that happened in the past. Accordingly, we argue that underlying the evolution of clause combining there is a strategy whereby existing grammatical means are recruited for novel discourse functions.

gramaticalizados como *e* e *quando*, em função de sua alta frequência, estivessem em franco processo de *extensão* ou *generalização contextual*, que implica justamente novos usos em outros contextos discursivos. Esses novos usos convencionalizam-se gradualmente, sendo reinterpretados em contextos específicos como mais abstratos.

Por esse motivo, defendemos que o termo mais correto para o fenômeno deveria ser *enriquecimento semântico* ou *abstratização*, e não desbotamento, visto que as formas não desbotam ou não se degeneram; ao contrário, ganham novos sentidos, novos nuances, novos usos (cf. Heine, 2003, p. 579). Assim, há um verdadeiro enriquecimento não só semântico como também pragmático.

O fenômeno da *extensão* ou da *expansão* ocorre, segundo Heine e Kuteva (2007, p. 35), por meio de três componentes: o *sociolinguístico*, o *textual-pragmático* e o *semântico*. O componente sociolinguístico prevê que a inovação ocorre primeiramente como um ato individual, em que alguém propõe um novo uso para um termo já existente na língua, que é subsequentemente adotado por outros falantes, sendo propagado ou difundido, com o passar do tempo, em toda comunidade linguística. O componente textual-pragmático prevê que o contexto usual do item amplia-se gradualmente para paradigmas de uso mais gerais. Por fim, o componente semântico faz com que o novo uso institucionalize-se, permitindo que o novo significado seja evocado em outros contextos.

Em uma perspectiva calcada na teoria dos protótipos, essa expansão expressa com vivacidade a natureza das categorias linguísticas, que são *fuzzy*, graduais, sem limites muito bem definidos. Esses limites movediços funcionam como motor para mudança, possibilitando que os itens linguísticos (como *e* e *quando*) funcionem em outras esferas, veiculando outros significados adjacentes.

Sendo a expressão da concessividade algo relativamente recente nas línguas ocidentais de uma forma geral, é possível que novas *camadas* (cf. Hopper, 1991) ainda estejam surgindo, o que, obviamente, não apaga os matizes semânticos básicos das formas originárias. Em outras palavras, apesar de o *e* e o *quando* estarem possivelmente se gramaticalizando como conectivos concessivos, os matizes respectivos de adição e tempo não se apagam totalmente, apenas abstratizam-se.

Em outras palavras, a possibilidade de uma interpretação concessiva para *e* e para *quando* não anulam necessariamente, em hipótese alguma, o sentido original de adição e temporalidade, respectivamente. Segundo Traugott (2008a, p. 21) e Hopper e Traugott (1993, p. 36), significados antigos e novos podem persistir por um longo tempo, havendo a

possibilidade de alguns nuances semânticos nunca virem a desaparecer, ou seja, continuarem existindo justamente pela condição de terem participado da origem do conectivo⁶⁴.

Os conectivos *posto que* e *se bem que* figuram entre os três mais citados entre os gramáticos. Em nosso *corpus*, por outro lado, o primeiro não aparece, e o segundo só é encontrado em uma única ocorrência⁶⁵:

(02) Só posso verificar que seja assim, pois se medíssemos de fato o que precisa ser medido, a qualidade da nossa economia, a política de desenvolvimento, a seriedade na gestão pública, a renda do nosso povo, essa popularidade não poderia ter tal dimensão, **[se bem que]** aqui no Estado do Rio de Janeiro, também diz o jornal de hoje, na parceria Lula–Cabral, Cabral–Lula quem mais se beneficia é o Governador]. – 17/03/2009

Essa constatação pode nos levar a algumas hipóteses, cujas respostas definitivas demandariam um estudo mais específico para serem dadas. Por exemplo, pode ser que esses conectivos estejam em franco processo de desuso na língua, o que poderia ser perfeitamente possível, tendo em vista a maleabilidade de nosso idioma e os resultados de diversas pesquisas empíricas com outros itens da língua. Em segundo lugar, pode ser que essas ocorrências não tenham sido notadas em nosso *corpus*, mas existam em outras instâncias discursivas, o que poderia ser comprovado com a ampliação dos dados sob análise, em um desdobramento deste trabalho.

Essa segunda hipótese, por exemplo, ajuda a comprovar a relativa incidência dos conectivos *em que pese* e *não obstante*. É muito provável que eles, juntos, tenham somado 29 ocorrências (5,99%) justamente pela natureza do *corpus* de nossa pesquisa. Afinal, o discurso político é normalmente afeito a expressões de alto rebuscamento e muitas vezes a padrões oratórios elevados. Esse contexto comunicativo propicia naturalmente, portanto, o surgimento de tais itens, o que provavelmente não se dará em contextos de fala informal.

⁶⁴ Há diversas pesquisas, de base tanto teórica quanto empírica, que comprovam a persistência de aspectos semânticos primitivos em formas derivadas. Por exemplo, podemos citar Rosário e Rodrigues (2010) e Ferreira (2010).

⁶⁵ Esse exemplo será explorado de uma forma mais detalhada um pouco adiante.

Em estudo que investigou 566 cartas de redatores e de leitores, Salgado (2007, p. 54) encontrou os seguintes conectores, devidamente relacionados, segundo opção da autora, em ordem alfabética:

Tabela 2 – Conectivos concessivos, segundo Salgado (2007)

Conector	Nº de ocorrências	%
<i>Ainda que</i>	24	31,2%
<i>Ainda quando</i>	3	3,9%
<i>Embora</i>	30	38,9%
<i>Mesmo que</i>	1	1,3%
<i>Nem que</i>	1	1,3%
<i>Por mais que</i>	3	3,9%
<i>Por menos que</i>	1	1,3%
<i>Posto que</i>	4	5,2%
<i>(Se) bem que</i>	10	13%
TOTAL	77	100

O cotejo das tabelas 1 e 2 (cf. p. 99 e 105) possibilita alguns apontamentos. Em primeiro lugar, o que mais transparece é a divergência no tocante às listagens de conectivos concessivos, apesar de ambas lidarem com a língua em uso. Encontramos, em nosso *corpus*, uma maior ocorrência do conectivo mesmo. A autora, por sua vez, verificou que o conectivo embora é o mais frequente nas cartas analisadas. Aliás, o conectivo apesar de nem aparece em Salgado (2007), embora seja o segundo mais frequente em nossos dados.

Em nossa análise, encontramos formas bastante inovadoras na expressão da concessividade, como o e e quando. A amostra de Salgado (2007), por sua vez, apenas permitiu detectar a existência de conectivos já bastante consagrados pelas gramáticas normativas, como embora, mesmo que, ainda que etc.

Como já falamos anteriormente, talvez isso possa ser explicado pelo uso dos diferentes gêneros textuais sob análise. Nossa pesquisa lida com discursos políticos; a pesquisa de Salgado (2007), por outro lado, investigou cartas de redatores e de leitores.

Vejamos algumas ocorrências dos conectivos encontrados em nosso *corpus*:

- Conectivo apesar de – 101 ocorrências (20,91%)

(03) O Sr. Deputado Paulo Melo não está aí. O parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista ser uma questão emergencial, e apesar de apresentar a possibilidade de aumento de despesa para o Poder Legislativo, é pela constitucionalidade. – 1º/09/2009

No exemplo (03), o orador, após uma intensa discussão, concorda parcialmente com a bancada de oposição no que tange aos grandes gastos que o projeto de lei em análise poderia causar aos cofres públicos. Por outro lado, opta por votar a favor de sua constitucionalidade, tendo em vista a situação emergencial em que a questão é posta.

Croft (2009, p. 398) analisa situações desse tipo como *ação conjunta*. Segundo o autor, quando um falante verbaliza algo, ele tem uma audiência em mente, que possui, por sua vez, suas crenças, hábitos e representações próprias. O processo comunicativo, nesse caso, opera-se, tendo em vista a necessidade de não só comunicar algo à audiência, mas também de convencê-la acerca do que está sendo dito. Nesse sentido, é necessário haver cooperação, um compartilhamento ou cumplicidade na díade falante-ouvinte, para que a comunicação, de fato, se efetive com sucesso.

A expressão da concessividade apresenta importante papel nesse jogo comunicativo, visto que sua função é introduzir o elemento de contra-expectativa ou de “rejeição” (no caso do exemplo (03), o aumento de despesa). Dessa forma, como o objetivo é buscar a cooperação da audiência, a introdução desse elemento contrastivo precisa ser de forma polida e atenuada. Eis o pensamento concessivo.

Azeredo (2008, p. 334), por fim, traz uma importante contribuição. Segundo o autor, tanto o conectivo apesar de quanto a conjunção concessiva embora introduzem “sempre uma informação vista como fato real”. Isso foi constatado em nossos dados, inclusive no exemplo sob análise: “a possibilidade de aumento de despesa para o Poder Legislativo” é considerado um fato real.

- Conectivo embora – 69 ocorrências (14,28%)

(04) Sr. Presidente, deixei para falar no final, já com as galerias praticamente vazias, porque poderiam dizer que eu estaria jogando para a arquivancada, embora não precisasse disso, por causa da audiência que tenho. – 08/09/2009

No exemplo (04), o prototípico embora é utilizado pelo deputado com o objetivo de inserir um comentário avaliativo, ou seja, em sua opinião, não seria necessário “jogar para a arquibancada” qualquer discussão, tendo em vista sua pretensa audiência. Esse jogo de contra-expectativa está no cerne da expressão da concessividade.

O funcionalismo linguístico de vertente norte-americana trabalha com uma categoria que é fundamental para a compreensão do fenômeno que estamos focalizando: trata-se da contrastividade, que foi elevada ao *status* de categoria analítica funcional a partir dos primeiros trabalhos de Givón.

Segundo Silva (2000, p. 233), o papel fundamental dessa categoria é “demonstrar a opção do falante em selecionar um item dentre um conjunto de itens possíveis, conferindo-lhe realce e distinguindo-o de todos os demais, com o fim de despertar a atenção do interlocutor”. No exemplo sob análise, o deputado que está discursando realça o fato de não precisar contar com o apoio das galerias, visto que já possui audiência garantida.

Fica bastante nítido que o efeito que se quer alcançar é justamente oposto ao efetivamente descrito, ou seja, o fato de ele focalizar a não-necessidade de apelar para as galerias já faz com que haja um desejo nítido em sua fala de ser reconhecido como ainda mais probo e honesto, visto que, para isso, não precisaria contar nem mesmo com quem o ouve. Nesse caso, reside o contraste.

Por fim, acrescentamos que, em geral, o conectivo embora traz uma ideia de “certeza” e não de “hipótese”, conforme atestam também Gouvêa (2002, p. 92) e Azeredo (2008, p. 334).

- Conectivo mesmo que – 39 ocorrências (8,07%)

(05) Tenho a convicção de que V. Exa. vai me apoiar na colocação em pauta desse projeto, mesmo que a sua posição seja divergente da minha. – 27/08/2009

Nesta asserção, o pensamento concessivo é instaurado de forma muito evidente. Um determinado obstáculo, no caso, a posição divergente de um dos deputados, não impediu o orador de solicitar ao interlocutor o apoio para a questão em debate. Em outras palavras, a posição divergente do interlocutor não impediu ou modificou a declaração anterior.

Gouvêa (2002, p. 92) defende que o conectivo *mesmo que*, assim como *ainda que*, diferenciam-se dos demais por apresentarem caráter hipotético, como ocorre, de fato, nas diversas outras ocorrências deste conectivo em nosso *corpus*. No exemplo (05), o orador conta com o apoio de seu colega deputado, ainda que haja a hipótese de este segundo defender algo diferente do que está pleiteando o primeiro.

Para Vergaro (2008, p. 99), a concessividade, em alguns contextos, é utilizada com o objetivo de tornar o discurso mais polido. Parece que essa é uma das razões para o uso da concessiva em (05), que está a serviço da busca do convencimento e arregimentação para uma determinada ideia.

- Conectivo *ainda que* – 31 ocorrências (6,41%)

(06) Então, ele terá de parar um dos alto-fornos. [*Ainda que* quisesse mantê-los], não tem onde estocar em função de já ter quatro meses de produção estocada, quer dizer, há uma impossibilidade real. – 17/03/2009

No exemplo (06), o deputado que discursa apresenta uma solução para os grãos produzidos: ir para os alto-fornos. Prevendo a possível objeção de algum dos parlamentares presentes, que poderia justamente sugerir a estocagem desses grãos, o deputado antecipa-se e, utilizando uma oração concessiva, afirma que essa saída não seria possível, o que é mais bem explicitado no segmento nuclear: não há onde estocar por conta do excesso de grãos já em estoque.

Vale destacar a permanência (ou persistência) do traço de temporalidade na constituição do conectivo, que traz a partícula *ainda* em sua constituição. Mesmo designando uma noção de concessividade, ainda assim podemos entrever o matiz temporal carregado pela partícula em destaque. No exemplo “Ainda que quisesse mantê-lo”, supõe-se que se a manutenção fosse feita (e a manutenção é algo que se dá de forma temporal), mesmo assim, não haveria espaço para estocagem dos grãos. Aqui, portanto, podemos entrever como as noções de concessividade, temporalidade e condicionalidade imbricam-se.

- Conectivo *quando* – 28 ocorrências (5,79%)

(07) Afinal de contas, o baile *funk* não podia acontecer porque tinha uma burocracia tão grande que criava dificuldade; e quando se fazia no

morro alegava-se que o baile *funk* era a onda das drogas, [quando, na realidade], isso não existe. – 1º/09/2009

No exemplo (07), temos dois pontos de vista acerca do baile *funk*: os defensores desses eventos como uma “onda de drogas” e os que defendem justamente o contrário. A definição de concessão proposta por Mateus et al. (2003, p. 718) compatibiliza-se perfeitamente com a situação descrita no exemplo (07). O segmento concessivo introduzido pela conjunção quando exprime um conteúdo semântico que contrasta com o conhecimento de mundo geral, ou melhor, com o senso comum de que o *funk* é sempre a expressão da violência. Esse contraste de ideias, nesta situação, perfaz a expressão da concessividade, que se emparelha também com o seu sentido original de temporalidade.

O valor concessivo de quando pode ser cotejado com o seu valor original de temporalidade a partir do próprio exemplo (07). Afinal, vejamos novamente um trecho desse exemplo: “e quando se fazia no morro alegava-se que o baile *funk* era a onda das drogas, quando, na realidade, isso não existe”. A primeira ocorrência de quando aponta um uso prototipicamente temporal, visto que não há carga semântica subsidiária adjungida a esse conectivo. O mesmo já não pode ser afirmado com relação à segunda ocorrência de quando, que, pelos critérios adotados, pode ser considerado temporal-concessivo (cf. Ferreira, 2008; 2010).

Castilho (2010, p. 345), ao explorar a questão da polifuncionalidade das conjunções, também constatou em sua gramática a possibilidade de a partícula quando carrear a noção semântica de concessividade. Para isso, o autor apresenta o seguinte exemplo: “Você fica teimando que é inocente, quando todo mundo te viu roubando discretamente a jaca”. Para o autor, esse seria tipicamente um exemplo de uso temporal-concessivo da partícula quando.

Na esteira dos autores funcionalistas, Neves (2010, p. 137-138) também é uma defensora dessa ideia:

Outras construções com *quando* permitem, ainda, uma leitura concessiva. [...] Como ocorre em geral nas construções concessivas, o evento da principal apresenta-se como contrário à expectativa criada pelo evento da temporal, e o efeito dialógico-argumentativo é o de oferecimento de objeção, como se vê nesta ocorrência: A imprensa é lucrativa, quando deveria ser apenas autossuficiente.

Neves (2010) traz um verdadeiro roteiro para reconhecermos o caráter concessivo da partícula quando. Cotejando o que defende a autora com o exemplo (07), verificamos que o

evento nuclear (o baile *funk* era a onda de drogas) apresenta-se como contrário à expectativa criada pelo evento da temporal-concessiva (*quando*, na realidade, isso não existe). Decorre disso um efeito dialógico-argumentativo de objeção, visto que há duas posições claramente delineadas de forma antagônica.

- Conectivo em que pese – 17 ocorrências (3,51%)

(08) Os mercados são tomados por outros interesses e não dão oportunidade à chegada do alimento orgânico, [em que pese todo o esforço feito mostrando o crescimento nas vendas]. – 02/06/2009

No exemplo (08), faz-se uso do conectivo em que pese para contrapor o esforço feito para o crescimento das vendas de alimentos orgânicos ao interesse dos mercados. Esse conectivo é bastante icônico, no sentido de expressar com clareza que há um “peso” contra uma ideia; em outras palavras, o esforço para o crescimento das vendas é um “peso” considerável sobre os interesses dos mercados; contudo, mesmo assim, ainda não é possível vencê-lo. Todo esquema cognitivo da concessividade fica bastante explícito com o uso desse conectivo, que é bastante transparente.

- Conectivo não obstante -12 ocorrências (2,48%)

(09) [Não obstante todo o triunfo], o escritor não consegue emprego e parte com a família para o Guarujá. – 12/08/2009

Não obstante é outro conectivo que exprime a noção de concessividade. Nesse caso, o fato de contar com o triunfo é um efeito inesperado para a situação do escritor de não conseguir emprego. Afinal, se é dotado de triunfo, espera-se que tenha condições propícias para sua estabilidade social e econômica. Não é, contudo, o que ocorre.

Para Azeredo (2008, p. 335), não obstante, nada obstante, conquanto e posto que não significam o mesmo que embora, já que são “expressões conectivas praticamente restritas a usos acadêmicos formais, como os discursos solenes e os textos jurídicos”. Essa explicação do autor pode ajudar a entender o porquê de não serem realmente tão frequentes.

- Conectivo e – 6 ocorrências (1,24%)

(10) Então, agora, depois de ter silenciado diante de tudo aquilo que foi exposto, quer dizer, as vísceras do Senado expostas para a sociedade – e o Senado sempre mereceu uma reputação em função do próprio papel dentro dos Poderes da República – S. Exa. se manifestou. – 27/08/2009

O exemplo (10) é um dos menos prototípicos, tendo em vista que é iniciado pelo conectivo e. Entretanto, a expressão da concessividade é veiculada de forma semelhante aos outros casos em que são recrutados outros conectivos para a veiculação desse matiz semântico. O fato de o Senado sempre merecer “uma reputação em função do próprio papel dentro dos Poderes da República”, na situação descrita, é um fato inoperante diante de outro fato, ou seja, o de “as vísceras do Senado [estarem] expostas para a sociedade”.

Poderíamos aventar a possibilidade de considerar o e, nesses casos, como uma partícula de contraste ou oposição, em uma classificação propositalmente superordenada, o que abarcaria tanto as adversativas quanto as concessivas. Sem dúvida, isso seria possível. Por outro lado, optamos por considerá-lo aditivo-concessivo, justamente pelos argumentos já arrolados. Entre eles, consideramo-lo concessivo pela possibilidade de ser comutável por outra partícula concessiva como embora, e por carrear, de fato, a ideia de contra-expectativa ou incompatibilidade, que está no cerne da concessividade.

Na gramática da Real Academia Española (2010, p. 922), constatamos também a possibilidade de a conjunção aditiva y (e) perfilar um efeito de sentido concessivo.

Em termos funcionais, Heine et al. (1991, p. 27-28) afirmam que a estratégia de recrutar antigas expressões e formas para novas funções é um recurso recorrente em todas as línguas do mundo

- Conectivo se bem que – 1 ocorrência (0,02%)

(11) Só posso verificar que seja assim, pois se medíssemos de fato o que precisa ser medido, a qualidade da nossa economia, a política de desenvolvimento, a seriedade na gestão pública, a renda do nosso povo, essa popularidade não poderia ter tal dimensão, [se bem que aqui no Estado do Rio de Janeiro, também diz o jornal de hoje, na parceria Lula–Cabral, Cabral–Lula quem mais se beneficia é o Governador]. – 17/03/2009

Esta é a única ocorrência do conectivo se bem que em todo nosso *corpus*. Da mesma forma que os outros conectivos, ele também serve para indicar oposição de ideias ou contraste, nos moldes de uma prototípica construção concessiva. A popularidade do governador é posta em xeque; por outro lado, reconhece-se que, ainda assim, o governador é muito privilegiado.

Neves (2010, p. 18) assevera que a partícula se bem que pode ser considerada concessivo-condicional. Azeredo (2008, p. 335) busca outra explicação e afirma que o conectivo se bem que equivale a embora. Para o autor, essa conjunção é empregada “para introduzir uma ressalva e tem a peculiaridade de poder ocorrer com verbo tanto no modo subjuntivo quanto no indicativo”. De fato, nessa ocorrência que analisamos, o verbo ocorre no modo indicativo.

- Conectivo mesmo – 146 ocorrências (30,22%)

(12) De qualquer forma, manifesto aqui uma espécie de repúdio a um oportunismo fora de hora, e pior, [mesmo tendo sido um procedimento ridículo], parte da mídia tratou o episódio como se fosse algo eivado de alguma seriedade. – 27/08/2009

O exemplo (12) expressa a ideia de contra-expectativa, tão cara às construções concessivas. Nesse segmento discursivo, um deputado faz referência a um acontecimento político que ele considera como “procedimento ridículo”. Essa avaliação, contudo, não impediu a mídia de o divulgar e propagar publicamente, ou seja, o fato de ser “ridículo” foi irrelevante para a mídia, ainda mais tendo em vista que essa avaliação parte de uma visão subjetiva do representante público.

Propositalmente, listamos o conectivo mesmo em último lugar, porque ele merece algumas considerações adicionais. Sua natureza morfossintática difere bastante da dos outros elementos que vimos analisando.

Em primeiro lugar, ele não é citado pelos autores pesquisados como conectivo concessivo. Isso pode ser explicado pelo fato de mesmo não estar plenamente gramaticalizado como conjunção. Afinal, segundo a perspectiva tradicional, as orações adverbiais desenvolvidas são sempre introduzidas por conjunções subordinativas. Em nossa abordagem, por outro lado, como já apontamos em nosso referencial teórico, ele será considerado

conectivo justamente por intermediar a ligação entre um segmento nuclear e um segmento concessivo, independentemente de ser utilizado apenas com formas reduzidas dos verbos e de seu caráter conjuncional *stricto sensu*.

Em segundo lugar, esse conectivo apresenta grande variação ou diversas possibilidades de configuração sintagmática, com funções textuais diversas. Essas ocorrências não poderiam passar despercebidas, haja vista seu caráter regular. Vejamos alguns exemplos ilustrativos de composições sintagmáticas que, por razões de simplificação terminológica, chamaremos simplesmente *conectivos*:

- Conectivo *mesmo assim* – 19 ocorrências (3,93%)

(13) A cozinha é enorme, poderia até ser uma cozinha-escola. Mas não está devidamente preparada, porque tem infiltrações, não tem sistema adequado de exaustão, tem até esgoto dentro da própria cozinha, o que não é permitido. [**Mesmo** assim,] eu vi com muitos bons olhos a questão da segurança alimentar naquele hospital. – 02/04/2009

(14) Portanto, que pelo menos aqueles que pretendem contribuir para jogar o Governo Sérgio Cabral neste lamaçal, que o façam sabendo que [**mesmo** ainda não existindo as OSs], [**mesmo** assim] a imoralidade já campeia dentro da Secretaria de Estado de Cultura e dentro da Funarj. (Palmas) – 24/06/2009

Tanto no exemplo (13) quanto no exemplo (14), verificamos o uso de *mesmo assim* na função de referenciador anafórico⁶⁶. Sendo assim, constatamos que esse é um uso que está essencialmente relacionado com funções coesivas.

No exemplo (13), a composição *mesmo assim*, por si só, configura o segmento concessivo. A função textual é a de recuperar toda informação precedente, ou seja, as características positivas e negativas da cozinha sob debate. Dessa forma, percebemos claramente a função dessa composição sintagmática na tessitura do texto.

No exemplo (14), o segmento *mesmo assim* também constitui sozinho o segmento concessivo na construção em análise. A diferença que podemos notar com relação a (13) é

⁶⁶ **Referenciador anafórico** é o termo que tem como função recuperar alguma informação que se encontra explícita em porção do texto anterior. (cf. Neves, 2000, p. 503).

que a composição mesmo assim, neste último caso, está retomando anaforicamente outro segmento concessivo, dessa vez, oracional infinito (*mesmo ainda não existindo as OSs*).

Há outras ocorrências em nosso *corpus* muito semelhantes semanticamente ao mesmo assim. Vejamos:

(15) Há comprovações científicas de que essas pastilhas de iodeto de potássio reduzem muito as possibilidades de desenvolvimento de câncer na população eventualmente atingida por um acidente, o que é ínfimo, é 0,01 %. Mas [mesmo nesse caso] os planos de emergência têm que ser muito bem feitos, sem qualquer possibilidade de equívoco de margem mínima de erro. – 22/04/2009

No exemplo (15), o uso de mesmo nesse caso apresenta carga semântica muito semelhante ao mais prototípico mesmo assim. Tanto uma forma quanto a outra desempenham a mesma função no texto: recuperar informações anteriormente elucidadas. Contudo, mesmo apresentando funções semelhantes, amparados no princípio da não-sinonímia da forma gramatical, defendemos que há sutis diferenças de ordem pragmática. Assim, quando utilizamos a expressão mesmo nesse caso, estamos fazendo referência a fatos e ações já descritos anteriormente. O uso de mesmo assim, por sua vez, serve para recuperar uma gama maior de informações, que vão além dos fatos e ações, ou seja, presta-se a uma maior generalização.

- Conectivo mesmo quando – 7 ocorrências (1,44%)

(16) Há, de fato, e isso é perfeitamente identificável, um ou outro, ou há aqueles que são os preferenciais da grande mídia, [mesmo quando outro parlamentar trata nesta Casa de tema da maior relevância para a sociedade]. – 04/03/2009

Como vimos explorando ao longo de nossa tese, há uma forte ligação entre as noções de temporalidade e concessividade, o que foi destacado por vários autores como Zamprônio (1998, p. 108, grifo nosso), para quem há “campos limítrofes entre concessão e outros pensamentos como tempo, causa, condição, disjunção. De acordo com König (1985), a concessão é uma noção derivada, e o seu desenvolvimento tardio está refletido na morfologia dos conectivos”.

O exemplo sob análise ilustra bem o que afirmou Zamprônio (1998, p. 108). A expressão da concessividade é noção derivada e mantém estreita relação com outros matizes, especialmente com a noção de temporalidade, que é mais básica. A própria morfologia atesta isso, como no caso de ainda que, e, agora, em mesmo quando. Neste último caso, a composição sintagmática mesmo quando, ainda bastante transparente, reúne as noções de concessividade e temporalidade, a serviço de uma maior expressividade e economia linguística.

- Conectivo mesmo se – 1 ocorrência (0,02%)

(17) O que o contrato estabelece Deputado Luiz Paulo, é que tem de ser oferecidas no mínimo 10 mil vagas ao longo do período de 60 minutos. Eu diria, [mesmo se o contrato estivesse sendo cumprido e as 10 mil vagas tivessem sendo oferecidas], [mesmo assim] não atenderia à demanda hoje existente. – 19/03/2009

Da mesma forma como existe mesmo quando (concessão + tempo), também detectamos a ocorrência de mesmo se (concessão + condição), reforçando mais uma vez o que vimos insistindo, ou seja, a complexa simbiose entre os matizes semânticos de concessão, tempo e condição.

A partícula mesmo se trata da contra-expectativa em caráter hipotético, ou seja, é uma estrutura formal especial, híbrida, cuja heterogeneidade carrega uma grande sutileza de significado, levando o leitor/ouvinte a uma zona de interseção entre condição e concessão.

Nas palavras de Neves (2010, p. 18), esse é um típico caso de condicional-concessiva, tal como ocorre também com por mais que, quer...quer, entre outros recursos linguísticos que serão analisados em seção posterior de nossa tese.

No exemplo (17), verifica-se que há um contrato não sendo cumprido. Por outro lado, o enunciador⁶⁷ não comunica apenas esse fato. Além da noção de oposição ou contrariedade, tipicamente carregada pelas construções concessiva, há a adjunção do matiz condicional. Em outras palavras, comunica-se a ideia de concessão hipotética, ou seja, não há o fato propriamente dito, ao contrário, caminha-se no campo das hipóteses ou possibilidades, o que é reforçado pela presença do verbo no modo subjuntivo.

⁶⁷ Neste trabalho, tomamos o termo **enunciador** como sendo o sujeito produtor efetivo do enunciado, ou seja, aquele que diz ou enuncia. Tendo em vista o *corpus* que selecionamos para esta tese, podemos afirmar que os enunciadores são os deputados que proferem seus discursos na ALERJ.

Givón (1993, p. 297) afirma que essas construções são utilizadas quando a informação no segmento nuclear deveria, sob condições normais, efetivar-se. Contudo, na verdade, isso acaba não ocorrendo, porque a informação veiculada é contrária às expectativas.

Por fim, reiteramos o papel de mesmo assim, já explicitado anteriormente: por meio de mecanismos de referenciação anafórica, esse conectivo recupera toda informação precedente contida na concessiva encabeçada por mesmo se.

- Conectivo nem mesmo – 2 ocorrências (0,04%)

(18) Não basta o Lula dizer, ao lado do Obama, que o País de qualquer jeito vai crescer. O País não cresce porque as pessoas falam que vai crescer, [nem mesmo essa pessoa sendo o Presidente da República]. – 17/03/2009

(19) Aquilo que fez a história do nosso País está se deteriorando porque aqueles que estão no Governo não têm zelo pelo patrimônio. Nem pelo patrimônio [nem mesmo pelo povo], haja vista as nossas próprias autoridades, que não têm olhado pela cultura de nosso País, no sentido de incentivar a leitura, de incentivar as crianças e adolescentes a frequentar teatros, a conhecer a Escola de Música e, de uma forma hipócrita, vergonhosa e melancólica, formam os batedores de lata da comunidade. – 05/02/2009

Tanto no exemplo (18) quanto no (19), verificamos a incidência do conectivo nem mesmo, que possui a peculiaridade de introduzir um argumento mais forte. Sabe-se que a partícula nem, quando tomada isoladamente no discurso, tem a função de reunir copulativamente duas entidades em contexto de negação. Em outras palavras, substitui a partícula prototípica e, quando há duas unidades ligadas por negação.

No exemplo (18), constata-se a ocorrência de uma concessiva negativa. Mesmo o presidente da República dizendo que o país vai crescer, nem assim isso ocorrerá. Vale destacar a presença do advérbio negativo não presente no início do período, o que possibilita, em termos morfossintáticos, a ocorrência de nem mesmo, de forma correlata. Em outras palavras, a partícula negativa não encadeia-se com o conectivo nem mesmo.

O exemplo (19) é bastante emblemático, visto que podemos notar uma certa ambivalência na natureza morfossintática do conectivo nem mesmo. Nessa ocorrência, o conectivo em destaque parece estar em estágio de gramaticalização mais incipiente do que no exemplo anterior, visto que podemos considerar nem mesmo como uma unidade sintagmática

em que o nem (de nem mesmo) está em correlação com a primeira ocorrência de nem, no início do período. Assim, a leitura de nem mesmo em (19) pode ser feita como a de um elemento já cristalizado ou ainda composicional.

Nöel (2006, p. 20) define *cristalização de construção* como o estabelecimento de uma relação mais sólida entre a configuração morfossintática do item e o seu significado. Quando ocorrem casos de construções não totalmente cristalizadas, como é o caso de nem mesmo em (19), dizemos que a construção ainda apresenta um alto grau de *esquematização*.

De acordo com a perspectiva teórica que adotamos, calcada na prototipicidade, esse não é um caso inanalísável. Apenas conjuga em si duas possibilidades de interpretação, o que testemunha a favor da dinamicidade do discurso e da instabilidade da gramática.

- Conectivo até mesmo – 3 ocorrências (0,06%)

(20) Seria no ano passado, mas era um ano político, um ano complicado para a participação das lideranças, dos prefeitos e vereadores – [até mesmo do Governador, que assinou, chegou a confirmar conosco sua presença no evento]. A verdade é que não conseguimos realizar no ano passado e fizemos agora, em abril. – 28/04/2009

Por fim, analisamos o conectivo até mesmo. No exemplo (20), o orador cria uma espécie de gradação crescente, em que encontramos *lideranças, prefeitos e vereadores, governador*. Este último elemento, vale notar, está localizado no segmento concessivo, como pode ser verificado no exemplo.

Em primeiro lugar, a opção do orador por enumerar esses três itens parece expressar a ordem de importância que os elementos possuem, segundo seu ponto de vista particular. Isso é bastante relevante do ponto de vista discursivo, visto que há um claro *crescendum* de elementos em uma escala de valores. Isso é possível pelo emprego da partícula até, que, entre outros usos, reforça especialmente a ideia de escalaridade (cf. Rosário, 2007).

Essa organização do texto, portanto, é bastante icônica. Nos termos de Costa (2000, p. 67), cujas reflexões baseiam-se, por sua vez, em Givón (1979), a disposição sintagmática das informações no discurso reflete, de alguma forma, a ordem dos acontecimentos no mundo biofísico-social. Portanto, existe uma motivação para que a ordem lideranças – prefeitos e

vereadores – governador esteja disposta desta forma no texto. Nesse caso, colabora o conectivo até mesmo para marcar de forma ainda mais explícita essa gradação crescente.

Em segundo lugar, vemos que nessa escala, há a incidência de um típico elemento concessivo, que é o mesmo, adjungido à partícula até, anteriormente analisada. A ocorrência desse elemento até mesmo traz uma forte ideia de ênfase ao último elemento da escala, ou seja, a participação do governador, que seria o elemento mais improvável entre os listados.

Segundo a Gramática da Real Academia Española (2010, p. 916), a concessividade é uma noção derivada de escalaridade: “(...) em uma escala graduada de condições se marca o membro final, que é menos previsível ou mais claramente contrário às expectativas naturais”.

O exemplo (20) expressa essa ideia com clareza, inclusive pela presença da partícula até, que, por si só, já traz esse matiz. Por outro lado, advogamos a tese de que essa noção de escalaridade está presente de maneira mais forte ou mais fraca em muitas outras construções concessivas, especialmente por meio dos conectivos ainda que, mesmo que e mesmo.

Nessas construções, a noção de contra-expectativa ou oposição de ideias carregada pela concessividade baseia-se justamente no contraste entre um elemento considerado o mais imprevisível e todos os outros elementos possíveis. Assim, vejamos:

(21) E é isso que eu estou fazendo: buscando conhecimento, [ainda que na dor], [ainda que no sofrimento], escolhendo o caminho da liberdade, o caminho para ser uma pessoa que esteja neste Parlamento para servir à sociedade e não sendo apenas controlado por idéias de pessoas que não têm compromisso com a sociedade. – 02/02/2009

(22) Mas, o que queremos, e o que não quer o governo, mas queremos, é que a instituição seja patrimônio imaterial. E se tiver OS para gerir a instituição Theatro Municipal, ela será extinta, [mesmo que no projeto de lei esteja escrito que estão garantidas 100 vagas para cada um dos seus corpos artísticos]. – 04/06/2009

(23) Com a epidemia da gripe suína, pacientes do hospital do Iaserj estão sendo transferidos para outros hospitais [mesmo correndo risco de vida]. Recebi aqui o filho do paciente, Sr. César Mena Barreto Ferreira, que foi transferido. Ele estava no hospital dos servidores aqui no Centro e foi transferido para o Hospital Alberto Torres, em São Gonçalo, sem que a família fosse avisada. – 29/04/2009

Nos exemplos (21), (22) e (23), fica muito clara a ideia de escalaridade adjungida à de concessividade. No exemplo (21), a dor e o sofrimento são considerados os pontos finais extremos para aqueles que desejam buscar conhecimento. Certamente, nesse metafórico

caminho em busca do conhecimento, muitas situações e problemas deverão ser vencidos, mas apenas dois itens estão expressos, ou seja, a dor e o sofrimento, que ocupam o extremo da escala.

No exemplo (22), lemos algo sobre o Theatro Municipal, em meio a uma grande polêmica quanto à sua gerência. O excerto informa-nos que isso ocorrerá, mesmo que sejam garantidas 100 vagas para cada corpo artístico. Em outras palavras, a garantia dessas 100 vagas seria, em um gradiente, a última medida possível a ser tomada para evitar o encerramento das atividades do Theatro Municipal. Isso significa que há potencialmente muitas outras ações que poderiam ser tomadas, mas a garantia de 100 vagas ocupa um lugar extremo em meio a tantos outros implícitos.

Por fim, no exemplo (23), lemos uma informação acerca da grande epidemia de gripe suína que assolou nosso país há pouco tempo. Diante da precariedade da rede pública hospitalar, especialmente do Hospital do IASERJ, houve necessidade de transferência de pacientes para outros hospitais, inclusive dos que estavam correndo risco de vida. É bastante fácil observar que a transferência de pacientes com risco de vida ocupa um ponto extremo em uma linha imaginária que poderíamos traçar para representar a situação descrita. Isso significa que muitos pacientes foram transferidos, em todos os estados de saúde (do menos grave ao mais grave), chegando até aos pacientes mais afetados pela doença, ou seja, “correndo risco de vida”.

Vergaro (2008, p. 99) conceitua esse fenômeno como *pressuposição pragmática*, o que parece ser bastante sugestivo. Afinal, a noção de escalaridade está assentada justamente na crença acerca do conhecimento compartilhado dos interlocutores, que deve abranger as diversas situações subentendidas ou pressupostas pelo segmento concessivo.

Vale acrescentar que subjaz ao esquema cognitivo da concessividade a seguinte constatação: “o que está afirmado na oração principal desconsidera o que quer que se coloque como condição suficiente, ou possível causa, na oração concessiva” (Neves, 2010, p. 139). Essa condição suficiente ou possível causa de que Neves (2010) fala é justamente o item localizado no ponto extremo do *continuum* existente entre tantas possibilidades ou obstáculos possíveis.

Retomando a discussão sobre as relações intrínsecas estabelecidas entre condição, causa e concessão, Neves (2010, p. 138-139) assevera:

É exatamente na frustração de condicionalidades e causalidades que vai se encontrar a essência da concessividade, no paradoxo de que o que vem expresso na oração principal da construção concessiva independe do que vem expresso (causalidade ou condicionalidade) na oração concessiva. No sentido mais geral, pois, uma pretensa causa (ou uma condição) é encontrada na oração concessiva, mas aquilo que dela se pode esperar é desconsiderado, ou, mais do que isso, é objetado na oração principal.

Assim, apresentamos os 10 diferentes conectivos (e variações) utilizados pelos deputados estaduais da ALERJ para a expressão da concessividade.

Reiteramos que, no universo de 548 construções concessivas, 483 são conectivas, ou seja, mais de 88% de todos os casos analisados. Mesmo nas construções oracionais reduzidas, como se observará, os conectivos servem como veiculadores ou coadjuvantes na expressão da concessividade.

Sem dúvida, os conectivos veiculam uma noção semântica com mais clareza no ato comunicativo. Assim, a presença de *embora* ou *mesmo que*, que são bastante prototípicos, em um texto qualquer, já forçaria o falante ou leitor da língua portuguesa a captar a existência de uma noção concessiva; afinal, tais conectivos são prototipicamente concessivos. Vejamos o que diz Vergaro (2008, p. 103):

No processo de construção do sentido, as expressões conectivas, dando instruções para operações cognitivas, são sinais para o ouvinte sobre como decodificar as declarações do falante. Para o falante, por sua vez, são instrumentos para dar sua visão pessoal juntamente com as informações dos fatos⁶⁸.

Por outro lado, em alguns momentos, nem sempre os conectivos são os elementos mais importantes no papel de guiar o usuário da língua para um determinado matiz semântico⁶⁹. De fato, em diversas situações, é o próprio contexto situacional que expressa melhor essa relação. Assim, um exemplo criado para ilustrar essa assertiva seria:

a) *Embora* Maria seja uma atriz excelente, tem a orelha torta.

⁶⁸ In the process of meaning construction, the connective expressions giving instructions for cognitive operations are signs for the hearer about how to decode the speaker's utterances. For the speaker, on the other hand, they are instruments to give his personal views together with information on facts.

⁶⁹ Decat (2001, p. 128-129) é uma das defensoras dessa ideia: "Importa o tipo de proposição relacional que emerge da articulação de cláusulas, e não a marca lexical dessa relação. Tal marca restringe-se, em muitos casos, à função de estabelecer um *elo* (*linkage*, nos termos de Chafe, 1988) entre duas porções textuais (ou, ainda nos termos de Chafe, entre *unidades informacionais*)."

Esse exemplo é, no mínimo, desconcertante, visto que *a priori* não há motivo para se estabelecer uma ideia contrastiva entre ser excelente atriz e ter orelha torta. Enunciados desse tipo exigem do interlocutor um maior custo de processamento da informação, que pode ser atenuado pelo contexto específico em que são emitidos. Se se imagina uma situação em que a atriz precisa fazer campanha para uma empresa de brincos, a construção sintática toma perfeito sentido e já não nos causará estranheza.

Assim, essa análise já expressa com clareza a necessidade de contextos linguísticos maiores para análise e até mesmo a premência do contexto extralinguístico, como responsáveis pela veiculação mais clara da noção de concessão e, provavelmente, de outros matizes semânticos.

Por fim, em meio a tantos recursos oferecidos pela língua, além dos que apresentaremos adiante quando abordarmos as justapostas, cabe lembrarmos que é por meio do discurso que tentamos influir no outro e fazer com que ele compartilhe de nossas opiniões. Dessa forma, as escolhas linguísticas são importantes estratégias argumentativas utilizadas pelo falante para defender um determinado ponto de vista.

Não devemos esquecer que no interior do leque de opções à disposição do falante/escritor, sempre haverá a possibilidade de escolhas, a fim de satisfazer às diversas necessidades comunicativas e contextuais. Isso significa que nem tudo pode ser determinado por fatores mensuráveis ou identificáveis. Ao contrário, há uma grande margem de liberdade para o locutor, dentro de seus objetivos comunicativos, selecionar o recurso que mais lhe convém.

Em termos funcionalistas, estamos falando de *camadas* (cf. Heine, 2003, p. 589). Afinal, antigas camadas da língua não necessariamente desaparecem quando novas camadas emergem. Na verdade, essas camadas podem coexistir e interagir por pequenos ou longos períodos (cf. Hopper; Traugott, 1997, p. 36).

Para aprofundarmos um pouco mais esse conhecimento acerca dos conectivos e de como as camadas vão surgindo na língua, vamos abordar as rotas de gramaticalização dos conectivos concessivos encontrados em nossa análise de dados. Esse adendo histórico certamente contribuirá ainda mais para a nossa compreensão acerca dos mecanismos linguísticos de expressão da concessividade em língua portuguesa.

6.1.2. Rotas de gramaticalização de conectivos concessivos

Neste momento do nosso trabalho, analisemos a trajetória histórica dos conectivos concessivos da língua portuguesa encontrados em nosso *corpus*. Para esse trabalho, utilizaremos mormente Longuin-Thomazi (2004), Bechara (1954) e Barreto (1999), com destaque para esta última obra que, sem dúvida, representa uma importante contribuição para o estudo da gramaticalização de conectivos em nossa língua.

Primeiramente, cabe uma palavra quanto à origem dos conectivos responsáveis pela noção de oposição, de uma forma geral. Harris (1985, p. 75) assim explica o surgimento de marcadores concessivos:

Os marcadores concessivos são derivados de bases muito difundidas, quiçá universais, a partir de marcadores originalmente provenientes de outros valores: de fato, König (1985, p. 363, 380) vai além ao falar em concessividade como uma noção derivada. A marca explícita dessa noção por meio de um subordinador específico é claramente um 'extra opcional' dentro da língua, como a história do romance demonstra particularmente de forma clara. Quando um subordinador específico se desenvolve, uma fonte primária necessariamente cai na semântica da concessão⁷⁰.

Após essa importante asserção, Harris (1985, p. 76-77) arrola alguns padrões que explicam o surgimento de várias conjunções de línguas românicas e do inglês, que veiculem de uma forma ou de outra a noção de contrastividade. Vejamos cada padrão, acompanhado de comentários de Martelotta (1998, p. 39-40):

Padrão 1: O padrão indefinido total (whatever you may do, nevertheless...). Esse padrão remete a uma construção original em que está a ideia da inexorabilidade de um determinado fato, não importando o que seja feito em contrário. Exemplo: *o que quer que...*

⁷⁰ Concessive markers are derived, on a very widespread if not a universal basis, from markers originally having other values: indeed König (1985, p. 363,380) goes so far as to speak of concessivity itself as a derived notion. The explicit marking of this notion by means of a specific subordinator is clearly an 'optional extra' within a language, as the history of Romance demonstrates particularly clearly. When such a specific subordinator does develop, a primary source will necessarily lie in the semantics of concession.

Padrão 2: O padrão total explícito (all that you may do, nevertheless...). Tem-se a ideia de totalidade associada à cláusula que expressa o fato a despeito do qual um outro fato ocorre, acentuando o contraste entre esses dois fatos. Exemplo: *contudo*.

Padrão 3: O padrão volitivo (let it be as you wish/let it be so, nevertheless...). Tem-se a ideia de uma aceitação dos fatos pelos participantes ou seus desejos em relação a eles. Exemplo: *magari*⁷¹ (do português arcaico), cujo significado apontava para algo como “abençoado”.

Padrão 4: A marca explícita de posição escalar extrema (most X that it may be, nevertheless...). Localiza, em uma posição escalar extrema, a atitude dos participantes em relação a um determinado fato. Exemplo: *por mais que, por menos que...*

Padrão 5: Padrão temporal frequentemente reforçado (While / When... nevertheless...). Expressam concomitância ou coocorrência entre fatos que passam a assumir, por pressão de informatividade, o valor concessivo. Exemplo: *entretanto, embora*.

Padrão 6: Padrão condicional frequentemente reforçado (even if/though he did it, nevertheless...). Relaciona a origem das concessivas a construções condicionais, via cláusulas concessivas condicionais, que apresentam uma mistura das duas noções. Exemplo: *mesmo se*.

Quanto a esse aspecto, Longhin-Thomazi (2004, p. 216) afirma:

A literatura sobre gramaticalização de conjunções privilegia o tratamento das mudanças de significado, sustentando que há uma tendência geral, segundo a qual o desenvolvimento do item conjuncional segue uma trajetória de pragmatização crescente do significado. [...] Essa tendência prevê que as mudanças de significado que acompanham a gramaticalização de conjunções partem dos significados referenciais, próximos da experiência física dos falantes, passam pelos significados relacionados à construção textual e atingem finalmente os significados centrados na atitude subjetiva dos falantes. Reconhecer essa tendência implica admitir, em certo sentido, a unidirecionalidade da mudança, questão que tem sido objeto de intenso debate.

O funcionalismo linguístico de vertente norte-americana oferece subsídios ímpares para a descrição da trajetória histórica dos conectivos utilizados pela gramática para

⁷¹ De acordo com Harris (1985, p. 78), *magari* vem de *makarie*, que por sua vez, veio de uma forma grega ainda mais antiga. Dessa conjunção antiga, surgiram *macar* (em romeno), *magari*, *macari* (nos dialetos do norte e do sul da Itália), *macara* (no dialeto da Sicília), *mancari* (em logudorense) entre outras formações românicas.

estabelecer relações entre porções do texto. Essa linha de investigação linguística, por meio de diversos princípios formulados por autores tais com Lehmann (1988), Hopper (1991), Haiman (1988), Heine (1991; 2003) entre outros, permite traçarmos as principais forças que atuaram no idioma para que se deflagrasse o surgimento de novas partículas conectoras.

Lehmann (1988), por exemplo, opta por focar os estágios já avançados de gramaticalização. Para tanto, o autor defende a existência de cinco tendências. São elas:

- a) **Paradigmatização:** as formas tendem a organizar-se em paradigmas;
- b) **Obrigatorização:** as formas tendem a tornar-se obrigatórias;
- c) **Condensação:** as formas tendem a tornar-se mais curtas;
- d) **Aglutinação/coalescência:** as formas adjacentes tendem a aglutinar-se;
- e) **Fixação:** ordens linearmente livres tendem a tornar-se fixas.

O quadro a seguir, adaptado de Lehmann (1988) e reproduzido por Gonçalves *et al.* (2007, p. 71), retoma as tendências anteriores e as combina com outros aspectos, tais como *peso, coesão e variabilidade*, interseccionados com dois eixos de distribuição dos signos da língua.

Quadro 17 – Aspectos dos estágios de gramaticalização, segundo Lehmann (1988)

Parâmetros		Gramaticalização incipiente	Processo	Gramaticalização avançada
Eixo paradigmático	Integridade (peso)	Item possivelmente polissilábico, com muitos traços semânticos	Atrição	Item geralmente monossilábico, com poucos traços semânticos
	Paradigmaticidade (coesão)	Participação “frouxa” do item em um campo semântico	Paradigmaticização	Item integra paradigma pequeno, altamente integrado
	Variabilidade paradigmática (variabilidade)	Escolha livre dos itens, segundo as intenções comunicativas	Obrigatoriedade	Escolhas sistematicamente restritas, uso obrigatório
Eixo sintagmático	Escopo (peso)	Relação do item com constituintes de complexidade arbitrária	Condensação	Item modifica a palavra ou a raiz
	Conexidade (coesão)	Justaposição do item independentemente	Coalescência (união)	Item é afixo ou traço fonológico
	Variabilidade sintagmática (variabilidade)	Liberdade de movimento do item	Fixação	O item ocupa uma posição fixa

Segundo Lehmann (1988), há uma ligação forte entre esses seis parâmetros, contudo, eles podem ser analisados independentemente um do outro, ou seja, são metodologicamente autônomos.

Quanto ao parâmetro da *integridade*, verificamos que a gramaticalização avançada está mais ligada a itens monossilábicos; em contrapartida, a gramaticalização incipiente está ligada a itens polissilábicos, ou seja, menos *leves*. Para Lehmann (1988), quanto mais leve é o conectivo, mais integrada é a cláusula que ele instancia.

Em nosso *corpus*, por exemplo, detectamos diferentes estratégias de expressão da concessividade em diferentes estágios de gramaticalização. Ao lado de conectivos simples, que são mais leves, como *mesmo*, também detectamos locuções como *em que pese* e *não obstante*, como já tivemos a oportunidade de mostrar na seção anterior de nossa tese.

A esses conectivos, assomam-se as expressões justapostas veiculadoras da concessividade, que serão analisadas na próxima seção de nosso trabalho. Por ora, vale destacar apenas alguns exemplos para ilustrar o que estamos explicitando:

(24) O que não se pode, Sr. Presidente, é onerar ainda mais essas professoras. E é por isso que eu vou apresentar nesta Casa um Requerimento de Informação. Vou buscar essa informação **[onde quer que se encontre]**, por ser essa uma atribuição e uma responsabilidade nossa, dos parlamentares. – 18/06/2009

(25) Quanto ao presidente Lula, tenho certeza que não foi isso o que ele quis dizer. O Presidente Lula falou talvez do respeito à pessoa física, mas, na questão do Senado Federal, o Brasil merece toda a transparência do mundo, porque isso afeta qualquer cidade do país, **[por menor que ela seja]**. – 18/06/2009

(26) Quer o projeto de lei, portanto, dar ao administrador uma discricionariedade inconcebível, eu diria mesmo escandalosa. Aliás, essa discricionariedade piora ainda mais quando o projeto diz que a assinatura do contrato de gestão dependerá de prévia autorização do Governador do Estado. Ou seja, feito este vago processo seletivo ainda pode o governador em exercício, **[seja lá quem for]**, decidir não assinar o contrato da entidade selecionada. – 17/06/2009

Essas outras estratégias linguísticas que expressam a concessividade são bem mais “pesadas”, tanto no aspecto formal quanto no aspecto conceitual. Em (24), (25) e (26), temos

o que chamamos de padrões meso-construcionais de expressão da concessividade⁷². Em termos formais, englobam mais de dois vocábulos de categorias gramaticais distintas. Em termos conceituais, normalmente amalgamam a ideia de concessividade com outras noções, como alternância, intensificação etc. Em síntese, tão distintos são os carreadores do matiz de concessividade quanto seus próprios estágios de gramaticalização.

Segundo vários pesquisadores funcionalistas, a gramaticalização está estreitamente ligada também a frequência de uso⁷³ (cf. Bybee, 2003). Assim, a baixa frequência de uso estaria diretamente correlacionada ao baixo desgaste semântico e fonológico dos diversos itens conjuncionais, tal como ocorre com vários conectivos concessivos, como *se bem que*, e, consequentemente, à incipiente gramaticalização de tais itens.

De acordo com Gonçalves et al. (2007, p. 72), “a repetição no discurso é a responsável pela automatização da forma linguística”. Sendo assim, itens pouco frequentes no discurso são mais resistentes à mudança. E sendo a concessão uma estratégia discursiva contrastiva pouco recorrente, isso faz com que ela também seja menos afetada pela mudança. Votre et al. (2004, p. 77) também corroboram essa hipótese e acrescentam que a “gramaticalização costuma ocorrer com itens mais frequentes, que são normalmente os mais informais”, o que, certamente, não é o caso dos conectivos concessivos.

Acrescentamos que, além de a concessividade ser pouco acessada, há elementos ainda menos utilizados, que são os conectivos *não obstante* e *em que pese*. Isso faz com que eles sejam ainda menos afetados pela mudança linguística.

Embora tenha escrito sua tese bem antes do “nascimento” do funcionalismo, Bechara (1954, p. 23) utiliza as mesmas ideias de Lehmann (1988) para explicar o surgimento de alguns conectivos concessivos:

O uso constante desgasta o sentido ou o volume fonético destas partículas [conjunções]. O testemunho da evolução linguística nos ensina que as conjunções de pequeno volume fonético, salvo exceções, não persistiram. Tomem-se, como exemplo, as conjunções latinas *cum* e *et*.

⁷² Os padrões meso-construcionais serão explorados nas seções posteriores desta tese.

⁷³ Essa asserção não é totalmente livre de problemas. “Há evidências de que a alta recorrência de estruturas nem sempre pode ser correlacionada a estágios avançados de gramaticalização” (Lima-Hernandes, 2004, p. 192)

No tocante à *variabilidade paradigmática*, verificamos que há uma gama de conectivos concessivos disponíveis aos falantes em língua portuguesa. Em nosso *corpus*, por exemplo, somente entre os usos conectivos, sem contar as variações, são 10 diferentes formas (*mesmo, apesar de, embora, mesmo que, ainda que, quando, em que pese, não obstante, e, se bem que*). Isso aponta, também, para um baixo grau de gramaticalização dessas construções, afinal, um estágio avançado de gramaticalização é aferido a partir de um número mais restrito e cristalizado de conectivos.

Ainda com relação ao quadro de Lehmann (1988), ou seja, o quadro 17 (cf. p. 123), podemos afirmar que os conectivos concessivos possuem significativa *variabilidade sintagmática*. De fato, essa variabilidade, que se refere à liberdade de movimentação de um item, é constatada como característica central das hipotáticas⁷⁴ de uma forma geral, visto que podem ser antepostas, pospostas ou intercaladas. Além disso, muitos conectivos concessivos ainda permitem intensificação ou outros mecanismos de ênfase, como nos casos em que ocorre *muito embora* ou *mesmo ainda que*, bem como nas construções justapostas (*por mais... que, por menos... que, por muito... que, por pouco... que*).

De fato, em algumas ocorrências de nosso *corpus*, verificamos que a partícula *embora* é intensificada pelo advérbio *muito*:

(27) **O SR. DICA** – Sr. Presidente, obrigado pela gentileza. Sr. Presidente, primeiro, quero me desculpar por estar adentrando ao plenário e não ter tido a oportunidade de votar, *muito embora* não se justifique, pois eu deveria estar votando. – 03/09/2009

(28) Eu, que faço parte da base aliada, *muito embora* o meu acordo seja com a população e não com o Governador do Estado, não comungo e não apóio o decreto que foi apresentado na última hora, sem que o Governador tenha refletido. – 03/09/2009

As construções com *muito embora* são analisadas por Gouvêa (2002, p. 133-134). Para a autora, a presença do advérbio *muito* junto do termo *embora* denota intensificação, tal como pode ser observado em (27) e (28). Essa intensificação do conectivo *embora* é possível devido ao seu caráter adverbial de origem, já que os conectivos, de uma forma geral, não podem ser

⁷⁴ Definimos **hipotaxe** como o processo de estruturação de cláusulas em que há dependência, mas não encaixamento entre elas. É um estágio intermediário entre a subordinação e a parataxe (cf. Hopper; Traugott, 1993).

modificados por intensificadores. Em outras palavras, as enunciações desse operador, hoje, guardam marcas dos usos de onde ele provém e comprovam que seu processo de gramaticalização ainda se encontra em curso, visto que não se configurou ainda como uma conjunção *stricto sensu*.

Ainda com relação à variabilidade sintagmática, atestamos em nossos dados, além da intensificação do conectivo *embora* e das múltiplas formas de *mesmo*, analisadas em seção anterior, alguns casos que merecem destaque.

(29) Acho que essa é uma questão que tem que se corrigir. A Petrobras teve um lucro de R\$ 33 bilhões e, **[apesar também de]** o barril ter despencado de US\$ 140 para US\$ 37], a Petrobras não reduziu o preço do combustível. – 19/03/2009

(30) Obrigado, Deputado Luiz Paulo, o assunto de V. Exa. é tão pertinente e, às vezes, a gente fica atentado a pedir a questão de ordem, **[apesar]** muitas vezes prejudicar o rumo do raciocínio de V. Exa., que é o dono da palavra nesse momento]. Mas me perdoe a ousadia. – 03/09/2009

(31) Registro ainda o nosso reconhecimento à comunidade escolar, especialmente à direção das seguintes escolas estaduais: em Sumidouro, o Ciep Brilozão 998, São José, que, **[apesar]** todas as dificuldades daquele município], teve média 50,96, acima da média nacional – 29/04/2009

No exemplo (29), verificamos a inclusão do elemento *também* no prototípico conectivo *apesar de*. Esse fato linguístico representa um importante indício de processo incipiente de gramaticalização. Afinal, fica comprovado que a cristalização do conectivo ainda não aconteceu completamente, o que impossibilitaria a inclusão de elementos intervenientes em sua constituição.

De acordo com Traugott (2007, p. 5-6) e Trousdale (2008a, p.7; 2008b, p. 7), essa produtividade atesta a extensão do padrão gramatical, no sentido de que comprova o grau de “abertura” (*degree of openness*) dessa construção em destaque e, portanto, de variação. Para diversos autores funcionalistas e variacionistas, a variação está no cerne do mecanismo responsável pela mudança seletiva e adaptativa da linguagem.

É por esse prisma que compreendemos também as ocorrências (30) e (31), que trazem a forma *apesar* (sem a preposição *de*). Encaramos esses dois exemplos como inovações na

língua, em franca tendência à erosão (Heine, 2003) ou redução de forma (Haiman, 1994). O princípio da economia maximizada (cf. Goldberg, 1995) fez com que essa forma sofresse uma redução, o que ilustra também a necessidade de uma maior expressividade para o termo. Entra, portanto, em variação com *apesar de*, forma mais antiga e já rotinizada na língua.

Bybee (2003, p. 616) explica de que forma a gramaticalização leva à redução fonológica. Segundo a autora, quando um item, em um mesmo discurso, é repetido duas vezes, na segunda vez, ele tenderá a ser menos explícito, já que será mais fácil acessá-lo. Se esse processo se efetiva muitas vezes, principalmente em situações familiares ou casuais, a mudança encontrará ambiente propício para ser levada a cabo.

O fenômeno da variação sintagmática não é tão idiossincrático quanto muitos pensam. São diversos os fatores apontados pelos autores para que esse fenômeno ocorra. Para Heine e Kuteva (2007, p. 346), como também para Croft (2007, p. 14.16), as causas são de ordem linguística, cognitiva, mas principalmente social.

Na língua, [...] o falante tem formas variantes linguísticas disponíveis para si, e escolhe uma em detrimento das outras com base em seu ambiente. Na língua, a interação ambiental mais importante é a relação social entre o falante e o ouvinte e o contexto social do evento discurso. Este é, naturalmente, o reino da sociolinguística [...]. A seleção apresenta-se sob o nome de propagação na mudança de linguagem. [...] A escolha de uma forma linguística por parte de um falante é um ato de identificação com a comunidade que a utiliza. Este é o principal mecanismo para a seleção (propagação) na mudança linguística: a propagação de variantes reflete a dinâmica da mudança social⁷⁵

(Croft, 2007, p.14.16).

Croft (2007) defende a seguinte hipótese forte: “a propagação de variantes reflete a dinâmica da mudança social”. Assim, a mudança linguística ocorre, após processos diversificados de variação, para dar conta de novas necessidades comunicativas oriundas da dinâmica social. Givón (2002, p. 20) defende essa mesma ideia ao afirmar que “as variantes sincrônicas de hoje são a reserva potencial das mudanças diacrônicas de amanhã”. Trata-se de uma nova maneira de recuperar algumas reflexões de Labov (1966), com uma diferença

⁷⁵ “In language [...] the speaker has variant linguistic forms available to her, and chooses one over others based on her environment. In language, the most important environmental interaction is the social relationship between speaker and hearer and the social context of the speech event. This is of course the realm of sociolinguistics [...]. Selection goes under the name of propagation in language change. [...] The choice of a linguistic form on the part of a speaker is an act of identification with the community that uses it. This is the chief mechanism for selection (propagation) in language change: the propagation of variants reflects the dynamics of social change.

importante: a variação, segundo o ponto de vista adotado no funcionalismo, não mais é vista como exceções ou violações de regras, tal como em outras correntes teóricas.

A variabilidade sintagmática também é verificada em outros conectivos analisados:

(32) Sr. Presidente, [em que pesem aqui as considerações do Deputado Luiz Paulo e também a preocupação elevada do Deputado Domingos Brazão], nós, com relação a este projeto, que no meu entender precisa ser mais bem debatido, mais bem discutido, inclusive do ponto de vista da sua constitucionalidade, porque já foi aqui objeto de uma extensa análise do Deputado Luiz Paulo, que fez, ao fim e ao cabo, seu voto pela constitucionalidade, mas levantando um conjunto de considerações a respeito da constitucionalidade do projeto, nós estamos acompanhando aqui a orientação da nossa assessoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, considerando que, para além de ferir uma prerrogativa aqui que o Deputado Luiz Paulo muito bem consubstanciou na sua análise, tendo, portanto, a possibilidade de ser questionado por vício de iniciativa, nós consideramos que também pelo fato de não fazer uma previsão com relação àquilo que deixará de ser recebido pelo Estado, ao isentar de multas e juros as empresas que têm esse débito com o Estado, também podemos correr o risco de ter um questionamento com relação a este projeto. – 20/05/2009

(33) O ponto é o seguinte, Presidente, para depois entrar no motivo do meu discurso: [em que pesem todas as boas intenções de todos os membros envolvidos no governo, do Poder Executivo], em relação à questão de transportes do Estado do Rio de Janeiro, o que ocorre é que fracassaram. – 14/04/2009

(34) Então, eu acho que falta ao Governo Sérgio Cabral uma visão mais ampliada nesta questão, porque hoje, de certa forma, o Governo é vítima do desmando na Educação que ocorreu há, dez, 15 - 15 eu acho que é exagero -, mas até 15 anos atrás. E o desmando que continua hoje, [embora em que pesem as melhores intenções do Governo de melhorar a política educacional do Estado, mas não está conseguindo na velocidade que deveria], ele só vai ser sentido fora do período do Governador Sérgio Cabral. – 26/03/2009

Nos exemplos (32), (33) e (34), constatamos a existência de um conectivo que ainda mantém a flexão de número. Trata-se de em que pese(m). Certamente, uma das características centrais dos conectivos plenamente gramaticalizados é sua não-variabilidade de forma. Afinal, a flexão de número é uma propriedade privativa dos nomes, verbos, artigos e alguns pronomes.

Essa flexibilidade de uso é explicada por Givón (1995, p. 13) como uma característica intrínseca das categorias linguísticas. É justamente essa flexibilidade que permite a gradualidade das mudanças. Assim, ao lado da rigidez – que é indispensável e

fisiologicamente processada pela mente – temos grande margem de flexibilidade, o que é reconhecido unanimemente pelos funcionalistas como um gatilho para a mudança.

No que se refere ao exemplo (34), além de notarmos a variabilidade flexional do conectivo *em que pese(m)*, notamos também sua coocorrência com outro conectivo concessivo (*embora*). Quanto a esse fenômeno, podemos aventar duas hipóteses não-excludentes para explicar sua ocorrência.

Em primeiro lugar, como se verá, o conectivo *em que pese*, dado o seu surgimento já bastante antigo na língua, poderia estar dando sinais de seu desgaste, o que demandaria um reforço por meio de outro conectivo “mais forte”, mas de igual natureza. A razão seria, nesse sentido, de ordem pragmática.

De acordo com Traugott (2008a, p. 3), somente os fatores sintáticos e semânticos não seriam suficientes para explicar a mudança linguística. Ocorre, em grande escala, uma exploração, por parte dos falantes, de implicaturas conversacionais⁷⁶, que convidam o leitor/ouvinte a inferir significados diversos.

No exemplo (34), a natureza persuasiva do discurso desencadeia a emergência desse sentido, visto que há uma verdadeira negociação de significados entre os interlocutores, que são os deputados estaduais. Essa interação *on-line* funciona como motor para a mudança, podendo chegar à rotinização.

Quando ocorre essa negociação de significados, também se cria muitas vezes um contexto de ambiguidade pragmática (cf. Traugott, 2008, p. 3), o que acarreta os chamados processos de subjetivização⁷⁷ e intersubjetivização, que estão a serviço de uma maior expressividade para o discurso. Esse fenômeno explicaria o fenômeno em foco (coocorrência de dois conectivos concessivos) como uma segunda hipótese.

De acordo com Cuenca e Hilferty (1999, p. 162-163), a mudança linguística pode ser atribuída a alguma implicação do emissor (atitudes, valores etc.) na forma linguística ou no enunciado, ou seja, o fenômeno da subjetivização faria com que expressões linguísticas se enriquecessem pragmaticamente.

A subjetivização se ativa por meio de processos de ordem metonímica. Surge na tensão entre a tendência do emissor de não dizer mais do que o necessário (princípio da

⁷⁶ **Implicatura conversacional** é um tipo de inferência que aponta para efeitos de sentido que vão além do que está dito literalmente. É um assunto estudado no campo da pragmática.

⁷⁷ De acordo com Traugott e Dasher (2002, p. 19), o conceito de subjetividade foi citado nos trabalhos de Bréal já em 1964. Portanto, não é algo totalmente novo na linguística de inspiração funcionalista.

economia) e a do receptor a selecionar a interpretação mais informativa do que se diz, a mais relevante.

Essa tensão entre necessidades comunicativas aparentemente opostas leva os falantes à intenção de serem cada vez mais específicos por meio da codificação gramatical. Esse processo, que não possui poucos pontos em comum com a hipótese da gramática emergente, conduz a um verdadeiro reforço de informatividade (cf. Cuenca; Hilferty, 1999, p. 169), baseado em um processo metonímico de caráter inferencial.

A subjetivização é definida como o desenvolvimento de uma expressão da crença, atitude ou ponto de vista do falante a respeito do que diz, identificável gramaticalmente (cf. Traugott, 2007, p. 354; 1995, p. 14; forthcoming, p. 3; 2009, p. 7). Trata-se da semanticização de significados baseados no falante, gradualmente abstratos, pragmáticos e interpessoais (Cacoullous; Schwenter, 2010, p. 1). Aliás, para Traugott e Dasher (2002, p. 7), a subjetivização é o principal mecanismo de mudança semântica de que se tem conhecimento.

Em se tratando de discursos políticos, a força da subjetivização atua ainda em maior medida, visto que há um forte apelo por graus cada vez maiores de expressividade. Essa necessidade discursiva pode funcionar como um verdadeiro motor para o aparecimento de formas como as que ilustramos em (34).

A subjetivização tem como base negociações em um chão comum (*common ground*), é de natureza profundamente dialógica, contestativa e refutativa. Constatamos, assim, a necessária identidade existente entre os conceitos de subjetividade e concessividade. Para Traugott (no prelo, p. 6), a concessividade é uma das expressões linguísticas da língua que naturalmente sempre veiculam algum grau de dialogicidade e, portanto, de subjetividade.

Aliás, para sermos mais precisos, no que tange à relação entre concessividade e expressividade, é mais acertado falarmos em intersubjetivização, que é justamente a utilização de recursos linguísticos para atuação sobre o interlocutor, com vistas à sua adesão ou anuência ao que é assertado. Nesse caso, desloca-se o foco apenas do locutor para ambos os interlocutores no discurso (cf. Oliveira, 2010, p. 33). Esse esquema subjaz à própria ideia de concessividade e é explicado com outras palavras por Zamprônio (1998, p. 14), segundo outro modelo teórico:

No modelo de Dik de interação verbal, enunciador e enunciatário estão de posse da informação pragmática. A intenção do enunciador, ao dizer algo, é causar alguma modificação na informação pragmática do enunciatário. Para atingir tal objetivo, ele

precisa elaborar um plano mental relativo à modificação desejada. É necessário que o enunciador formule sua intenção de forma a levar o enunciatário a desejar a modificação de sua própria informação pragmática do mesmo modo pretendido pelo enunciador. Assim, o enunciador tentará antecipar a interpretação que o enunciatário atribuirá à sua expressão linguística.

Como dissemos anteriormente, a ideia de concessão leva em conta o ponto de vista do outro, dentro de um certo limite. Segundo Gouvêa (2002, p. 8), “concede-se para que o interlocutor se sinta valorizado e, com isso, a aceitação dos argumentos contrários lhe seja menos penosa”. Mais uma vez, percebemos o quanto o caráter dialógico e intersubjetivo das construções concessivas está no cerne da própria estrutura argumentativa.

Ainda no tocante à variabilidade paradigmática, constatamos a seguinte ocorrência:

(35) Mas, [nada obstante tais dificuldades], não deixamos de conceder muitos incentivos aos servidores, seja através de materiais específicos para suas atividades, seja através de aumentos salariais, como aqueles deferidos aos profissionais da Segurança e da Educação.
– 02/02/2009

No exemplo (35), um dos deputados da ALERJ utilizou o conectivo nada obstante em clara alusão a não obstante. É possível que o deputado tenha utilizado essa variante do conectivo por conta do uso da partícula negativa não, que está localizada logo após o segmento concessivo. Seria uma forma de conferir uma maior coesão ao texto. Dessa forma, a partícula não foi substituída por nada, justamente pelo compartilhamento da carga semântica de negação.

O uso de nada obstante por não obstante explica-se também pelo fenômeno da *analogia*, já amplamente estudado no campo do funcionalismo de vertente norte-americana. A analogia faz com que haja ajustes formais assimiladores, e produz o que chamamos de extensão ou expansão de formas. De fato, a disponibilidade de um padrão como modelo para a formação analógica de exemplares novos desse padrão pode fornecer uma explicação mais concreta para a generalidade sem recorrer a abstrações.

Segundo Hopper e Traugott (1993, p. 56), a analogia opera no eixo paradigmático, alterando a superfície das colocações, e tem como objetivo tornar maior um domínio relativamente limitado. De fato, com a analogia, as possibilidades de uso linguístico

expandem-se, já que itens semanticamente semelhantes agrupam-se em torno de um exemplar altamente frequente. Assim, o membro mais frequente (no caso, *não* obstante) serve como elemento central da categoria e as novas expressões (no caso, *nada* obstante) tendem a ser formadas por analogia com o membro mais prototípico ou frequente. Cria-se, portanto, o que chamamos *semelhança de família*, *cadeias de analogia*, ou, em termos construcionais, *relações de herança* (cf. Bybee, 2010).

Traugott (2008a, p. 21; 2004, p. 5), calcada nos ensinamentos de Meillet (1912), lembra que a analogia nem sempre pode ser equiparada ao fenômeno da gramaticalização⁷⁸. Afinal, a função da analogia pode restringir-se à renovação de detalhes formais, deixando a estrutura do sistema intacto, o que não se vê no processo de reanálise.

Dessa forma, ainda é cedo para determinarmos se o caso de *nada obstante* é um caso de gramaticalização ou não, justamente porque ainda não temos elementos para aferir se esse é um uso idiossincrático ou sistemático na língua. Nesse caso, a ampliação do *corpus* de pesquisa e o fator tempo seriam as ferramentas para a obtenção dessa resposta.

Dando prosseguimento aos princípios e fatores de gramaticalização, após a exposição de Lehmann (1988), podemos citar Heine (2003, p. 579), que também propõe quatro mecanismos interrelacionados responsáveis por apontar a gramaticalização de construções. Vejamos:

- a) **dessemantização** (ou desbotamento) – perda de conteúdo semântico;
- b) **extensão** (ou generalização contextual) – uso em novos contextos;
- c) **decategorização** – perda de propriedades morfossintáticas, incluindo a perda de *status* de palavra independente (cliticização, afixação);
- d) **erosão** (ou redução fonética), que é a perda que substância fonética.

Podemos afirmar que os itens que veiculam a noção de concessividade, via de regra, passam por um expressivo processo de abstratização, denominado por Heine (2003) como *dessemantização* ou *desbotamento*⁷⁹. Da mesma forma, antigos advérbios e palavras pertencentes a outras classes são recrutadas para exercerem funções próximas à de conjunção. Isso caracteriza o processo de *decategorização*.

⁷⁸ Heine (2003, p. 593) lembra que essa posição nem sempre é pacífica. Há autores que equiparam a analogia ao fenômeno de gramaticalização, e há outros que defendem a diferença entre ambos, como fenômenos distintos. O autor busca uma posição conciliadora, ao dizer que “ambas estão corretas”, visto que a analogia é um fenômeno complexo, que pode estar associado a diversos outros fenômenos linguísticos.

⁷⁹ Mais adiante, faremos algumas observações quanto ao termo *desbotamento*, utilizado por Heine (2003).

A *variabilidade paradigmática* abordada por Lehmann (1988) pode ser associada ao parâmetro da *extensão* (cf. Heine, 2003, p. 579), já que ambas as propriedades relacionam-se com o uso de uma mesma partícula em novos contextos. É o que acontece com os itens que formam alguns conectivos concessivos: *embora* (em + *boa* + *hora*), *se bem que* (*se* + *bem* + *que*), *ainda que* (*ainda* + *que*) etc.

No estágio atual da língua, na constituição dos conectivos concessivos, tanto podemos constatar a existência de formas mais antigas quanto mais gramaticalizadas. Vejamos:

(36) Sra. Presidente, **em muito boa hora** temos aqui o Deputado Paulo Melo apresentando modificação de uma lei resultante de um projeto de sua autoria. A *lan house* hoje cumpre um papel fundamental na inclusão digital. Hoje, em nosso estado, quase em cada esquina, temos muitas *lan houses*. Então, diminuir esse distanciamento de 1 km para 200 metros é muito saudável. Veio **em boa hora**. – 03/02/2009

(37) Queremos nos solidarizar com todos os familiares e também externar o nosso **pesar** pelo desaparecimento da neta do Desembargador Enéas Cotta, que também se encontrava naquele voo, a toda família Cotta, ao Enéas Filho; à Dra. Renata, Promotora de Justiça do nosso Estado; ao Prefeito Eduardo Paes, que perdeu seu chefe de gabinete. – 02/06/2009

Em (36), o uso de *em boa hora*, tanto intensificado quanto em sua forma simples, atesta a produtividade da expressão sintagmática que outrora deu origem ao conectivo concessivo *embora*. Da mesma forma, em (37), o uso da palavra *pesar* também deixa transparecer a origem do elemento que originou tanto *apesar de* quanto *em que pese*. Essa constatação comprova um dos mais clássicos princípios funcionalistas, ou seja, o de que os termos que propiciaram a mudança não necessariamente desaparecem; ao contrário, podem conviver em *camadas*⁸⁰ por diversas gerações.

Hopper (1991) também investigou os estágios de gramaticalização, mas focalizou principalmente os mais incipientes. Após vários estudos, o autor propôs cinco princípios que sedimentam a emergência de formas gramaticais. Vale a pena ressaltar que os seus princípios ainda hoje influenciam grande parte das pesquisas funcionalistas. São eles (cf. Heine, 2003, p. 589):

⁸⁰ O conceito de *camadas*, já utilizado em nossa tese, será explorado em seguida, nos termos de Hopper (1991).

- a) **Estratificação** ou **camadas**. Quando novas camadas emergem dentro de um domínio funcional, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem permanecer coexistindo e interagindo com aquelas mais novas, que serão sutilmente diferenciadas. Por exemplo, no português coexistem as formas *nós* e *a gente*, *faremos* e *vamos fazer*, *ganho* e *ganhado* etc.
- b) **Divergência**. Esse princípio refere-se ao fato de que, quando algumas entidades sofrem gramaticalização, o resultado é que surgem novos pares ou múltiplas formas tendo a mesma etimologia, mas funcionalidade diversa, ou seja, a forma que sofreu o processo de gramaticalização continua a existir com a forma original. Por exemplo, no português, coexistem as formas *hei de fazer* e *farei*. Em francês, coexistem o *pas* como item lexical e o *pas* como partícula negativa.
- c) **Especialização** ou **generificação**. Ocorre quando as novas formas assumem um significado mais geral. É uma redução de variantes ou estreitamento de possibilidades combinatórias. Por exemplo, no francês, a negativa padrão é feita com *ne* + *verbo* + *pas*, contudo, na língua oral, desapareceu o primeiro item (*ne*), cabendo ao último marcar a negação.
- d) **Persistência**. Quando um significado gramatical B desenvolve-se, não há necessariamente a perda do significado A; ao contrário, B pode refletir o significado de A. É uma tendência à manutenção de traços lexicais antigos em formas gramaticalizadas, o que conduz à polissemia. Por exemplo, em português, o adjetivo *meio/meia*, do português, na passagem para a categoria de advérbio, na linguagem popular, manteve a flexão de gênero feminino (Ela está *meia* cansada).
- e) **Descategorização**. Perda de propriedades morfossintáticas, incluindo a perda do *status* de palavra independente. A descategorização confere menor autonomia aos itens/estruturas da língua. Para entendermos melhor esse princípio, vejamos a proposta de classificação das categorias funcionais⁸¹ a seguir:

⁸¹ Partimos sempre do princípio de que as categorias são prototípicas, não-discretas, graduais.

Quadro 18 – Categorias básicas, intermediárias e secundárias

Categorias básicas ou lexicais	Categorias intermediárias	Categorias secundárias ou gramaticais
Nome substantivo Verbo	Nome adjetivo Numeral Advérbio Pronome	Preposição Conjunção Artigo

O princípio da divergência prevê a existência de múltiplas formas tendo a mesma etimologia, mas funcionalidade diversa, ou seja, a forma que sofreu o processo de gramaticalização continua a existir com a forma original. Dessa forma, podemos apontar a partícula *embora* como um item da língua afetado por esse princípio. Afinal, ao lado de um valor semântico que denota a ideia de retirada (*ir embora*), constatamos o conectivo que denota concessividade, como já vimos anteriormente.

Dentro da noção de concessividade, a competição de formas como *apesar de* e *apesar de que* também ilustra o princípio da divergência, conhecido também como *estratificação*. Afinal, cada um é utilizado em um registro diferente (cf. Neves, 2006, p. 262), da mesma forma como ocorre com as partículas *por causa de* e *por causa de que*.

O princípio da descategorização foi muito marcante no surgimento de conectivos concessivos. Afinal, a língua recrutou palavras de inúmeras outras classes para que fosse formada boa parte dos conectivos concessivos⁸². Assim, o conectivo *apesar de* apresenta em seu interior uma palavra de base nominal (*pesar*), a partir da qual é construído o conectivo concessivo. O quadro a seguir, identifica alguns conectivos causais, condicionais e concessivos com suas respectivas bases morfossintáticas (cf. Neves, 2006, p. 259):

⁸² Conforme Bechara (1954, p. 23), “a maioria das novas conjunções românicas surgiu principalmente pela união de advérbios e conjunções + que e por perífrases nominais”.

Quadro 19 – Conectivos causais, condicionais e concessivos

	Base participial	Base preposicional	Base adverbial
causais	visto que dado que	desde que por isso que por causa que	já que uma vez que
condicionais	dado que	desde que sem que a menos que a não ser que contanto que	uma vez que
concessivas	dado que posto que	por mais que por muito que por menos que contanto que	ainda que mesmo que

Se fôssemos analisar todos os conectivos da língua portuguesa, teríamos processos ainda mais icônicos de formação de itens. Afinal, o conectivo *por causa de (que)*, por exemplo, espelha com vivacidade sua origem de base nominal, cujo centro indica de forma transparente o matiz que veicula, ou seja, a noção de causalidade. Esse deslocamento de SPrep para locução conjuntiva constitui um processo ainda incipiente de gramaticalização, que podemos atrelar ao princípio da *extensão* (cf. Heine, 2003) ou *reanálise* (cf. Haiman, 1994).

No caso desse conectivo, há progressiva perda de transparência semântico-pragmática e consequente ganho de características morfossintáticas, atrelados a um progressivo esmaecimento da significação intrínseca do item, mas não total apagamento, ou seja, ainda atua o princípio da *persistência* (cf. Hopper, 1991).

O princípio da reanálise, como se verá, explica em grande parte a formação de expressões justapostas de valor concessivo, cujo objetivo é amalgamar a noção de concessividade a outras noções semânticas adjacentes.

Barreto (1999), como já afirmamos anteriormente, encetou uma longa pesquisa com vistas à descrição das conjunções da língua portuguesa. No tocante às concessivas, a autora elaborou o seguinte quadro, que atesta o aparecimento e o possível desuso desses conectivos:

Quadro 20 – Origem histórica dos conectivos concessivos

Concessivas	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XX
ainda que						
apesar de que						
com quanto → conquanto						
como quer que						
dado que						
embora que → embora						
ergo se						
macar que						
mercee que						
mesmo que						
pero ~ empero ~ pero que ~ empero que						
por mais que						
posto que						
que						
se bem que						
suposto que						
sol que						

A partir deste momento de nossa tese, abordaremos, de forma detida, a gramaticalização dos 10 conectivos encontrados em nosso *corpus* (*mesmo*, *apesar de*, *embora*, *mesmo que*, *ainda que*, *quando*, *em que pese*, *não obstante*, *e*, *se bem que*), que perpassam a noção de concessividade⁸³. Esses conectivos estão distribuídos no quadro 21 e logo em seguida serão explorados um a um:

⁸³ Vale lembrar que muitos conectivos apresentam a propriedade de pertencerem a mais de uma classe; aliás, isso foi atestado desde antes da elaboração da NBG (cf. Lima, 1937, p. 225) e a mesma ideia também é defendida pelos autores da Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais e Comportamentais [19--, p. 165]. Em alguns casos, mesmo não sendo a concessão um valor central do conectivo, achamos por bem, mesmo assim, focalizá-lo.

Quadro 21 – Conectivos concessivos e suas bases

Herdados diretamente do latim e delas derivadas	De base adverbial	De base verbal	Provenientes de um SP
<i>quando</i> <i>e</i>	<i>ainda que</i> <i>mesmo que</i> <i>mesmo</i> <i>se bem que</i>	<i>apesar de</i> <i>em que pese</i> <i>não obstante</i>	<i>embora</i>

Os conectivos apresentados no quadro 21 serão explorados logo a seguir, em ordem alfabética.

- Conectivo *ainda que*

A etimologia de *ainda que* é discutível. De acordo com Longhin-Thomazi (2004, p. 222), entre as explicações mais plausíveis está aquela que o considera “produto de combinação de vocábulos latinos: *ad* + *inde* > *ainde* > *ainda*, em que *inde* sinalizava um ponto de partida no espaço (‘de lá’, ‘daquele lugar’) e também no tempo (‘a partir daí’, ‘a partir desse momento’).”

Longhin-Thomazi (2004) acrescenta que há indícios de que o advérbio espaço-temporal latino *inde* tenha seguido duas trajetórias distintas de mudança. Da acepção temporal, que até hoje não foi explicada satisfatoriamente, resultou o advérbio temporal *ainda*, enquanto da acepção espacial resultou *ende*, que, segundo alguns autores, era um dêitico anafórico de lugar “daí”, “daqui”.

Barreto (1999, p. 327)⁸⁴ apresenta opinião divergente:

A etimologia desse advérbio é bastante discutida. Segundo Corominas (1991: s.v. **ainda**) **ainda** é de origem pré-romana, afim à conjunção **indi** ou **inda** que, com o valor semântico de **y**, é freqüente nas inscrições da época imperial, encontradas no

⁸⁴ Barreto (1999, p. 327) acrescenta que ainda há outras propostas que tentam descrever a origem histórica de *ainda*: “Nascentes (1955: s.v. **ainda**) admite as etimologias **inde** + **ad** ou **ab** + **inde** + **ad** e cita a opinião de Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis, a respeito do assunto. Para Leite de Vasconcelos, **ainda** provém da junção de **hinc** + **de** + **ad** precedida de **ad** e não de **ab**. Para Carolina Michaëlis, o advérbio português é proveniente de **ad** + **inde** com a vogal final **a** por analogia a **fora**, **mentra**, **contra**, etc.”

Oriente e Ocidente da Península. Para o autor, é provável que **ainda** seja uma variante de **inde** ou **inda** que, significando, inicialmente, ‘todavia’, ‘também’, tenha passado a funcionar com valor copulativo. A forma primitiva, em português, seria **endagora**, a qual se emprega ainda hoje nas Astúrias ocidentais. De **endagora**, ter-se-ia **aendagora** > **aindagora**, forma que, posteriormente, se desmembrou. O étimo seria, pois, **ende a agora** ‘desde ali até agora’.

Segundo Barreto (1999, p. 328-330), o advérbio português **ainda** gramaticalizou-se através dos seguintes processos:

1. *recategorização*:

prep.	+	adv.	>	advérbio
↓		↓		↓
ad	+	inde	>	ainda

ou

prep.	+	adv.	+	prep.	+	prep.	>	advérbio
↓		↓		↓		↓		↓
ad	+	hinc	+	de	+	ad	>	ainda

ou

adv.	+	prep.	+	advérbio	>	advérbio
↓						↓
ende	+	a	+	agora	>	ainda

2. *morfologização* - aglutinação das formas componentes;

3. *sintaticização* - reinterpretação do item como advérbio;

4. *semanticização* - passagem de um conteúdo semântico [+ concreto] a um conteúdo semântico [- concreto], processo já iniciado no latim, segundo a trajetória proposta por Heine et al. (1991):

ainda espacial		> ainda temporal		> ainda inclusivo		> ainda exclusivo		> ainda concessivo	
↓	↓		↓		↓		↓		↓
'daquele lugar'		> 'até agora'		> também		> ao menos		> mesmo assim	
		'algum dia'							
		'no momento'							

Em dados do século XIII, Longhin-Thomazi (2004, p. 224) encontrou um único caso de *aynda* com valor concessivo, já que pode ser parafraseado por *mesmo* ou *até mesmo*. A autora afirma que a baixa frequência de uso desse conectivo pode ser explicada pelo fato de o português arcaico dispor de outros recursos para marcar concessão como, por exemplo, as perífrases *marcar que*, *non embargando que*, *não embargante que*, *em que*, *como que*, *como quer que* e *pero que*.

Longhin-Thomazi (2004, p. 224) encontra a perífrase *ainda que* somente no século XIV. Trata-se de uma construção “em que a partícula *que* e o modo subjuntivo são índices suficientes para garantir a leitura de concessão, mesmo que *ainda* estivesse ausente”.

Said Ali (1964, p. 222) explica a origem histórica das partículas concessivas *ainda que* e *ainda quando*. Segundo o autor:

As partículas *que* e *quando* de per si bastam para denotar concessão, uma vez que o verbo esteja no modo conjuntivo. Segundo esta primeira fase estão redigidos os exemplos: *eu por huma parte hey dó deste coitado, que não seja mais que pelo pão que lhe como* (Antônio Ferreira, Bristo 2, 396); e *quando de seu cuidado e trabalho colham algum fruto, esse quando menos ficará onde nasceo* (Vieira, Serm.S., 356). Na segunda fase, insere-se na oração principal enfaticamente o advérbio *ainda*. Deste tipo é: *E quando a fortuna tanto mal me fizesse, ainda prestarei pêra chocarreiro de hum príncipe, que he o melhor officio que se agora usa* (Antônio Ferreira). Exemplo da última fase, em que o advérbio se transfere para a oração subordinada: *Toda a vida de Xavier era huma perpetua oração e contemplação ainda quando parecia mais divertida* (Vieira, Serm.8, 320).

De acordo com Barreto (1999, p. 330), a passagem de um advérbio a uma locução conjuntiva, como explica Said Ali (1964), “é um fenômeno frequente na história das conjunções e resulta de uma reanálise, isto é, de um processo de reinterpretação em que o advérbio é deslocado de uma sentença para outra, no período”.

Pode-se admitir, pois, que o advérbio *ainda*, com valor semântico temporal, em posição final numa sentença, seguida de outra cláusula, iniciada pela conjunção *que* concessiva, por um processo metonímico, tenha assimilado o valor semântico concessivo e, juntando-se à conjunção, tenha passado a constituir uma outra conjunção, também de valor concessivo (*ainda que*).

Longhin-Thomazi (2004, p. 225) sintetiza a trajetória histórica do item em destaque da seguinte forma: as mudanças experimentadas pelo item *ainda* seguiram uma pragmatização crescente de significado, em que se constatarem os empregos de advérbio temporal, articulador textual, intensificador e conjunção concessiva. Em seu uso temporal, provável herança da fonte latina, *ainda* sinaliza duas circunstâncias de tempo: continuidade e futuro. Enquanto operador de inclusão e intensificador, *ainda* ajuda a construir o discurso, estabelecendo relações de sentido, ligando partes do texto ou ainda enfatizando porções do conteúdo. Já o terceiro uso argumentativo, aquele da perífrase concessiva *ainda que*, representa uma etapa de intersubjetivização, pois o sentido de concessão se sustenta numa relação dialógica, que envolve um jogo de avaliações de expectativas entre, no mínimo, dois participantes.

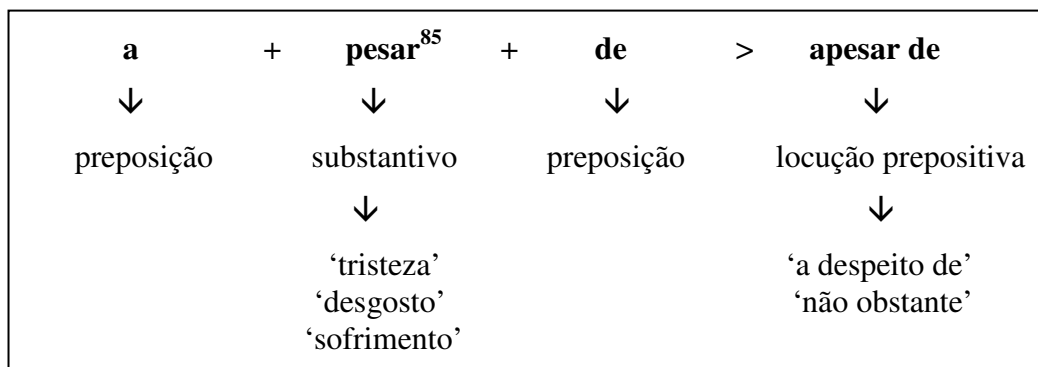
No português contemporâneo, *ainda que*, assim como quase todas as outras concessivas, é empregado com verbos no subjuntivo (cf. Barreto, 1999, p. 333).

- Conectivo *apesar de (que)*

É muito provável que esse conectivo concessivo só tenha surgido no século XX. Barreto (1999, p. 363) traça um estudo quanto ao surgimento do conectivo *apesar de que*:

Constituída da aglutinação da preposição **a** associada ao substantivo **pesar** (do verbo latino **pensare**, ‘pesar’, ‘apreciar’, ‘avaliar’) e à preposição **de**, a locução prepositiva **apesar de**, de valor concessivo, não documentada no *corpus* do português arcaico ou moderno, começa a ocorrer, nos textos portugueses do séc. XX, significando ‘a despeito de’, ‘não obstante’. (Michäelis (org.) 1997 s.v. **pesar**). Seguida da conjunção **que**, constitui a conjunção **apesar de que**, também de valor concessivo, que é empregada, com frequência, na língua falada do Brasil, apresentando, nos dados analisados, em Porto Alegre, a variante **apesar que**.

No processo de gramaticalização da locução prepositiva, parece ter havido o fenômeno da recategorização:



Barreto (1999, p. 364) aventa possibilidades para explicação do deslizamento semântico sofrido pelo nome *pesar*, presente nesse conectivo:

A mudança de conteúdo semântico que se processou com o substantivo **pesar** que, do valor semântico ‘desgosto’, ‘tristeza’, ‘sentimento’, passou a expressar, na locução prepositiva, uma ideia de concessão, parece ter sido determinada: 1) por um processo metafórico, motivado pelo sentido original do substantivo **pesar**, um sentido de adversidade, contrário ao que um ser humano normalmente deseja em cada situação da sua vida; 2) por um processo metonímico, o emprego da locução **apesar de**, inicialmente, em sentenças negativas ou em sentenças precedidas por sentenças negativas.

Quanto à passagem da locução prepositiva ao item conjuncional *apesar de que* em sentenças negativas ou em sentenças precedidas por sentenças negativas, é provável que tenha ocorrido por analogia com outras conjunções concessivas, portadoras do *que* como elemento final da sua estrutura (*ainda que, se bem que, mesmo que* etc.), uma vez que *apesar de* não pode ocupar a posição final de uma sentença, em posição contígua a uma conjunção *que*, concessiva (cf. Barreto, 1999, p. 364).

⁸⁵ Segundo Bechara (1954, p. 51-52) “[...] o termo *pesar* significava ‘causar mágoa, tristeza ou aflição a um ente dotado de sensibilidade. Tal conceito, amortecido e reduzido ao mero conceito de contrariedade, permitiu usar *a pesar de* junto de nomes que exprimem coisas insensíveis. [...] Com o tempo, o conceito espiritual passou a denotar simples obstáculo. Com tais alterações semânticas, pôde a expressão ocorrer nos pensamentos concessivos”.

- Conectivo *e*

É sabido que a conjunção *e* veicula prototipicamente a ideia de adição. Por outro lado, os usos linguísticos comprovam que essa partícula tem servido a outros propósitos na língua portuguesa, que não somente o de veicular a ideia de cópula ou adição.

De acordo com Barreto (1999, p. 184-185),

A conjunção aditiva **e** provém da conjunção latina **et** que tem origem no advérbio **et**, proveniente do advérbio **e↓ti**, ‘além de’, do indo-europeu. No latim arcaico, **et**, como advérbio, substituíra **etiam** ‘também’; posteriormente, passou a ser empregado, ainda no latim, para indicar uma cópula, isto é, uma junção de elementos. Com esse sentido, transformou-se em conjunção **e**, como tal, passou ao português e às demais línguas românicas

Ainda segundo a autora, na constituição da conjunção latina **et**, houve inicialmente, ainda no latim, uma recategorização: a passagem de um advérbio a conjunção. A conjunção **et** passou para o português com a forma **e**, conservando o mesmo sentido copulativo que já possuía no latim.

A conjunção **e** é o conectivo coordenativo por excelência, o mais usado nos textos em língua portuguesa, desde o período arcaico até hoje, e tem um papel importante na caracterização da arquitetura do texto.

O significado concessivo que emerge do conectivo *e* pode ser explicado por meio de implicaturas. Um dos valores secundários (no caso, o de concessividade) pode derivar do significado básico do elemento *e* e ser fixado, ou seja, convencionalizado.

Parte-se, pois, de um significado único, que contextualmente ativa um ou mais significados secundários por implicatura. Produz-se, em geral, um estado de ambiguidade pragmática, em que tanto o significado prototípico aditivo quanto o significado concessivo são acessados. Nesse ponto, o contexto comunicativo será o responsável por qual faceta do significado será a mais proeminente em cada caso. (cf. Cuenca; Hilferty, 1999, p. 170). O novo significado concessivo poderá convencionalizar-se, substituindo o anterior – o que consideramos pouco provável no caso do *e* – ou poderá conviver com o significado anterior, criando um caso de polissemia conjuncional.

Esse caso de polissemia conjuncional pode ser analisado no âmbito da teoria dos protótipos, em uma perspectiva de análise que considera as categorias como tendo elementos

difusos. Em termos práticos, a carga de concessividade do *e* não é a noção mais “forte”, contudo, tomando emprestada a noção de gradiente, pode-se dizer que está presente subsidiariamente, anexa à de adição, que é a que sobressai.

- Conectivo *em que pese*

Curiosamente, Barreto (1999), apesar de ter desenvolvido ampla pesquisa histórica com os conectivos de língua portuguesa, não registrou em seu *corpus* a existência do conectivo *em que pese*. Nas demais obras pesquisadas que serviram de base para nossa tese, também não foi registrada a origem histórica desse conectivo.

Por outro lado, seu processo de constituição pode ser depreendido a partir da existência do verbo *pesar*, que é a mesma base do conectivo *apesar de (que)*, anteriormente analisado.

Como já observamos, o nome *pesar* denota as noções de tristeza, desgosto, sofrimento. A carga semântica desse termo parece permanecer na constituição do conectivo *em que pese*, no sentido de essa expressão ser utilizada justamente para introduzir algo que contraria ou contrasta com outra informação expressa no texto. Para sermos mais precisos, poderíamos afirmar que ocorreu um processo de semanticização, em que as noções de tristeza ou desgosto [+ concreto] passaram a denotar contra-expectativa ou oposição de ideias [+ abstrato]. Para ilustrar o que afirmamos, vejamos o exemplo seguinte:

(38) O tão divulgado Arco Metropolitano não deslancha [*em que pese* aqui todas as intenções e a competência do Vice-Governador Pezão]. – 10/03/2009

No exemplo (38), o foco do discurso são as obras do Arco Metropolitano. Segundo o orador, essa é uma obra que não deslancha, ou seja, não se concretiza efetivamente. As intenções e competência do vice-governador Pezão, segundo o ponto de vista do deputado que discursa, seriam razões suficientes para a obra ser concluída. O problema é que, mesmo existindo essas características, ainda assim, as obras não acontecem. Fica clara, portanto, a noção explícita de concessividade, baseada no contraste ou oposição de ideias.

Mesmo com o “peso” das intenções e competência do governador, o Arco Metropolitano não é concretizado para o bem da população. Constatamos, portanto, que houve um processo de sintaticização, com reanálise ou reinterpretação do material que constitui a expressão conectiva *em que pese*.

- Conectivo *embora*

O advérbio e a conjunção *embora* provêm da expressão *in bona hora* > *em boa hora*, usada na época medieval, e oposta a *em má hora*. Esses usos estavam ligados, segundo Said Ali (1966, p. 189), à crença de que as ações humanas eram bem ou mal sucedidas, dependendo do momento em que eram realizadas.

Segundo o supracitado autor, a necessidade de desabafar o mal-querer fez com que a expressão *em hora má*, na boca do povo, se tornasse frequente e viesse a aglutinar-se em um só vocábulo: *eramá*, *ieramá*, *aramá*, e até mesmo na forma *amará*, atestada em Gil Vicente. Essas formas, entretanto, desapareceram do uso. Talvez, por terem sido formas mais empregadas na linguagem coloquial e popular não foram encontradas nos documentos do período arcaico ou moderno da língua, consultados por Barreto (1999).

Quanto à expressão *em boa hora*, o uso fundiu-a, também como explica Said Ali (1966), no advérbio *embora*, que foi adotado pela língua escrita.

Barreto acrescenta (1999, p. 426) que

embora era [...] empregado em orações optativas e outras para indicar uma possibilidade para a realização do fato, ou melhor, indicar a não-oposição do indivíduo ao cumprimento do fato [...] Desse emprego, por um processo metonímico, procedeu, possivelmente, o emprego da forma como conjunção concessiva. Houve uma reanálise, uma nova interpretação do período e distribuição dos seus termos.

Segundo Guimarães (1987, p. 190), *embora* com o sentido de *em boa hora*, isto é, como advérbio, deixou de ser empregado, tornando-se conjunção concessiva, na passagem do

séc. XVII para o séc. XVIII⁸⁶. Hoje, o advérbio *embora* forma uma expressão fixa com o verbo *mandar*, significando ‘mandar sair’ ou ‘ser despedido’. É ainda empregado com o verbo *ir* ou *vir*, significando afastamento, o que demonstra o esvaziamento de sentido, verificado com a aglutinação de *em boa hora* em *embora*.

Guimarães (1987, p. 171) propõe os seguintes estágios para a mudança:

- 1) *em boa hora* ~ *embora* usados para desejar bom augúrio - até séc. XVI;
- 2) *embora* usado para desejar bom augúrio, conceder a possibilidade, ou indicar a não oposição - sécs. XVI e XVII;
- 3) *embora* usado como advérbio com os verbos *ir*, *vir*, *mandar* - séc. XVIII;
- 4) *embora* empregado como conjunção concessiva - séc. XVIII.

No processo de gramaticalização da expressão *em boa hora*, até chegar à conjunção *embora*, observam-se os seguintes processos (cf. Barreto, 1999, p. 426-427):

- 1) *morfologização* - aglutinação de *em boa hora* em *embora*;
- 2) *recategorização* - passagem de um sintagma nominal a advérbio, sem alteração semântica;
- 3) *sintaticização* - emprego com os verbos *ir*, *vir* e *mandar* denotando afastamento;
- 4) *nova recategorização*: passagem do advérbio a conjunção;
- 5) *nova sintaticização*: reinterpretação do item na sentença;
- 6) *semanticização*: alteração semântica, passagem de um conteúdo semântico [+concreto] ‘em boa hora’, para um conteúdo semântico [-concreto], o que expressa a relação de concessão.

De acordo com Barreto (1999, p. 427), na língua falada do Brasil, ocorre a forma *embora que*, sendo, entretanto *embora* a forma mais empregada. Pode-se supor que, uma vez transformada em advérbio, a forma *embora* tenha sido associada à conjunção *que*, como ocorreu com tantas outras conjunções portuguesas, constituídas de advérbio + conjunção: *logo que*, *ainda que*, *assim que* etc. e que, mais tarde, tenha havido a redução da forma, com a eliminação do *que*, fato que também ocorreu com alguns itens conjuncionais do português: (*enquanto que* > *enquanto* / *caso que* > *caso*). A forma encontrada na língua falada representaria, assim, a conservação de uma forma anterior.

⁸⁶ Bechara (1954, p. 57) também assevera o mesmo: “*Embora*, com função conjuntiva, é novidade dos séculos XVII e XVIII”.

Como conjunção, na língua escrita ou falada, *embora* é uma das concessivas mais empregadas, tendo superado o emprego de *ainda que*, o item conjuncional concessivo mais usado no português arcaico, como demonstram os dados analisados no *corpus* da pesquisa de Barreto (1999). Percebe-se, claramente, a passagem de um sentido mais concreto para o menos concreto, numa escala de abstratização crescente.

Por fim, acrescentamos que há diversos autores de língua espanhola que reconhecem haver uma progressiva mudança semântica com relação à conjunção *embora* (*aunque*). Para eles, essa conjunção, originariamente concessiva, teria adquirido ao longo do tempo um valor adversativo, principalmente pelo fato de haver entre esses matizes (adversatividade e concessividade) inúmeros pontos de contato, como vimos anteriormente.

- Conectivo *mesmo* (*que*):

De acordo com Barreto (1999), na qualidade de adjetivo, pronome e advérbio, ‘exatamente igual’, ‘da mesma forma’, ‘idêntico’, ‘semelhante’, a forma *mesmo* tem origem na forma hipotética do latim falado **metipsimus*, superlativo de *metipse*, resultante da combinação da partícula *met* com o demonstrativo *ipse*. Ocorre na língua portuguesa desde o séc. XIII.

O advérbio *mesmo* seguido da conjunção *que* de valor semântico concessivo, perdeu o seu conteúdo semântico, assimilou, por metonímia, o conteúdo semântico da conjunção *que* e passou a formar, com ela, um único item conjuncional de valor semântico concessivo.⁸⁷

O processo de gramaticalização desse item conjuncional abrange:

1. recategorização:

advérbio	+	conjunção	>	conjunção
↓		↓		↓
mesmo	+	que	>	mesmo que

⁸⁷ Embora, com valor semântico concessivo, o *que* só tenha sido documentado, no *corpus* da pesquisa de Barreto (1999), em textos dos sécs. XIII e XIV, esse item conjuncional parece ter sido, na história da língua portuguesa, um signo abstrato de subordinação, cujo sentido era determinado pelo contexto em que ocorria, ou melhor, pela pressão pragmático-discursiva, razão pela qual se admite que essa conjunção tenha sido constituída pela associação do advérbio a um *que* concessivo.

2. sintaticização - reanálise ou reinterpretação do item na cláusula, seguido da conjunção *que* com valor concessivo.

3. semanticização:

mesmo	+	que	>	mesmo que
↓		↓		↓
‘idêntico’ ‘semelhante’ ‘da mesma forma’		concessivo		ainda que = relação de concessão

De acordo com Barreto (1999, p. 356), *mesmo que* é empregado com frequência no português contemporâneo falado ou escrito. Uma vez que não ocorreu nos textos do séc. XVII componentes do *corpus* da pesquisa da autora, pode-se supor tratar-se de um item conjuncional surgido após essa época. Já que o *corpus* consultado não contém documentos dos séculos XVIII ou XIX, o seu aparecimento encontra-se datado do século XX.

- Conectivo *não obstante*

O conectivo *não obstante* deve ter iniciado seu processo de gramaticalização no português a partir do século XVI e XVII e avançado no século XVIII. Esse processo, no entanto, não persiste, já que nos séculos XIX e XX observou-se um decréscimo das ocorrências da expressão *não obstante*. De fato, esse conectivo não é tão frequente em nossa língua, como demonstrou nosso *corpus* e outras fontes de pesquisa consultadas.

- Conectivo *quando*

Ocorre na língua portuguesa, desde o séc. XIII. Ao longo do tempo constataram-se as seguintes variações gráficas: *cande*, *camdo*, *quãdo*, *quamdo*. De acordo com Barreto (1999, p. 220), *quando* é o acusativo feminino singular do relativo *quam*, adverbializado e somado à preposição indo-europeia *-do* que significava ‘para’. O sentido de *quando* era, inicialmente,

‘para o qual’ (referindo-se a tempo). No latim, a forma quando já era empregada como advérbio interrogativo-indefinido ou conjunção subordinativa que oscilava de sentido, aparecendo com sentido temporal, em Plauto, e com sentido causal, em textos de Terêncio e Cícero.

O sentido inicial do quando ‘para o qual’, referindo-se a tempo, determinou, através de um processo metafórico, o sentido temporal da conjunção e do advérbio interrogativo, fazendo decair o sentido causal. Com o valor temporal de ‘em que época’, ‘em que ocasião’, o quando passou ao português também como advérbio ou conjunção.

Na pesquisa de Barreto (1999), em um documento no séc. XVII, quando ocorre, uma única vez, com valor concessivo⁸⁸. Possivelmente, trata-se de um uso que reflete o valor concessivo da conjunção latina *cum*:

a) ... e outras muitas afrontas contra a pureza e generosidade de nosso instituto, que quando não sejam verdadeiras, têm muito fundamento para o parecerem (CVM, LXXX, l. 219-21).

Ferreira (2008, p. 95) também analisou ocorrências de quando com valor concessivo, bastante raras. Eis o caso encontrado em um editorial brasileiro, publicado no site VARPORT⁸⁹:

b) O resultado é que, este ano, o Mato Grosso passou a ser o maior produtor de algodão do país com uma produtividade de 220 arrobas por hectare, quando a média nacional é de 40.. (VARPORT . E . B . 94 . Je . 007)

Para Bechara (1954, p. 15), “as relações entre o pensamento concessivo e o temporal se estreitaram pelos contatos deste último com a ideia causal e a condicional”. As zonas de

⁸⁸ Bomfim (2009, p. 2), ao estudar a concessividade na retórica do Pe. Antônio Vieira, constatou a presença do “*quando concessivo*”, reforçado pela presença de *contudo*. Vejamos o exemplo: “E, quando contudo os ministros franceses insistam, com se lhes mostrar a impossibilidade tão notória em que estamos e com lhes dizermos que não nos queremos obrigar ao que depois não podemos cumprir, parece que é toda a satisfação que lhes devemos dar”.

⁸⁹ Site do Projeto VARPORT: <http://www.lettras.ufjf.br/varport>. Segundo os idealizadores do projeto, o VARPORT (Projeto Análise Contrastiva de Variedades do Português) “tem como objetivo consolidar e intensificar a integração entre os trabalhos que vêm sendo realizados em Portugal e no Brasil sobre determinados fenômenos da Língua Portuguesa, de modo a oferecer um quadro geral contrastivo de suas variedades nacionais, com ênfase no desempenho de falantes representativos das variantes padrão e não padrão”.

interseção entre esses matizes podem ter propiciado o deslizamento semântico do quando, originalmente temporal, para veicular também o sentido concessivo.

Aliás, de acordo com Gryner (2008, p. 207), fato similar tem acontecido com o elemento agora. Por meio de um processo metafórico, a expressão, originalmente de natureza espacial, passa a assumir uma referência temporal, dando origem ao dêitico temporal. Com o passar do tempo, a referência temporal objetiva vai se esmaecendo e, “através de um processo metonímico, agora passa a assumir a função textual/discursiva de marcador/conector de contraste entre enunciados”. Vejamos um exemplo da autora:

a) Você tem que dar meios, mostrar da necessidade dele [o filho] ser alguma coisa, dele ser gente. Agora isso, só quem pode, só quem pode fazer é ele.

Mais uma vez se comprova a asserção de Bechara (1954), que aponta uma forte relação entre tempo e contraste. Com agora, entretanto, a relação semântica mais visível é a de adversatividade, e não de concessividade.

No português contemporâneo, o conectivo quando é de uso frequente na língua escrita e na língua falada, quer em Portugal quer no Brasil, com valor temporal⁹⁰. Em nossos dados, como se verá mais detalhadamente, também flagramos usos que podemos considerar temporais-concessivos.

- Conectivo *se bem que*

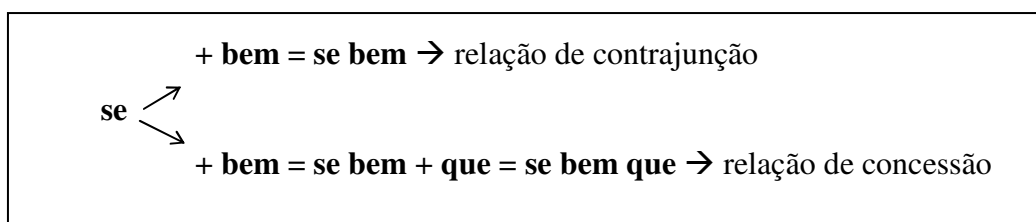
A conjunção *se* associa-se ao advérbio *bem*, e constitui o item conjuncional *se bem* que ocorre em textos do séc. XVII, estabelecendo uma relação de contrajunção. Estabelecendo essa relação de contrajunção, esse item conjuncional já não existe no português contemporâneo, entretanto, seguido da conjunção *que*, constitui o item conjuncional concessivo *se bem que*, o qual aparece nos elencos das conjunções apresentados pelos gramáticos contemporâneos consultados e está documentado nos diálogos do Projeto NURC, que constituem parte do material analisado por Barreto (1999).

A mesma autora (1999, p. 243-244) acrescenta:

⁹⁰ Reiteramos que Ferreira (2008, p. 95; 2010, p. 109-110) também analisou a partícula *quando* que, entre diversos outros matizes semânticos, também pode veicular, além do valor de tempo, a noção de concessividade.

Tendo em vista o conteúdo semântico bem próximo das duas conjunções [adversativas e concessivas], uma vez que a adversativa liga palavras ou orações que estabelecem uma oposição e a concessiva inicia oração que exprime uma oposição, um obstáculo – real ou suposto – que, entretanto, não impede a realização da ação da oração principal, pode-se supor que, por um processo metafórico, o conteúdo adversativo da conjunção tenha se atenuado, tornando-se concessivo, quando o item era empregado após orações afirmativas, e que a associação com o *que* tenha se dado por analogia a outros itens conjuncionais da língua portuguesa.

Assim, a autora esquematiza os matizes semânticos de *se bem* e *se bem que* da seguinte forma:



Como ficou claro, as rotas de gramaticalização dos diferentes conectivos concessivos simples são bastante diversificadas, o que corrobora a nossa hipótese central, ou seja, a de que a concessividade é um fenômeno complexo e multifacetado. Tanto a trajetória histórica desses elementos quanto o seu uso efetivo no discurso confirmam essa assertiva.

Passemos a analisar as formas de conexão das construções concessivas. Logo em seguida, será a vez de analisarmos também outro grupo muito específico de construções concessivas: as justapostas.

6.2 Forma de conexão das concessivas

Introduzimos esta seção de nosso trabalho, explicitando primeiramente três propostas de categorização, bastante distintas, que poderiam ser aplicáveis às concessivas, segundo a sua forma de conexão. São as propostas de Quirk et al. (1985), Mateus et al. (2003) e Azeredo (1990).

Quirk et al. (1985, p. 992) apresentam uma proposta bastante original para o tratamento das orações adverbiais. Segundo os autores, há três tipos estruturais de cláusulas, que são as seguintes:

- a) **finite clauses** (*'cláusulas finitas'*) – Caracterizam-se pela existência de um verbo finito, ou seja, um verbo inserido em um paradigma modo-temporal e número-pessoal. Equivalem às chamadas orações desenvolvidas da tradição gramatical.
- b) **nonfinite clauses** (*'cláusulas não-finitas'*) – Caracterizam-se pela existência de um verbo na forma nominal, sem marca de tempo. Costumam aparecer com mais frequência na forma escrita, já que o escritor costuma ter tempo para revisar o discurso em prol de uma maior compactação. Noções como modo, tempo e aspecto são abstraídas do contexto sentencial. Equivalem às chamadas orações reduzidas da tradição gramatical.
- c) **verbless clauses** (*'cláusulas sem verbo'*) - Caracterizam-se por não possuírem elemento verbal. Levam a compressão sintática a um estágio maior, além das infinitas. Comumente apresentam-se sem sujeito explícito, que pode, contudo, ser recuperado pelo contexto.

Para Quirk et al. (1985, p. 992), *cláusulas não-finitas* e *cláusulas sem verbo* devem ser reconhecidas como cláusulas porque é possível analisar sua estrutura interna com os mesmos elementos funcionais encontrados nas cláusulas finitas. Assim, os autores ingleses agasalham os chamados sintagmas concessivos não-oracionais em um espectro clausal organizado em forma de *continuum*, permitindo que a análise englobe também os chamados elementos não-oracionais. Em termos funcionais, poderíamos dizer que as *cláusulas sem verbo* passaram pelo processo de miniaturização ou dessentencialização.

Mateus et al. (2003, p. 720-721) também arrolam em sua gramática diversas formas de expressão da noção semântica de concessividade, além das prototípicas orações desenvolvidas. Segundo as autoras, essas são as formas principais:

(i) *Orações participais e gerundivas, iniciadas pelos conectores embora, conquanto, ainda que, se bem que:*

a) Embora admitido à oral, o ponto está muito fraco.

b) Embora tendo sido admitido à oral, o ponto está muito fraco.

(ii) Sintagmas preposicionais de sentido contrastivo apesar disso, apesar de tudo:

c) Apesar de tudo, o ponto está muito fraco.

(iii) Outra forma que associa valores concessivos e comparativos são as orações concessivas intensivas, em que se põe em contraste a intensidade de uma qualidade ou a quantidade de uma substância e o conteúdo proposicional expresso pela oração principal; na oração concessiva é selecionado sempre o conjuntivo.

d) Por muito trabalhador que ele seja, não conseguirá o emprego.

e) Por mais que ele seja trabalhador, não conseguirá o emprego.

f) Por muita comida que ela coma, não engorda.

g) Por muito bem que eles cantem, não gosto de os ouvir.

(iv) Uma variante da construção anterior são orações que articulam nexos relativos e concessivos, como nos exemplos seguintes:

h) A rapariga, inteligente que seja, vai ter dificuldades porque trabalha pouco.

i) Mil felicitações que eles me mandassem, eu não esqueceria o que me fizeram.

j) Os problemas, muitos que fossem, não impediram a continuação do rali.

(v) As coordenadas adversativas exprimem igualmente um valor contrastivo:

l) O ponto está muito fraco, mas / contudo / porém a aluna foi admitida à oral.

(vi) Igualmente estruturas coordenadas correlativas podem exprimir concessão:

m) Quer estudes quer não estudes, terás sempre dificuldade em arranjar emprego.

Além de Mateus et al. (2003), outros autores também se ocuparam de estudar as diversas construções que veiculam a noção de concessividade: Jiménez (1989, p. 116-118), Bon (2001, p. 214-215) e Azeredo (1990, p. 105). Para este último, existem três variações enfáticas da estrutura concessiva:

(i) *concessivas intensivas* - Estas construções, que Ali chamou ‘concessivas intensivas’, realçam o contraste entre a intensidade expressa na oração adverbial e o conteúdo da oração base.

a) *Por mais esperto que ele seja, não nos enganará de novo.*

b) *Por pouco que se esforçasse, ele ganharia a prova.*

c) *Por velho que esteja, seu Antônio ainda faz bem um roçado.*

(ii) *correlação concessiva* - Realça-se adicionalmente o contraste, reiterando-o na oração base por meio dos advérbios entretanto (e sinônimos), ainda assim, assim mesmo etc.

d) *Por pouco que se esforçasse, ainda assim ele ganharia a prova.*

e) *Embora tivessem direito às diárias, não fizeram, todavia, questão de reivindicá-las.*

(iii) *reduplicação concessiva* - Realçam o tom categórico do conteúdo da oração base.

f) *Doa a quem doer, esta denúncia tem de ser feita.*

g) *Aceitemos ou não (aceitemos), a opinião dele prevalecerá.*

Passemos a analisar com mais cuidado as chamadas orações reduzidas ou não-finitas. Segundo a Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais e Comportamentais [19--], p. 164], a maioria das línguas de origem indo-europeia é conjuncional, com exceção de algumas poucas.

As línguas românicas, de uma forma geral, apresentam a possibilidade de união de orações tanto em formato desenvolvido quanto em formato reduzido. Assim ocorre também com as orações concessivas, que apresentam grande diversidade no que tange às formas de conexão. Além das mais prototípicas orações desenvolvidas, as concessivas podem, ainda, ser encontradas em outras formas. O quadro 22, a seguir, elucida a posição de alguns autores no tocante a esse aspecto:

Quadro 22 - Formas de conexão das orações concessivas

	Kury (1960)	Rocha Lima (1999)	Luft (2000)	Cunha e Cintra (2001)	Bechara (2003)	Henriques (2003)	Kury (2003)
Reduzidas de infinitivo	X	X	X	X	X	X	X
Reduzidas de gerúndio	X	X	X	X	X	X	X
Reduzidas de particípio			X	X		X	X
Justapostas					X		X

Mais uma vez, encontramos divergências entre os autores. Afinal, somente há convergência quanto à possibilidade de as concessivas serem veiculadas por orações reduzidas de infinitivo e de gerúndio. Kury (1960), Rocha Lima (1999) e Bechara (2003) não abordam as reduzidas de particípio. Bechara (2003) e Kury (2003) são os únicos a apontar explicitamente a possibilidade de haver orações concessivas justapostas.

De acordo com a Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais e Comportamentais [19--, p. 164], duas características gerais das reduzidas são: 1) o fato de elas não virem com sujeito explícito, ou seja, ocorre o que Lehmann (1988) chama de *entrelaçamento*⁹¹, já que o sujeito da desenvolvida tende a ser correferencial ao sujeito da reduzida; 2) a forte ambiguidade, visto que a relação semântica entre elas não é muito clara, ou melhor, costuma haver sobreposição de diversos matizes.

Os autores, de uma forma geral, afirmam que as reduzidas de infinitivo são regidas por uma das locuções concessivas, como *apesar de*, *não obstante*⁹², *sem embargo de*, *a despeito de*. As reduzidas de gerúndio, por sua vez, costumam vir acompanhadas de partículas como *mesmo* e *embora*. Vejamos alguns exemplos de reduzidas, sugeridos pelos estudiosos:

⁹¹ Givón (1994, p. 15) também defende tese semelhante à de Lehmann (1988), ao afirmar que a contiguidade referencial está intimamente relacionada ao compartilhamento de referentes.

⁹² Para Gouvêa (2002, p. 140), a partícula *não obstante* ora é classificada como adversativa, ora como concessiva. Podem ser respectivamente ilustradas com os seguintes exemplos: a) O exército do rei parecia invencível, não obstante foi derrotado; b) Não obstante a doença, compareceu à cerimônia.

*** Infinitivo**

- a) Condenaram Dreyfus, apesar de ele ser inocente.
- b) Apesar de estar doente, saiu para o trabalho.
- c) Sem ser muito inteligente, vai bem nos estudos.

*** Gerúndio**

- a) Não sendo medido, ele faz, todavia, curas milagrosas.
- b) Mesmo estando doente, saiu para o trabalho.
- c) Sendo pobre, ainda assim auxiliava os mais pobres.

*** Particípio⁹³**

- a) A obra mostrou solidez, mesmo construída na praia.
- b) Mesmo afastado o perigo, o temor ainda lhe perpassava no olhar.
- c) Apesar de ser muito esforçado, não conseguiu aprovação.

Em nossos dados, detectamos as concessivas em diferentes formas de conexão (cf. tabela 3, p. 159), contrariando o que asseveraram diversos autores, para quem não existem concessivas reduzidas de particípio, por exemplo.

93 Kury (2003, p. 108) acrescenta que “algumas orações subordinadas adverbiais de predicado nominal, despojadas do conectivo e do verbo de ligação, enunciam-se como simples predicativos, mantendo, contudo, seu valor adverbial”. Como exemplo de construção concessiva desse tipo, podemos citar o seguinte: *Carregada e feia, achar-lhe-ia a mesma formosura*.

Tabela 3 – Conectivos, quanto à forma de conexão⁹⁴

Conectivos	Desenvolvidas	Nominalizadas	Reduzidas			Total
			Reduzidas de infinitivo	Reduzidas de gerúndio	Reduzidas de particípio	
<i>mesmo</i>	-	72	3	64	7	146 – 30,22%
mesmo assim	-	19	-	-	-	19 – 39,33%
mesmo quando	7	-	-	-	-	7 – 1,44%
mesmo se	1	-	-	-	-	1 – 0,02%
até mesmo	-	3	1	-	-	4 – 0,08%
nem mesmo	-	1	-	1	-	2 – 0,04%
<i>apesar de</i>	-	40	60	-	1	101 – 20,91%
<i>embora</i>	61	5	-	2	1	69 – 14,28%
<i>mesmo que</i>	31	6	-	-	2	39 – 8,07%
<i>ainda que</i>	16	14	-	-	1	31 – 6,41%
<i>quando</i>	28	-	-	-	-	28 – 5,79%
<i>em que pese</i>	-	15	2	-	-	17 – 3,51%
<i>não obstante</i>	-	12	-	-	-	12 – 2,48%
<i>e</i>	6	-	-	-	-	6 – 1,24%
<i>se bem que</i>	1	-	-	-	-	1 – 0,02%
TOTAL	151 – 31,26%	187 – 38,71%	66 – 13,66%	67 – 13,87%	12 – 2,48%	483 – 100%

Por meio da tabela 3, é possível detectarmos importantes tendências concernentes ao uso dos conectivos com suas respectivas formas de conexão. Uma rápida análise já nos permitiria importantes asserções acerca do tema.

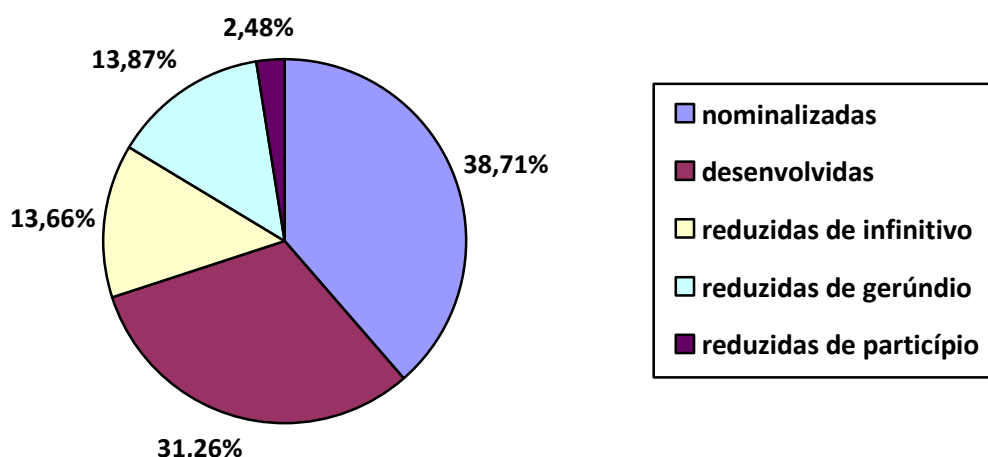
Em primeiro lugar, verificamos que alguns conectivos são utilizados no discurso preferencialmente com uma determinada forma de conexão. Assim, o conectivo *embora* é comumente utilizado na forma desenvolvida; já o conectivo *em que pese* é muito mais utilizado na forma nominalizada, somente para citarmos alguns casos.

⁹⁴ Por ora, excluímos do quadro as chamadas construções justapostas, que serão analisadas em seguida.

Em todo *corpus* só encontramos 12 ocorrências (2,48%) de orações concessivas reduzidas de particípio. É possível que a pequena frequência de ocorrência dessa forma de conexão tenha levado alguns gramáticos a não prevê-la em seus compêndios, como fizeram Kury (1960), Rocha Lima (1999) e Bechara (2003).

A tabela 3 também aponta uma maior produtividade de concessivas perfiladas por nominalizações (187 ocorrências – 38,71%) e por verbo flexionado nas categorias de modo e tempo, ou seja, as desenvolvidas (151 ocorrências – 31,26%). Ambas somam 338 ocorrências, ou seja, 69,97%, com diferentes conectivos. Assim, em linhas gerais, podemos assertar que as construções concessivas são preferencialmente expressas por meio de nominalizações e de orações desenvolvidas. O gráfico a seguir ilustra melhor nossa asserção:

Gráfico 3 – Formas de conexão das concessivas (desenvolvidas, nominalizadas e reduzidas)



Essa constatação é fundamental para os propósitos de nossa tese, pois atesta empiricamente que as nominalizações concessivas, pelo menos nas ocorrências de nosso *corpus* (187 ocorrências – 38,71%), ultrapassam quantitativamente as desenvolvidas concessivas (151 ocorrências – 31,26%). Isso é importante porque as gramáticas do nosso vernáculo sequer investigam o processo de nominalização⁹⁵. Aliás, em relação às concessivas, como vimos nos capítulos precedentes, quaisquer apontamentos geralmente são feitos no âmbito da oração adverbial, o que é bastante redutor e simplista do ponto de vista descritivo.

Vejamos um exemplo de cada forma de conexão possível em língua portuguesa, lembrando que, por ora, não abordaremos as justapostas, por conta de suas singularidades.

⁹⁵ **Nominalização** – “qualquer unidade gramatical que funciona como um substantivo ou como um sintagma nominal, mas é construído com base em alguma coisa diferente” (Trask, 2004, p. 207).

- *Concessiva nominalizada*

(39) Nesses anos todos, nós, apesar dos esforços de um lado e de outro, não tivemos nenhuma atitude concreta para a solução desse problema. – 25/08/2009

- *Concessiva desenvolvida*

(40) Eu não quero só me ater ao GNV, embora o GNV seja da maior importância porque hoje temos algo próximo a 700.000 veículos convertidos e se torna ainda mais importante esse tema, Deputado, quando se percebe que os veículos que usam o GNV, na grande maioria, são os veículos das camadas mais pobres, do trabalhador, do motorista de táxi, do motorista de kombi. – 26/08/2009

- *Concessiva reduzida de infinitivo*

(41) O Sr. Deputado Paulo Melo não está aí. O parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista ser uma questão emergencial, e apesar de apresentar a possibilidade de aumento de despesa para o Poder Legislativo, é pela constitucionalidade. – 1º/09/2009

- *Concessiva reduzida de gerúndio*

(42) [...] analfabeto é o único cego que vê: está embaixo de uma placa, consegue vê-la mas não consegue ler. Por isso, mesmo vendo, não se sabe distinguir, não sabe onde está. – 13/08/2009

- *Concessiva reduzida de particípio*

(43) Em respeito ao diligente Deputado Paulo Ramos, aceitei sua questão de verificação, [mesmo] já concluído o processo de votação]. – 31/03/2009

As concessivas nominalizadas correspondem às *verbless clauses* de Quirk et al. (1985). Segundo os autores, caracterizam-se por não possuírem elemento verbal, apesar de serem facilmente parafraseáveis por construções com elemento verbal, pelo menos não-finito.

Com relação ao exemplo (39), lemos o seguinte segmento: “Nesses anos todos, nós, apesar dos esforços de um lado e de outro [...]”. Segundo nossa análise, poderíamos substituir

esse segmento por “Nesses anos todos, apesar de nós nos esforçarmos de um lado e de outro [...]” ou “Nesses anos todos, embora nós tenhamos nos esforçado de um lado e de outro [...]” etc. Como se vê, a ação ou processo contido na concessiva nominalizada pode ser atribuído facilmente a um sujeito expreso no próprio período ou no contexto comunicativo.

As concessivas nominalizadas levam a compressão sintática a um estágio maior, além das infinitas. Tendem, portanto, à economia linguística, visto que são construções menores, “mais leves” e mais coesas do ponto de vista formal. Apontam, portanto, para estágios mais avançados de gramaticalização, nos termos de Lehmann (1988).

O exemplo (40) é de uma concessiva desenvolvida, porque detectamos um verbo flexionado em sua constituição morfossintática. Nesse caso, trata-se do verbo *ser*, no presente do subjuntivo. Nos exemplos (41), (42) e (43), há respectivamente os seguintes verbos: *apresentar* (no infinitivo), *vendo* (gerúndio) e *concluído* (particípio).

Segundo a tabela 3 (cf. p. 159), os conectivos que mais selecionam a nominalização são mesmo (72 ocorrências), até mesmo (3 ocorrências), apesar de (40 ocorrências), ainda que (14 ocorrências), em que pese (15 ocorrências), não obstante (12 ocorrências) e mesmo assim (19 ocorrências). Destacamos esses dois últimos (não obstante e mesmo assim) que só apareceram em nosso *corpus*, quando combinados com expressões nominalizadas, ou seja, em 100% dos casos.

As reduzidas de infinitivo são prototipicamente introduzidas pelos conectivos apesar de, que concentra 59,4% de todas as suas ocorrências nessa forma nominal infinita do verbo (60 ocorrências). Segundo muitos gramáticos, o conectivo apesar de funciona como locução prepositiva. Isso poderia explicar o porquê de esse conectivo, assim como sua variante apesar, funcionarem como introdutórios de reduzidas de infinitivo. Afinal, o verbo na forma infinitiva tende a uma maior dessentencialização, o que o aproxima de um nome, por isso o rótulo *formas nominais do verbo*, com que a tradição gramatical se refere a esse fenômeno.

Destacamos que as demais ocorrências com mesmo, até mesmo e em que pese somam juntas apenas 6 ocorrências, o que corresponde a somente 9,09% de todas as concessivas reduzidas infinitivas de nosso *corpus*. A forma apesar de, por sua vez, totaliza 81,91% de todas as reduzidas infinitivas.

As orações reduzidas de gerúndio somam 13,87% de nossas ocorrências, ou seja, um total de 67 dados. O conectivo mesmo é absolutamente o conectivo preferido na expressão da concessividade, nas construções gerundivas, totalizando 95,52% dos dados. Ao analisar as

orações de gerúndio, Dias e Reis (2004, p. 123), com base em Haiman (1985), investigam as motivações discursivas para o seu uso. Segundo as autoras,

[...] a redução de orações de gerúndio é compatível com duas motivações diferentes: (a) uma motivação por economia (o cancelamento das categorias gramaticais das orações gerundivas seria por razões de identidade, tal como pode ser observado nas estruturas coordenadas) e (b) uma motivação por iconicidade (a redução e a incorporação da oração gerundiva deve-se à característica subordinada do material codificado; a subordinação sintática reflete subordinação conceitual).

Esse embate de dois princípios antagônicos (economia e iconicidade), segundo Dias e Reis (2004), tem levado inúmeros pesquisadores a defenderem que as reduzidas não são nem coordenadas (justapostas) nem subordinadas. Revelariam, portanto, uma natureza ambígua em termos sintáticos, por apresentarem características irredutíveis a esses dois processos.

No exemplo (42), a oração reduzida não vem acompanhada de sujeito explícito, o que não nos impede de o recuperarmos do próprio contexto linguístico. No caso, o sujeito do verbo no gerúndio é “analfabeto”, presente em segmento anterior à concessiva. Sua não-ocorrência explícita na oração reduzida pode ser explicada pelo princípio da economia, visto que a sua repetição seria desnecessária e contribuiria para a formação de um período menos coeso, mais prolixo e mais afeito à circunlocução.

Por fim, como já afirmamos, detectamos apenas 12 concessivas reduzidas de particípio. Em linhas gerais, não é possível atribuímos um conectivo específico ou preferencial para essas construções concessivas, em língua portuguesa. Aliás, a própria natureza dessa forma nominal é bastante discutível em muitos casos, visto que os limites entre nome pleno e forma verbo-nominal reduzida de particípio nem sempre é clara, o que, em tese, não chega a criar problemas analíticos em nossa perspectiva de trabalho, calcada na teoria dos protótipos.

Com base nessas asserções, já é possível fazermos algum tipo de generalização, especialmente com o apoio da tabela 3 (cf. p. 159). Assim, sugerimos que pode haver uma classificação geral das concessivas conectivas⁹⁶ em dois grandes grupos:

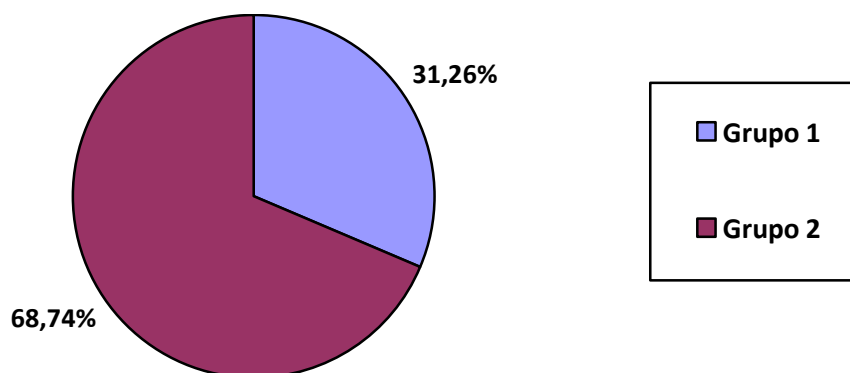
⁹⁶ Excluimos o conectivo *ainda que* da classificação proposta porque, segundo nossos dados, as formas preferenciais de ocorrência oscilam entre nominalização (14 dados) e desenvolvimento (16 dados).

- **Grupo 1 – Concessivas sempre ou normalmente desenvolvidas** (conectivos *quando, mesmo quando, mesmo que, mesmo se, embora, e e se bem que*).
- **Grupo 2 – Concessivas sempre ou normalmente nominalizadas ou reduzidas** (conectivos *mesmo, mesmo assim, até mesmo, nem mesmo, apesar de, em que pese, não obstante*).

Essa generalização é possível, porque, em linhas gerais, detectamos por meio de nossa análise que, de fato, há tendências de uso, o que normalmente não costuma ser apontado nas gramáticas consultadas.

O grupo 1 conta com 7 diferentes conectivos, totalizando 151 ocorrências (31,26%). O grupo 2, por sua vez, conta também com 7 diferentes conectivos, mas totaliza 332 ocorrências (68,74%). Isso significa dizer que as concessivas ocorrem preferencialmente na forma nominalizada ou reduzida, o que é muito pertinente aos propósitos de nossa tese. Em termos esquemáticos, temos o seguinte gráfico:

Gráfico 4 – Concessivas por grupos tipológicos



Em geral, as gramáticas do português, ao tratar das chamadas orações subordinadas adverbiais, focalizam as orações desenvolvidas. Em nossos dados, por outro lado, excluindo-se as justapostas, esse grupo soma menos de 1/3 de todas as concessivas. Isso significa que o foco dos estudiosos sobre o assunto deve recair com mais rigor sobre outras formas de conexão, ou, que essas outras formas necessitam de maior detalhamento e/ou análise aprofundada, como também já apontamos brevemente em nosso trabalho.

Vale destacar duas outras observações acerca da divisão em grupos aqui proposta. Em primeiro lugar, certamente seria possível um refinamento de nossa classificação. Por exemplo, a partir de nossos dados, seria possível advogar a existência de um subgrupo no interior do grupo 1 para as concessivas conectivas somente perfiladas por verbos finitos. Nesse grupo, estariam os conectivos *e* e *quando*. Tomamos, porém, decisão diferente, pela natureza de nossa pesquisa, que é mais qualitativa que quantitativa. Certamente, uma pesquisa de cunho quantitativo, com maior número de dados, poderia, inclusive, propiciar maior apuro ou refinamento nos dados.

Em segundo lugar, queremos justificar a nossa opção teórica em “desmembrar” o conectivo *mesmo* em suas diversas realizações morfosintáticas. Como vimos, o comportamento de *mesmo assim*, por exemplo, é bem diferente de *mesmo quando*. O primeiro só ocorreu em construções nominalizadas; já o segundo, somente apareceu em construções desenvolvidas. Essa observação impeliu-nos a tratar todas as realizações de *mesmo* de maneira particularizada, para que a análise de nossos dados não fosse enviesada.

Feitas essas observações, cabe aqui discutirmos uma outra questão fundamental. Muitos autores, como Bechara (2003, p. 395) e Henriques (2003, p. 130.134), advogam a possibilidade de haver equivalência entre a oração reduzida e a sua forma desenvolvida (ou desdobrada) em muitos casos. Entretanto, Henriques (2003, p. 130.134) pondera que tais comparações nem sempre são possíveis. Vejamos:

As equivalências entre reduzidas e desenvolvidas merecem algumas ponderações: eventualmente, poderemos admitir mais de uma interpretação de desenvolvimento (sobretudo se o contexto não for suficientemente esclarecedor) [...], certas estruturas reduzidas são de tal forma consagradas que seu eventual desdobramento pode soar como inviável ou muito pouco comum, existem orações reduzidas sem desenvolvimento (exprimem circunstâncias que não possuem conjunção).

Outros autores, como Decat (2001, p. 136)⁹⁷, Kury (2003, p. 73) e Melo (1978, p. 155), preferem negar terminantemente a possibilidade de desdobramento das reduzidas em

⁹⁷ Para Decat (2001, p. 136), “embora a análise [que parte de desdobramentos] forneça uma interpretação adequada do valor adverbial da cláusula reduzida, o caminho trilhado para se chegar a ela é indireto e, às vezes, inadequado. Primeiramente, porque nem sempre será possível achar-se uma correspondência entre cláusula reduzida-cláusula desenvolvida que seja a expressão exata do significado da construção, da mesma forma como nem sempre a uma cláusula adverbial corresponde um advérbio. E, em segundo lugar, porque uma mesma configuração externa pode levar a enganos de interpretação sobre a relação adverbial mantida pela cláusula

desenvolvidas. Segundo este último, “não convém falar em *orações reduzidas* de gerúndio, de infinitivo ou de particípio. Menos ainda se hão de *desdobrar* tais orações, porque isto é um processo de muletas, condenável”. Afinal, o desdobramento, de fato, produz outra estrutura já diferente da original. Melo (1978, p. 159) refina seu raciocínio com a seguinte asserção:

É preciso estar prevenido contra outra distorção muito comum e, até pouco, bastante prestigiada, que consistia em substituir o trecho por outro equivalente e analisar o outro. Aplicava-se frequentemente este falso processo de substituição quando o texto proposto era inalisável nos esquemas normais. Sim, porque nem toda oração, nem todo período comporta a análise ortodoxa, mas somente aquelas e aqueles que se pautam pelos esquemas comuns e normais.

Segundo Kury (2003, p. 74), o procedimento de desdobramento de orações só deveria ser utilizado para efeitos de confronto de formas, “para esclarecimento de alguma dúvida”. Nos demais casos, de acordo com a concepção dos autores, as orações reduzidas devem classificar-se e analisar-se “tais como se encontram no período”.

Dias e Reis (2004, p. 132-133) abordam uma possível explicação para o desdobramento de reduzidas. Para as autoras, a possibilidade de equivalência entre reduzida e desenvolvida está principalmente nas cláusulas em que não há sobreposição de valores semânticos. Na língua escrita, essa sobreposição tende a ser mais comum, tendo em vista que são textos “elaborados com tempo e atenção”.

De fato, qualquer transformação estrutural implica também uma transformação em termos de sentido. Goldberg (2005, p. 67), por exemplo, no âmbito da linguística cognitiva, defende o chamado *princípio da não-sinonímia da forma gramatical*. Segundo esse princípio, se duas construções são sintaticamente distintas, então não devem ser sinônimas semântica ou pragmaticamente.

A transformação de reduzidas em desenvolvidas, segundo nossa análise, em diversos casos, pode ser possível, visto que geralmente gera sequências perfeitamente gramaticais em língua portuguesa. Por outro lado, concordamos com Goldberg (2005), no sentido de que tais transformações, apesar de possíveis sintaticamente, alteram, mesmo que minimamente, a força expressiva dos enunciados. Afinal, alguma razão de ordem cognitiva, funcional e/ou

reduzida”. Dessa forma, ainda conforme Decat (2001, p. 139), “o que vai decidir qual aspecto da proposição relacional é mais relevante é o contexto discursivo, bem como a função discursiva da cláusula hipotática adverbial, esteja ela justaposta ou com conectivo conjuntivo”.

discursiva faz com que o falante opte por uma construção e não por outra no momento da produção linguística. Entre os vários fatores observados, podemos apontar a questão da economia e as características do gênero discursivo em que essas construções ocorrem.

De uma forma geral, vimos que há conectivos mais prototípicos para a veiculação de concessivas reduzidas. Segundo nossos dados, o conectivo *apesar de*, como já falamos anteriormente, é utilizado para expressar concessivas reduzidas de infinitivo; o conectivo *mesmo*, por sua vez, introduz normalmente as concessivas reduzidas de gerúndio.

Vejamos alguns dados de nosso *corpus*:

(44) De qualquer maneira, meus cumprimentos. Acho que esse esforço merece toda a solidariedade, todo o apoio, porque a Zona Oeste teve um crescimento espontâneo. [**Mesmo** a cidade dispondo de Plano Diretor], isso não foi sendo muito observado. – 29/06/2009

(45) Não, eu não confundi com outra palavra, não. O que quero dizer, [**apesar de** respeitar a opinião de V. Exa.], é que o nosso Presidente Coronel Jairo extrapola o nível que temos visto nos gramados atualmente. Não podemos vulgarizar esse grande ícone do futebol do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil. – 30/06/2009

Ainda com relação à discussão sobre o desdobramento ou não de reduzidas em desenvolvidas, podemos verificar que no exemplo (44), é possível um desdobramento que dê conta do aparecimento de uma construção sintaticamente equivalente à reduzida de gerúndio. Por outro lado, no exemplo (45), isso já não é possível.

Em (44), o segmento concessivo “Mesmo a cidade dispondo de Plano Diretor” poderia ser parafraseado por “Mesmo que a cidade dispusesse de Plano Diretor”. Assim, de fato, há equivalência sintática entre ambas. Por outro lado, apoiados em Goldberg (1995), dizemos que não há sinonímia perfeita entre ambos. Em primeiro lugar, o conectivo teve de ser alterado (*mesmo* → *mesmo que*). Em segundo lugar, já não podemos falar em equivalência semântico-pragmática.

No exemplo original, a utilização da forma nominal gerundiva não aprisiona o sentido de *dispor* em um esquema modo-temporal específico, ou seja, a forma nominal gerundiva, de caráter infinito, não marca início, duração ou fim da carga verbal. Por outro lado, ao utilizar o verbo *dispusesse* ou *disponha* ou outro(s) possível(is), fatalmente o orador estaria se comprometendo com um enquadre modo-temporal específico.

Em termos práticos, é muito mais confortável para o deputado utilizar, nesse caso, o gerúndio, que é bem menos comprometedor do ponto de vista argumentativo, do que um verbo expresso em sua configuração modo-temporal, o que obrigaria o orador a um conhecimento extra, de ordem temporal. Além disso, haveria uma sensível mudança no teor da construção, caso a alteração do verbo gerundivo por uma forma desenvolvida fosse efetivada. Afinal, é muito diferente dizer “Mesmo a cidade dispondo” de “Mesmo que a cidade disponha/dispusesse”. O primeiro segmento é mais assertivo; o segundo, por sua vez, tem caráter hipotético.

No exemplo (45), parece não ser possível qualquer tipo de equivalência, visto que o conectivo *apesar de*, como vimos reiteradamente afirmando, não permite a coexistência de uma forma desenvolvida do verbo. Em tese, portanto, tendo em vista esse conectivo, a hipótese da possibilidade geral de desdobramento de reduzidas em desenvolvidas não se confirma.

Após termos analisado as construções nominalizadas e reduzidas, tratemos das desenvolvidas, que possuem a característica básica de apresentar o verbo em sua forma finita, ou seja, conjugado em modo, tempo, número e pessoa. Vale observar como essa relação modo-temporal tem sido tratada pelos gramáticos, com relação à combinação de cláusulas. Antes, porém, vejamos como Zamprônio (1998, p. 74) analisa essa questão:

As orações desenvolvidas, localizadas no pólo esquerdo do contínuo, apresentam: força ilocucionária, liberdade na ordenação das palavras, presença de modo, tempo e aspecto verbal, agentes e circunstâncias com suas várias funções sintáticas. No outro extremo, está a nominalização (último estágio do processo de dessentencialização), na qual a oração, perdendo as características de oração desenvolvida, se torna um constituinte nominal ou adverbial de uma oração matriz. As orações não-finitas (reduzidas de infinitivo, gerúndio e particípio) ocupam uma posição intermediária no contínuo.

Para Quirk et al. (1985, p. 1007), de uma forma geral, “há casos em que escolhas que afetam o sintagma verbal de uma oração subordinada são determinadas pelo tipo particular de oração subordinada a que ele pertence⁹⁸”. Assim, existiriam determinadas orações que são

⁹⁸ “there are cases in which choices affecting the verb phrase of a subordinate clause are determined by the particular type of subordinate clause it belongs to”.

utilizadas na língua mais com verbos finitos, e há outras que são utilizadas mais com verbos infinitos, como já tivemos a oportunidade de comprovar com os dados de nossa análise.

Rocha Lima (1999, p. 276) afirma que os conectivos concessivos sempre ocorrem com verbo no subjuntivo, tradicionalmente chamado *irrealis*, no funcionalismo linguístico. O fundamento dessa asserção reside no fato de, desde o latim, os conectivos hipotáticos se combinarem com o subjuntivo, e as conjunções paratáticas, com o indicativo⁹⁹ (cf. García, 2004a, p. 3530).

Said Ali (1966, p. 138) também explorou essa questão de forma semelhante a Rocha Lima (1999). Para o autor, modernamente só utilizamos o subjuntivo. Em linguagem antiga, porém, o indicativo servia para indicar uma ocorrência real; o subjuntivo, por sua vez, indicaria algo supostamente possível (cf. Harris, 1985, p. 88).

Azeredo (2000, p. 104) assume postura divergente da de Rocha Lima (1999) nesse aspecto:

Os verbos das orações introduzidas por *embora*, *ainda que*, *mesmo que*, *sem que*, *conquanto*, *posto que* assumem forma subjuntiva. *Se bem que* constrói-se normalmente com subjuntivo, mas admite indicativo se a oração que introduz se pospõe à oração base. *Apesar de que* ocorre com indicativo.

Gili y Gaya (1955, p. 297), com referência à língua espanhola, defende pressuposto semelhante ao afirmar que o verbo no indicativo expressa a existência efetiva de uma dificuldade para o cumprimento do enunciado na oração matriz; o verbo no subjuntivo, por sua vez, exprime a dificuldade que se sente somente como possível.

Essas observações dos autores são muito pertinentes, visto que, de fato, detectamos uma relação muito icônica entre uso do modo verbal e sutilezas semântico-pragmáticas no uso de determinados conectivos. Por exemplo, analisemos uma construção concessiva totalmente nominalizada, ou seja, sem a presença de verbo, tanto na prótase quanto na apódose. Vejamos:

(46) O SR. PRESIDENTE (Coronel Jairo) – Apesar do tempo esgotado, Deputado Wilson Cabral. – 08/09

⁹⁹ Essa informação contraria os resultados da pesquisa de Salgado (2007, p. 59). Segundo a autora, 15% das ocorrências das concessivas de seu *corpus* ocorrem com o modo indicativo.

Como podemos facilmente verificar, trata-se de uma construção bastante sucinta, que visa apenas a dar uma ordem quanto à possibilidade de pronunciamento do deputado Wilson Cabral, na ALERJ. Esse pode ser o motivo para o deputado Coronel Jairo, na qualidade de presidente da seção, ter proferido essa construção tão econômica do ponto de vista formal.

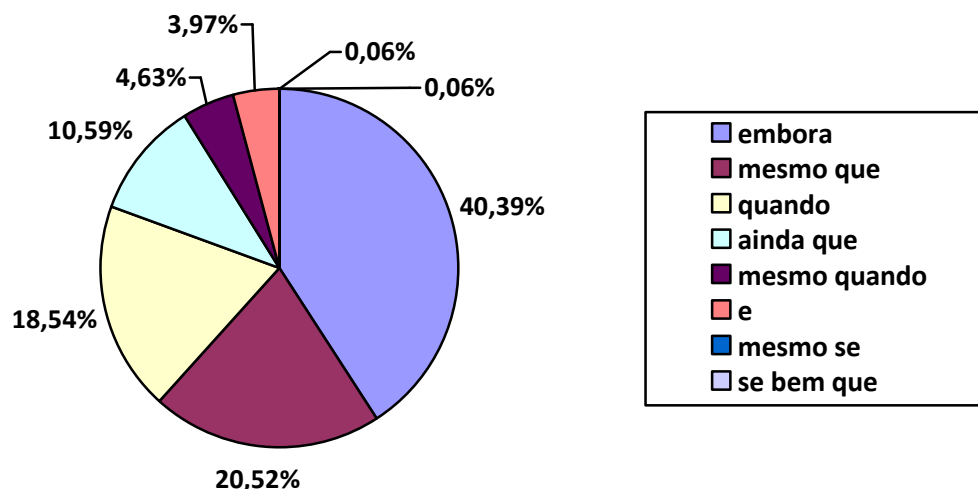
Com relação às construções desenvolvidas propriamente ditas, a análise de nossos dados indica a necessidade de conferirmos um tratamento especializado a cada conectivo, visto que, em geral, apresentam comportamentos morfossintáticos muito distintos. Em primeiro lugar, devemos lembrar que os conectivos que perfilam verbos flexionados na relação modo-temporal são: mesmo quando, mesmo se, embora, mesmo que, ainda que, quando, e e se bem que.

Tabela 4 – Conectivos que perfilam verbos flexionados

<i>Conectivo</i>	<i>Frequência</i>
embora	61 - 40,39%
mesmo que	31 – 20,52%
quando	28 – 18,54%
ainda que	16 – 10,59%
mesmo quando	7 – 4,63%
e	6 – 3,97%
mesmo se	1 – 0,06%
se bem que	1 – 0,06%
Total	151 – 100%

A tabela 4, organizada pelo critério da frequência de ocorrência do conectivo concessivo, revela que embora é o mais frequente entre os conectivos que perfilam verbos flexionados, com 61 ocorrências (40,39%). Esse conectivo mantém-se, portanto, como o mais prototípico das cláusulas concessivas desenvolvidas, seguido dos demais. Com o apoio de uma representação gráfica, teríamos o seguinte:

Gráfico 5 – Conectivos que perfilam verbos flexionados



O gráfico 5 ilustra melhor a frequência de ocorrência dos conectivos concessivos detectados em nosso estudo. Como vemos, os conectivos não apresentam a mesma distribuição em termos de ocorrência. Ao contrário, há conectivos mais frequentes (*embora*, *mesmo que*, *quando*, *ainda que*) e há outros com uso bem mais restrito (*se bem que*, *mesmo se*, *e*, *mesmo*)

Vale destacar que os conectivos *mesmo quando*, *mesmo se*, *quando*, *e* e *se bem que* só foram encontrados na forma desenvolvida, o que pode ser uma restrição da própria língua portuguesa ou uma configuração morfossintática preferencial. Certamente, uma pesquisa de cunho quantitativo, com mais dados poderá responder a essa questão.

Em termos gerais, obtivemos a seguinte tabela, quanto ao uso modo-temporal, nas desenvolvidas:

Tabela 5 – Conectivos concessivos quanto ao uso modo-temporal

Conectivo	Modo Indicativo						Modo subjuntivo			Total
	Presente	Pretérito perfeito	Pretérito imperfeito	Pretérito mais-que-perfeito	Futuro do presente	Futuro do pretérito	Presente	Pretérito imperfeito	Futuro	
embora	1	-	-	-	1	-	56	3	-	61 – 40,39%
mesmo que	-	-	-	-	-	-	24	7	-	31 – 20,52%
quando	18	1	1	1	-	7	-	-	-	28 – 18,54%
ainda que	-	-	-	-	-	-	10	6	-	16 – 10,59%
mesmo quando	4	-	3	-	-	-	-	-	-	7 – 4,63%
e	4	2	-	-	-	-	-	-	-	6 – 3,97%
mesmo se	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1 – 0,06%
se bem que	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1 – 0,06%
Total	28	3	4	1	1	7	90	17	-	151 – 100%

A tabela 5 permite-nos importantes generalizações acerca dos conectivos que introduzem construções concessivas desenvolvidas.

Em primeiro lugar, destacamos o uso maciço do tempo presente. O presente do indicativo somou 28 ocorrências (18,54%) e o presente do subjuntivo somou 90 ocorrências (59,60%). Juntos, contabilizam 118 ocorrências, ou seja, 78,14% de todas as desenvolvidas. Esse número pode ser explicado pela própria natureza do gênero textual selecionado para nossa análise.

O discurso político, como já afirmamos, está muito ligado a questões atuais ou do cotidiano. Por esse motivo, o subsistema do presente prevalece em grande medida. Os fatos e acontecimentos do passado ou do futuro servem como fundo para a natureza persuasiva dos debates, que se debruçam sobre questões mormente hodiernas.

Em segundo lugar, destacamos o maciço uso do modo subjuntivo (107 casos – 70,86%), especialmente do presente do subjuntivo, com 90 ocorrências (59,60%). Essa constatação ajuda a corroborar o que afirmaram Rocha Lima (1999, p. 276), Castilho (2010, p. 355), Almeida (2010, p. 10) e Said Ali (1966, p. 138). Segundo diversos autores, entre os

citados, o uso do subjuntivo na concessão, de uma forma geral, é uma herança herdada do latim clássico. Além disso, a força da normatização gramatical, já desde o século XIX, e mais firmemente no século XX, já atrelava a obrigatoriedade do uso do subjuntivo nas subordinadas adverbiais concessivas (cf. Almeida, 2010, p. 45).

Destacamos também o fato de o modo subjuntivo ser utilizado justamente por conectivos mais “clássicos” na expressão da concessividade. São eles: embora (59 ocorrências), mesmo que (31 ocorrências) e ainda que (16 ocorrências). Eles são responsáveis por 106 ocorrências, ou seja, 70,19% de todas as concessivas desenvolvidas localizadas no *corpus* de nossa análise.

Abreu (2010, p. 50) faz uma importante observação quanto ao uso de embora, já indicada anteriormente em nossa pesquisa, mas agora focalizada na questão do uso do modo verbal:

Antigamente dizia-se *em boa hora* e, mais tarde, principalmente a partir do século XVII, apenas *embora*, para dizer que as coisas aconteciam favoravelmente ou deveriam acontecer desse modo. [...] Desde essa época até o final do século XVII, era bastante comum usar *embora* com esse sentido, em orações optativas, que exprimiam desejo. [...] No século XIX, à medida que foi desaparecendo o significado original da expressão, essa palavra pôde ser adaptada como conjunção concessiva, em frases como: ***Embora*** seja uma cidade rica, não tem tratamento de esgoto. [...] Um vestígio dessa adaptação é o verbo no modo subjuntivo, herança das frases optativas, em que sempre ocorria *embora*. Como sabemos, o subjuntivo significa incerteza, probabilidade, algo que ainda não aconteceu. [...] Ora, numa construção concessiva, o subjuntivo não tem esse valor. Afinal, no exemplo concessivo acima, o falante tem certeza de que a cidade é rica [...]. A única razão para a presença do modo subjuntivo nessas orações concessivas é o fato de ele ter vindo ‘por contrabando’, juntamente com o antigo advérbio *embora*, adaptado, agora, como conjunção concessiva.

Em contraposição a isso, os conectivos menos “clássicos” e provavelmente mais tardios na expressão da concessividade, ou seja, quando (28 ocorrências), e (6 ocorrências), mesmo quando (7 ocorrências) e se bem que (1 ocorrência) são encontrados somente no modo indicativo.

De acordo com Camara Jr. (1981, p. 145), o modo indicativo tem, cada vez mais, “invadido a área dos outros dois modos (subjuntivo e imperativo), restando para outros elementos da sentença, como advérbios, o papel de traduzir as noções de incerteza e de dúvida”. Em outras palavras, estamos constatando uma mudança em tempo real, visto que, na contramão das prescrições gramaticais, o modo subjuntivo vem sucumbindo ao uso do

indicativo em determinados contextos de uso das construções concessivas (cf. Almeida, 2010, p. 10).

Vejamos alguns exemplos:

- Conectivo *embora*

(47) Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar, [embora já estejamos quase no horário de encerramento,] que a Comissão de Turismo recebeu a Sra. Secretária de Estado de Turismo, Esporte e Lazer, com os Srs. Deputados Glauco Lopes, Comte Bittencourt, V. Exa., Sr. Deputado Sabino, e o Sr. Deputado Nelson Gonçalves. – 05/05/2009

(48) Sr. Presidente, deixei para falar no final, já com as galerias praticamente vazias, porque poderiam dizer que eu estaria jogando para a arquibancada, [embora não precisasse disso, por causa da audiência que tenho]. – 08/09/2009

(49) Temos a próxima semana que ainda é uma semana que teremos dificuldades de funcionamento no Parlamento, [embora a Casa estará aberta e funcionando,] cheguei a imaginar, e vou fazê-lo, propor a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, que é um instrumento pelo menos mais ágil e mais contundente que a Casa dispõe. – 16/04/2009

No que diz respeito às relações modo-temporais, no exemplo (47), temos o conectivo *embora* em seu uso mais prototípico, ou seja, com verbo no presente do modo subjuntivo. O grande número de ocorrências desse conectivo no presente do subjuntivo carrega a ideia de maior assertividade, como é bastante típico aos interesses dos deputados estaduais, que precisam carregar o discurso do tom da certeza. Trata-se, além disso, de um uso bastante normatizado.

Da mesma forma, o exemplo (48) também utiliza o modo subjuntivo, em um tipo de ocorrência menos comum em nosso *corpus*, já que está no pretérito imperfeito. Nesse caso, o discurso assume caráter hipotético, com maior carga de subjetividade. Esse contexto linguístico propicia o aparecimento do verbo no subsistema do pretérito imperfeito.

Por fim, no exemplo (49), dá-se algo diferente. Ao contrário de (47) e (48), utiliza-se o conectivo *embora* acompanhado de um verbo no futuro do presente do modo indicativo (estará). Certamente esse uso foi motivado pelo fato de o orador ter certeza de que a “casa estará aberta e funcionando”. O uso do modo subjuntivo, de *per si*, carrega as ideias centrais

de hipótese ou incerteza, o que não se observa no segmento descrito. Essa, portanto, pode ser a motivação para esse uso não-normatizado, mas bastante icônico.

Ademais, devemos destacar que, em um estudo variacionista, conforme afirma Almeida (2010, p. 72), a análise do fator grau de escolaridade, em geral, evidencia um uso mais reduzido do modo subjuntivo. Essa afirmação não pode ser feita de forma categórica em nosso *corpus*, porque não buscamos esse viés da questão, mas seria perfeitamente possível admitir essa hipótese como explicação.

- Conectivo *mesmo que*

(50) Eu fico muito impressionado quando vemos a massa de trabalhadores no interior do Estado prestando serviços em diversos setores, para chegar, no final do mês, e receber o seu salário, [mesmo que esse salário em dólar hoje seja muito superior ao que era antes] - quer dizer, já é muito melhor, o poder de compra aumentou -, [mesmo assim], não é o que gostaríamos que fosse. – 30/04/2009

(51) [Mesmo que tivesse alguma economia de recurso], não justificaria juntar um órgão que é para levantar indicadores, que é para ajudar no planejamento e outro que é ligado a ensino. [Mesmo que fosse aceitável a justificativa de economia de recurso], isso desorganiza. – 17/02/2009

Os exemplos (50) e (51) acima exemplificam o uso de *mesmo que*, no modo subjuntivo. A primeira ocorrência espelha o uso do presente do subjuntivo; a segunda, utiliza o futuro do pretérito desse mesmo tempo verbal.

No exemplo (50), o orador acredita que seja possível que o salário em dólar seja superior ao que era antes, mas não se compromete radicalmente com essa ideia. Ao contrário, no exemplo (51), a chamada “economia de recurso” é um fato praticamente improvável para o orador, o que é veiculado pela ajuda do uso do verbo no pretérito imperfeito.

De acordo com Almeida (2010, p. 233), o uso do subjuntivo com o conectivo *mesmo que* foi categórico. O mesmo foi constatado em nosso estudo. Em ambos os casos, a ideia de hipótese está marcada, mas fica ainda mais forte no exemplo (51), pelo uso do tempo verbal destacado.

- Conectivo *quando*

(52) Não é à toa que ontem o Caged registrou um crescimento de quase 35 mil empregos no Brasil [quando, no mundo todo, o que observamos, infelizmente, é desemprego, demissão, desespero.] – 16/04/2009

(53) Hoje, o salário mínimo tem muito mais valor, principalmente se compararmos ao dólar, do que há alguns anos. Ele tem também reajustado as aposentadorias, [quando em outros governos ficaram congeladas durante anos]. Mais ainda: o reajuste é diferenciado do reajuste da ativa. – 28/04/2009

(54) Comprou dez vezes mais o que comprou São Paulo, pagando duas vezes mais para uma população do Rio de Janeiro, que é duas vezes e meia menor, gastando oito milhões de reais nessa licitação, [quando poderia ter gasto, praticando o preço de São Paulo, R\$ 1,5 milhão], portanto, R\$ 6,5 milhões foram parar no bolso de alguém. – 12/02/2009

Como já destacamos em diversos pontos de nossa investigação e é sabido por todos, o conectivo *quando* é prototipicamente utilizado para comunicar a noção de temporalidade. Por outro lado, é possível uma leitura concessiva ou temporal-concessiva em diversas ocorrências, como as que destacamos (52), (53) e (54).

Em (52), o *quando* introduz uma concessiva no presente do indicativo; em (53), a concessiva está no pretérito perfeito do indicativo; por fim, em (54), a concessiva está no futuro do pretérito do indicativo. Nos três casos, assim como em todo o nosso *corpus*, o *quando* com valor temporal-concessivo só surge com verbos no modo indicativo, ou seja, um modo verbal que indica menor grau de compressão de orações, nos termos de Lehmann (1988).

De acordo com Traugott (2008a, p. 21-22), podemos afirmar que o *quando* com valor temporal-concessivo expressa um caso de polissemia construcional. No uso desse conectivo, convivem antigos significados (noção de temporalidade) com usos mais recentes (noção de concessividade). Em outras palavras, nuances de significado persistem a partir da origem da construção até os dias de hoje.

Essa ambiguidade ou polissemia construcional é um pré-requisito para a gramaticalização, nas palavras de Traugott (2008a, p. 21), visto que surge um processo de reanálise estrutural. Aliás, a categoria semântica de tempo, segundo diversos autores, é a fonte

privilegiada para o surgimento de conectivos concessivos (Harris, 1985, p. 76-77; Martelotta, 1998, p. 39-40; Longuin-Thomazi, 2004, p. 216; Garcia, 2004a, p. 3811).

É muito provável que o conectivo *quando*, por ser utilizado somente no modo indicativo para carrear a ideia de concessão, seja um uso ainda muito recente na língua, inclusive porque o modo subjuntivo, em geral, expressa normalmente maiores estágios de compressão e, portanto, de gramaticalização, conforme propõe Lehmann (1988) *apud* Gonçalves et al. (2007, p. 85).

- Conectivo *ainda que*

(55) Nós sabemos, Deputado João Pedro, que essa crise, evidentemente, [*ainda que* seja muito profunda, a pior crise desde o século XX, desde a crise de 29], teve uma resposta dos governos, dos bancos centrais, como não houve em 29, concordemos ou não. – 05/02/2009

(56) Portanto, dá um poder estranho para o governador que estiver governando o Estado do Rio de Janeiro. Visto que este projeto não é um projeto para este governo, mas para este e para os subsequentes, se o projeto for aprovado. Portanto, [*ainda que* se viesse a realizar esse processo seletivo,] ele não garante a lisura desta contratação. – 17/06/2009

O conectivo *ainda que* só foi encontrado em contexto de uso semelhantes ao do conectivo *mesmo que*. Aliás, pode-se dizer que ambos apresentam uma notável semelhança em termos de uso, até quanto ao contexto de ocorrência das formas (presente e pretérito imperfeito do modo subjuntivo).

Por outro lado, partindo-se do princípio da não-sinonímia da forma gramatical, podemos atestar uma especificidade no uso de *ainda que*. Como já vimos, esse conectivo deve sua origem histórica ao próprio *ainda*, que permanece até os dias de hoje na língua portuguesa, com função eminentemente temporal.

Tanto em (55) quanto em (56), apesar de estar mais clara a expressão da concessividade por meio do conectivo *ainda que*, ainda assim é possível perceber que a ideia de temporalidade não foi totalmente apagada. Em (55), o deputado orador está relatando uma grande crise que assolava o país, e essa crise é marcada explicitamente no plano temporal (“século XX, desde a crise de 29”). Em (56), isso também se efetiva, mas de maneira um

pouco menos explícita, visto que um fato é utilizado para metaforicamente representar um marco temporal (“realizar esse processo seletivo”).

Não é difícil, portanto, associarmos a noção de *ainda que* à ideia de tempo, em uma clara alusão à sua origem histórica. Assim, estamos flagrando o princípio da persistência, tal como foi desenvolvido por Hopper (1991). Nosso ponto de vista pode ser corroborado por outras ocorrências de nosso *corpus*:

(57) [**Ainda que** hoje tenhamos os nossos meios, neste nosso país grandão, neste nosso país imenso - que teria tudo para ter um povo muito mais feliz e evoluído - em função de uma política perversa, de uma classe dominante mesquinha e elitista,] **ainda** temos em nosso peito uma dor, que é ver muitos dos nossos irmãos discriminados, famintos, abandonados, sofrendo no dia-a-dia uma avalanche de contrainformação, uma avalanche de mentiras, manipulados cotidianamente. – 12/05/2009

(58) [**Ainda que** o dólar tenha sofrido um aumento frente ao real – e tenhamos, então, um reequilíbrio da arrecadação dos *royalties* e das participações especiais –], [**ainda** assim] estamos com 2/3 do que se arrecadava. – 17/02/2009

Tanto em (57) quanto em (58), detectamos o uso das expressões *ainda* e *ainda assim*, respectivamente, para recuperar o sentido concessivo exposto anteriormente pelo conectivo *ainda que*. Essa estratégia de referenciação anafórica só é possível porque há, como de fato estamos comprovando, uma grande identidade entre a partícula *ainda*, de valor temporal, com o conectivo *ainda que*, de valor concessivo. Além disso, o uso do modo subjuntivo no segmento concessivo conduz naturalmente o leitor ao encontro de seu segmento nuclear, desta vez, no modo *realis*, ou seja, indicativo.

No exemplo (57), há identidade, inclusive, no uso do verbo (*ter*). A correlação entre “Ainda que hoje tenhamos” e “ainda temos” é bastante clara, e contribui para o encadeamento dos argumentos apresentados pelo orador. No exemplo (58), essa retomada anafórica é ainda mais explícita pelo uso da expressão *ainda assim*, que recupera sinteticamente todo segmento concessivo anterior e encadeia-o ao segmento nuclear.

- Conectivo *mesmo quando*

(59) E aqui, é preciso reconhecer, em homenagem à Presidência, que [mesmo quando alguém lá da cadeira, sentado, grita “Verificação!”], a Mesa respeita. – 12/03/2009

(60) Mas entre essas pessoas gostaria de citar também o jornalista Ronaldo Ferraz, o Pereirinha e o Figueira de Brito, pessoas que [mesmo quando eu estava fora do Parlamento], lia alguma notícia no jornal ao meu respeito. – 11/02/2009

O uso de mesmo quando amalgama dois conectivos que possuem independência do ponto de vista morfossintático em língua portuguesa: mesmo e quando. Tanto em (59) quanto em (60), o conectivo expressa a ideia de “concessividade temporal”, em nível mais elevado do que detectamos em quando, justamente pela presença do primeiro elemento (*mesmo*).

Da mesma forma como em quando, não detectamos o uso de mesmo quando com verbos no modo subjuntivo. Mais uma vez, comprovamos que a asserção generalista dos gramáticos de que a concessividade se processaria somente com verbos no modo subjuntivo não se sustenta do ponto de vista empírico.

Em (59), detectamos o uso de mesmo quando com verbo no presente do indicativo; já em (60), mesmo quando está sendo utilizado com o verbo no pretérito imperfeito do indicativo. Tanto em um caso quanto no outro, verificamos um grau mais elevado de assertividade do que de hipótese, o que é proporcionado pelo uso do verbo no modo indicativo.

- Conectivo *e*

(61) Há uma desconfiança da minha parte – ainda estou analisando, Sr. Deputado Comte Bittencourt – sobre as receitas patrimoniais do Governo do Estado. Suspeito, e por enquanto é só uma suspeição, que ali dentro dessas receitas esteja uma operação de antecipação de royalties do petróleo, no mesmo formato da que o ex-Governador Garotinho fez. – 03/03/2009

(62) Prosseguindo a fala do Deputado Comte Bittencourt e a sua explicação com relação ao empenho do Governo em fazer obras de infraestrutura, naquele momento em que foram entregues aqueles cheques aos prefeitos, naquele momento importante em que Alerj marcou uma posição fundamental, eu acho que precisávamos colocar um pouco na cabeça daquele Executivo local – [e isso não foi falado aqui ainda] – que está sendo remediada alguma coisa, está sendo dada uma “Cibalena” para uma dor de cabeça, mas que nós não temos o

Entre os conectivos que consideramos nesta tese como concessivos, certamente o *e* é o menos prototípico, visto que o sentido concessivo, na verdade, emerge naturalmente de uma conjugação de fatores ou a partir de um conjunto de elementos que circunvizinham esse elemento. Para sermos mais específicos, talvez fosse mais apropriado considerá-lo como uma partícula de contraste ou oposição, visto que é possível tanto uma leitura adversativa quanto concessiva. Optamos por agasalhá-lo em nosso estudo, porque, como já dissemos, apesar de não negarmos a possibilidade de uma leitura adversativa, é muito verossímil considerá-lo como concessivo.

Por exemplo, em (61), o segmento introduzido por *e* não tem o objetivo de apenas acrescentar informações como acontece na adição prototípica. Ao contrário, ele ocorre em uma estrutura muito semelhante às parentéticas, para introduzir uma atenuação da carga persuasiva do discurso. E concorrem para isso o uso das partículas *por enquanto* e *só*, que integram a construção concessiva. Em outras palavras, o contexto comunicativo, incluindo-se aí a seleção vocabular, é fundamental para que haja o surgimento da noção de concessividade.

Em (62) ocorre fato muito semelhante. O segmento concessivo é introduzido também pelo *e*, mas há a presença de partículas que auxiliam na ideia de contraposição ou contraste. Nesse caso específico, a contribuição advém das partículas *não* e *ainda*, que curiosamente constituem outros conectivos concessivos, ou seja, o *não obstante* e o *ainda que*. Essas “coincidências” certamente não se dão gratuitamente; ao contrário, são motivadas.

Nossa argumentação está perfeitamente afinada com Almeida (2010, p. 57), para quem “os valores atitudinais de incerteza, dúvida e de suposição podem ocorrer a partir de outros componentes lexicais, mesmo sem emprego do modo subjuntivo”. E é exatamente o que parece ocorrer no caso do *e* com matiz concessivo. Nas 6 ocorrências de nosso *corpus*, o verbo perfilado pelo conectivo está sempre no modo indicativo.

Almeida (2010, p. 234) também aponta outra informação importante quanto ao uso do modo indicativo na expressão da concessividade. Segundo a autora, esse uso está presente “sobretudo quando se veicula uma hipótese, que não se projeta no futuro”. De fato, em nossos dados, o *e* não foi usado uma única vez no futuro, com sentido concessivo.

- Conectivo *mesmo se*

(63) O que o contrato estabelece Deputado Luiz Paulo, é que tem de ser oferecidas no mínimo 10 mil vagas ao longo do período de 60 minutos. Eu diria, [mesmo se o contrato estivesse sendo cumprido e as 10 mil vagas tivessem sendo oferecidas], [mesmo assim] não atenderia à demanda hoje existente. – 19/03/2009

Em todo o nosso *corpus*, só encontramos uma única ocorrência de *mesmo se*. Segundo vimos em nossa revisão da bibliografia, esse conectivo amalgama as ideias de concessividade e condicionalidade, dentro de um mesmo espectro semântico ou rede conceptual.

Na concessividade, constata-se a negação de um vínculo causal; já na condicionalidade, esse vínculo causal é hipotetizado. Por outro lado, entre um ponto e outro, pode haver a existência das chamadas *condicionais-concessivas* (cf. Neves, 2006, p. 260; Neves et al, 2008, p. 867), também chamadas de *concessivo-condicionais* (cf. Givón, 1994, p. 297) ou ainda de *condicionais com matiz concessivo* (cf. Neves, 2000, p. 867). Produz-se, assim, uma mescla de matizes ou um esquema híbrido, visto que se conserva a ideia de contraste das concessivas com a de suposição das condicionais.

O uso do modo subjuntivo com o conectivo *mesmo se* é bastante icônico, visto que tanto a ideia de condicionalidade quanto concessividade baseiam-se prototipicamente no campo das hipóteses ou suposições. Com o conectivo *mesmo se*, explicita-se a irrelevância da escolha das duas condições disjuntas, ou seja, o fato de *o contrato estar sendo cumprido e as 10 mil vagas estarem sendo oferecidas* não determinariam, segundo a ótica do orador, o atendimento à demanda na atualidade.

Enfim, trata-se de um uso bastante específico, no sentido de carrear uma carga semântica bastante singular. Sua função é assertar uma relação condicional entre um conseqüente e todo um grupo de condições antecedentes, que esvazia o espectro de possibilidades, para utilizarmos as palavras de König e Auwera (1985, p. 107)

- Conectivo *se bem que*

(64) Só posso verificar que seja assim, pois se medíssemos de fato o que precisa ser medido, a qualidade da nossa economia, a política de desenvolvimento, a seriedade na gestão pública, a renda do nosso povo, essa popularidade não poderia ter tal dimensão, [se bem que aqui no Estado do Rio de Janeiro, também diz o jornal de hoje, na

Também só detectamos um único caso de *se bem que* em nosso *corpus*. Segundo Azeredo (2008, p. 335), esse conectivo equivale a *embora* e “emprega-se para introduzir uma ressalva e tem a peculiaridade de poder ocorrer com verbo tanto no modo subjuntivo quanto no indicativo”.

Na ocorrência (64), o conectivo *se bem que* foi utilizado com um verbo no modo indicativo (*beneficia*). Mais uma vez, o indicativo é utilizado para veicular um grau maior de certeza ou assertividade. Almeida (2010, p. 234) também defende que ao usar o indicativo, “o enunciador traz a informação de um evento/estado que depende de seu conhecimento e/ou comprometimento [...] e a validade e/ou aceitação do evento descrito na cláusula concessiva é atestada no próprio mundo”.

De fato, no exemplo citado, o orador vale-se de uma declaração dos jornais, ou seja, a informação depende de seu conhecimento, mas a aceitação é atestada no próprio mundo. Não é uma questão de hipótese, mas de factualidade.

Os diferentes comportamentos morfossintáticos dos conectivos concessivos impedem-nos de traçar grandes generalizações sobre o assunto. Por esse motivo, adotamos uma classificação mais modesta, já reportada nessa tese e novamente recuperada:

- **Grupo 1 – Concessivas sempre ou normalmente desenvolvidas** (conectivos *quando*, *mesmo quando*, *mesmo que*, *mesmo se*, *embora*, *e* e *se bem que*).
- **Grupo 2 – Concessivas sempre ou normalmente nominalizadas ou reduzidas** (conectivos *mesmo*, *mesmo assim*, *até mesmo*, *nem mesmo*, *apesar de*, *em que pese*, *não obstante*).

Agora, cabe analisarmos um último grupo de concessivas, com comportamento morfossintático bem distinto do das demais. Trata-se das concessivas justapostas.

Diversos estudiosos abordaram a existência de concessivas justapostas¹⁰⁰, tanto em língua estrangeira (cf. Harris, 1985, p. 80; Thompson; Longacre, 1985, p. 174) quanto em

¹⁰⁰ Para Bechara (1954, p. 25), ao se referir aos “casos em que a concessão apenas se depreende pelo contexto sem que a circunstância seja expressa por conectivos” afirma que a entoação pode “desempenhar papel importantíssimo permitindo o emprego escasso da conjunção”. Thompson e Longacre (1985, p. 239), por sua

língua portuguesa (Decat, 2001, p. 130). Entre eles, podemos citar Ribeiro (2004, p. 319), para quem “certas expressões fixas (*venha de onde vier, haja o que houver, custe o que custar, diga o que quiserem, dê onde der...*) são, na realidade, adjuntos adverbiais de concessão, *não constituindo orações*.” Parece que essa asserção é, no mínimo, polêmica, visto que negar o estatuto oracional a tais expressões causa uma contradição severa na teoria adotada pelo autor, visto que se há presença de verbo, inevitavelmente, para conferir coerência à sua descrição, deveríamos reconhecer a existência de estruturas oracionais.

A análise de tais construções, contudo, não é uníssona. Kury (2003, p. 83) opta por descrever essas construções segundo uma perspectiva de caráter mais sintático. Assim defende o autor que “[...] o conjunto formado por uma oração no subjuntivo seguida de uma adjetiva no mesmo modo exprime objeção indefinida e é sentido como uma verdadeira [oração complexa] adverbial concessiva”.

Bechara (2003, p. 351) também aborda essa questão:

Aproximam-se as orações justapostas das coordenadas sindéticas, e com elas às vezes se alternam, por permitirem, no nível da camada superior do texto, um sentido subsidiário de causa-explicação, concessão, consequência, oposição, tempo, levando-se em conta o conteúdo de pensamento nelas designado.

Como já tivemos a oportunidade de verificar anteriormente, Quirk et al. (1985, p. 1100) definem as concessivas justapostas como *condicionais-concessivas alternativas*. Nessas construções, na verdade, constatamos o amálgama de três matizes: concessão, condição e disjunção. Bechara (2003, p. 363) também dá tratamento semelhante a esse aspecto, sublinhando que o verbo precisa estar no subjuntivo.

Conteúdos de valor concessivo podem vir, justapostos, iniciados por unidades alternativas (neste caso o verbo está no subjuntivo), quando denotam que a possibilidade de ações opostas ou diferentes não impede a declaração principal.

Para procedermos à análise das concessivas justapostas, nós nos serviremos do aparato teórico da gramática das construções (cf. Goldberg, 1995). Segundo essa perspectiva, as

vez, postulam que a falta de conectivo obriga a uma unidade mais forte: “[...] a ausência de conjunção nas sentenças que empregam justaposição exige uma unidade mais forte – que é assinalada por meios fonológicos e lexicais” (the very absence of conjunction in sentences that employ juxtaposition necessitates a tighter unity – which is signaled by phonological and lexical means).

construções são representações automatizadas, rotinizadas, arquivadas e ativadas pelos falantes, que criativamente as acessam (Traugott, 2008, p. 5).

Constatamos, no bojo das justapostas, uma notável ambiguidade estrutural, o que, nos termos de Traugott (2008a, p. 21), é pré-requisito para a reanálise e, portanto, para a gramaticalização. Essa ambiguidade estrutural resulta da cristalização de rotinas linguísticas, que intentam resolver problemas interacionais na comunicação cotidiana. É nesse sentido que os cognitivistas e alguns funcionalistas consideram a gramática como um conhecimento procedimental, afinal, é na interação *on-line* que as soluções para a comunicação são encontradas (cf. Thompson; Couper-Kuhler, 2005, p. 483-484).

Com outras palavras, em textos um pouco mais clássicos do funcionalismo, como em Matthiessen e Thompson (1988, p. 299-300), a combinação de cláusulas reflete, em geral, a gramaticalização da organização retórica do discurso. Afinal, as mesmas relações gerais que permeia os textos são as que se estabelecem no interior das cláusulas e, portanto, das construções em geral.

Esse processo de reanálise, entendido como mudança na estrutura da expressão, especialmente na estrutura morfossintática, na verdade, segundo Traugott (2007, p. 3), só poderá ocorrer plenamente na medida em que a repetição do padrão levar à automatização da sequência de unidades. Isso fará também com que esses padrões provavelmente sofram algum tipo de compressão ou redução em sua forma. Em outras palavras, haverá perda crescente de autonomia dos itens para uma crescente cristalização.

A reanálise utiliza materiais já existentes na língua, reorganizando-os em novos padrões morfossintáticos, no eixo sintagmático ou linear do discurso. Trata-se também de um fenômeno psicológico, pois os falantes alteram sua percepção acerca da ordenação dos constituintes no eixo sintagmático por meio de processos inferenciais.

Lembramos que a composicionalidade (cf. Fried, 2008, p. 5) não pode ser apontada como mecanismo contrário à gramaticalização ou ao estatuto de construção de qualquer sequência que seja. Na verdade, no âmbito da gramática das construções, a composicionalidade é considerada de forma enfraquecida, “já que o significado de uma expressão vai ser o resultado dos elementos lexicais que a compõem e o significado da própria construção” (cf. Nascimento, 2006, p. 32).

Segundo o nível de esquematicidade, de acordo com Traugott (2008a, p. 5-6; 2009, p. 94), Fried (2008, p. 4-5), entre outros autores, as construções podem ser consideradas como macro-construções (grandes esquemas), meso-construções (grupos de micro-construções com

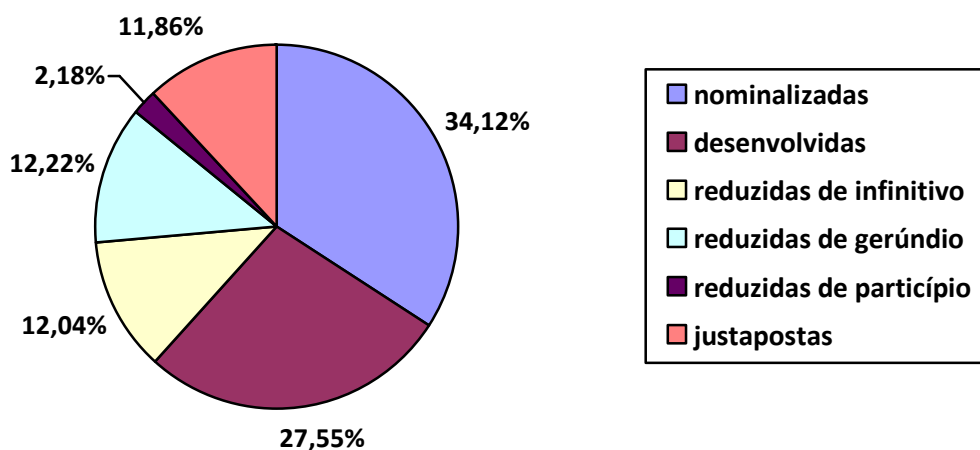
comportamentos similares), micro-construções (construções individuais) e construtos (exemplos empiricamente testados de micro-construções).

Em nosso *corpus* de análise, identificamos a ocorrência de 65 construções justapostas, o que corresponde a 11,86% de todas as construções concessivas. Todas elas são parcialmente esquemáticas, no sentido de que podem ser alteradas em determinados pontos, como se verá logo adiante.

Com base em Hopper e Traugott (1997, p. 172), consideramos a *justaposição* como um processo de articulação de cláusulas ou segmentos em que há uma relação inferencial entre núcleos distintos. Em outras palavras, nesse tipo de articulação sintática, não há propriamente um conectivo *stricto sensu*.

Por ora, refazendo-se o gráfico inicial dos tipos de concessivas, agora incluindo as justapostas, teríamos o seguinte:

Gráfico 6 – Formas de conexão das concessivas (desenvolvidas, nominalizadas, reduzidas e justapostas)



Entre as construções concessivas justapostas identificadas, podemos afirmar que encontramos 5 meso-construções, ou seja, 5 grupos de micro-construções, que são os seguintes:

Tabela 6 – Padrões meso-construcionais das concessivas justapostas

	Meso-construção	Exemplo	Número de ocorrências
Padrão 1	Por mais [N] que [N/pron] V _{subj.}	Por mais que ele tente	19 – 29,23%
Padrão 2	Por [mais] <i>adj</i> que V _{subj.}	Por mais esperto que seja	16 – 24,61%
Padrão 3	-Q + quer que + V _{subj.}	Qualquer que seja	13 – 20%
Padrão 4	V ¹ [N/pron] -Q V ¹	Tenha a origem que tiver	13 – 20%
Padrão 5	V ou não	Queira ou não	4 - 6,15%
Total			65 – 100%

A notação estabelecida para caracterizar cada construção da tabela 6 segue as seguintes convenções adotadas para esse estudo:

- N – nome (normalmente, substantivo)
- Pron – pronome (normalmente, do caso reto)
- Adj – adjetivo
- V¹ – verbo correferencial a outro na mesma construção
- V_{subj.} – verbo no modo subjuntivo
- -Q – qualquer partícula interrogativa (qual, onde, quem, que)
- [] – indica que o termo é opcional
- [/] – indica que o termo é opcional e pode apresentar variação

Cada meso-construção constitui uma *família de construções* (cf. Goldberg; Jackendoff, 2004, p. 532), em que se constata variação semântica e sintática, o que terá diferentes efeitos, entre eles, a taxa de produtividade. Essa perspectiva coaduna-se perfeitamente com a teoria dos protótipos, que, como vimos, não considera as categorias linguísticas como estanques ou totalmente autônomas.

Na perspectiva de Goldberg et al. (2007, p. 3), essa família de construções é denominada como uma teia interconectada, para expressar com mais clareza que as relações estabelecidas entre as construções se dão sempre de forma interrelacionada.

Os cinco padrões apresentados são considerados como meso-construções parcialmente especificadas, ou seja, não são nem totalmente abertas, como a relação sujeito e predicado, mas também não são totalmente especificadas, como provérbios populares e frases feitas que, via de regra, não aceitam alterações¹⁰¹.

O princípio da iconicidade, em sua versão abrandada, postula uma relação não isomórfica, mas motivada entre forma e função. Segundo o subprincípio da quantidade, “quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma” (cf. Furtado da Cunha, 1999, p. 26-27). Nos padrões meso-construcionais concessivos, atua com grande vigor esse princípio, visto que a diferença entre um conectivo concessivo simples e uma justaposição concessiva está justamente na maior carga de informação desta última que tende a amalgamar a noção de concessividade com outras noções semânticas.

A relevância e a quantidade de informações veiculadas por essas construções fazem com que, pelo menos em estágios iniciais de gramaticalização, elas sejam mais “pesadas” ou maiores do ponto de vista formal. Afinal, estamos tratando de construções com grande quantidade de carga informacional.

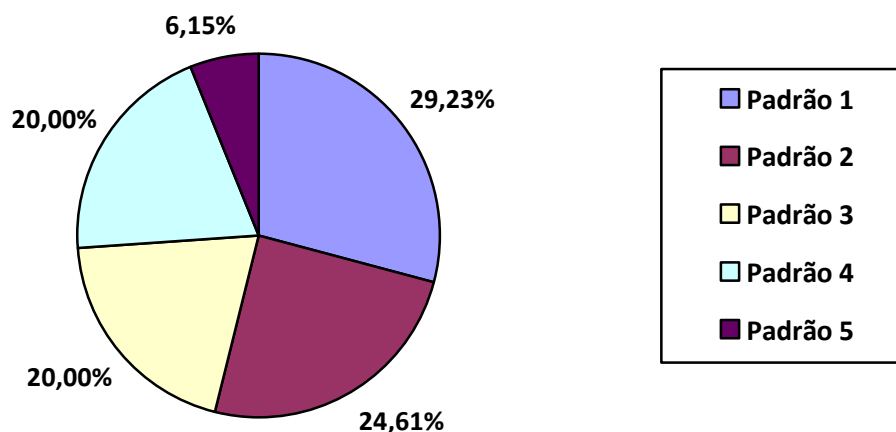
Segundo Givón (1990, p. 969), a base cognitiva do princípio da quantidade está na atenção e esforço mental demandados para o processamento de construções complexas. Certamente há uma permanente tensão entre ser muito informativo e ser muito econômico. São duas forças antagônicas em permanente busca de equilíbrio na língua, ou seja, é o “combate” entre tradição e inovação. Contudo, o desejo do falante de ser o mais expressivo e específico faz com que a codificação gramatical incorpore outros elementos e crie novos arranjos que se manifestam no nível do discurso.

Goldberg (1995, p. 72) preceitua que as construções pertencentes a um mesmo padrão, ligadas por relações de herança, podem ser idênticas ou apresentar algumas diferenças, sendo que sempre haverá, mesmo que minimamente, uma motivação a partir do protótipo central. As relações semânticas que se estabelecem entre elas são herdadas, portanto, desse protótipo, que funciona como a construção central.

Com exceção do padrão 5, podemos dizer que os outros padrões apresentam aproximadamente o mesmo nível de produtividade. Isso pode ser constatado por meio da tabela 6 (cf. pág. 186) e do gráfico a seguir:

¹⁰¹ Dias (2009; 2010, p. 69-84) e Dias e Rodrigues (2010) também analisam os graus de encaixamento e integração das justapostas, especialmente das estruturas proverbiais.

Gráfico 7 – Produtividade dos padrões meso-construcionais



O gráfico 7 ilustra bem o nível de produtividade dos 5 padrões meso-construcionais detectados nesta tese. Como já afirmamos, os padrões 1, 2, 3 e 4 apresentam semelhante nível de produtividade, ou seja, são um pouco mais frequentes que o padrão meso-construcional 5.

Façamos uma análise de cada construção em particular.

- **Padrão 1** - *Por mais [N] que [N/pron] V_{subj}* – (19 ocorrências – 29,23%)

O padrão meso-construcional 1 é o mais produtivo em nossos dados, como tivemos a oportunidade de constatar por meio do gráfico 7. Em linhas gerais, ele representa a ideia de uma posição escalar extrema. Vejamos alguns exemplos:

(65) [Por mais que eu canse aqui, de defender a família– acho o fator mais importante em uma sociedade – e considere os quatro meses da licença-gestante um tempo razoável para que o ciclo da nova vida chegada ao lar tenha um bom início], certamente, sob a visão realista de um empregador, serão preteridas as mulheres em favor dos homens. – 31/03/2009

(66) Eu tenho certeza de que a opinião pública vai ser contra essa homenagem, [por mais que partidos de esquerda defendam esse tipo de movimento], [por mais que alguns parlamentares defendam esse tipo de movimento]. Tenho certeza de que a maioria do Plenário não defende e vota contra essa homenagem. – 18/03/2009

(67) Municípios como Itaperuna, Cardoso Moreira e Italva ficaram isolados. [Por mais que existisse estrutura], não havia como socorrer as pessoas, porque o acesso era somente por via aérea, somente por meio de helicópteros. – 05/02/2009

(68) Começamos o ano letivo, deputados, acho que melhor do que os anteriores, [por mais críticas que venho fazendo desta_tribuna], sempre construtivas, alertando a Casa de que a educação pública tem que descer do palanque de todos nós. – 04/02/2009

A presença do item adverbial mais caracteriza o padrão 1. Essa partícula contribui fortemente para o sentido escalar extremo que se observa nessa meso-construção. No exemplo (65), o orador diz “Por mais que eu canse aqui, de defender a família... e considere os quatro meses da licença-gestante um tempo razoável... serão preteridas as mulheres em favor dos homens”. Esse discurso foi proferido em meio a uma grande discussão quanto à extensão do tempo de licença para gestantes ou não.

Houve debates acalorados, dentre os quais foi produzido esse discurso. O fato de o deputado “cansar-se de defender a família” marca o extremo de sua atuação, ou seja, muitas ações foram tomadas para defender seu ponto de vista, mas o “cansar-se de defender a família” é certamente o ponto extremo. É nesse sentido que esses segmentos concessivos indicam sentido escalar extremo.

No exemplo (66), também constatamos uma construção concessiva pertencente ao padrão meso-construcional 1. Nesse exemplo específico, a expressão “por mais que...” é utilizada duas vezes, com sentido certamente persuasivo, contundente, enfático. Aliás, a repetição dessa expressão foi constatada em 5 das 19 ocorrências desse padrão. A natureza do discurso político, além da própria constituição linguística dos elementos que constituem esse padrão, contribui para que isso ocorra com certa regularidade. Nesse exemplo específico, o orador contrapõe a opinião pública à posição política dos partidos de esquerda e à de alguns outros parlamentares. O choque de ideias, a contraposição ou contraste é flagrante, em um discurso eivado de extremos e ênfase.

O exemplo (67) traz o verbo *existir* no pretérito imperfeito do subjuntivo. Trata-se da única ocorrência de verbo fora do subsistema do presente em todas as 19 ocorrências desse padrão meso-construcional. Como já tivemos a oportunidade de apontar, o discurso político tem apelo maior para fatos do cotidiano, o que certamente explica a pouca frequência de verbos nos subsistemas do pretérito e do futuro. Aliás, no contexto discursivo, esse verbo foi utilizado no passado como estratégia para criação de uma estrutura de fundo para o discurso político do deputado orador, cujas propostas de atuação ocupam lugar de figura.

O exemplo (68), por fim, marca uma variação do padrão meso-construção, visto que é a única ocorrência que preenche o primeiro [N] do padrão construcional. Provavelmente é uma estrutura mais rara do ponto de vista discursivo, também porque o argumento do verbo da construção (*venho fazendo*) está deslocado à esquerda, ocupando justamente o lugar desse [N]. Outro fator de variação é o uso do presente do indicativo pelo presente do subjuntivo (*venho fazendo*, em vez de *venha fazendo*) que, como já dissemos em outra instância, é mais assertivo e característico dos textos com maior carga de subjetividade.

Para Neves (2006, p. 260), essas construções são chamadas de *condicionais-concessivas*. Para Quirk et al. (1985, p. 1100), são denominadas *condicionais-concessivas universais*. De fato, quando lemos, por exemplo, “por mais que partidos de esquerda defendam esse tipo de movimento”, ao mesmo tempo em que estamos veiculando uma noção de concessividade, baseada no contraste ou na contra-expectativa, estamos também expressando condicionalidade, em sentido semelhante ao mais prototípico *mesmo se*, que também carrega a ideia de hipótese. A diferença básica seria que a expressão “por mais que...” traz justamente o caráter de excepcionalidade ou escalaridade extrema.

Uma análise mais apurada desse padrão meso-construcional revela que o segmento concessivo expressa uma “falsa causa” para o que está descrito no segmento nuclear. Assim, tomando-se o exemplo (67) para ilustrar nossa asserção, verificamos que o fato de haver estrutura para atendimento à população deveria ser uma causa eficiente para o socorro às pessoas afetadas pelas chuvas. Por outro lado, isso não se dá porque o arranjo sintático, construído de acordo com as necessidades comunicativas do falante, faz com que essa pretensa causa eficiente torne-se, na verdade, uma “falsa causa”, visto que é inoperante. Esse caráter generalizador da meso-construção reforça ainda mais a relação de contraposição existente entre as informações (haver estrutura para atendimento à população *versus* socorro às pessoas afetadas pelas chuvas).

O rótulo “universal” dado por Quirk et al. (1985, p. 1100) está em contraposição ao rótulo “alternativa”. Essas construções são universais no sentido de não estabelecerem opções, escolhas ou possibilidades. Ao contrário, como dissemos, são generalizantes.

Retomando as perquirições de Hopper (1991) quanto à ideia de gramática emergente, reiteramos que o uso de padrões meso-construcionais a serviço da expressão da concessividade justifica-se pela necessidade premente de se codificar a atitude do falante em uma forma gramatical nova, ou seja, mais expressiva e informativa.

- **Padrão 2** - *Por [mais] adj que V_{subj}*. – (16 ocorrências – 24,61%)

O segundo padrão meso-construcional sob análise engloba 16 ocorrências. Tanto o padrão 1 quanto o padrão 2 compartilham, entre algumas características, a de designar a ideia de posição escalar extrema ou de intensificação (cf. Azeredo, 1990, p. 105) e a de perfilarem verbos quase que exclusivamente no modo subjuntivo. A diferença básica entre o primeiro padrão e este segundo é que agora estamos tratando de intensificação de valor adjetival.

Os adjetivos encontrados nas construções foram: *humilde*, *poderosa*, *incrível*, *gabaritado*, *simples*, *pacífica*, e os sintéticos *mínimo*, *maior*, *menor* e *melhor*. Vejamos alguns exemplos:

(69) Costumo dizer, jovem Deputado Fabio Silva, que exercer a democracia é escolher os governantes através do voto. Esta é a arma com a qual o eleitor, **[por mais humilde que seja]**, pode, em um dia, ter o mesmo valor que um milionário; é quando o soldado pode ter o mesmo valor que o coronel. – 12/05/2009

(70) Quanto ao presidente Lula, tenho certeza que não foi isso o que ele quis dizer. O Presidente Lula falou talvez do respeito à pessoa física, mas, na questão do Senado Federal, o Brasil merece toda a transparência do mundo, porque isso afeta qualquer cidade do país, **[por menor que ela seja]**. – 18/06/2009

(71) Aí, recuperam o velho jargão do regime militar, que a gente pensou estivesse enterrado, quando qualquer manifestação popular, **[por mais pacífica que fosse]**, era usada como questão de comunista, de agitador, de baderneiro, de subversivo. – 15/04/2009

(72) Deputado Wagner Montes, **[por maior que seja]** seu desejo de o Deputado Luiz Paulo repetir,] não vai repetir, porque todos entenderam muito bem. – 17/06/2009

(73) Inicialmente, cabe dizer a este Plenário que a matéria em questão é de direito financeiro, que regulamenta o controle externo dos atos administrativos dos demais poderes e instituições, competência exclusiva do Poder Legislativo. De tal competência não abrimos mão, e não serão técnicos, **[por mais gabaritados que sejam e que estejam]** a serviço do Poder Executivo], que irão tirá-la desta Casa. – 11/02/2009

As ocorrências dessa meso-construção 2 variam substancialmente. A incidência da partícula mais (na forma analítica ou sintética), à maneira do padrão 1, contribui para a ideia

de intensificação. Por outro lado, essas construções diferenciam-se daquele padrão, já que, nas palavras de Mateus et al. (2003, p. 720-721), estas últimas também poderiam ser chamadas de *concessivas-comparativas*, visto que adjungem esses dois matizes semânticos.

Zamprônio (1998, p. 104), baseando-se em Bechara (1954), afirma que essas expressões formadas pela preposição *por* (com vestígio causal), antepostas a advérbios ou adjetivos, sempre permitem uma leitura com valor concessivo. Azeredo (2008, p. 335), por sua vez, acrescenta que essas expressões são sempre passíveis de quantificação ou gradação, como, de fato, temos verificado.

O exemplo (69) pode ser considerado o mais prototípico desse padrão meso-construcional, visto que preenche todos os elementos previstos na esquematização abstrata proposta para representar esse padrão 2. Na expressão concessiva “por mais humilde que seja”, detectamos claramente a ideia de intensificação, mas também de comparação. Afinal, o eleitor, no caso, é comparado a todos os outros na imaginária escala da humildade. Por esse motivo é que Mateus et al. (2003, p. 720-721) consideram essa expressão concessiva-comparativa.

O exemplo (70) possui a particularidade de trazer a forma padrão sintética do grau superlativo do adjetivo *pequeno*. Assim, a expressão *por menor que seja* contém em si uma forma consagrada pela tradição que une *mais* + *pequeno* em um único vocábulo: *menor*. Por esse motivo, consideramos esse exemplo como sendo um representante do padrão descrito. Da mesma forma como encontramos *menor*, também temos *maior* e *melhor*, que são formas normatizadas de dizer *mais grande*, *mais bom* e *mais ruim*, respectivamente.

O exemplo (71) é o único exemplar do padrão 2 que utiliza o verbo no pretérito imperfeito. Aqui cabem as mesmas observações feitas com relação ao exemplo (65), já que se trata de uma estratégia para criação de uma estrutura de fundo para o discurso político do deputado orador que está reportando fatos concernentes ao Regime Militar. As asserções do orador servem como fundo para sua argumentação, por isso, o uso do pretérito.

Em geral, como observamos nos exemplos (69), (70) e (71), a meso-construção 2 tende a constituir, por si só, um segmento concessivo sem necessidade de argumentos ou satélites quaisquer que sejam. O exemplo (72), contudo, é uma exceção a essa regularidade, visto que o segmento concessivo vai além, incorporando outros elementos, ou seja, *seu desejo de o Deputado Luiz Paulo repetir*. Isso certamente é auxiliado pelo fato de o segmento concessivo ocupar uma posição inicial. Nos outros casos, o nível de síntese da construção é maior, sem necessidade de outros elementos, porque tende a ser posposta, ou seja, pode

recuperar outros elementos já descritos no texto por mecanismos anafóricos, o que não ocorre com (72), que vem logo após o vocativo que introduz o discurso.

O exemplo (73), por sua vez, expressa com maior vivacidade o aspecto dinâmico e plástico da argumentação. O orador utiliza-se de duas estruturas coordenadas, com o objetivo de, por meio da síntese, buscar maior ênfase e rigor ao seu discurso.

Devemos notar que em 100% das ocorrências desse padrão construcional, o verbo utilizado foi “leve”, ou seja, não-significativo ou não-nocional. Das 16 ocorrências, o verbo *ser* surgiu 12 vezes; o verbo *parecer* surgiu 3 vezes; e o verbo *estar* surgiu 1 vez. Isso indica que o foco da estrutura está centrado justamente no elemento caracterizador, ou seja, no adjetivo, e não na ação que é veiculada prototipicamente pelo verbo nocional, quando ocorre. Essa característica, já conhecida nas estruturas predicativas, é replicada nessa meso-construção de caráter concessivo.

Ainda com relação ao padrão 2, destacamos dois outros exemplos:

(74) [**Por incrível que pareça**,] Sr. Presidente, gostei muito do que vi. Uma cozinha muito bem montada, muito bem feita. Tive a oportunidade de ver os alimentos muito bem preparados. – 12/05/2009

(75) É fundamental que o Rio de Janeiro tenha os instrumentos necessários [– **mínimos que sejam**, mas necessários –], para que o Estado tenha a força necessária de ser o controlador dessa operação, de ser o cobrador dessa operação. – 02/06/2009

O exemplo (74) traz-nos uma expressão já bastante cristalizada, ou seja, a expressão *por incrível que pareça*. É muito provável que essa expressão, oriunda do padrão meso-construcional *por [mais] adj que V_{subj}* já esteja em estado avançado de gramaticalização, tendo em vista sua rotinização e amplo uso nas práticas de linguagem.

O exemplo (75), por fim, traz outra expressão também já bastante cristalizada, ou seja, *mínimos que sejam*. Nesse caso, já não notamos o emprego do item *por*, no início do segmento concessivo, o que demonstra um estágio de erosão em processo, já bastante facilitado pela ocorrência de *mínimo*, que veicula o superlativo sintético de *pequeno*.

Vale lembrar que em todos os casos analisados, sempre há a ideia de intensidade ou escalaridade extrema, de forma mais explícita ou não. Da mesma forma, o matiz comparativo

também sempre está presente, conferindo a essa meso-construção uma particularidade, que a distingue das demais.

Barreto (1999) ocupa-se das construções concessivas iniciadas pelo segmento *por mais que*, que, de certa forma, engloba tanto o padrão 1 quanto o padrão 2 de nossa análise. Segundo a autora, a preposição *por* associa-se ao intensificador *mais* e à conjunção *que* para formar o item conjuncional concessivo *por mais que*, que ocorre inicialmente em textos do séc. XVI, ainda com a forma não gramaticalizada, o que só ocorrerá no século XVII. Assim Barreto (1999, p. 388) explica esse fenômeno linguístico:

Percebe-se, pois, a atuação do processo metonímico que determinou a reanálise, isto é, a reinterpretação do item. Empregado, inicialmente, em sentenças precedidas de sentenças negativas, o item assumiu o sentido concessivo, passando, mais tarde, a ser empregado, com esse sentido, também em sentenças afirmativas. Por outro lado, permitindo, inicialmente, a inserção de um item lexical entre os seus termos, **por mais que** passou a constituir, em fase posterior, uma forma fixa, gramaticalizada.

Houve, pois:

(i) *recategorização*:

prep.	+	int.	+	item lexical	+	conj.	>	conjunção
↓		↓				↓		↓
por		mais		X		que		por mais que

(ii) *sintaticização* - reinterpretação do item na sentença;

(iii) *semanticização* - passagem de um conteúdo semântico [+ concreto] com a presença de um item do léxico, para um conteúdo semântico [- concreto], o que expressa a relação de concessão.

Mais uma vez, lembramos que os padrões meso-construcionais intentam incrementar o significado pragmático e a expressividade subjetiva do discurso. O uso do padrão 2, por

exemplo, indica com clareza a necessidade de conferir ao discurso maior carga argumentativa. Essa constatação também comprova que as motivações para a gramaticalização, muitas vezes, são de ordem externa, visto que o desejo para persuadir o outro é que propicia o surgimento dessas estruturas.

- **Padrão 3** - *-Q + quer que + V_{subj.}* – (13 ocorrências – 20%)

O padrão 3 engloba basicamente três partículas interrogativas distintas, representadas pelo *Q*- no esquema abstrato anterior. São elas: *qualquer* (5 ocorrências); *quem quer* (5 ocorrências) e *onde quer* (3 ocorrências). Por conta de sua configuração morfossintática e uso discursivo, Martelotta (1998, p. 39-40) denominou esse padrão como *padrão indefinido total*. De fato, ao utilizarmos as expressões *qualquer*, *onde quer*, *quem quer*, estamos criando naturalmente um leque de opções de número indefinido, o que é referido por Azeredo (2008, p. 335) como expressão da “ausência absoluta de restrições ao conteúdo da oração principal”.

Vejamos alguns exemplos iniciados por *qualquer*:

(76) Projeto de lei nosso a Casa aprovou, está para o Governador sancionar. Ele sancionará ou vetará. [**Qualquer que seja a decisão**], nós vamos querer que isso aconteça de imediato e vamos até as últimas consequências nesse sentido. – 19/03/2009

(77) Uma das maiores crises que enfrenta o nosso Estado, bem como o Brasil inteiro, é na área de Saúde, Sr. Presidente. E como administrador, [**qualquer que seja ele** – prefeito, governador, o próprio presidente –], tenho certeza de que uma das suas maiores missões é resolver o problema da saúde. – 24/03/2009

(78) Não acredito que ninguém, em sã consciência, possa acreditar que a direção da empresa não tivesse conhecimento daquele procedimento. Eu admito até que houvesse cobrança para alcançar resultados, [**qualquer que fosse o procedimento**]. – 16/04/2009

Os exemplos (76), (77) e (78) perfilam *-Q* como partícula *qualquer*. Com essa partícula, o uso do verbo copulativo *ser* é categórico, ou seja, ocorre em 100% dos casos. Novamente reiteramos que o uso de verbos não-nocionais faz recair o relevo informativo

sobre outras partes do discurso; no caso, sobre a partícula *qualquer* propriamente dita, que pode ser utilizada para diversas referências de caráter anafórico ou catafórico.

O exemplo (76) é bastante prototípico, já que preenche todos os elementos da meso-construção em foco. Vale notar que a expressão *a decisão* está deslocada à direita, ou seja, utiliza-se essa estratégia de ênfase, por meio de deslocamento à direita, exatamente como temos constatado frequentemente em outros padrões. Fica clara, portanto, a fraca composicionalidade e consequentemente a forte cristalização da expressão *qualquer que seja*.

O exemplo (77) é semelhante a (76), com exceção do item à direita do segmento *qualquer que seja*. No primeiro caso, trata-se de um nome abstrato; já no segundo caso, é um pronome pessoal do caso reto, que, na ocorrência, sintetiza os diversos elementos também à direita – prefeito, governador, presidente.

Por fim, o exemplo (78) também apresenta estrutura semelhante às demais, com apenas uma exceção: o uso do verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo. Essa é a única ocorrência do uso do pretérito no padrão meso-construcional 3, em nosso *corpus*.

Vejamos, agora, alguns exemplos com *quem quer* e *onde quer*:

(79) O carnaval do Rio de Janeiro, da nossa cidade-estado, é o melhor do mundo. O povo ordeiro, a participação espetacular de todas as comunidades e nós que acompanhamos de perto o carnaval na Zona Norte, na Zona Oeste, precisamente na Zona Sul, acompanhamos um carnaval belíssimo, sem constrangimento para [quem quer que seja]. – 04/03/2009

(80) É lógico que isso é inconstitucional. Não dá para imaginar que um subtenente ou um sargento assumam o papel de um delegado de polícia [onde quer que seja]. Isso é uma usurpação de função pública, é lógico. – 11/03/2009

(81) O que não se pode, Sr. Presidente, é onerar ainda mais essas professoras. E é por isso que eu vou apresentar nesta Casa um Requerimento de Informação. Vou buscar essa informação [onde quer que se encontre], por ser essa uma atribuição e uma responsabilidade nossa, dos parlamentares. – 18/06/2009

(82) A questão não é se mora na Baixada, [onde quer que more], todo mundo já soltou pipa. – 31/03/2009

As cinco ocorrências de *quem quer* apresentam grande regularidade de uso, visto que todas são utilizadas com o verbo *ser*, no presente do subjuntivo, em condições muito semelhantes. A própria carga semântica de *quem* já nos indica os contextos de uso dessa construção. Trata-se de um uso exclusivo para fazer referência a pessoas.

No exemplo (79), a partícula *quem* faz referência à grande massa de pessoas, de uma forma ou de outra, ligadas ao Carnaval. Segundo o orador, todos foram poupados de constrangimento ao longo dessa festa. O recurso linguístico mais enfático e econômico, para dar conta desse uso, foi a expressão *quem quer que seja*, de caráter generalizador, universal.

As três ocorrências de *onde quer* apresentam maior variabilidade de uso. O exemplo (80) é perfilado por *seja*, que é o verbo mais prototípico em todas as justapostas. O exemplo (81), por sua vez, é perfilado pelo verbo *encontre*, e o exemplo (82), pelo verbo *more*. Essas duas últimas ocorrências não são tão idiossincráticas, visto que os verbos *encontrar* e *morar* guardam estreita relação semântica com o interrogativo *onde*.

Nesses três exemplos, faz-se sempre referência a uma totalidade indefinida, de caráter espacial. Em outras palavras, a expressão *onde quer que seja* significa *em qualquer lugar*, assim como *quem quer que seja* significa *qualquer pessoa*, e assim por diante.

Barreto (1999, p. 206-207) focaliza, em seus estudos, a forma *como quer que*, que pertence a esse padrão construcional. Apesar de não ter sido encontrada em nosso *corpus* nem no *corpus* sincrônico da pesquisadora, certamente vale a pena ser abordada, inclusive porque isso nos ajudará a compreender o padrão meso-construcional 3 como um todo. Quanto à frequência de ocorrência, lemos:

Como conjunção concessiva, *como quer que* parece ter ocorrido até o final do séc. XV, pois não foi documentada em textos posteriores a essa época. Hoje, *como quer que* funciona como conjunção modal, equivalendo à conjunção *como* seguida da fórmula de indeterminação *quer que*, a qual, como já foi explicitado, pode também acompanhar outros pronomes ou advérbios da língua portuguesa. Não é, entretanto, citada pelos gramáticos contemporâneos consultados. Pode-se, pois, supor não ter caído em desuso, ser apenas um item conjuncional não muito usado.

Segundo a autora, essa construção é constituída da associação da conjunção *como* com a fórmula de indeterminação *quer que*, formada da 3ª pessoa do singular do indicativo presente do verbo *querer*, seguida da conjunção *que*. A expressão *como quer que* ocorre na

língua portuguesa, do séc. XIII ao final do séc. XV, como conjunção concessiva, em posição interfrástica ou inicial no período. Ainda de acordo com Barreto (1999, p. 206-207),

A possibilidade de fazer seguir advérbios ou pronomes relativos pelo recurso sintático *quer que*, para indicar a indeterminação, é evidente no português arcaico, pois, ocorrem ainda no *corpus*, as formas *u quer que ~ hu quer que, onde quer que, que ✓ quer que ~ quenque ✓ quer que ~ quenquer que, qualquer que ~ qual quer que/quaes quer que ~ qual... quer que e quando quer que*, as quais, do mesmo modo que *como quer que*, parecem ser constituídas de conjunções ou pronomes relativos seguidos do mesmo recurso sintático indicativo de indeterminação.

Com exceção de *u quer que ~ hu quer que*, em que *u ~ hu* foi substituído pelo *onde*, todas as outras formas são ainda utilizadas no português contemporâneo. Barreto (1999, p. 208) verificou que o mesmo mecanismo também pode ser verificado, na história da língua portuguesa, com a expressão *qual quer que*, cuja existência é constatada no século XIII, na forma ainda não cristalizada, permitindo a inserção de itens lexicais entre os seus termos.

- **Padrão 4** - V¹ [N/pron] –Q V¹. – (13 ocorrências – 20%)

O padrão 4 difere bastante, em termos estruturais, dos demais padrões. Neste padrão, temos dois verbos correferenciais, ou seja, de mesma base lexical. A inclusão de um nome ou pronome é opcional, mas a incidência da partícula –Q é sempre recorrente, realizando-se como *que* (7 ocorrências), *qual* (4 ocorrências) e *quem* (2 ocorrências). Nos termos de Azeredo (2003, p. 105), esse é um caso de *reduplicação concessiva*. Julgamos o termo muito apropriado, visto que de fato há uma reduplicação do verbo, com valor concessivo. Vejamos:

(83) Nós sabemos que não é fácil um processo de doação. Existe todo um trâmite burocrático. O Estado comprar uma coisa hoje e, amanhã, fazer uma doação para **[seja quem for]**. – 17/02/2009

(84) Teve que se deslocar um reboque, com todo o congestionamento, que estava posicionado na Av. Brasil. Não havia treinamento de operadores e guardas de trânsito para atuar em situação de emergência, **[seja ela qual for]**. – 17/02/2009

(85) Quero dizer aqui que se alguém ficar com pena dos estupradores, [sejam eles da idade que for], [tenham o grau intelectual que tiver], [tenham a idade que tiver], que o leve para casa. – 11/03/2009

(86) Ora, em nenhum momento cabe, nas relações institucionais, a presença de intermediários, [sejam eles quais forem]. – 15/04/2009

(87) Se é para fazer isso, que entreguem então o serviço às bancas de jornal. O que nós queremos é uma identificação civil responsável, custe o tempo que custar, para se verificar se aquele cidadão corresponde àquela carteira de identidade. – 26/08/2009

O exemplo (83) ilustra uma prototípica realização da meso-construção em foco. Normalmente os verbos correferenciais são “leves”, especialmente o verbo *ser*. Além disso, a construção não costuma envolver muitos elementos, ao contrário, tende à compressão. Nesse exemplo (83), o orador busca uma forma econômica de se referir a qualquer pessoa, de forma universal. Por isso, utiliza essa reduplicação concessiva.

No exemplo (84), o padrão 4 realiza-se com a inclusão do pronome reto *ela*, que faz referência a *situação de emergência*, anteriormente citada. Nesse caso, o *-Q* já é realizado pela partícula *qual*. Em se tratando de um termo abstrato, o orador utiliza *qual* em vez de *quem*, como foi observado no exemplo (83).

O exemplo (85) apresenta uma estrutura diferente das demais, visto que coordena três justaposições concessivas: *seja ela da idade que for*, *tenham o grau intelectual que tiver*, *tenham a idade que tiver*. Essas três ocorrências seguem o padrão meso-construcional 4, apenas com variação no uso do verbo. Na primeira ocorrência, utiliza-se o prototípico verbo *ser*; nas demais, usa-se apenas o verbo *ter*. Sem dúvida, trata-se de uma estrutura bastante enfática, haja vista o teor do discurso: casos de estupro. Nesse caso, nem idade nem grau intelectual deverão depor a favor desses casos.

Por fim, devemos observar que nas duas últimas justaposições concessivas, não se observa a flexão verbal de número na segunda ocorrência do verbo. Seguindo-se o padrão da norma culta, teríamos *tenham o grau intelectual que tiverem* e *tenham a idade que tiverem*. Esse fenômeno explica-se pelo baixo domínio do português padrão por parte do deputado que discursava, que permitiu a expressão de uma estrutura mais econômica, do ponto de vista

discursivo, ou pela própria natureza do discurso oral, que tende a utilizar em maior quantidade formas não-marcadas¹⁰², como o singular.

O exemplo (86) é semelhante ao exemplo (84), com uma exceção: neste caso que agora analisamos, observa-se o uso da concordância, o que faz com que a justaposição concessiva seja realizada como *sejam eles quais forem*. Vale lembrar que, assim como em todas as ocorrências anteriores, parte-se para uma generalização: o deputado declara-se contrário a qualquer presença de intermediários nas relações institucionais.

Por fim, o exemplo (87) traz uma expressão já bastante cristalizada em nosso uso cotidiano: *custe o tempo que custar*. Nesse caso, já não se utiliza um verbo “leve” como *ser* ou *ter*, mas o verbo *custar* que, de qualquer forma, funciona como suporte para a palavra *tempo*, que é o foco da expressão. A identificação civil do responsável, segundo a perspectiva do orador, deve levar o tempo que for necessário, em qualquer circunstância. Novamente, percebemos o aspecto generalizante dessa construção.

Vale acrescentar, conforme atesta Jiménez (1990, p. 114), que a presença da forma verbal resulta naturalmente mais decisiva nos casos em que se não se conta com o suporte de qualquer conjunção ou conectivo explícito. Isso se aplica especialmente a esse padrão meso-construcional, que prevê a repetição do verbo em sua constituição.

Essa asserção é corroborada pelo Manual da Real Academia Española (2010, p. 921), ao afirmar que as prótoses concessivas de indiferença ou indistinção (como são chamadas essas construções na obra) abarcam em seu sentido todas as situações relevantes possíveis, de forma que nenhuma delas invalida a conclusão da apódose.

- **Padrão 5 - *V ou não*** (4 ocorrências – 6,15%)

Finalmente, o padrão meso-construcional 5 é perfilado por uma estrutura muito simples, do ponto de vista morfossintático. Trata-se de um verbo seguido da expressão alternativa *ou não*, constituindo o todo uma expressão semi-lexicalizada. Para Quirk (1985, p. 1100), essas construções são chamadas de *condicionais-concessivas alternativas*. Segundo os autores, esse padrão construcional oferece uma “escolha” entre duas condições opostas,

¹⁰² **Marcação** é um conceito essencialmente dependente do contexto. No âmbito dos estudos funcionalistas, existem três critérios que comumente são utilizados para distinguir uma estrutura marcada de uma não-marcada: *complexidade estrutural*, *distribuição de frequência* e *complexidade cognitiva*.

passível de paráfrase por uma expressão prototipicamente concessiva, do tipo “embora queiram ou não” ou “ainda que queiram ou não”.

Azeredo (1990, p. 105), por sua vez, prefere incluí-las no rol das construções já exploradas no padrão 4, ou seja, denomina-as como um caso de *reduplicação concessiva*. Na verdade, não há discordância ou contraste entre as ideias dos autores, mas somente a adoção de uma perspectiva analítica distinta.

Como só há quatro exemplos em todo o nosso *corpus*, vejamos todos eles:

(88) Quando chove, em qualquer parte deste Estado ou em Minas ou em São Paulo, nas cabeceiras do Rio Paraíba e seus afluentes, [queiram ou não], vai desaguar na Baixada Campista. – 04/02/2009

(89) E vai acontecer, [queiram ou não], essa riqueza é tão gigante que vai acontecer. -13/08/2009

(90) Será que o prefeito não está pedindo uma intervenção? Isso tudo fica sem resposta nesse modelo de gestão “à la Stanislaw Ponte Preta”. Essa é uma salada de fruta, um imbróglio complicadíssimo que, [querendo ou não], vai cair nas mãos do Tribunal de Contas da União, porque tem o SUS, e do Estado, porque tem gestão municipal e, seguramente, recursos do Tesouro Municipal, também. – 10/02/2009

(91) Como dizia, [tendo sido orquestrada ou não], acho que a vaia foi merecida, porque se trata de um Governador que passa por crises sucessivas na área da segurança, saúde, educação, que despeja escola. – 10/03/2009

Nos exemplos (88) e (89), detectamos a expressão *queiram ou não*, que tem a função de amalgamar duas expressões do tipo *embora queiram* e *embora não queiram*, ou seja, uma concessiva de polaridade positiva e outra de polaridade negativa em uma só expressão.

Tanto em um exemplo quanto no outro, o orador dirige-se à audiência, de forma bastante enfática, conduzindo seu discurso de forma a torná-lo ainda mais contundente e inexorável. Especialmente no exemplo (89), até mesmo a expressão *vai acontecer*, que ocorre no discurso duplicada, contribui para isso, no sentido de conferir rigor e firmeza na expressão da futuridade.

O exemplo (90) traz a expressão com verbo no gerúndio. Esse uso permite que a ação verbal não seja aplicada a uma pessoa especificamente, visto que não há a obrigatoriedade de

marcação de pessoa e número. Essa expressão gerundiva torna o discurso, portanto, mais impessoal. Da mesma forma, acontece com o exemplo (91). O orador não se compromete quanto à autoria das vaías em plenário, e nem mesmo quanto à origem de sua motivação, daí o uso de *tendo sido orquestrada ou não*. Em síntese, não há comprometimento com o autor das vaías, e nem mesmo se realmente as vaías surgiram de alguém intencionado ou não. Infere-se, portanto, que a expressão serve a propósitos de proteção de face, sem dúvida, o que é muito caro ao discurso político.

Com um olhar mais aprofundado, diremos que esse padrão meso-construcional 5 é híbrido, no sentido de que amalgama disjunção, concessão e condição, em termos semelhantes ao que afirmaram Quirk et al. (1985, p. 105). De certa forma, os limites entre hipotaxe e parataxe ficam ainda mais fluidos, visto que essa justaposição concessiva (*queiram ou não*, por exemplo) perfila uma construção tipicamente, em termos formais, coordenada alternativa; por outro lado, do modo como está inserida no período, assume valor hipotático circunstancial de concessão, conferindo maior ênfase ou vitalidade ao discurso. Por esse motivo, tais construções são denominadas *intensivas*, por Azeredo (1990, p. 105). A ênfase ou maior vigor, presente nesse padrão, presta-se a uma carga mais acentuada de argumentatividade no momento em que o orador faz seu discurso.

Assim, concluímos nossa exposição analítica acerca das justaposições concessivas. Contudo, devemos acrescentar ainda alguns outros aspectos interessantes no estudo da expressão da concessividade. Além das construções analisadas, devemos citar também que encontramos um único caso, não contabilizado em nossos dados estatísticos, das chamadas orações adjetivas que podem acumular um conteúdo circunstancial adjacente de concessão (cf. Azeredo, 2000, p. 221). Vejamos o que nos diz Kury (2003, p. 82) sobre esse tópico.

Certas orações adjetivas – tal como acontece com alguns predicativos –, além do seu valor qualificativo ou atributivo, podem simultaneamente exprimir, embora com menos nitidez e precisão do que nas orações adverbiais, matizes circunstanciais de *causa*, *concessão*, *condição*, *consequência* e *fim* – herança da sintaxe latina ocorrente em várias línguas românicas.

A única ocorrência de nosso *corpus* é a seguinte:

(92) Concluindo, Sr. Presidente, vou lastimar que o Governador **que** tem uma relação até hoje dita da melhor qualidade com o Sr. Presidente da República, não consiga entender que o Conselho das

Nesse caso, temos uma relativa que introduz uma informação que contrasta com a informação do segmento nuclear. São elas:

Segmento nuclear: O governador não consegue entender que o Conselho das Cidades de o Plano Diretor Metropolitano são instrumentos importantíssimos de planejamento e de participação popular.

Relativa concessiva: o governador tem uma relação até hoje dita da melhor qualidade com o Sr. Presidente da República.

Percebemos que há um contraste de ideias, visto que o fato de o governador ter boa relação com o presidente deveria favorecer o fato de ele prestigiar o Plano Diretor Metropolitano. Em outras palavras, existe uma quebra de expectativa, que é a ideia central das concessivas.

Essas construções são chamadas de *cláusulas relativas adverbiais* pela Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais e Comportamentais [19--., p. 163]. Seus autores afirmam que esse hibridismo de construção é bastante comum em todas as línguas do mundo. Thompson e Longacre (1985, p. 179-180), por outro lado, apesar de também investigarem diversas línguas do mundo, afirmam justamente o oposto. Para eles, só é possível parafrasear sentenças complexas por relativas, quando aquelas são denotadoras da ideia de tempo, lugar ou modo. Assim, não haveria, para os autores, relativas concessivas.

Ainda precisamos, por fim, acrescentar um caso cada vez mais frequente de hipotaxe adverbial, que consiste nas chamadas “orações desgarradas” ou “orações sem matriz” (cf. Decat, 2001; Lima, 2004, p. 53). Aliás, essa relação mais frouxa de algumas orações com o contexto é propiciada pela própria natureza da hipotaxe que se caracteriza por ser menos integrada ao segmento nuclear. Vejamos um exemplar de nosso *corpus*:

(93) (Pré-sal) A mim, cidadão fluminense, membro do PSDB do Estado do Rio de Janeiro, compete insistir nessa questão. Mesmo que o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, tenha externado a sua posição de simpatia em relação à proposta do Governo Lula. – 25/08

De acordo com alguns estudos de língua falada, essa relação mais “frouxa” das hipotáticas adverbiais é facilitada pelo fato de elas ocorrerem, em muitas situações, em contornos entonacionais separados. Na língua escrita, essa pausa é representada por um ponto final, que antecede o segmento concessivo. Esse fato também constata a inadequação do rótulo *principal* para as orações às quais as hipotáticas estão ligadas. Afinal, esse rótulo imprime uma visão de que essas orações detêm grande relevância informativa, o que, percebemos, não é sempre verdadeiro.

Lima (2004, p. 56) acrescenta que essas construções aparecem tanto em textos orais como em textos escritos. Além disso, a autora também atrela essas construções às descritas por Chafe (1984). Segundo este último, essas construções ocorrem para criar um espaço mental ou uma *moldura de referência*, na qual se insere um determinado conteúdo. Para o autor, isso só é possível quando essas orações encontram-se antepostas.

Essas orações também demandam, por parte do interlocutor, maior esforço cognitivo e maior envolvimento na situação interativa, visto que ele terá de “administrar” esse “espaço vazio” normalmente ocupado pela cláusula nuclear.

Esse tipo de construção muito provavelmente é rechaçado em contextos mais cultos de uso, justamente pelo fato de a tradição normativista contestá-lo. Afinal, a tradição de estudos gramaticais limita-se a examinar a articulação de orações sem relacioná-las com o contexto situacional em que os enunciados são produzidos.

Em suma, a diversidade de formas de conexão das concessivas expressa com clareza a precariedade das descrições normativas tradicionais, que usualmente preveem a existência de concessivas apenas no âmbito das chamadas *subordinadas adverbiais*.

6.3 Posição das concessivas

Diversos autores reconhecem a mobilidade das cláusulas adverbiais¹⁰³ e, por consequência, das concessivas, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira. Afinal, esse é um dos critérios que costuma diferenciar as orações adverbiais das orações coordenadas. (cf. Llorach, 1999, p. 373; Neves, 2000, p. 862; García, 2004a, p. 3815).

¹⁰³ Thompson e Longacre (1985, p. 174) afirmam que em algumas línguas do mundo, como mandarim, semítico etíope, turco, as adverbiais parecem não apresentar mobilidade, ou seja, são sempre fixas; neste caso, sempre antepostas.

Decat (2001) afirma que a organização sequencial das cláusulas hipotáticas (anteposição ou posposição) é determinada tanto pelo tipo de proposição relacional quanto pela função discursiva emergente das sentenças, ou seja, a posição das hipotáticas não pode ser considerada arbitrária. Essa é uma observação importante, já que a maioria dos compêndios tradicionais não costuma fazer qualquer observação acerca da posição do termo (ou oração) subordinado, e quando o fazem, não explicitam os motivos para uma determinada tendência (de anteposição, intercalação ou posposição).

No que se refere à posição das hipotáticas de forma geral, assim assevera a Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais e Comportamentais [19--, p. 166]:

Existe uma tendência a cláusulas adverbiais antepostas (ou iniciais) usarem, elaborarem e focalizarem um conteúdo contrário à informação dada no discurso precedente (não necessariamente imediato). Elas servem como espécie de guia ou marcadoras de cenário para o leitor ou ouvinte (a) preenchendo o que foi dito ou escrito anteriormente, e (b) preparando o fundo para o que seguirá na sentença complexa, e frequentemente até para uma porção maior do texto. Por outro lado, cláusulas adverbiais pospostas (ou finais) tipicamente veiculam uma função muito mais local, i.e., seu escopo é restrito à sua cláusula imediatamente anterior. Elas não se referem a partes anteriores do discurso nem prenunciam ou preparam o que está a seguir¹⁰⁴.

No tocante à língua falada, ainda segundo a Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais e Comportamentais [19--, p. 167], as cláusulas adverbiais servem a funções interacionais distintas na conversação face a face. Dessa forma, cláusulas antepostas frequentemente são encontradas no início de unidades discursivas relativamente amplas, exatamente quando o falante tem máximo controle sobre o turno. Cláusulas adverbiais pospostas, por sua vez, parecem servir a propósitos conversacionais especiais, principalmente por estarem separadas dos núcleos por uma maior quebra entoacional. Tendem a ocorrer preferencialmente em conversas informais, quando os interlocutores negociam o consentimento com algum assunto.

¹⁰⁴ There is a tendency that preposed (or initial) adverbial clauses use, elaborate, and put in perspective against what follows information given in the (not necessarily immediately) preceding discourses. They serve a kind of guidepost or scene-setting function for the reader or listener by (a) filling in what has gone before, and (b) preparing the background for what is going to follow in the complex sentence, and often even a whole chunk of discourse. By contrast, postposed (or final) adverbial clauses typically have a much more local function; i.e., their scope is restricted to their immediately preceding main clause. They neither reach back into earlier parts of the discourse, nor foreshadow or prepare for what is going to follow.

Garcia (2004b, p. 454), inspirando-se na teoria formulada por Dik [19--], também aborda a questão da posição das hipotáticas:

As construções com *embora*, por constituírem satélites, apresentam liberdade de ordenação, condicionada à atuação de determinados princípios. Geralmente atuam o Princípio de Ordenação Icônica e o Princípio de Complexidade Crescente, que levam tais constituintes para a posição final da oração. Essa ordem é subvertida quando atua mais fortemente o Princípio da Relevância Pragmática, atendendo a propósitos comunicativos especiais relacionados com as funções pragmáticas de Organizador de Cenário (*stager*) e foco. No primeiro caso, os satélites concessivos são colocados no início da oração, [...], e no segundo caso são intercalados.

O princípio da ordenação icônica, presente na teorização de Dik [19--], corresponde, no funcionalismo de vertente norte-americana, ao princípio da ordenação linear (cf. Givón, 1990, p. 971). Para este autor, a ordem das cláusulas em discursos coerentes tende a corresponder à ordem temporal das ocorrências dos eventos, assim como ocorre com as relações de causa e efeito, por exemplo, em que este é sucedido por aquela.

Tendo em vista o modo de organização do discurso, Decat (2001, p. 144) analisou a posição das concessivas (assim como de outras proposições hipotáticas) e chegou à seguinte conclusão: na narrativa oral e na dissertação escrita, a anteposição é mais frequente; por outro lado, na narrativa escrita e na dissertação oral, a posposição é mais frequente¹⁰⁵.

Percebemos, assim, segundo Decat (2001), que tanto a sequência tipológica quanto a modalidade de uso da língua interferem diretamente sobre a posição das concessivas e de outras proposições hipotáticas. Esse é mais um motivo para termos fixado um gênero que se caracteriza prototipicamente como veiculador de uma sequência tipológica mais definida, ou seja, a argumentação.

Neves (2002, p. 573), em pesquisa de *corpus* de língua falada, em que analisou 55 construções concessivas, encontrou os seguintes conectivos mais prototípicos, acompanhados de frequência de uso:

¹⁰⁵ Decat (2001, p. 149) minimiza a importância da posição das cláusulas ao afirmar que “importa não o fato de uma cláusula hipotática adverbial poder, ou não, ser anteposta, mas o fato de que certas relações advindas das proposições relacionais são mais apropriadas para localizar um evento no tempo e no espaço, ao passo que outras irão orientar discursivamente o interlocutor para uma noção antecedente ou subsequente do discurso. Dessa forma, a hipotaxe adverbial, ao ocorrer nas margens, estará funcionando também como um operador discursivo, ou um preenchedor sintático-discursivo de margens, nos termos de Kato, Tarallo et al. (1993)”.

Tabela 7 – Relação entre conectivo e posição da sentença concessiva, segundo Neves (2002)

Conectivo	anteposição		posposição		intercalação		Total
<i>mesmo que</i>	X	05	-	-	X	01	06 – 10,92%
<i>ainda que</i>	-	-	X	03	-	-	03 – 5,45%
<i>embora</i>	X	03	X	19	X	04	26 – 47,27%
<i>apesar que</i>	-	-	X	02	-	-	02 – 3,64%
<i>apesar de que</i>	-	-	X	03	-	-	03 – 5,45%
<i>se bem que</i>	X	01	X	11	-	-	12 – 21,82%
<i>por mais que</i>	X	02	X	01	-	-	03 – 5,45%
Total por posição	11		39		05		55 – 100%

A tabela 7 revela a grande mobilidade do prototípico conector *embora*, visto que é o único que ocupa três posições distintas (anteposição, posposição e intercalação), e revela também que a posposição da sentença concessiva constitui a ordem não-marcada, tendo em vista a frequência com que os conectivos concessivos são utilizados nessa posição.

Vejamos como isso se dá em nosso *corpus*. A tabela abaixo cruza a posição da concessiva com a forma de conexão dessas construções (desenvolvida, reduzida ou nominalizada). Excluímos de nossa análise preliminar, por ora, as concessivas justapostas.

Tabela 8 – Posição das concessivas versus forma de conexão

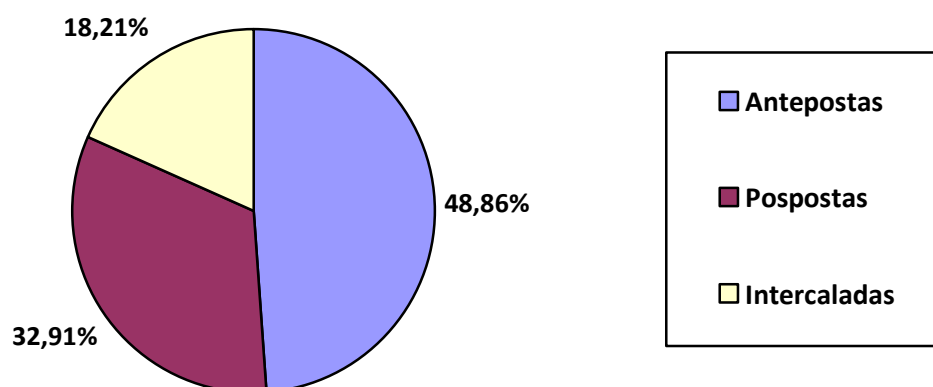
Conectivos	Anteposição			Posposição			Intercalação			Total
	Desenvolvidas	Reduzidas	Nominalizadas	Desenvolvidas	Reduzidas	Nominalizadas	Desenvolvidas	Reduzidas	Nominalizadas	
<i>mesmo</i>	-	41	39	-	20	11	-	13	22	146 - 30,22%
<i>mesmo assim</i>	-	-	16	-	-	-	-	-	3	19 – 39,33%
<i>mesmo quando</i>	2	-	-	5	-	-	-	-	-	7 – 1,44%
<i>mesmo se</i>	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1 – 0,02%
<i>até mesmo</i>	-	-	-	-	1	2	-	-	1	4 – 0,08%
<i>nem mesmo</i>	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2 – 0,04%
<i>apesar de</i>	-	38	23	-	14	9	-	9	8	101 – 20,91%
<i>embora</i>	21	-	4	28	-	-	12	3	1	69 – 14,28%
<i>mesmo que</i>	14	-	1	14	2	2	3	-	3	39 – 8,07%
<i>ainda que</i>	10	1	5	6	-	5	-	-	4	31 – 6,41%
<i>quando</i>	1	-	-	26	-	-	1	-	-	28 – 5,79%
<i>em que pese</i>	-	-	11	-	1	4	-	1	-	17 – 3,51%
<i>não obstante</i>	-	-	8	-	-	3	-	-	1	12 – 2,48%
<i>e</i>	-	-	-	3	-	-	3	-	-	6 – 1,24%
<i>se bem que</i>	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1 – 0,02%
Subtotal	49	80	107	83	39	37	19	26	43	483 – 100%
Total	236 – 48.86%			159 – 32.91%			88 – 18.21%			

A tabela 8 permite uma série de inferências concernentes à posição das concessivas. Em primeiro lugar, é notável o comportamento bastante diversificado dos conectivos concessivos em termos posicionais. Afinal, cada conectivo apresenta um comportamento particular em termos de frequência de uso. Isso significa, *grosso modo*, que qualquer generalização pode ser perigosa.

Em linhas gerais, podemos verificar que há um número muito maior de concessivas antepostas (236 ocorrências – 48,86%) que pospostas (159 ocorrências – 32,91%) e intercaladas (88 ocorrências – 18,21%).

Uma representação gráfica dessa tabela poderia ser feita da seguinte maneira:

Gráfico 8 – Posição das concessivas conectivas



Segundo a tabela 8 e sua representação gráfica, as concessivas antepostas somam quase 50% de todas as ocorrências de nosso *corpus*. Essa importante constatação ajuda-nos a traçar o comportamento morfossintático dessas construções na língua portuguesa. A posposição, por sua vez, revelou-se como uma estratégia que ocupa praticamente 1/3 de todas as concessivas e, por fim, as intercaladas foram as menos produtivas, com apenas 18,21% das ocorrências. Essa é, portanto, a posição mais marcada e, portanto, menos prototípica das concessivas conectivas.

Por outro lado, não podemos ignorar algumas especificidades. Por exemplo, apesar de a anteposição ser a estratégia mais recorrente entre as concessivas, há alguns conectivos que são utilizados usualmente ou exclusivamente na forma posposta (*quando* – 26 ocorrências; *nem mesmo* – 2 ocorrências).

Mesmo dentro do âmbito da anteposição, há importantes especificidades. Há conectivos que normalmente são utilizados em construções concessivas desenvolvidas (*embora* – 21 ocorrências; *ainda que* – 10 ocorrências). Outros conectivos, por sua vez, são normalmente utilizados em construções reduzidas ou nominalizadas (*mesmo* – 80 ocorrências; *apesar de* – 61 ocorrências). Isso significa que alguns conectivos ocorrem em alguns contextos mais específicos e, portanto, não são intercambiáveis.

Se considerássemos apenas as construções desenvolvidas, como é de praxe nas abordagens tradicionais, diríamos que a estratégia mais prototípica não é a anteposição, mas a posposição, visto que detectamos 83 concessivas pospostas desenvolvidas, que é um número bem superior que a de antepostas desenvolvidas (49 ocorrências) ou de intercaladas desenvolvidas (19 ocorrências).

A pesquisa de Neves (2002) apontou resultados diferentes dos da nossa investigação, visto que, na pesquisa da autora, houve uma incidência muito maior de concessivas pospostas (em torno de 70%). Esse dado pode ser explicado pela própria modalidade de língua analisada por ela, ou seja, a língua falada. De fato, essa modalidade é mais afeita à informalidade discursiva, que, por sua vez, propicia o surgimento de mais construções pospostas, como afirma a Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais e Comportamentais [19--, p. 167].

Quanto à nossa pesquisa, que engloba tanto textos escritos oralizados quanto oralizações primárias, as concessivas revelaram uma importante versatilidade em termos posicionais e morfossintáticos, visto que há possibilidade de diversas combinações. Assim, constatamos presença, em nosso *corpus*, de antepostas, pospostas e intercaladas em três diferentes formas de conexão (desenvolvidas, reduzidas e nominalizadas).

Por outro lado, podemos destacar, quanto à posição das concessivas, alguns padrões mais recorrentes, que são as antepostas nominalizadas (107 ocorrências) e pospostas desenvolvidas (83 ocorrências), que juntas somam quase 40% de todas as ocorrências de nosso *corpus*.

Alguns conectivos apresentam-se mais versáteis, tendo em vista sua ocorrência em diferentes posições, como acontece com *mesmo* (7 diferentes posições), e *mesmo*, *apesar de*, *embora*, *ainda que* (6 diferentes posições).

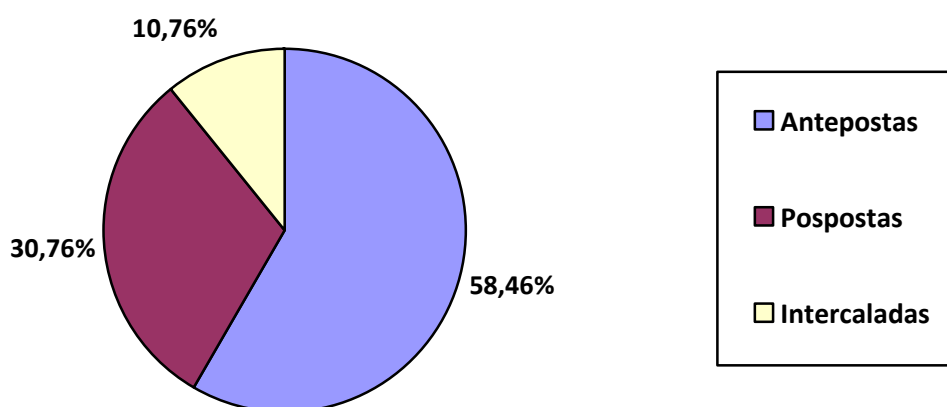
Com relação aos padrões meso-construcionais justapostos, detectamos as seguintes ocorrências, quanto à posição:

Tabela 9 – Padrões construcionais das concessivas justapostas *versus* posição

Padrão meso-construcional		Anteposição	Posposição	Intercalação	Total
Padrão 1	Por mais [N] que [N/pron] V _{subj.}	15	4	-	19 – 29,23%
Padrão 2	Por [mais] <i>adj</i> que V _{subj.}	7	4	5	16 – 24,61%
Padrão 3	-Q + quer que + V _{subj.}	7	6	-	13 – 20%
Padrão 4	V ¹ [N/pron] -Q V ¹	6	5	2	13 – 20%
Padrão 5	V ou não	3	1	-	4 - 6,15%
Total		38 – 58,46%	20 – 30,76%	7 – 10,76%	65 – 100%

Como podemos verificar, a frequência de ocorrência e de tipo dos padrões meso-construcionais segue as mesmas tendências de uso dos conectivos. Afinal, em ambas as situações, a anteposição revela-se como a estratégia mais recorrente (38 ocorrências – 58,46%), seguida da posposição (20 ocorrências – 30,76%) e, por fim, da intercalação (7 ocorrências – 10,76%). Esses números podem ser assim esquematizados:

Gráfico 9 - Padrões meso-construcionais das concessivas justapostas *versus* posição



Tanto a tabela 9 quanto o gráfico 9 confirmam a tendência que vimos observando: a anteposição configura-se como a estratégia mais recorrente no campo da concessividade, visto que as concessivas nominalizadas, reduzidas, desenvolvidas e justapostas selecionam a anteposição como estratégia mais prototípica. Isso acontece porque é uma forma de o locutor

já “prevenir-se” contra as fortes objeções do interlocutor. Em outros termos, a anteposição tem a função precípua de poupar a face do outro (cf. Margarido, 2010, p. 109). Trata-se, portanto, de uma espécie de proteção defensiva, que está justamente no cerne da concessividade.

Em outras palavras, traz-se para o discurso outro ponto de vista que não o da audiência, de forma antecipada, “com o objetivo de antecipar-se a uma possível contra-argumentação” (Gouvêa, 2002, p. 37). Com isso, ainda segundo palavras da autora, intenta-se, muitas vezes, desestabilizar o interlocutor, antes que ele argumente. Em síntese, “o locutor colocaria o argumento do outro numa posição de desprestígio para justamente desqualificá-lo” (Gouvêa, 2002, p. 92).

Concentrando-nos nos conectivos presentes nas construções concessivas desenvolvidas e reduzidas, passemos, agora, a alguns exemplos de nosso *corpus*, com um maior refinamento analítico:

Anteposição

Encontramos cinco padrões construcionais diferentes para a anteposição. Vejamos um exemplo de cada:

- *Concessiva anteposta desenvolvida*

(94) **Embora** saibamos de todas as dificuldades para a mobilização dos servidores públicos, não apenas o número de presentes foi muito expressivo como também a manifestação contou com participantes de todas as áreas do serviço público - Saúde, Educação, Segurança Pública, Previdência – e universidades. – 13/08/2009

- *Concessiva anteposta reduzida (de infinitivo)*

(95) O Sr. Deputado Paulo Melo não está aí. O parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista ser uma questão emergencial, e **[apesar de]** apresentar a possibilidade de aumento de despesa para o Poder Legislativo], é pela constitucionalidade. – 1º/09/2009

- *Concessiva anteposta reduzida (de gerúndio)*

(96) De qualquer maneira, meus cumprimentos. Acho que esse esforço merece toda a solidariedade, todo o apoio, porque a Zona Oeste teve um crescimento espontâneo. [Mesmo a cidade dispo de Plano Diretor], isso não foi sendo muito observado. – 29/06/2009

- *Concessiva anteposta reduzida (de participio)*

(97) Então, o que eu quero, em primeiro lugar, é sugerir a V. Exa., porque aí há uma denúncia além de grave, investigar o Executivo nem pensar; não há possibilidade na Casa de se investigar qualquer ato que venha do Poder Executivo, mesmo que seja a maior imoralidade, através de Comissão Parlamentar de Inquérito, porque, [mesmo requerida e subscrita por 24 ou mais], a Comissão não é instalada. – 17/02/2009

- *Concessiva anteposta nominalizada*

(98) Apesar dos seus inúmeros compromissos, ele sempre consegue arranjar um tempo para dar atenção para nós, o que acho muito importante. – 13/08/2009

Além do que já afirmamos, encontramos algumas propriedades em comum, no que tange à anteposição das concessivas. De uma forma geral, essas concessivas preparam o ouvinte/leitor para a informação que a sucede. Funcionam, dessa forma, como uma espécie de guia ou fio condutor pelo qual a argumentação será empregada. Nos termos de Cunha, Oliveira e Martelotta (2003), funcionam como fundo para a informação mais central que virá em seguida.

A anteposição espelha com maior clareza o caráter de argumento “mais fraco” presente no segmento concessivo, que prepara o ambiente discursivo para a inclusão de um argumento “mais forte”. Assim, no exemplo (94), as dificuldades para a mobilização dos servidores públicos são levadas em conta, mas o fato de o número de presentes ser expressivo e contar com a participação de todas as áreas do serviço público é ainda mais marcante.

Sublinhamos o fato de a concessiva anteposta normalmente denotar uma informação velha ou dada, como já foi apontado em diversos trabalhos empíricos. Em (94), isso fica ainda mais claro quando o deputado diz *Embora saibamos das dificuldades para a mobilização dos*

servidores públicos... Essa declaração realça que o fato denotado já é do conhecimento de todos, ou seja, é informação dada.

No exemplo (95), cotejam-se duas situações distintas: aumento das despesas para o Poder Legislativo e a constitucionalidade da matéria discutida. Aquela é um empecilho para esta, mas mesmo assim, o orador defende a tese que é considerada a mais “forte”, ou seja, a tese de constitucionalidade.

No exemplo (96), o orador afirma que a cidade dispõe de um plano diretor, mas isso não é observado. A ideia de contraste sobressai, portanto. Devemos acrescentar que a anteposição, nesse caso, funciona como um *tópico de retomada* (cf. Zamprônio, 1998, p. 89), visto que a discussão acerca do plano diretor está contextualmente sendo retomada de forma anafórica, a partir do discurso precedente.

No exemplo (97), o orador fala sobre a importância de se instalar uma CPI. Segundo o deputado, mesmo sendo requerida com 24 horas de antecedência, ela não se efetiva. Em outras palavras, vemos a frustração de uma expectativa, afinal, se a CPI é requerida com 24 horas de antecedência, espera-se que ela seja, de fato, instaurada. No exemplo (98), por fim, aparece o fator *tempo* como uma espécie de “mercadoria” ou “produto” difícil para as autoridades. Por outro lado, mesmo assim, ele é doado em favor do povo. De forma alguma, a informação presente na concessiva pode ser considerada dispensável, já que é a presença desse segmento que confere ao texto maior carga de argumentatividade. Aliás, nesse caso específico, a concessiva funciona como tópico, ou seja, como ponto de partida para a estruturação da informação expressa no segmento nuclear.

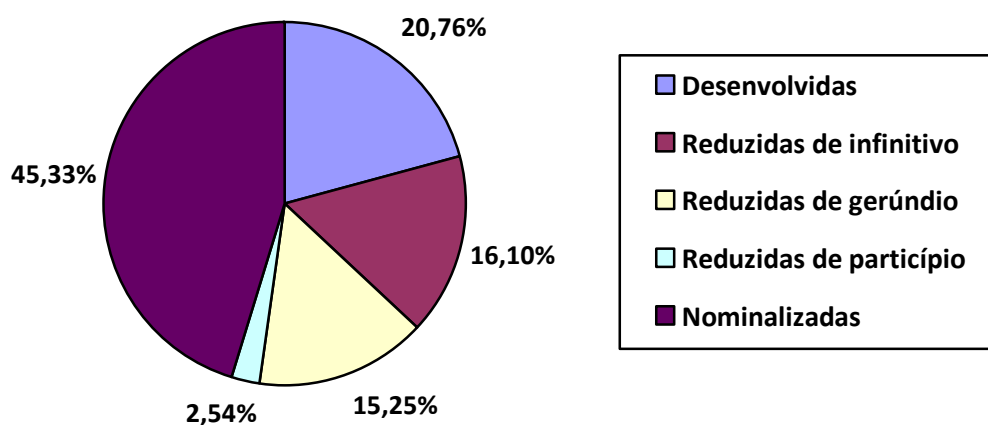
No campo da anteposição, vejamos, por meio da tabela 9, que há conectivos mais recorrentes e menos recorrentes nessa posição sintática, além de detectarmos que concessivas antepostas reduzidas são mais recorrentes.

Tabela 10 – Concessivas antepostas não-justapostas

Conectivos	Anteposição					
	Desenvolvidas	Reduzidas			Nominalizadas	Total
		Infinitivo	Gerúndio	Particípio		
<i>mesmo</i>	-	1	36	4	39	80 – 33,89%
<i>apesar de</i>	-	37	-	1	23	61 – 25,84%
<i>embora</i>	21	-	-	-	4	25 – 10,59%
<i>ainda que</i>	10	-	-	1	5	16 - 6,77%
<i>mesmo assim</i>	-	-	-	-	16	16 – 6,77%
<i>mesmo que</i>	14	-	-	-	1	15 – 6,35%
<i>em que pese</i>	-	-	-	-	11	11 – 4,66%
<i>não obstante</i>	-	-	-	-	8	8 – 3,38%
<i>mesmo quando</i>	2	-	-	-	-	2 – 0,08%
<i>quando</i>	1	-	-	-	-	1 – 0,04%
<i>mesmo se</i>	1	-	-	-	-	1 – 0,04%
<i>até mesmo</i>	-	-	-	-	-	-
<i>nem mesmo</i>	-	-	-	-	-	-
<i>e</i>	-	-	-	-	-	-
<i>se bem que</i>	-	-	-	-	-	-
Total	49 – 20,76%	38 – 16,10%	36 – 15,25%	6 – 2,54%	107 – 45,33%	236 – 100%
		80 – 33,89%				

As informações da tabela 9 podem ser esquematizadas por meio do seguinte gráfico:

Gráfico 10 – Concessivas antepostas não-justapostas



A partir da tabela 9 e do gráfico 10, podemos depreender as seguintes informações, quanto à anteposição:

- As concessivas nominalizadas são bem mais numerosas que as outras (107 ocorrências - 45,33%). Logo, a nominalização é a forma de conexão sintática mais recrutada pelas concessivas antepostas.
- Entre as reduzidas, existe um certo equilíbrio no uso de infinitivas (38 ocorrências - 16,10%) e gerundivas (36 ocorrências - 15,25%), visto que ambas possuem aproximadamente o mesmo número de ocorrências.
- Os conectivos mais utilizados são: mesmo (80 ocorrências - 33,89%) e apesar de (61 ocorrências - 25,84%), que, juntos, somam 141 ocorrências, ou seja, 59,73% de todas as antepostas.
- Os conectivos embora (21 ocorrências - 8,89%), ainda que (10 ocorrências - 4,23%) e mesmo que (14 ocorrências - 5,93%) encontram-se preferencialmente na forma desenvolvida.
- O conectivo apesar de (37 ocorrências - 15,67%) encontra-se preferencialmente na forma reduzida (no infinitivo).
- O conectivo mesmo (36 ocorrências - 15,25%) encontra-se preferencialmente na forma reduzida (no gerúndio).
- A forma reduzida de particípio não é a preferida de nenhum conectivo.
- Os conectivos *mesmo assim* (16 ocorrências - 6,77%), *em que pese* (11 ocorrências - 4,66%) e não obstante (8 ocorrências - 3,38%) são exclusivamente encontrados na forma nominalizada.
- Os conectivos até mesmo, nem mesmo, e e se bem que não foram encontrados.

Rocha Lima (1999, p. 277) afirma que a oração concessiva pode colocar-se antes ou depois da principal, e acrescenta que “a anteposição parece que lhe dá maior relevo, e permite o uso, na oração principal, de uma palavra ou expressão que realce o contraste de ideias, tal como: *ainda assim*, *mesmo assim*, *contudo*, *entretanto*, *sempre*, *todavia* e outras.”

Essa estratégia foi identificada em nosso *corpus*. Vejamos:

(99) Portanto, que pelo menos aqueles que pretendem contribuir para jogar o Governo Sérgio Cabral neste lamaçal, que o façam sabendo

que [mesmo ainda não existindo as OSs], [mesmo assim] a imoralidade já campeia dentro da Secretaria de Estado de Cultura e dentro da Funarj. (Palmas) – 24/06/2009

(100) [Ainda que o dólar tenha sofrido um aumento frente ao real – e tenhamos, então, um reequilíbrio da arrecadação dos *royalties* e das participações especiais –], [ainda assim] estamos com 2/3 do que se arrecadava. – 17/02/2009

A necessidade de reforço impõe-se muito provavelmente como um mecanismo auxiliar para que a memória do interlocutor/ouvinte mantenha latente a noção de concessividade expressa no conectivo anteriormente citado. No exemplo (99), o segmento concessivo é logo retomado anaforicamente pela expressão concessiva mesmo assim; no segmento (100), por sua vez, o segmento concessivo ainda que é retomado por ainda assim. Vemos, portanto, que essa estratégia de referenciação segue um padrão bastante regular.

Quando as orações são antepostas, segundo Neves (2000, p. 878), o esquema comunicativo é o seguinte: primeiro se refuta uma possível ou previsível objeção do interlocutor; depois se faz uma asseveração. As orações concessivas antepostas carregam informação mais conhecida do interlocutor, ocupando uma posição mais tópica, como vimos nos exemplos analisados e em nossas considerações anteriores.

Posposição

Também as pospostas podem ser desenvolvidas, reduzidas ou nominalizadas, e foram encontradas em cinco padrões diferentes. Vejamos um exemplo de cada construção:

- *Concessiva posposta desenvolvida*

(101) Sr. Presidente, deixei para falar no final, já com as galerias praticamente vazias, porque poderiam dizer que eu estaria jogando para a arquibancada, embora não precisasse disso, por causa da audiência que tenho. – 08/09/2009

- *Concessiva posposta reduzida (de infinitivo)*

(102) O SR. GERALDO MOREIRA – Obrigado, Deputado Luiz Paulo, o assunto de V. Exa. é tão pertinente e, às vezes, a gente fica atentado a pedir a questão de ordem, apesar muitas vezes prejudicar o rumo do raciocínio de V. Exa., que é o dono da palavra nesse momento. Mas me perdoe a ousadia. – 03/09/2009

- *Concessiva posposta reduzida (de gerúndio)*

(103) Quero parabenizar o Governador Sérgio Cabral por estar combatendo esta questão, [mesmo não podendo emitir minha opinião sobre a privatização do Aeroporto Tom Jobim, que no cenário em que está seria até a melhor solução]. – 05/03/2009

- *Concessiva posposta reduzida (de participípio)*

(104) Gradativamente você vê a pouca possibilidade de qualquer denúncia sobre as Barcas, [mesmo que fundamentada em dados concretos]. Nós denunciemos e vamos falar aqui de novo, que o aumento de 2,47 reais para 2,80 no trecho de Niterói é ilegal, é irregular, é abusivo. – 15/09/2009

- *Concessiva posposta nominalizada*

(105) O SR. MARCELO FREIXO (Pela ordem) – Na verdade a empolgação é boa, mesmo que tardia.- 1º/09/2009

Segundo Neves (2000, p. 878), a ordem das construções concessivas obedece a propósitos comunicativos diversos. Como já vimos anteriormente, essa é a posição prototípica das concessivas analisadas pela autora, que é bastante regular no seguinte esquema: primeiro se expressa a asserção nuclear, ou seja, a asseveração; depois se expressa a objeção, que é utilizada, de certo modo, na defesa do ponto de vista expresso.

Não podemos invocar a função de tópico discursivo para essas construções. Ao contrário, “elas têm muito de um adendo, porção do enunciado em que o falante volta ao que acaba de dizer, pesando *a posteriori* objeções à sua proposição”. (Neves, 2000, p. 879).

De uma forma geral, as concessivas pospostas ativam um mecanismo de *focalização* de elementos da matriz. Via de regra, um elemento é eleito como mais importante ou saliente

e é retomado ou focalizado na concessiva posposta. Mais uma vez, verificamos o caráter não-tópico dessas construções, que completam o argumento antes proferido, concluindo-o de fato.

No exemplo (101), o deputado, em discurso na ALERJ, acrescenta à informação presente no segmento nuclear um conteúdo aditado ao anterior. A oração concessiva funciona como uma espécie de observação *a posteriori*, adendo ou pós-reflexão exatamente como nos termos propostos por Neves (2000). As concessivas pospostas tendem, portanto, a veicular uma noção mais local, com escopo mais restrito à porção do texto imediatamente anterior.

No exemplo (102), também vemos a concessiva na expressão de um adendo. Atento a normas de polidez, o orador desculpa-se por interromper o deputado Luiz Paulo que, segundo o orador, discursa sobre assunto de grande pertinência. Vemos, portanto, que as concessivas pospostas são marcadas por uma menor carga informativa, em grau de figuratividade menor que o das antepostas.

No exemplo (103), o orador parabeniza o governador do Estado do Rio de Janeiro, mas acrescenta um adendo ao afirmar que não pode emitir opinião sobre a privatização do Aeroporto Santos Dumont. A mesma função de adendo desempenha o exemplo (104), em que a fundamentação em dados concretos não chega a constituir, segundo análise do deputado, material suficiente para perfazer denúncias.

Por fim, no exemplo (105), é feita uma avaliação da empolgação que marca o cenário da ALERJ em meio a um tópico sob discussão entre os deputados. O deputado Marcelo Freixo modaliza o discurso ao utilizar uma concessiva nominalizada, que é marcada por um segmento discursivo de pequena extensão, bem apropriado ao momento. Afinal, o adendo feito pelo deputado estadual não necessita de maior especificação para veicular a informação pretendida. Nesse caso, a concessiva posposta funciona como ressalva ao que foi veiculado anteriormente.

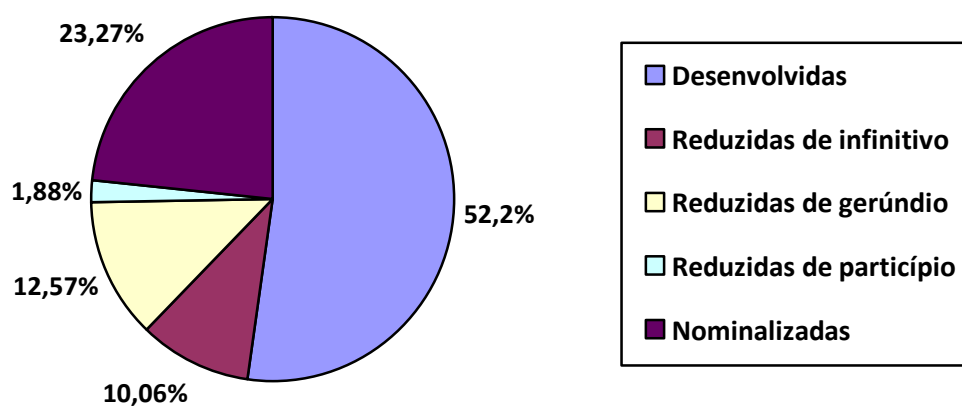
No campo da posposição, vejamos, por meio da tabela 11, a seguir, que há conectivos mais recorrentes e menos recorrentes nessa posição sintática.

Tabela 11 – Concessivas pospostas não-justapostas

Conectivos	Posposição					
	Desenvolvidas	Reduzidas			Nominalizadas	Total
		Infinitivo	Gerúndio	Particípio		
<i>mesmo</i>	-	-	19	1	11	31 – 19,49%
<i>embora</i>	28	-	-	-	-	28 – 17,61%
<i>quando</i>	26	-	-	-	-	26 – 16,35%
<i>apesar de</i>	-	14	-	-	9	23 – 14,46%
<i>mesmo que</i>	14	-	-	2	2	18 – 11,32%
<i>ainda que</i>	6	-	-	-	5	11 – 6,91%
<i>mesmo quando</i>	5	-	-	-	-	5 – 3,14%
<i>em que pese</i>	-	1	-	-	4	5 – 3,14%
<i>até mesmo</i>	-	1	-	-	2	3 – 1,88%
<i>não obstante</i>	-	-	-	-	3	3 – 1,88%
<i>e</i>	3	-	-	-	-	3 – 1,88%
<i>nem mesmo</i>	-	-	1	-	1	2 – 1,25%
<i>se bem que</i>	1	-	-	-	-	1 – 0,06%
<i>mesmo assim</i>	-	-	-	-	-	-
<i>mesmo se</i>	-	-	-	-	-	-
Total	83 – 52,2%	16 – 10,06%	20 – 12,57%	3 – 1,88%	37 – 23,27%	159 -100%
		39 – 24,51%				

As informações dessa tabela podem ser esquematizadas por meio do seguinte gráfico:

Gráfico 11 – Concessivas pospostas não-justapostas



A partir da tabela 10 e do gráfico 11, podemos depreender as seguintes informações, quanto à posposição:

- As concessivas desenvolvidas são bem mais numerosas que as outras (83 ocorrências - 52,2%). Isso já diferencia as pospostas das antepostas, uma vez que estas últimas são mais nominalizadas (107 ocorrências - 45,33%), em termos de frequência de tipo.
- Entre as reduzidas, existem mais gerundivas (20 ocorrências - 12,57%), apesar de as ocorrências de infinitivas também serem consideráveis (16 ocorrências - 10,06%).
- Os conectivos mais utilizados são: mesmo (31 ocorrências – 19,49%), embora (28 ocorrências – 17,61%), quando (26 ocorrências – 16,35%), apesar de (23 ocorrências – 14,46%) e mesmo que (18 ocorrências – 11,32%), que, juntos, somam 126 ocorrências, ou seja, 79,24% de todas as pospostas.
- Os conectivos embora (28 ocorrências – 17,61%), quando (26 ocorrências – 16,35%), mesmo quando (5 ocorrências – 3,14%), e (3 ocorrências – 1,88%) e se bem que (1 ocorrência – 0,06%) encontram-se exclusivamente na forma desenvolvida. O conectivo mesmo que, com 18 ocorrências no total (11,32%), apresentou também essa forma sintática como a preferencial, visto que dessas 18, 14 são desenvolvidas.
- O conectivo apesar de (14 ocorrências – 8,80%) encontra-se preferencialmente na forma reduzida (no infinitivo). Aliás, esse conectivo é quase que exclusivamente o único a ser encontrado nessa forma, visto que só encontramos 2 outras ocorrências de conectivos concessivos nas reduzidas de infinitivo. Trata-se do conectivo em que pese e até mesmo.
- Com exceção de uma única ocorrência de nem mesmo (0,06%), o único conectivo perfilado pelas reduzidas de gerúndio foi o mesmo (19 ocorrências – 11,94%).
- A forma reduzida de particípio não é a preferida de nenhum conectivo. Aliás, só registramos 3 ocorrências nessa forma de conexão (mesmo – 1 ocorrência – 0,06%) e (mesmo que – 2 ocorrências – 0,12%).
- O conectivo não obstante foi exclusivamente encontrado na forma nominalizada.
- Os conectivos em que pese (4 ocorrências – 2,51%) e até mesmo (3 ocorrências – 1,86%) foram encontrados preferencialmente na forma nominalizada.
- Os conectivos mesmo assim e mesmo se não foram encontrados.

Neves (2000, p. 879) afirma também que conectivos mais volumosos como apesar (de) que, se bem que são especialmente voltados para a “função de aportar conteúdos ou argumentos novos após aparentemente concluída uma primeira porção do enunciado, e após uma quebra marcada no andamento da fala”. Esses conectivos aparecem preferentemente, na pesquisa da autora, em orações pospostas e muitas vezes ocorrem depois de final de enunciado. Em nosso *corpus*, o conectivo apesar de apareceu mais na anteposição (61 ocorrências) que na posposição (23 ocorrências) ou na intercalação (17 ocorrências); com relação a se bem que, é difícil fazermos qualquer generalização, visto que só encontramos um único caso em nosso *corpus*:

(106) Só posso verificar que seja assim, pois se medíssemos de fato o que precisa ser medido, a qualidade da nossa economia, a política de desenvolvimento, a seriedade na gestão pública, a renda do nosso povo, essa popularidade não poderia ter tal dimensão, [se bem que aqui no Estado do Rio de Janeiro, também diz o jornal de hoje, na parceria Lula–Cabral, Cabral–Lula quem mais se beneficia é o Governador]. – 17/03/2009

Eastwood (1985, p. 328) também aborda a mobilidade das construções, porém, para o autor, usualmente a informação mais importante aparece no final da sentença. Nesse aspecto, a abordagem do autor é oposta à de Rocha Lima (1999) e de Neves (2000, p. 879). As contribuições de Eastwood (1985) também contrariam a tendência apresentada em nossos dados.

Intercalação

Por fim, as construções intercaladas, que representam o menor grupo entre as concessivas sob nossa análise, também permitem cinco formas de conexão diferentes. Vejamos:

- *Concessiva intercalada desenvolvida*

(107) Procuraram dizer que os substituídos, [mesmo que estivessem indo para outros postos de trabalho,] estavam sendo substituídos em função de uma alegada ineficiência. – 12/05/2009

- *Concessiva intercalada reduzida de infinitivo*

(108) Santa Cruz, [apesar de ser a região que congrega o maior número de empresas de porte grande], é também a região com menores indicadores de desenvolvimento humano. – 29/06/2009

- *Concessiva intercalada reduzida de gerúndio*

(109) No mês passado, fui procurado pelo presidente da Associação Comercial e Industrial de Jacarepaguá que externou a sua preocupação em função das notificações que todo o comércio praticamente está recebendo da Secretaria da Receita. Obviamente, tais comerciantes, [mesmo querendo], não tinham condições de manter os seus compromissos em dia, em especial as vendas realizadas no cartão de débito ou crédito. – 28/05/2009

- *Concessiva intercalada reduzida de participio*

(110) Segundo, tenho a certeza de que o Governador – [mesmo autorizado por esta Casa] – iniciará por dois ou três equipamentos que talvez hoje nem estejam funcionando, e nós vamos, então, verificar a eficácia ou não das Organizações Sociais. – 17/06/2009

- *Concessiva intercalada nominalizada*

(111) O resultado do Caged de fevereiro, [ainda que muito tímido], é um resultado que aponta para essa perspectiva. – 19/03/2009

Ao se falar em intercalação, para sermos mais precisos, é necessário, em primeiro lugar, estipular em que parte da cláusula ou de qualquer outro segmento está o elemento intercalado. Nos exemplos (107) a (111), a construção concessiva está sempre entre o sujeito e os outros elementos do segmento nuclear. Por outro lado, esta não é a única posição possível, como veremos mais adiante.

No exemplo (107), o orador “quebra” o seu discurso para introduzir uma concessiva que tem a função de focalizar melhor a quem ele estava se referindo, ou seja, aos substituídos que estavam sendo mudados para outros postos de trabalho. A função dessa concessiva, portanto, é de focalização, sem dúvida.

No exemplo (108), o orador enuncia o sujeito-tópico do seu discurso – Santa Cruz – e logo em seguida introduz uma concessiva intercalada, que caracteriza a região como tendo “o maior número de empresas de grande porte”. Contudo, mesmo assim, segundo o deputado, é um dos lugares do estado com menores indicadores de desenvolvimento humano. Como o foco do seu discurso está em apontar os problemas da região, por questões de elegância e proteção de face, primeiramente fala dos pontos positivos da região, para só depois elencar os negativos.

No exemplo (109), também por questões de proteção de face, o deputado discursa, dizendo que os comerciantes de Jacarepaguá não tinham condições de manter os seus compromissos em dia, apesar de quererem. O desejo de manter em dia os compromissos antecede a informação relacionada à falta de condições financeiras.

O exemplo (110) fala sobre as relações do governador com as Organizações Sociais. Segundo o orador, a eficácia dessas organizações será verificada, mesmo com a autorização da Casa Legislativa. A intercalação favorece uma “quebra” tópica no discurso, que antecipa possíveis críticas da audiência, ou seja, o próprio fato expresso na concessiva – a autorização dada pelo corpo de deputados.

Por fim, o exemplo (111) fala sobre o resultado do Caged de fevereiro. O ponto negativo na situação é a timidez do crescimento. Por outro lado, o arranjo sintático faz com que essa informação seja o argumento mais “fraco”, para que a expectativa de crescimento seja, de fato, o argumento mais forte e sobressalente.

Como dissemos anteriormente, a intercalação pode ocorrer em variados “locais” do período, que não somente entre o sujeito e as demais partes da oração. Vejamos, com fins meramente ilustrativos, algumas outras posições em que a intercalação é possível:

- a) Entre o verbo transitivo e o objeto direto:

(112) A Ementa do PL 1975/09 enuncia, [apesar de não ter força normativa], o rol de inconstitucionalidades que o texto abriga – 17/06/2009

- b) Entre o verbo transitivo e o objeto indireto¹⁰⁶:

¹⁰⁶ Para Rocha Lima (1999, p. 251), esse seria um caso de intercalação entre o verbo transitivo e o complemento relativo.

(113) Ontem V. Exa. reafirmou isso na reunião do Colégio de Líderes, ao lado de tantos outros líderes partidários, que, com sua posição, evidenciaram que não se trata, **[embora]** nosso partido tenha posição clara quanto a isso], de um debate sob a ótica partidária. Esse debate está acima dos partidos. – 03/06/2009

c) Entre o núcleo nominal e o adjunto adnominal:

(114) Num país onde se tem um histórico de corrupção assolador, assustador, avassalador, você não pode aparecer com um rombo, **[mesmo que]** ele seja contábil], de 17 bilhões de reais e parece que nada aconteceu. – 12/03/2009

d) Entre o adjunto adverbial e núcleo verbal:

(115) A ideia é fazer como já acontece em São Paulo: em qualquer joguinho de campeonato estadual, [até **[mesmo]** em divisões inferiores], ficam lá os atletas perfilados cantando o Hino Nacional, e eu gostaria de ver essa prática no Rio de Janeiro também. – 12/03/2009

e) No interior de locuções verbais:

(116) Eu não poderia deixar, **[mesmo]** com dificuldade], de falar um pouco da Zona Oeste, nós que lá nascemos - eu, o Jairo, o Rubens Andrade, o nosso Paulo Ramos, em Anchieta, meu amigo Vereador Washington, está aqui o Deputado Clemir Ramos – sabemos que aquela água da Zona Oeste é uma água gostosa. – 29/06/2009

(117) Quero parabenizar o Presidente José Carlos, que vem, **[mesmo]** com a falta de um conselheiro], desenvolvendo um trabalho fantástico à frente da Agência. E tenho certeza de que o futuro conselheiro vai somar aos esforços que vêm sendo feitos naquela Agência pela Dra. Darcília, pelo José Carlos e pelos outros conselheiros. – 17/06/2009

f) No interior de orações relativas:

(118) A Baixada Fluminense – eu disse e repito – também é uma região que, **[embora]** tenha um quantitativo populacional muito grande], vem tendo históricos problemas nesse sentido, e nós estamos, enfim, nos colocando à disposição da população. – 12/03/2009

g) No interior de orações adverbiais:

(119) O que acontece em relação às passagens aéreas? Se V. Exa., **[mesmo]** sendo membro da Mesa Diretora], quiser participar de um congresso temático sobre o funcionamento do Parlamento – imaginemos no Estado de Minas Gerais – o que V. Exa. tem que fazer hoje? – 22/04/2009

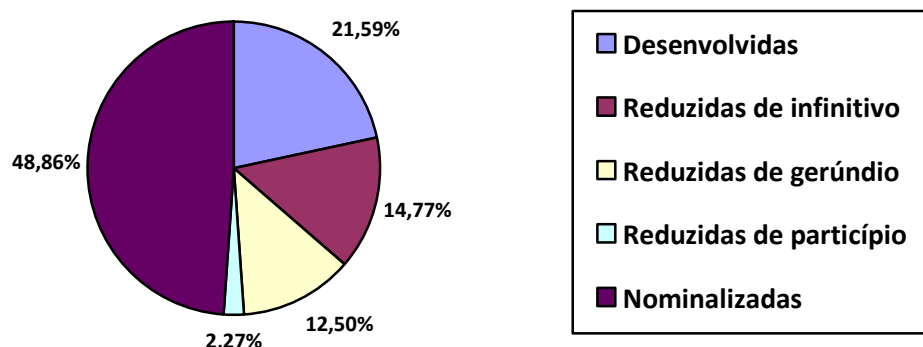
No campo da intercalação, vejamos, por meio da tabela 12, que conectivos são mais recorrentes e menos recorrentes nessa posição sintática, além de detectarmos que concessivas intercaladas reduzidas são mais recorrentes.

Tabela 12 – Concessivas intercaladas não-justapostas

Conectivos	Intercalação					
	Desenvolvidas	Reduzidas			Nominalizadas	Total
		Infinitivo	Gerúndio	Particípio		
<i>mesmo</i>	-	2	9	2	22	35 – 39,77%
<i>apesar de</i>	-	9	-	-	8	17 – 19,31%
<i>embora</i>	12	1	2	-	1	16 – 18,18%
<i>mesmo que</i>	3	-	-	-	3	6 – 6,81%
<i>ainda que</i>	-	-	-	-	4	4 – 4,54%
<i>e</i>	3	-	-	-	-	3 – 3,40%
<i>mesmo assim</i>	-	-	-	-	3	3 – 3,40%
<i>quando</i>	1	-	-	-	-	1 – 1,13%
<i>em que pese</i>	-	1	-	-	-	1 – 1,13%
<i>não obstante</i>	-	-	-	-	1	1 – 1,13%
<i>até mesmo</i>	-	-	-	-	1	1 – 1,13%
<i>mesmo quando</i>	-	-	-	-	-	-
<i>nem mesmo</i>	-	-	-	-	-	-
<i>se bem que</i>	-	-	-	-	-	-
<i>mesmo se</i>	-	-	-	-	-	-
Total	19 – 21,59%	13 – 14,77%	11 – 12,50%	2 – 2,27%	43 – 48,86%	88 – 100%
		26 – 29,54%				

As informações da tabela 11 podem ser esquematizadas por meio do seguinte gráfico:

Gráfico 12 – Concessivas intercaladas não-justapostas



A partir da tabela 11 e do gráfico 12, podemos depreender as seguintes informações, quanto à intercalação:

- As concessivas nominalizadas (43 ocorrências – 48,86%) são bem mais numerosas que as outras. Isso aproxima as intercaladas das antepostas e as distancia das pospostas, em termos de frequência de tipo.
- Entre as reduzidas, existem mais infinitivas (13 ocorrências – 14,77%), apesar de as ocorrências de gerundivas também serem consideráveis (11 ocorrências – 12,50%).
- Os conectivos mais utilizados são: mesmo (35 ocorrências – 39,77%), apesar de (17 ocorrências – 19,31%) e mesmo que (16 ocorrências – 18,18%), que, juntos, somam 68 ocorrências, ou seja, 77,27% de todas as intercaladas.
- Os conectivos embora (12 ocorrências – 13,63%) e mesmo que (3 ocorrências – 3,40%) encontram-se preferencialmente na forma desenvolvida. Os conectivos e (3 ocorrências – 3,40%) e quando (1 ocorrência – 1,13%) ocorrem exclusivamente na forma desenvolvida.
- O conectivo apesar de (9 ocorrências – 10,22%) encontra-se preferencialmente na forma reduzida (no infinitivo).¹⁰⁷
- Com exceção de duas ocorrências de embora (2,27%), o único conectivo perfilado pelas reduzidas de gerúndio foi o mesmo (9 ocorrências – 10,22%).
- A forma reduzida de particípio não é a preferida de nenhum conectivo. Aliás, só registramos o conectivo mesmo, em 2 ocorrências (2,27%) nessa forma de conexão.
- As formas nominalizadas, que somam 48,86% de todas as ocorrências, apresentaram os conectivos ainda que (4 ocorrências – 4,54%), mesmo assim (3 – 3,40%), até mesmo (1 ocorrência – 1,13%) e não obstante (1 ocorrência – 1,13%) como exclusivos nessa posição.
- Os conectivos mesmo quando, nem mesmo, se bem que e mesmo se não foram encontrados.

O uso de construções intercaladas nos diversos textos, como verificamos, produz uma quebra no fluxo discursivo, com vistas a uma maior topicidade, desempenhando a função

¹⁰⁷ Além do conectivo apesar de, só encontramos 2 ocorrências de conectivo concessivo nas reduzidas de infinitivo. Trata-se do conectivo em que pese e até mesmo.

pragmática de foco, justamente por apresentarem informação mais saliente em posição de destaque. Isso obviamente contribui para uma carga ainda maior de argumentatividade.

Salgado (2007, p. 80) também analisou essas construções que, por sinal, foram as mais prototípicas em sua pesquisa, dentro do âmbito das reduzidas. Para a autora, a intercalação da expressão com valor concessivo, muitas vezes até com sinais de pontuação específicos para esse fim, como os parênteses e o travessão, mostra o “caráter de informação adicional, esclarecimento que essa expressão com valor concessivo exerce sobre a principal”.

Para finalizar essa seção, é importante abordarmos outro tópico bastante relevante, ou seja, se haveria a possibilidade de alterarmos a ordem das orações concessivas sem prejuízo de sentido. Para responder a essa questão, García (2004a, p. 3817) utiliza o conceito de *simetria*, que pode ser definido como a possibilidade de alterar a ordem dos membros de uma construção sem que isso aponte perda de aceitabilidade ou mudança de sentido/interpretação. Vejamos a oração abaixo, traduzida diretamente da obra do autor:

a) O homem se matou e escreveu uma carta de despedida.

Nesse exemplo, a alteração da ordem obviamente não é possível porque a causa deve preceder o efeito, e não o inverso. A inversão da ordem das orações do segmento anterior nos conduziria, portanto, a um evidente caso de *assimetria*, condicionado por fatores extralinguísticos. Por outro lado, em alguns casos, mesmo sendo bidirecional a relação implicativa que se estabelece entre as proposições, não cabe considerá-las simétricas. Vejamos:

b) As pessoas gastam muito e há crise econômica

Esse exemplo permite, pelo menos, duas interpretações: “Um consumo excessivo pode acarretar desajustes na economia” ou “Um consumo excessivo ocorre, apesar de haver crise econômica”. Dessa forma, verificamos diferentes vínculos implicativos entre as orações, que nos permitem também asseverar entre elas a propriedade de *assimetria*.

Izutsu (2008, p. 664) também abordou essa questão e comprovou teórica e empiricamente que a ordem *embora p, q* nem sempre pode ser equivalente a *q, embora p*. Vejamos:

Muitos linguistas têm considerado que as construções *embora p, q* e *q, embora p* são apenas variantes formais de uma mesma estrutura subjacente, analisando a primeira construção como sendo derivada da última. [...] Eles assumem que as duas construções são semanticamente idênticas, e podem ser analisadas com uma única descrição semântica. [...] König (1988, p. 148), por exemplo, argumenta que qualquer relação que se estabeleça com o termo ‘concessivo’ pode ser descrita em termos da assunção ‘se p, então normalmente não q’¹⁰⁸.

Contudo, Izutsu (2008, p. 664) assevera que a asserção de König (1985) nem sempre se aplica aos dados da língua, já que essa pretensa equivalência não costuma efetivar-se. Assim, corroboramos a posição de Decat (2001) e defendemos que a ordem está sujeita a questões de ordem pragmática.

Segundo nossa análise, em certo sentido, pode ser possível uma alteração na ordem das concessivas, visto que geralmente essa alteração gera sequências perfeitamente gramaticais em língua portuguesa. Por outro lado, concordamos com Goldberg (2005), no sentido de que tais transformações, apesar de possíveis sintaticamente, alteram, mesmo que minimamente, a força expressiva dos enunciados. Afinal, alguma razão de ordem cognitiva, funcional e/ou discursiva faz com que o falante opte por uma construção e não por outra no momento da produção linguística.

Entre os vários fatores observados, podemos perceber as características do gênero discursivo em que essas construções ocorrem e fatores de ordem pragmática como o “peso” das concessivas. Quando antepostas, geralmente possuem função tópica; quando intercaladas ou pospostas assumem mais a função de adendo. A alteração na ordem faria com que essa força argumentativa fosse muito atenuada e até mesmo anulada. Vejamos o exemplo a seguir:

(120) Sr. Presidente, deixei para falar no final, já com as galerias praticamente vazias, porque poderiam dizer que eu estaria jogando para a arquibancada, **embora** não precisasse disso, por causa da audiência que tenho. – 08/09/2009

¹⁰⁸ Many linguists have considered that the construction *although p, q* and *q, although p* are only formal variants of the same underlying structure, analyzing the former construction as being derived from the latter.[...]They assume that the two constructions are semantically identical, describable with a single semantic description [...] König (1988, p. 148), for example, argues that any relation which falls under the term ‘concessive’ can be described in terms of the background assumption ‘If p, then normally not q’.

Na ocorrência (120), a posição da concessiva, que está posposta, expressa bem o que afirmamos anteriormente. O segmento concessivo *embora não precisasse disso* encontra-se posposto justamente por funcionar apenas como um adendo. A baixa carga de informatividade do segmento em destaque não contribui para a sua anteposição, que seria uma posição tópica, de destaque.

Vejamos mais dois exemplos do nosso *corpus*:

(121) Se a cooperativa não estivesse recebendo seus pagamentos, se os médicos estivessem com seus salários atrasados, [**mesmo** assim], isso não exime a responsabilidade de aqueles médicos estarem nos seus dias em plantões estabelecidos. – 24/03/2009

(122) A cozinha é enorme, poderia até ser uma cozinha-escola. Mas não está devidamente preparada, porque tem infiltrações, não tem sistema adequado de exaustão, tem até esgoto dentro da própria cozinha, o que não é permitido. [**Mesmo** assim,] eu vi com muitos bons olhos a questão da segurança alimentar naquele hospital. – 02/04/2009

Tanto em um caso quanto no outro, observamos que a posição da concessiva está em um lugar estratégico. Estão antepostas, mas fazem referência a todo o contexto precedente, que é retomado anaforicamente pela expressão *mesmo assim*.

Com relação a (121), o deslocamento do segmento concessivo produziria alteração significativa na carga semântica do trecho em análise. Afinal, a partícula *assim* retomaria outra porção do texto, bem diferente da original. Vejamos como ficaria:

(121') Se a cooperativa não estivesse recebendo seus pagamentos, se os médicos estivessem com seus salários atrasados, isso não exime a responsabilidade de aqueles médicos estarem nos seus dias em plantões estabelecidos [**mesmo** assim]. – 24/03/2009

A alteração na ordem do segmento concessivo produziu um discurso bastante truncado e com teor semântico-pragmático bem distinto do original. O mesmo se processa com relação a (122), que ficaria assim:

(122') A cozinha é enorme, poderia até ser uma cozinha-escola. Mas não está devidamente preparada, porque tem infiltrações, não tem sistema adequado de exaustão, tem até esgoto dentro da própria cozinha, o que não é permitido. Eu vi com muitos bons olhos a questão da segurança alimentar naquele hospital [mesmo assim]. – 02/04/2009

Neste caso, a alteração é ainda mais profunda, visto que o *mesmo assim* já não é capaz de recuperar o sentido original, que se estabelece em relação à descrição da cozinha visitada pela deputada.

Desse modo, concluímos a análise das construções concessivas encontradas em nosso *corpus*, ou seja, nos discursos políticos dos deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Assim sendo, agora podemos tecer as considerações finais que terão, entre outras funções, a de reunir os principais pontos de nossa tese, bem como asseverar se as hipóteses centrais podem ser afirmadas ou infirmadas.

7 CONCLUSÃO

Tendo chegado ao epílogo deste estudo, é chegado o momento de sumarmos as descobertas realizadas e sintetizarmos toda a investigação até aqui realizada, principalmente com o objetivo de respondermos às questões formuladas no início desta pesquisa: (i) *Quais são as propriedades morfosintáticas e funcionais que caracterizam as construções concessivas?* (ii) *Quais são as possíveis inovações no que concerne à lista dos conectivos responsáveis pela noção de concessividade?* (iii) *Que construções do português do Brasil veiculam hoje a noção de concessividade, fora do esquema prototípico stricto sensu das adverbiais concessivas?*

Em primeiro lugar, precisamos retornar aos capítulos 2, 3 e 4 de nossa tese, que abordam respectivamente as relações entre subordinação e coordenação, o conceito de concessão e a fundamentação teórica. A gramaticalização atua, entre outros campos, na motivação para o preenchimento das necessidades comunicativas não satisfeitas pelas formas existentes, bem como na existência de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações linguísticas adequadas. Assim, acreditamos que essa é a força motriz para a emergência e uso de construções concessivas, bem como de outras estruturas da língua. Para satisfazer a essas necessidades, novas formas gramaticais desenvolveram-se ao lado de estruturas já existentes, organizando-se em camadas (cf. Hopper, 1991).

Detectamos, na análise das obras teóricas, uma série de diferentes propostas de organização das orações, especialmente no campo das tradicionalmente chamadas orações adverbiais. Há um grande número de autores que segue a NGB, outros preferem agrupar essas orações a partir de critérios sintáticos, pragmáticos e/ou semânticos.

Da mesma forma, comprovamos que não é possível estabelecer uma relação totalmente isomórfica entre cláusulas adverbiais e advérbios. Nem sempre há um advérbio que seja totalmente equivalente a uma cláusula adverbial, e isso ocorre de maneira muito sistemática com as concessivas.

Detectamos muita divergência, mas não contradição, entre os diversos autores que tratam do conceito de concessão. Nossa análise apontou para uma certa complementariedade entre esses conceitos definidos pelos autores. Contudo, destacamos, de maneira muito singular, as perspectivas que trabalham com a noção de concessividade atrelada aos conceitos de argumentatividade e polifonia (cf. Gouvêa, 2002).

De uma forma geral, constatamos que a concessividade é uma noção complexa, com tardia aquisição e desenvolvimento histórico, tanto na ontogênese quanto no filogênese (cf. García, 2004, p. 3811). Isso faz com que este ainda seja um matiz semântico pouco explorado e ainda em vias de gramaticalização.

Com relação ao *corpus* propriamente dito, a análise dos 1275 discursos políticos proferidos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no período de 02/02/2010 a 29/10/2010 possibilitou explorar um pouco mais a construção concessiva do português. Pudemos perceber, em linhas gerais, como a concessividade está fortemente atrelada à noção de argumentatividade. As estratégias de convencimento e persuasão utilizadas pelos deputados oradores normalmente consistiam em construções concessivas, que permitiam equilibrar argumentos mais fortes com os mais fracos em prol da defesa de ideias, angariando força, apoio e veracidade ao discurso.

Em resposta à questão (i), que trata das propriedades morfosintáticas e funcionais das concessivas, detectamos que as 548 ocorrências de concessivas encontradas em nosso *corpus* podem ser distribuídas em dois grandes grupos tipológicos: a) as *construções conectivas*, que somaram 483 ocorrências, ou seja, 88,13% de todo o *corpus*; e b) as *construções não-conectivas*, que somaram 65 ocorrências, ou seja, 11,87% do total.

Quanto às construções conectivas, há diferentes formas de conexão possíveis. Nesta investigação, primeiramente, criamos três grandes grupos: *desenvolvidas*, *reduzidas* e *nominalizadas*. As *desenvolvidas* somaram 151 ocorrências, ou seja, 31,26%; as *reduzidas* somaram 145 ocorrências, ou seja, 30,01%; por fim, as *nominalizadas* somaram 187 ocorrências, ou seja, 38,71%. Em nossos dados, portanto, as *nominalizadas* foram as mais frequentes. Por outro lado, curiosamente, os gramáticos em geral não as abordam. Ao contrário, a pesquisa teórica que empreendemos revelou que somente as desenvolvidas e superficialmente as reduzidas são focalizadas nas gramáticas.

A análise dos conectivos, no que diz respeito à forma de conexão, permitiu-nos criar a seguinte tipologia:

- **Grupo 1 – Concessivas sempre ou normalmente desenvolvidas** (conectivos *quando*, *mesmo quando*, *mesmo que*, *mesmo se*, *embora*, *e* e *se bem que*).

- **Grupo 2 – Concessivas sempre ou normalmente nominalizadas ou reduzidas** (conectivos *mesmo*, *mesmo assim*, *até mesmo*, *nem mesmo*, *apesar de*, *em que pese*, *não obstante*).

De uma forma geral, os conectivos concessivos, por conta de sua origem diversa e de seus diferentes desdobramentos históricos e usos pragmáticos, apresentaram diversas idiossincrasias, o que não nos permitiu grandes generalizações. Por exemplo, os conectivos *mesmo quando*, *mesmo se*, *quando*, *e* e *se bem que* só foram encontrados na forma desenvolvida, o que pode ser uma restrição da própria língua portuguesa ou uma configuração morfossintática preferencial. Os outros conectivos, por sua vez, apresentaram um comportamento morfossintático menos regular.

Os conectivos “menos clássicos” *quando*, *e*, *mesmo quando* e *se bem que* normalmente são utilizados no indicativo. Por outro lado, os conectivos “mais clássicos” *embora*, *mesmo que* e *ainda que* são praticamente somente utilizados no subjuntivo. Nesse ponto, cabe uma importante observação, que contraria boa parte dos preceitos tradicionais: nas palavras de Almeida (2010, p. 10), “o modo indicativo tem invadido a área do subjuntivo”. Essa é uma importante constatação no tocante às propriedades morfossintáticas e funcionais das concessivas. Apesar de 70,86% de todas as concessivas serem perfiladas no modo subjuntivo, ainda assim, consideramos 29,14% de concessivas no modo indicativo um número bastante expressivo.

Outra importante constatação: 78,14% das concessivas de nosso *corpus* são utilizadas no tempo *presente* (28 ocorrências no *presente do indicativo* e 90 ocorrências no *presente do subjuntivo*). Certamente essa constatação se dá por conta do gênero textual sob análise, ou seja, o discurso político, que se dá em torno de questões atuais e que afetam a todos no momento em que são proferidos.

Com relação à posição das concessivas, constatamos o seguinte: a) 48,86% são *antepostas*; 32,91% são *pospostas*; e 18,21% são *intercaladas*. As nominalizadas são mais frequentes entre as antepostas (45,33%) e entre as intercaladas (48,86%). As desenvolvidas, por outro lado, são mais frequentes entre as pospostas (52,20%). Novamente, constatamos o comportamento bastante idiossincrático e diversificado das concessivas. De uma forma geral, conjugando o fator *posição* com o fator *conexão*, temos como mais frequentes as seguintes: *concessivas antepostas nominalizadas* (107 ocorrências) e *concessivas pospostas desenvolvidas* (83 ocorrências). Ambas somam quase 40% de todo o nosso *corpus*.

Ainda com referência às relações entre concessivas e outras estruturas da língua portuguesa, percebemos que normalmente o senso comum e até muitos gramáticos apontam as concessivas e adversativas como muito semelhantes do ponto de vista semântico, já que ambas veiculam a noção de oposição ou contraste. Pela investigação que realizamos, essa asserção é parcialmente verdadeira, visto que também podemos apontar diversas diferenças entre elas, que funcionam como fortes tendências, já que não partimos de premissas categóricas ou de classificações estanques. Vejamos:

Quadro 23 – Construções concessivas *versus* construções adversativas

Construções concessivas	Construções adversativas
São hipotáticas	São paratáticas
Admitem mudança de posição	São mais fixas quanto à mobilidade posicional
Geralmente veiculam informação dada ou temática	Geralmente veiculam informação nova ou remática
São mais formais	São mais informais
Demandam maior esforço cognitivo na atividade de processamento mental	Demandam menor esforço cognitivo em termos de processamento
Mais presentes no discurso adulto	Presentes em quaisquer discursos
Mais especializadas	Mais gerais
Presença de implícitos e pressupostos	Menor nível de pressuposição
Representa o ponto de vista do opositor	Representa o ponto de vista do locutor

Além das diferenças apontadas anteriormente, verificamos ao longo de nosso trabalho que nem sempre a equivalência entre essas estruturas é possível, mesmo do ponto de vista sintático. É o que ocorre, por exemplo, com expressões apelativas e volitivas. Além disso, a possibilidade de coocorrência de conectivos adversativos com concessivos também denota a não sinonímia dessas construções.

As concessivas, entre outras funções, indicam suspense, antecipação de argumentos e concordância parcial com o argumento do opositor. O mesmo não ocorre com construções adversativas, que são mais neutras do ponto de vista funcional e pragmático.

Além do forte parentesco entre adversativas e concessivas, também analisamos, nessa tese, a existência de um espectro semântico que engloba as noções de condicionalidade, causalidade e concessividade, sendo esta última noção derivada e mais recente, como também mais complexa em termos de processamento cognitivo. Esses pontos de contato são ainda mais visíveis quando sabemos que em diversas línguas do mundo, tais noções semânticas são sempre formalmente codificadas por meio de mecanismos morfossintáticos específicos. Além disso, a existência de construções concessivo-condicionais, por exemplo, que amalgamam essas noções semânticas de maneira ainda mais imbricada, reforça nossa proposta.

Podemos asseverar que uma mesma relação implicativa é negada nas concessivas, hipotetizada nas condicionais e asseverada nas causais. Não é à toa que muitos pesquisadores englobam essas três noções semânticas sob um mesmo rótulo que expressa as relações de causalidade *lato sensu*; afinal, são bastante vigorosos os pontos de contato entre esses matizes.

Além desses pontos de contato, também verificamos a relação fortemente estabelecida entre concessividade e demais matizes semânticos como adição, tempo e disjunção. Parecem nocivas, portanto, as categorizações de fundo aristotélico, uma vez que as categorias tendem a ser sobrepostas, principalmente nas propostas tipológicas que intentam classificar fenômenos linguísticos em termos semânticos.

No tocante à questão (ii), verificamos que as concessivas não tendem a apresentar um comportamento sintático muito unitário; ao contrário, as múltiplas formas de expressão da concessividade apontam para diversificadas configurações morfossintáticas.

Em primeiro lugar, detectamos que o conectivo concessivo mais recorrente em nosso corpus foi *mesmo*, com 179 ocorrências, ou seja, 37,06% de todos os dados. Esse fato é certamente muito revelador, tendo em vista que nenhuma gramática pesquisada reconhece esse conectivo como um dos possíveis introdutores de concessivas. Certamente isso se dá pelo fato de *mesmo* ser tradicionalmente considerado um advérbio, e não uma conjunção. De fato,

esse conectivo não está totalmente gramaticalizado, mas tendo em vista sua frequência de ocorrência, certamente é imprescindível que seja analisado e citado.

Ainda com relação ao conectivo mesmo, detectamos grande variabilidade em sua configuração sintagmática, tendo em vista as seguintes ocorrências de itens esquemáticos (cf. Noël, 2006): mesmo assim (19 ocorrências), mesmo quando (7 ocorrências), até mesmo (3 ocorrências), nem mesmo (2 ocorrências) e mesmo se (1 ocorrência). Todos esses conectivos adjungem a noção de concessividade a outras diversas como escalaridade, tempo, negação, condição etc.

Também destacamos o uso dos conectivos e e quando. Nenhum gramático reconhece a possibilidade de o conectivo e perfilar a noção de concessividade, e apenas Almeida (2004) e Ferreira (2008; 2010) abordam o uso de quando com valor concessivo. De fato, não defendemos a ideia de que estão plenamente gramaticalizados na função de conectivos concessivos; por outro lado, a polissemia construcional que envolve esses itens da gramática depõe a favor da tese de que estão em vias de gramaticalização. A partícula quando só foi utilizada em construções com verbo no indicativo, o que reforça nossa tese de que o elemento está passando por um estágio de gramaticalização ainda muito incipiente. Além disso, a *dessemantização* ou *desbotamento semântico* do item ainda não atuaram de forma a abstratizar o sentido temporal perfilado por esse conectivo.

A generalização contextual ou expansão (cf. Traugott, 2008a; 2008b; Heine; Kuteva, 2007) produz o que Hopper (1991) chama de novas camadas. Assim, além do valor prototípico de tempo do conectivo quando e do valor prototípico de adição do conectivo e, que são matizes bastante básicos, detectamos a adjunção do matiz semântico de concessividade, em clara analogia ao que ocorreu com os outros conectivos concessivos já gramaticalizados. Em síntese, estamos diante do fenômeno de *variabilidade paradigmática* (cf. Lehmann, 1988), uma vez que o espectro da expressão da concessividade está sendo ampliado.

Outro fato merece destaque: detectamos apenas uma única ocorrência de se bem que e nenhuma ocorrência do item posto que em nosso *corpus*, a despeito de serem exaustivamente citados pelas gramáticas tradicionais. É possível que o *corpus* de nossa pesquisa não tenha permitido um maior número de ocorrências desses itens, assim como, inversamente ao ocorrido, detectamos 29 ocorrências de em que pese e não obstante, já não tão frequentes no português padrão corrente.

Também foi possível verificar nos dados pesquisados um relativo grau de *variabilidade sintagmática* (cf. Lehmann, 1988), visto que encontramos ocorrências de *mesmo embora*, *mesmo ainda que*, *apesar também de*. Essas ocorrências apontam para um grau considerável de abertura da construção (cf. Trousdale, 2008a; 2008b), fazendo com que ainda haja muita variação no rol dos conectivos concessivos.

Croft (2007) defende a hipótese forte de que “a propagação de variantes reflete a dinâmica da mudança social”. Assim, a mudança linguística ocorre, após processos diversificados de variação, para dar conta de novas necessidades comunicativas oriundas da dinâmica social. Assim também ocorre com os conectivos concessivos.

De acordo com Traugott (2008a, p. 3), somente os fatores sintáticos e semânticos não seriam suficientes para explicar a mudança linguística. Ocorre, em grande escala, uma exploração, por parte dos falantes, de implicaturas conversacionais, que convidam o leitor/ouvinte a inferir significados diversos.

A variação dos conectivos concessivos pode ser explicada também pelos chamados processos de subjetivização e intersubjetivização, que estão a serviço de uma maior expressividade para o discurso. A tensão naturalmente existente entre necessidades comunicativas aparentemente opostas leva os falantes à intenção de serem cada vez mais específicos por meio da codificação gramatical. Esse processo, que não possui poucos pontos em comum com a hipótese da gramática emergente, conduz a um verdadeiro reforço de informatividade (cf. Cuenca; Hilferty, 1999, p. 169), baseado em um processo metonímico de caráter inferencial.

Em se tratando de discursos políticos, a força da subjetivização atua ainda em maior medida, visto que há um forte apelo por graus cada vez maiores de expressividade. Essa necessidade discursiva pode funcionar como um verdadeiro motor para o aparecimento de novas formas, como as que detectamos em nosso *corpus*.

A subjetivização tem como base negociações em um chão comum (*common ground*), é de natureza profundamente dialógica, contestativa e refutativa. Constatamos, assim, a necessária identidade existente entre os conceitos de subjetividade e concessividade. Para Traugott (forthcoming, p. 6), a concessividade é uma das expressões linguísticas da língua que naturalmente sempre veiculam algum grau de dialogicidade e, portanto, de subjetividade.

Aliás, para sermos mais precisos, em se tratando da relação entre concessividade e expressividade, é mais acertado falarmos em intersubjetivização, que é justamente a utilização de recursos linguísticos para atuação sobre o interlocutor, com vistas à sua adesão ou anuência

ao que é assertado. Nesse caso, desloca-se o foco apenas do locutor para ambos os interlocutores no discurso (cf. Oliveira, 2010, p. 33).

Por fim, com relação à questão (iii), podemos defender, já com base no que expusemos, a existência de novas construções do português do Brasil, que veiculam a noção de concessividade fora do esquema prototípico *stricto sensu* das adverbiais.

Por meio de diversos mecanismos de mudança, especialmente por meio da reanálise, constatamos na língua portuguesa, em seu estado atual, uma série de construções justapostas, que podem ser mais bem descritas como *meso-construções*. Em nosso *corpus*, detectamos a ocorrência de 65 construções desse tipo, ou seja, 11,86% de todas as concessivas. Trata-se de construções ainda não totalmente cristalizadas, com relativo grau de abertura. Nas palavras de Goldberg e Jackendoff (2004), trata-se de *famílias de construções*.

Assim, podemos tipificar essas ocorrências em 5 padrões meso-construcionais, fora do esquema *stricto sensu* da concessividade, que têm a propriedade comum de angariar muita quantidade de substância linguística, com conseqüente grau avançado de informação. São eles:

- *Padrão 1 - Por mais [N] que [N/pron] V_{subj} – 19 ocorrências.*
 - Apresenta a ideia de uma posição escalar extrema. As construções que pertencem a esse padrão também são chamadas de condicionais-concessivas universais. Exemplo: Por mais que ele tente / Por mais que esforços que João faça.
- *Padrão 2 - Por [mais] adj que V_{subj}. – 16 ocorrências.*
 - Apresenta a ideia de intensificação de valor adjetival. Exemplo: Por mais esperto que seja.
- *Padrão 3 - -Q + quer que + V_{subj}. – 13 ocorrências.*
 - Esse padrão pode ser chamado de indefinido total. Exemplo de construção: Qualquer que seja.
- *Padrão 4 - V^l [N/pron] -Q V^l – 13 ocorrências.*
 - Padrão de reduplicação concessiva. Exemplo: Tenha a origem que tiver.

- *Padrão 5 - V ou não – 4 ocorrências.*
 - Padrão condicional-concessivo alternativo. Exemplo: Queira ou não.

Todos esses padrões meso-construcionais veiculam a noção de concessividade atrelada a outros matizes. Revelam o caráter inovador da língua, que está em permanente variação e mudança, moldando-se a novas necessidades comunicativas.

Além desses padrões meso-construcionais, detectamos um caso de oração adjetiva, que acumula um conteúdo circunstancial adjacente de concessão (cf. Azeredo, 2000, p. 221). Trata-se, dessa forma, de uma outra estratégia para a expressão da concessividade, fora do esquema prototípico das adverbiais concessivas.

Por fim, quanto à questão (iii), ainda destacamos a existência das chamadas “orações desgarradas” ou “orações sem matriz” (cf. Decat, 2001; Lima, 2004, p. 53). Essa relação mais “frouxa” das hipotáticas adverbiais é facilitada pelo fato de elas ocorrerem, após uma considerável pausa. Esse fato também constata a inadequação do rótulo *principal* para as orações às quais as hipotáticas estão ligadas. Afinal, esse rótulo imprime uma visão de que essas orações detêm grande relevância informativa, o que, percebemos, não é sempre verdadeiro.

Chafe (1984) afirma que essas construções ocorrem para criar um espaço mental ou uma *moldura de referência*, na qual se insere um determinado conteúdo. Para o autor, isso só é possível quando essas orações encontram-se antepostas. Elas também demandam, por parte do interlocutor, maior esforço cognitivo e maior envolvimento na situação interativa, visto que ele terá de “administrar” esse “espaço vazio” normalmente ocupado pela cláusula nuclear.

Tendo em vista nossa investigação, podemos comprovar nossa tese de que a concessividade é uma noção complexa, com propriedades singulares, devido à sua multifuncionalidade pragmático-discursiva e à sua configuração morfossintática. Essas construções, como vimos, podem ser estudadas sob um rico espectro de noções semânticas com grande aproximação entre si. Afinal, suas relações com outros matizes semânticos comprovam esse fato e são atestadas empiricamente.

Da mesma forma, também confirmamos nossas hipóteses centrais, já que as construções concessivas, por serem pouco gramaticalizadas, ainda estão em processo de mudança e de estabilização no sistema linguístico, especialmente as justapostas. Essa instabilidade, por sua vez, faz com que as suas propriedades semântico-pragmáticas, bem como funcionais, ainda estejam se delineando na estrutura da língua portuguesa.

Assim sendo, acreditamos que as respostas para todas as questões formuladas na introdução desta tese foram dadas ao longo do nosso trabalho e sintetizadas nesta conclusão. Certamente muito há por ser investigado no que concerne aos mecanismos responsáveis pela expressão da concessividade em língua portuguesa. Contudo, por meio desta investigação, acreditamos que um longo caminho já foi percorrido, a ponto de comprovarmos por meio de argumentos e exemplos que as construções concessivas revelam-se, decerto, como mecanismos especiais em língua portuguesa.

No âmbito dos estudos funcionalistas de vertente norte-americana, as investigações são ainda mais necessários devido à parca bibliografia acerca do assunto. Os estudos sobre a gramaticalização de construções, ainda recentes no cenário das pesquisas linguísticas, apenas iniciaram suas primeiras perquirições, o que abre diversos campos de investigação para os pesquisadores.

Por fim, da mesma forma como reconhecemos e ressaltamos o limite da tese realizada, também enfatizamos a importância da continuidade deste estudo, bem como a necessidade de realização de outros que a este se somem, para que obtenhamos uma documentação atualizada de nossa realidade linguística.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suárez. **A língua e suas adaptações**. Revista Carta na Escola, ed. 49, setembro de 2010.

_____. Coordenação e Subordinação – uma proposta de descrição gramatical. **ALFA – Revista de Linguística**, São Paulo, v. 41, Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. **Curso de Redação**. São Paulo: Ática, 1994.

ALÁRCON, Irma. **The polysemy of the conjunction y in Spanish proverbs**. Disponível em <http://www.indiana.edu/~iulcwp/> . Acesso em 2003.

ALMEIDA, Érica Sousa de. **Variação de uso do subjuntivo em estruturas subordinadas: do século XIII ao XX**. 2010. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2004.

AZEREDO, José Carlos. **Iniciação à sintaxe do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. **Fundamentos de Gramática do Português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Houaiss/Publifolha, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. **Conjunções:** aspectos de sua constituição e funcionamento na história do português. 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

_____. **Gramaticalização das conjunções na história do português.** 2v. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BARROS, Enéas Martins de. **Nova Gramática da Língua Portuguesa.** São Paulo: Atlas, 1985.

BECHARA, Evanildo. **Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português.** Tese de Cátedra. Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 1954.

_____. **Moderna Gramática Portuguesa.** Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

_____. **Gramática escolar da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

BERNDT, R. et al. **English Grammar:** a university handbook. Berlin: Verlag Enzyklopädie Leipzig, 1983.

BOMFIM, Eneida do Rêgo Monteiro. **A expressão da concessividade em Vieira.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. In: [//www.letas.puc-rio.br/Catedra/revista/2Sem_04.html](http://www.letas.puc-rio.br/Catedra/revista/2Sem_04.html). Acesso em 14/07/2009.

BON, Francisco Matte. **Gramática comunicativa del español:** de la idea a la lengua. Tomo 2. Madrid: Edelsa, 2001.

BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. (Org.). **Gramática Descriptiva de la Lengua Española.** Madrid: Espasa, 2004.

BRAGA, Maria Luíza. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, 2º sem. 2001.

BUENO, Silveira. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1963.

BYBEE, Joan. Mechanisms of Change in Grammaticalization: The Role of Frequency. In: JOSEPH, Brian; JANDA, Richard (Ed.). **The Handbook of Historical Linguistics**. [S.l.]: Blackwell Publishing, 2003.

_____. **Language, usage and cognition**. Cambridge: CUP, 2010.

CACOULOS, Rena Torres; SCHWENTER, Scott A. **Towards an Operational Notion of Subjectification**. University of New Mexico and The Ohio State University. Disponível em: <http://people.cohums.ohio-state.edu/schwenter1/Torres&Schwenter.pdf>. Acesso em dezembro/2010.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Dicionário de Linguística e Gramática**. Petrópolis: Vozes, 1981.

CARVALHO, Cristina dos Santos. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas. **Veredas: Conexões de orações**, Juiz de Fora, v. 14/15. 2004

CASTILHO, Ataliba T. de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAFE, W. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. **Coherence and grounding in discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

COMBA, Júlio. **Programa de Latim: introdução à língua latina**. São Paulo: Salesiana, 2009.

COSTA, Marcos Antônio. Procedimentos de manifestação do sujeito. In: FURTADO DA CUNHA. (Org.) **Procedimentos discursivos na fala de Natal: uma abordagem funcionalista**. Natal: EDUFRN, 2000.

CROFT, William. **Language structure in its human context: new directions for the language sciences in the twenty-first century**. Cambridge Encyclopedia of the Language Sciences, ed. Patrick Hogan. Cambridge: Cambridge University. Press. Final Draft, September 2007.

_____. Toward a social cognitive linguistics. **New directions in cognitive linguistics**, ed. Vyvyan Evans and Stéphanie Pourcel, 395-420. Amsterdam: John Benjamins, 2009.

CUENCA, Maria Josep; HILFERTY, Joseph. **Introducción a la lingüística cognitiva**. Barcelona: Ariel Lingüística S.A., 1999.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DANCYGIER, Barbara. Conditionals and concessives. In: FISIÁK, Jacek. **Papers and studies in contrastive linguistics**. Poznań: Adam Mickiewicz University, 1988.

DECAT, Maria Beatriz N. **Aspectos da Gramática do Português: uma abordagem funcionalista**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

_____ et al (Org.). Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de ‘unidade informacional’. 1999. (Texto digitado)

DI TULLIO, Ângela. **Manual de gramática del español**. Buenos Aires: La isla de la luna, 2005.

DIAS, Augusto Epiphany da Silva. **Syntaxe Histórica Portuguesa**. 5ª ed. Lisboa: Clássica, 1970.

DIAS, Maria de Lourdes Vaz Sppezapria. **A articulação hipotática em construções proverbiais justapostas**. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras: UFRJ, 2009. Dissertação de Mestrado.

_____. A hipotaxe por justaposição em construções proverbiais. In: RODRIGUES, Violeta Virginia (Org). **Articulação de orações: pesquisa e ensino**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

_____; RODRIGUES, Violeta Virginia. Justaposição: processo sintático distinto da coordenação e da subordinação? In: RODRIGUES, Violeta Virginia (Org). **Articulação de orações: pesquisa e ensino**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

DIAS, Nilza Barroso; REIS, Andreia Rezende Garcia. As cláusulas relativas de gerúndio no português escrito e falado no Brasil. **Veredas: Conexões de orações**, Juiz de Fora, vol. 14/15. 2004.

DIEWALD, Gabriele. **Context types in grammaticalization as constructions**. Disponível em: http://www.constructions-online.de/articles/specvol11/686/Diewald_Context_types_in_grammaticalization.pdf. Acesso em maio/2010

EASTWOOD, John. **Oxford Guide to English Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

ENCICLOPÉDIA INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E COMPORTAMENTAIS.
[19--]

FARIA, Ernesto. **Gramática da Língua Latina**. Brasília: FAE, 1995.

FEIGENBAUM, Irwin. **The Grammar Handbook**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

FERREIRA, Vanessa Pernas. A conjunção subordinativa quando na perspectiva funcional-discursiva. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2008. Mimeo. Dissertação de Mestrado.

_____. Por uma classificação a partir das relações entre orações: o caso da conjunção *quando*. In: RODRIGUES, Violeta Virginia (Org.) **Articulação de orações: pesquisa e ensino**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FREITAS, Gaspar de. **Gramática Portuguesa**. Francisco Alves, 1960.

FRIED, Mirjan. Constructions and constructs: mapping a shift between predication and attribution. Princeton University. In: BERGS, A.; DIEWALD, G. (Eds.) **Constructions and language change**, 47-79. Mouton de Gruyter, 2008.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. **A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe**. DELTA, volume 15, n.1 São Paulo Fev/Julho 1999.

GARCÍA, Ángel López. Relaciones paratáticas e hipotáticas. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. (Org.). **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**. Madrid: Espasa, 2004a.

GARCIA, Cíntia Bartolomeu. As construções com *mas* e *embora* sob a perspectiva funcionalista. **Estudos Linguísticos**, vol. 33, 2004b

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1967.

GILI Y GAYA, Samuel. **Curso superior de sintaxis española**. Barcelona: Publicaciones y Ediciones Spes S.A., 1955.

GIVÓN, Talmy. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In: _____. **Syntax and semantics**. vol. 12. New York: Academic Press, 1979.

_____. **Syntax: a functional typological introduction**. v. 2. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

_____. **English Grammar: a functional-based introduction.** vol 1. Amsterdam: John Benjamins, 1993.

_____. _____. vol 2. Amsterdam: John Benjamins, 1994.

_____. **Functionalism and Grammar.** Amsterdam: John Benjamins, 1995.

_____. **Bio-linguistics: the Santa Barbara Lectures.** John Benjamins, 2002.

GOES, Carlos; PALHANO, Herbert. **Gramática da Língua Portuguesa.** Francisco Alves, 1965.

GOLDBERG, Adele E. **Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure.** Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

_____. **Constructions: a new theoretical approach to language.** Trends in Cognitive Sciences, 7(5), 219-224. 2003

_____; CASENHISER, Devin. **English Constructions.** Disponível em: <http://www.princeton.edu/~adele/English%20Constructions.rtf>. Acesso em maio/2010

_____; JACKENDOFF, Ray. **The English resultative as a family of constructions.** Language 80. (2004): 532-567.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite et al. (Org.). **Introdução à Gramaticalização.** São Paulo: Parábola, 2007.

GONZÁLEZ, Concepción Maldonado. Discurso directo y discurso indirecto. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. (Org.). **Gramática Descriptiva de la Lengua Española.** Madrid: Espasa, 2004.

GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Concessão e conectores. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, 2º sem. 2001.

_____. **Perspectivas argumentativas pela concessão em sentenças judiciais.** 2002. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GRYNER, Helena. A emergência das construções contrastivas introduzidas por agora. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia (Org.). **Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica.** Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação:** um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 1987.

HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. **Clause combining in Grammar and Discourse.** Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1988.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, Christian M.I.M. **An Introduction to Functional Grammar.** Hodder Arnold, London, 1985.

HARRIS, Martin. Concessive clauses in English and Romance. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. **Clause combining in grammar and discourse.** Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1985.

HASPELMATH, Martins. **On directionality in language change with particular reference to grammaticalization.** [S.l.]: Leipiz, 2002.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (Ed.). **A handbook of historical linguistics.** [S.l.]: Blackweel, 2003.

_____ et al.. **Grammaticalization:** A conceptual framework. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. **The Genesis of Grammar:** a reconstruction. Oxford, 2007.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. **Sintaxe Portuguesa para a linguagem culta contemporânea**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2003.

HIROSHI, Ohashi. **Concessivity and Intersubjectification: the case of an English Intensifier Phrase**. Disponível em: <http://linguistics.berkeley.edu/~icls/pdfs/a562.pdf>. Acesso em maio/2010

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. **Approaches to grammaticalization**. vol. 1. Amsterdam: Benjamins, 1991.

_____; TRAUGOTT, Elisabeth. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

INTERNATIONAL ENCYCLOPEDIA OF THE SOCIAL & BEHAVIORAL SCIENCES, 2001.

IZUTSU, Mitsuko Narita. Contrast, concessive, and corrective: Toward a comprehensive study of opposition relations. **Journal of Pragmatics**, n. 40, p. 646-675, 2008.

JIMÉNEZ, Antonio Narbona. **Las subordinadas adverbials impropias en español: bases para su estudio**. Málaga: Librería Ágora S.A., 1989.

_____. **Las subordinadas adverbials impropias en español (II): causales y finales, comparativas y consecutivas, condicionales y concesivas**. Málaga: Librería Ágora S.A., 1990.

KÖNIG, Ekkehard; AUWERA, Johan van der. Clause integration in German and Dutch conditionals, concessive conditionals, and concessives. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1985.

KURY, Adriano da Gama. **Pequena Gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

_____. **Novas lições de análise sintática**. São Paulo: Ática, 2003.

LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988.

LIMA, Ana. Funções textual-discursivas das ‘orações adverbiais’ sem matriz. **Veredas: Conexões de orações**, Juiz de Fora, vol. 14/15. 2004.

LIMA, Mário Pereira de Souza. **Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa para uso das escolas secundárias**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Estágios de gramaticalização da noção de tempo: processos de combinação de orações. **Veredas: Conexões de orações**, Juiz de Fora, vol. 14/15. 2004.

LLORACH, Emílio Alarcos. **Gramática de la Lengua Española**. Madrid: Espasa, 1999.

LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia Roberta. Considerações sobre gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial. **Veredas: Conexões de orações**, Juiz de Fora, vol. 14/15. 2004a

_____. **Uma proposta semântica para a combinação de orações: resgatando os critérios de Bally**. **Revista da ANPOLL**, São Paulo, n. 16, p. 321-348, 2004b.

_____. As construções coordenadas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. vol. 2. São Paulo: Unicamp, 2008.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira**. São Paulo: Globo, 2000.

MACEDO, Alzira Verthein Tavares de. Funcionalismo. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, jan/julho. 1998.

MACIEL, Maximino. **Grammatica descritiva baseada nas doutrinas modernas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARGARIDO, Renata. **Construções (coordenadas) adversativas e construções (subordinadas) adverbiais concessivas em português: pontos de contato e de contraste na língua em função**. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

MARI, Hugo; SILVEIRA, José Carlos Cavaleiro. **Sobre a importância dos gêneros discursivos**. Disponível em: <http://www.ich.pucminas.br/posletras/Generos%20discursivos.pdf>. Acesso em: agosto/2011.

MARÍN, Francisco Marcos; RAMÍREZ, Paloma España. **Guía de gramática de la lengua española**. Madrid: Espasa, 2001.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Gramaticalização e graus de vinculação sintática em cláusulas concessivas e adversativas. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, 1998.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra A. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN; THOMPSON (Ed.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico**. Rio de Janeiro: Contexto, 2006.

MELO, Gladstone Chaves de Melo. **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

_____. **Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1997.

MONTEIRO, José Lemos. **A Estilística**. Rio de Janeiro: Ática, 1991.

NASCIMENTO, Mauro José Rocha do. **Repensando as vogais temáticas nominais a partir da gramática das construções**. 2006. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do Português**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. As construções concessivas. In: _____ (Org.). **Gramática do Português Falado**. vol. 7. Campinas: Unicamp, 2002.

_____. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Ensino de língua e vivência da linguagem: temas em confronto**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____ ; BRAGA, Maria Luíza; DALL'AGLIO-HATTNER, Marize Mattos. As construções hipotáticas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Unicamp, 2008.

NEY, João Luiz Ney. **Guia de análise sintática**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1955.

NÖEL, Dirk. **Diachronic construction Grammar vs. Grammaticalization theory**. N° 225. Kahtolieke Universiteit Leuven. 2006.

NOVAES, Ana Maria Pires. **Pesquisa e ensino: os conectores oracionais e sua incidência no Português culto do Brasil**. 2000. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

OCHS, Elinor. Planned and unplanned discourse. In: GIVÓN, T. (Org.). **Syntax and semantics**. vol. 12. New York: Academic Press, 1979.

OLIVEIRA, Mariangela Rios. Categorias cognitivas em debate: a trajetória dos pronomes locativos no português. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia (Org.). **Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino**. São Paulo: Paulistana, 2010.

_____ ; VOTRE, Sebastião Josué. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. In: **Revista Matraca**. Rio de Janeiro, v.16, n.24, jan./jun. 2009

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática Expositiva**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves et al. (Org.). **Linguística e Literatura: ensaios**. Salvador: Quarteto, 2004.

POGGIO, Rosaura Maria Galvão Fagundes. **Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista**. Salvador: EDUFBA, 2003.

QUIRK, Randolph et al. **A Comprehensive Grammar of the English Language**. [S.l.]: Longman, 1985.

RAGON, E. **Grammatica Latina**. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo e Cia., 1926.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Nueva gramática de la lengua española - Manual**. Madri: Espasa Libros, 2010.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. **Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza**. Salvador: Progresso, [1890].

RIBEIRO, Manoel P. **Nova Gramática da Língua Portuguesa: uma comunicação interativa**. Rio de Janeiro: Metáfora, 2004.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

RODRIGUES, Violeta Virginia. **Construções comparativas: estruturas oracionais?** Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2001. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

_____. Correlação. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (Org.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. **Aspectos sintáticos e semânticos do *como* na linguagem padrão contemporânea**. 2007a. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007a.

_____. Construções aditivas: uma análise funcional. In: **Pesquisa em Linguística Funcional: convergências e divergências**. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2009. 1 CD ROM

_____. **Gramaticalização de até:** usos na linguagem padrão dos séculos XIX e XX. 2007b. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007b.

_____; RODRIGUES, Violeta Virginia. Correlação em perspectiva funcional. In: RODRIGUES, Violeta Virginia (Org.) **Articulação de orações: pesquisa e ensino**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

SAID ALI, Manoel. **Gramática Secundária da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

_____. **Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. Brasília: Universidade de Brasília, 1964.

SALDANYA, Manuel Pérez. El modo em las subordinadas relativas y adverbiales. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. (Org.). **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**. Madrid: Espasa, 2004.

SALGADO, Érica. **Alguns aspectos da concessão com *se bem que***. *Revista Letra Magna*, vol. 4. 1º sem. 2006.

_____. **As construções concessivas no Português Brasileiro do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHÖNEFELD, Doris. Constructions. Disponível em: http://www.constructions-online.de/articles/specvol1/667/Schoenefeld_Constructions.pdf. Acesso em maio/2010

SILVA, José Romerito. Mecanismos alternativos de superlativização. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. (Org.) **Procedimentos discursivos na fala de Natal: uma abordagem funcionalista**. Natal: EDUFRN, 2000.

SILVA, Anderson Godinho. Orações modais: uma proposta de análise. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 2007. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

_____. Cláusulas com noção de modo em português: um estudo funcionalista. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 2011. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

SOUZA, Elenice Santos de Assis Costa de. Estruturas de relativização no português falado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 1996. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

_____. A interpretação das cláusulas relativas no português do Brasil: um estudo funcional. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 2009. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

TARALLO, Fernando. **Tempos linguísticos**: itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.

TAVARES, Maria Alice. **Gramaticalização: motivações sociais subjacentes à disseminação das inovações**. Revista da ABRALIN, vol II, n. 2, p. 115-155, dez. de 2003.

TAYLOR, John R. **Linguistic Categorization**: Prototypes in Linguistic Theory. Oxford: Oxford University Press, 1992.

THOMPSON, Sandra A.; COUPER-KUHLEN, Elizabeth. **The clause as a locus of grammar and interaction**. Discourse Studies. 2005, vol 7(4-5):481-505. Disponível em: <http://dis.sagepub.com>.

_____; LONGACRE, Robert E. Adverbial clauses. In: SHOPEN, Timothy (Ed.). **Language typology and syntactic description**: complex constructions. v. II. Cambridge: Cambridge University, 1985.

TORRES, Almeida. **Moderna Gramática Expositiva**. Fundo de Cultura, 1973.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Constructionalization, grammaticalization and lexicalization again**. Some issues in frequency. Course on Gzn and C x G. Dec 18th 2007.

_____. 'All he endeavoured to prove was...': constructional emergence from the perspective of grammaticalization. 2008a. (Texto digitado).

_____. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: Regine Eckardt, Gerhardt Jäger, and Tonjes Veenstra (eds.). **Variation, Selection, Development – Probing the Evolutionary Model of Language Change**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008b, p. 219-250.

_____. Constructions in grammaticalization. In: BRIAN D., Joseph; JANDA, Richard D. (Eds.). **The Handbook of Historical Linguistics**. Blackwell Publishing, 2004. Blackwell Reference Online. 08 July 2009. http://www.blackwellreference.com/subscriber/tocnode?id=g9781405127479_chunk_g978140512747922.

_____. Revisiting Subjectification and Intersubjectification. Forthcoming in Hubert Cuyckens, Kristin Davidse and Lieven Vandelanotte, eds., **Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization**. (Topics in English Linguistics.) Berlin and New York: Mouton de Gruyter.

_____; DASHER, Richard B. **Regularity in semantic change**. Cambridge: University Press, 2002.

_____; HEINE, Bernd. **Approaches to grammaticalization**. vol 1. Amsterdam: Benjamins, 1991.

TROUSDALE, Graeme. **Constructions in grammaticalization and lexicalization: evidence from the history of a composite predicate construction in English**. 2008a.

TROUSDALE, Graeme. Words and constructions in grammaticalization: The end of the English impersonal construction. In: FITZMAURICE, Susan M.; MINKOVA, Donka (Eds.). **Studies in the History of the English Language IV**. Berlin, New York (Mouton de Gruyter), 2008b.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (Org.). **Dispersos de J. Mattoso Camara Jr.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

VERGARO, Carla. Concessive constructions in English business letter discourse. **Text & Talk**, n. 28-1, p. 97-118, 2008.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Almedina, 2001.

VOTRE, Sebastião Josué et al. **Gramaticalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

ZAMPRÔNIO, Silvana. **A hipotaxe adverbial concessiva no português escrito contemporâneo do Brasil**. 1998. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade do Estado de São Paulo, Araraquara, 1998.

WILKENDORF, Patrícia. **Adverbial clauses in nƏmmandɛ narrative discourse**. Yaoundé [Republic of Cameroon]: SIL, 1998.